

A POTÊNCIA DOS DISCURSOS NO PRESENTE

Gestos de leitura do acontecimento



Antonio Genário Pinheiro dos Santos

Ady Canário de Souza Estevão

José Domingos

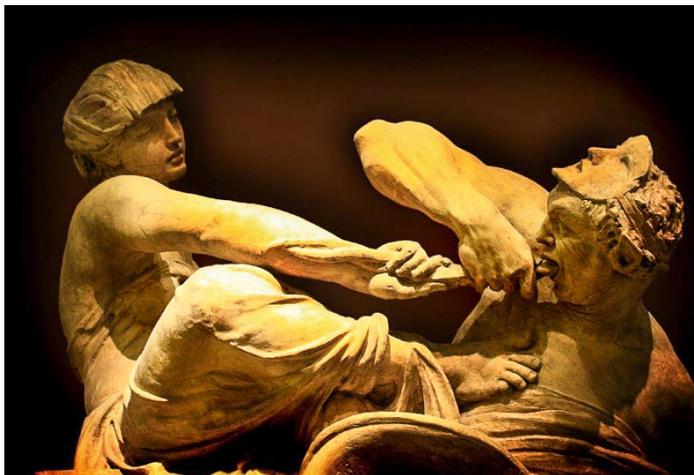
Maria Eliza Freitas do Nascimento

Organizadores



A POTÊNCIA DOS DISCURSOS NO PRESENTE

Gestos de leitura do acontecimento



Antonio Genário Pinheiro dos Santos

Ady Canário de Souza Estevão

José Domingos

Maria Eliza Freitas do Nascimento

Organizadores



Marca de Fantasia
Parahyba, 2023

Catálogo na publicação
Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

P861

A potência dos discursos no presente: gestos de leitura do acontecimento /
Organizadores Antonio Genário Pinheiro dos Santos, Ady Canário de Souza
Estevão, José Domingos, et al. – João Pessoa: Marca de Fantasia, 2023.

Outra organizadora: Maria Eliza Freitas do Nascimento

Livro em PDF

ISBN 978-85-7999-096-0

1. Análise do discurso. 2. Linguagem e línguas. I. Santos, Antonio Genário
Pinheiro dos (Organizador). II. Estevão, Ady Canário de Souza (Organiza-
dor). III. Domingos, José (Organizador). IV. Título.

CDD 410

Índice para catálogo sistemático

I. Análise do discurso

A POTÊNCIA DOS DISCURSOS NO PRESENTE

Gestos de leitura do acontecimento

Antonio Genário Pinheiro dos Santos; Ady Canário de Souza Estevão
José Domingos; Maria Eliza Freitas do Nascimento
Organizadores

Série Linguagem e Discurso, 9. 2023. 321p.



MARCA DE FANTASIA

Rua João Bosco dos Santos, 50, apto. 903A
Parahyba (João Pessoa), PB. Brasil. 58046-033
marcadefantasia@gmail.com
<https://www.marcadefantasia.com>

A editora Marca de Fantasia é uma atividade da Associação Marca de Fantasia, CNPJ 09193756/0001-79 e um projeto de extensão do NAMID - Núcleo de Artes e Mídias Digitais, do Departamento de Mídias Digitais da UFPB

Editor/designer: Henrique Magalhães

Conselho editorial

| | |
|--------------------------------|-------------------------------------|
| Adriano de León - UFPB | Marcelo Bolshaw - UFRN |
| Alberto Pessoa - UFPB | Marcos Nicolau - UFPB |
| Edgar Franco - UFG | Marina Magalhães - UFAM |
| Edgard Guimarães - ITA/SP | Nilton Milanez - UESB |
| Gazy Andraus - FAV-UFG | Paulo Ramos - UNIFESP |
| Heraldo Aparecido Silva - UFPI | Roberto Elísio dos Santos - USCS/SP |
| José Domingos - UEPB | Waldomiro Vergueiro - USP |

Imagem da capa: Truth and Falsehood. 1857-66.

Alfred Stevens (1817-75) London Plaster

Imagem reproduzida da escultura Truth and Falsehood, do artista e pintor belga Alfred Stevens, aqui usada como ilustração do poder da fala/discurso e como se dá a apropriação (concedida ou tomada) desse discurso pelo outro.

Imagens usadas exclusivamente para estudo de acordo com o artigo 46 da lei 9610, sendo garantida a propriedade das mesmas a seus criadores ou detentores de direitos autorais.



Sumário

Prefácio

Dizer não: audácia, revolução e insurgência 7
Nilton Milanez

Apresentação

**Discursividades em acontecimento:
sobre a investigação de dizeres e sentidos** 13
Organizadores

**A potência da democracia brasileira em discursos
afirmativos: sobre a irrupção do acontecimento
de 8 de Janeiro na mídia** 19
Antonio Genário Pinheiro dos Santos

**O que há de novo no “Novo Ensino Médio”?
poder e autoritarismo no discurso educacional brasileiro** 54
Bruna Maria de Sousa Santos

***Uma luz no fim do túnel!* - supremacismo racial, memória
e o discurso antirracista em charges** 81
José Domingos
Matheus Marques Silva

**Anarqueogenealogia da balbúrdia entre discursos e práticas:
reafirmando o papel da universidade** 112
Rafaela Cláudia dos Santos
Francisco Paulo da Silva



| | |
|--|-----|
| Corpos que comunicam: o discurso da permissividade do corpo masculino em rede | 141 |
| Giordan Victor Santos Costa Antonio Genário Pinheiro dos Santos | |
| Youtubers negras e a #decadaafro: por uma cartografia dos discursos do feminismo negro no Youtube | 176 |
| Pâmella Rochelle Rochanne Dias de Oliveira Francisco Vieira da Silva | |
| Biopolítica e vida nua: subjetivação e dessubjetivação em Michel Foucault e Giorgio Agamben | 201 |
| Davi da Costa Almeida | |
| Bem-estar e trabalho em <i>home office</i>: estratégias de biopoder em discursos no acontecimento da pandemia de Covid-19 | 234 |
| Maria Eliza Freitas do Nascimento Elenilda Dias de Souza Carlos Liziane Yonara do Nascimento Barboza | |
| Ações afirmativas na universidade e memória discursiva | 262 |
| Ady Canário de Souza Estevão | |
| Biopolítica e ecogovernamentalidade em discursos na mídia: posição sujeito presidente e sentidos sobre povos originários | 279 |
| Israel Fonseca Araújo | |
| Resumos e biodatas | 308 |



Dizer não: audácia, revolução e insurgência

Nilton Milanez

Um livro nunca é só um livro. É a história de uma vida toda escrita sob a fórmula que conhecemos bem, a do discurso científico e das áreas de conhecimento no quadro das Letras e das Linguísticas. E trata muito mais do que um período de nossa história, justamente porque diz, nos temas que coloca para circular em seus artigos, sobre uma maneira de autoras e autores se relacionarem com nossa atualidade. Cada gesto investigativo sempre traz consigo a voluntariedade de estar naquele *ali*, naquele *dizer* que, para além de suas noções e conceitos, revelam *A potência dos discursos no presente: gestos de leitura do acontecimento*, título mesmo deste livro. O que poderíamos, então, entender como um conjunto de estudos, artigos, textos, produz um levante escriturístico que coloca não um objeto, mas o espaço de autoria das escritoras e escritores, suas vidas, seus modos de sentir, agir e de escrever.

Levando em conta quem escreveu e de onde fala, constato que os temas com os quais vamos nos defrontar neste livro, virtual ou impresso mas sempre real, ousam naquilo que produzem sobre o conhecimento dos dias presentes que estamos vivendo. Por isso, reviram conhecimentos, introduzem constatações, conduzem problematizações, indicam saídas,

denunciam abusos, a fim de que possamos deixar o lugar no qual estamos e chegemos a um e qualquer tipo de transformação de nós mesmos que seja. É disso que se trata o presente, que Foucault compreendeu a partir do estudo das artes de governo e sua incursão na atualidade.

A pertença a qual se lançou esse grupo de escrita parece ter para si uma tarefa: romper com as evidências, colocando-se questões de análises da história e posicionamentos políticos próprios. E, aqui, este modo de agir está em consonância com o que Foucault chamou de “acontecimentalização”¹. Dando as mãos, portanto, em um tipo de ninguém larga a mão de ninguém, autoras e autores ousam dizer a verdade de seu tempo, com aquela coragem de quem se enfrenta e enfrenta o político que se exige de si e o político externo a si, que nos constrange.

Dessa maneira de tratar a escrita, me certifico que este livro quer é colocar publicamente os resultados e as resoluções do entendimento que fazem daquilo que vivem e que diz respeito a todas e todos nós. Autoras e autores têm a coragem de dizer sobre as técnicas de governamentalidade que determinam o modo como vivemos, não sem fazerem, porém, o enfrentamento de nossos valores atuais, suas relações de violência e de poder. Elas, as autoras Ady, Bruna, Elenilda, Liziane, Maria Eliza, Pâmella, Rafaela DIZEM NÃO. Eles, os autores Antonio Genário, Davi, Francisco Paulo, Francisco Vieira, Giordan, Israel, José, Matheus DIZEM NÃO. Acrescento, também, Elus nessa região da audácia do dizer que, junto a essa equipe, nos dá novamente a possibilidade de ‘dizermos não’ ao lado de seus trabalhos. Elas, eles e elus em uníssono assumem o lugar da intervenção e da resistência. Um livro não é um

1. FOUCAULT, Michel. *O que é a crítica?* seguido de *A cultura de si*. Edição estabelecida por Henri-Paul Fruchaud e Arnold I. Davidson. Tradução Elói Duarte. Lisboa: Edições Texto e Grafia, 2017, p. 45.

conglomerado de artigos fadados ao lattes. Um livro é o sangue de pessoas que buscam se libertar da opressão do silêncio e ocuparem a voz de um dizer, o ousar dizer neste presente.

Mas, como a audácia do ‘dizer não’ vinga face às práticas de submissão social e de um fazer acadêmico, político, pessoal?

A ferramenta de nosso dizer é a escrita. Muito mais do que um instrumento, a escrita é um tipo de tecnologia pela qual vivemos jogos de verdade sobre a constituição dos sujeitos. Por meio de nossa escrita, atingimos práticas reais em nossas relações com a história de nosso presente. Produzimos saberes, transformamos a realidade, encaramos um sistema de signos que operam sobre os corpos e as ideias, enfrentamos, assim, técnicas de dominação. É, ainda, pela escrita que praticamos a nós mesmos, nos conduzindo por searas próprias com a ajuda de outros indivíduos, mesmo no seio das instituições como as nossas. Tudo isso caracteriza, afinal, a escrita como uma atividade política, necessária a nossa vida e à direção da vida de outras pessoas.

Como estamos dirigindo nossas condutas mais ou menos por nós mesmos, estamos é assumindo nossas “posições de subjetividade”², que assim se definem porque são diversas, várias, múltiplas posições possíveis para cada sujeito. Os novos discursos que rompem das subjetividades tratam de posicionamentos ocupados pelos diferentes lugares de onde os sujeitos falam. Essa gama de discursos é formada por planos, por estratos históricos de dizeres, que criam um sistema de relações no interior de uma prática específica do discurso. E, aí, vamos encontrar uma regularidade discursiva que, em sua heterogeneidade, demonstra as diferentes posições das autoras e autores neste livro. As posições de

2. FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 61.

subjetividade, uma vez que partem da detenção da escritora e do escritor, se referem a uma exterioridade comum a nosso tempo de agora.

As subjetividades, assim, em sua especificidade da prática que cada sujeito experiencia de sua realidade, promovem, neste livro, intervenções sobre os discursos afirmativos, o discurso educacional brasileiro, o discurso antirracista, o discurso do corpo masculino, o discurso do corpo feminino negro, discursos da pandemia do covid-19, discursos da mídia sobre povos originários, em um sistema de relações entre discursos e práticas, entre subjetivação e dessubjetivação, no quadro de uma memória discursiva. Assim, essas investigações afirmam não uma identidade ou semelhança entre si, mas orquestram uma unidade, que é discursiva, visto que são organizadas em torno de práticas discursivas, ou seja, retomam nossa história, língua, geografia, economia, sociedade atual e as alinhavam à regulação da conduta das vidas dos outros e das nossas.

Considerada a força dessa instrução escriturística, compreendo como as crises de nossas questões políticas no Brasil implicam uma revolução que é dada pela linguagem e pelo sujeito, caracterizando o que Michel Foucault chamou de “subjetividade revolucionária”³. Essa revolução, que a subjetividade de quem escreve produz, não diz respeito apenas a um movimento, uma manifestação, um coletivo social com suas práticas políticas. Outrossim, essa revolução se instala por fazer parte de uma experiência subjetiva, uma experiência marcada pela subjetividade de quem viveu as questões sobre as quais escreve. Desse modo, a revolução social e suas transformações passa, prioritariamente, pelo investimento da subjetividade dos sujeitos na linguagem. Há

3. FOUCAULT, Michel. *Foucault*. Dizer a verdade sobre si. Conferências na Universidade de Victoria, Toronto, 1982. Organização Henri-Paul Fruchaud e Daniele Lorenzini. Tradução Salma Tannus Muchail. São Paulo: UBU Editora, 2022, p. 105.

muito sabemos da intensidade das mutações e do vigor do sujeito que modifica sua história, porque se dá a partir de uma transformação de si, de forma voluntária, como sinto se passar com os textos que escrevemos e com estes que pude ler aqui.

Ora, ora. A revolta dos textos é a manifestação da insurreição na escrita dos intelectuais de dentro do espaço universitário. É como ‘dizemos não’ à obediência dos estigmas, das aquiescências, das vigilâncias. Com essa atitude, rasgamos com a força das nossas mãos o teclado do computador que preenche a tela branca. E redirecionamos a história a partir das nossas letras e, assim, insurgimos contra um destino que se quer inexorável. “As insurreições pertencem à história”⁴. Quando escrevemos, somos os insurrectos da história da nossa vida social. E, parecendo contraditório, ao romper com a continuidade de uma história das opressões, nos rebelando, interrompemos a história. Cortamos, contudo, o fio daquela história da subjetivação de nossas condutas e prazeres, por meio de práticas de dessubjetivação⁵, que descontroem/reatualizam os já-ditos e dão a possibilidade da recriação das subjetividades. Esses processos impulsionam libertações a partir de nossas experiências, as experiências-limite que exigem de nós uma transformação irreduzível. Certamente, não somos livres, mas nos procuramos

4. FOUCAULT, Michel. É inútil revoltar-se? In: FOUCAULT, Michel. *Ditos & escritos V. Ética, sexualidade, política*. Organização Manoel Barros da Motta. Tradução Elis Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 7.

5. MILANEZ, Nilton. A dessubjetivação de Dolores. Escritas de discurso e misérias do corpo-espaço. In: *Linguagem. Estudos e Pesquisas (UFG)*, v. 17, 2013, p. 369-389; MILANEZ, Nilton. *Dessubjetivação e corpo*. (Vídeo didático-pedagógico; edição e montagem Matheus Vieira). LABEDISCO: Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia, 2019; MILANEZ, Nilton. A noção foucaultiana de dessubjetivação: alicerces, experiências e modos de agir do sujeito. *Policromias. Revista de Estudos do Discurso* experiências e modos de agir do sujeito. *Policromias. Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som*, v. 6, n. 3, p. 12-39, set.-dez. 2021; MILANEZ, Nilton. A dessubjeti-

ser libertos das tecnologias de dominação. E somos bem-sucedidos.

A prática e o exercício dos poderes do resultado de nossos textos é que reivindicam essa liberdade e a transmutam em experiência de libertação. Motivos para nos revoltarmos não nos faltam. O modo de fazê-lo, entretanto, é que conta como não aceitamos deliberadamente o governo do outro, “é por isso que a subjetividade (não a dos grandes homens, mas a de qualquer um) se introduz na história e lhe dá seu alento”⁶. Não mais sujeitos, as subjetividades dos posicionamentos é que vão delineando nossa história diferentemente, entoada pelas vozes das escritas, concernidas com as questões e as ordens de nosso espaço social, universitário, doméstico, tornando-se objeto de nossos cuidados conosco próprio e com os outros.

E adiante seguem, nas próximas páginas, textos rebeldes, porque ‘dizem não’ ao praticarem a experiência de ‘dizer sim’ a si mesmos.

Nilton Milanez

Professor Pleno da Universidade do Estado da Bahia, Campus I, Salvador. Coordenador do LABEDISCO/CNPq – Laboratório de Estudos do Discurso e do Corpo. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens – PPGEL/UNEB. E-mail: nilton.milanez@gmail.com

vação de Brigitte: narrativa, corpo e LGBTQIA+ em A hermafrodita, de Armand Dubarry. In: GAMA-KHALIL, Marisa Martins; PIMENTA, Tamira Fernandes; BORGES, Lilliân Alves (orgs.). *O corpo em cena*. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2022. p. 263-283; MILANEZ, Nilton. A dessubjetivação de Foucault: corpo, dessubmissão e prazer no Zabriskie Point. In: MILANEZ, Nilton; KOGAWA, João; FIGUEIRA-BORGES, Guilherme (orgs.). *Foucault na Califórnia: uma experiência-limite do corpo no manuscrito de Simeon Wade*. Salvador: Labeledisco, 2022, p 49-66.

6. FOUCAULT, Michel. É inútil revoltar-se? In: FOUCAULT, Michel. *Ditos & escritos V. Ética, sexualidade, política*. Organização Manoel Barros da Motta. Tradução Elis Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 80.

Discursividades em acontecimento: sobre a investigação de dizeres e sentidos

Considerando o universo das contribuições, avanços e reflexões oportunizadas pelos estudos discursivos, lançamos agora o convite à leitura de *A potência dos discursos no presente: gestos de leitura do acontecimento*. Trata-se de um conjunto de textos, resultantes de produções científicas de diversos pesquisadores do Brasil, que fomentam o espaço de discussão e de alargamento das questões que são abordadas na égide de pesquisas que tratam do discurso, do sujeito, do sentido, em suas múltiplas modalidades de acontecimento e de materialização.

Os textos aqui apresentados se alinham aos estudos linguísticos e, ao mesmo tempo, à constituição de discursos em trajetos temáticos que realçam a tônica da mediação e da irrupção de acontecimentos, da questão da sexualidade na perspectiva de práticas discursivas inclusivas, na transversalidade dos estudos sobre gênero, raça, classe, etc. Com o aprofundamento teórico que lhe é típico e, para além disso, mobilizando prospectos de análise de diferentes materiais de natureza discursiva, as produções contemplam incursões teóricas e apreciações metodológicas conduzidas em estreita observância aos preceitos do trabalho científico.

Os capítulos que disponibilizamos à comunidade acadêmica pretendem discutir alguns conceitos ligados à discursividade a partir de objetos de vinculação midiática, política, pedagógica, empírica, etc. O

objetivo da obra é o diálogo entre pesquisadores do discurso, nomes de diferentes IES brasileiras, envolvidos com o trabalho de investigação dos dizeres e dos sentidos – aqui considerados a partir de sua condição de efeito, no atravessamento histórico, ideológico e social a que são submetidos – que fundamentam, sustentam, transformam e determinam as nossas práticas na sociedade de hoje.

Assim sendo, com esta obra, intentamos destacar o relevo da investigação linguística, notadamente no espaço das Letras, a partir do registro de trabalhos atrelados à atividade científica no seu plano macro, no sentido de também contribuir para a formação docente e para o desenvolvimento da educação no Brasil; é de fundamental importância dizer que os trabalhos coletados ratificam, de modo objetivo e evidente, essa característica. Vale mencionar ainda que como resultados de discussões tomadas na interface do domínio da linguagem, da mídia e da questão do sujeito, os textos deste livro estão diretamente relacionados a pesquisas atuais, com desenvolvimento embasado na iniciação científica ou na pós-graduação.

Em *A potência da democracia brasileira em discursos afirmativos: sobre a irrupção do acontecimento de 8 de janeiro na mídia*, é apresentada ao leitor uma proposta de leitura linguístico-discursiva da dizibilidade produzida pela mídia a partir do acontecimento de 8 de janeiro de 2023 no Brasil. Considerando as manchetes de jornais e portais de notícias, o autor toma tal acontecimento como potência de discursos de afirmação acerca da democracia brasileira para, então, discorrer como a mídia opera a cobertura do visível e do dizível, oportunizando narrativas com efeitos de sentido de ineditismo, marcas de uma história balizada na sombra da continuidade, da generalização e do determinismo histórico.

Em *O que há de novo no “Novo Ensino Médio”?* poder e autoritarismo no discurso educacional brasileiro, a autora busca cartografar o poder regulador do autoritarismo no interior de uma ordem do discurso que apaga o cenário desigual do país e que dá visibilidade ao funcionamento de uma rede discursiva antidemocrática que se estrutura não pelo reconhecimento e pelo enfrentamento da realidade, mas por sua invenção. Já em *Uma luz no fim do túnel! – supremacismo racial, memória e o discurso antirracista em charges* persegue-se o objetivo de identificar os descolamentos de sentido de elementos do discurso racista, presentes nos enunciados chargísticos como estratégia de contestação antirracista. Fundamentados nas ideias de Pêcheux, sobretudo na noção da memória discursiva; e em Foucault, ao tratar de discurso e acontecimento, os autores analisam a constitutividade de discursos autoritários, extremistas, segregacionistas que reverberam como acontecimentos da história que se desenrola diante de nós.

Na sequência, em *Anarqueogenealogia da balbúrdia entre discursos e práticas: reafirmando o papel da universidade*, a análise mostra a disputa em torno dos sentidos da balbúrdia na demarcação de lugares do ser-professor, do ser-aluno no movimento de resistência dos sujeitos. Os autores analisam discursos que tratam do acontecimento da balbúrdia universitária, considerando a produtividade do dizer e os movimentos de resistência e contracondutas que se registraram nos espaços virtuais. Na mesma direção, e valendo-se da arqueologia foucaultiana, os autores de *Corpos que comunicam: o discurso da permissividade do corpo masculino em rede* conduzem uma análise discursiva da publicação da conta Quebrando o Tabu (QoT), na rede social *Instagram*, de modo a discutirem a construção do discurso de permissividade, calcado na herança de supremacia do olhar masculino

sobre o corpo. Neste estudo, os pesquisadores buscam dizer da evidência do masculino como signo de uma régua social que condiciona o corpo feminino a efeitos de sentido de imoralidade.

O espaço de virtualização e de enquadramento midiático continua em relevo no texto *Youtubers negras e a #décadaafro: por uma cartografia dos discursos do feminismo negro no youtube*. Aqui busca-se descrever/interpretar a produção discursiva-midiática no âmbito do *YouTube* que apresenta dizeres relativos aos ideais do feminismo negro. Partindo dos estudos discursivos foucaultianos, são analisadas as relações de saber-poder e as vontades de verdade presentes em um dos vídeos que fazem parte da ação digital *Youtubers Negras na Década Internacional de Afrodescendentes*. A materialidade analisada permite, segundo os autores, entrever as vontades de verdade que circulam no *YouTube* e inserem o sujeito mulher negra na seara de um discurso de empoderamento e denúncia.

Biopolítica e vida nua: subjetivação e dessubjetivação em Michel Foucault e Giorgio Agamben é o texto da sequência. Nele faz-se uma discussão sobre o sujeito na obra de Michel Foucault com a defesa de que, em tal perspectiva epistemológica, o sujeito é constituído por operadores disciplinares e biopolíticos. Para tanto, parte-se da relação da obra foucaultiana com os postulados de Agamben, para quem o sujeito é o resultado de operadores biopolíticos e de exceção. Ao apresentar tais nuances, a discussão atrela o sujeito a relações de subjetivação e dessubjetivação, o linguístico e o não-linguístico, inclusão e exclusão. Em *Bem-estar e trabalho em home office: estratégias de biopoder em discursos no acontecimento da pandemia de Covid-19*, analisa-se o funcionamento do discurso de autoajuda em produções midiáticas sobre a pandemia e trabalho em *home office*. O *corpus* é constituído por

produções discursivas com efeitos de sentidos de orientações e instruções, através de dicas que estimulam os sujeitos a práticas de bem-estar. As autoras trazem a direção de que o biopoder favorece técnicas do cuidado de si do sujeito, tornando o corpo mais saudável e produtivo em tempos de pandemia.

O texto *Ações afirmativas na universidade e memória discursiva* traz considerações a respeito das ações afirmativas enquanto uma prática discursiva inclusiva do Programa Conexões de Saberes, com ênfase em discursos de estudantes de espaços populares. Aqui o destaque é para a produtividade dos estudos discursivos, a partir dos quais pensa-se a universidade no percurso extensionista e de inserção na sociedade. São analisados memoriais de estudantes do curso de Ciência e Tecnologia de uma determinada IES brasileira, considerando como tais materialidades discursivas são vetores que fomentam a constituição de novos sujeitos na história do presente.

Em *Biopolítica e ecogovernamentalidade em discursos na mídia: posição sujeito presidente e sentidos sobre povos originários* são discutidas e analisadas produções discursivas midiáticas digitais que materializam a subjetividade incutida na/pela posição-sujeito reservada ao ex-Presidente do Brasil Jair Bolsonaro em face dos povos originários/indígenas. Também alinhado aos postulados foucaultianos, o autor conduz um gesto de leitura dos enunciados discursivos, articulando um fazer arqueogenealógico ao arquivo de dizibilidades que intensificam a existência uma gramática de violências no que diz respeito às ações (bio)políticas sobre os povos originários brasileiros.

São textos que dão relevo à reflexão e às questões sociais vivenciadas na atualidade. As produções catapultam o signo de uma potência de dizeres, isto é, discursos de potência que não só balizam, mas

oferecem a história contada sob a alcunha de acontecimentos sempre imprevisíveis e transitórios. Os gestos de leitura aqui empreendidos lançam mão da ciência linguística, mais notadamente dos estudos discursivos, para tratar das questões que afligem a sociedade e os sujeitos, na volatilidade e jogo com que tais questões são abordadas e discutidas na positividade das narrativas midiáticas.

Antonio Genário Pinheiro dos Santos

Ady Canário de Souza Estevão

José Domingos

Maria Eliza Freitas do Nascimento

A potência da democracia brasileira em discursos afirmativos: sobre a irrupção do acontecimento de 8 de janeiro na mídia

Antonio Genário Pinheiro dos Santos

Introdução

Olhar para os sentidos produzidos nos diferentes discursos que circulam na sociedade, considerando as condições de possibilidade de sua emergência, nos permite alcançar e discutir não apenas a discursividade na produtividade e positividade que manifesta, mas, sobretudo, tratar das práticas, dos regimes e das manobras do dizer que constituem e produzem os acontecimentos. É pelo gesto de leitura que empreendemos ao acontecimento, no intuito de entendermos nossa posição no mundo, na sociedade, que podemos destacar os saberes e refletir sobre o que constitui a história (FOUCAULT, 2006).

Tal esforço¹ nos leva a discutir a potência de discursos que nos fazem ser o que somos hoje, isto é, discursos que, na relação entre público e privado, nos imputam posições de sujeito, de subjetividade e nos fazem reclamar protagonismo face à defesa, à recusa, ao aceite, à partilha, à seguridade ou à cessão de valores civilizatórios e destinados à manutenção do que se constitui, na política, como o bem comum.

1. Este estudo está vinculado ao projeto de pesquisa (PIBIC IC) *Quem somos nós hoje? Discursividade, produção de sentido e subjetivação na interface da mídia*, desenvolvido na Faculdade de Engenharia, Letras e Ciências Sociais do Seridó – FELCS/UFRN.

Essa é, na essência da atividade política e do gerenciamento público, a marca potencial da sociedade, é o que determina e baliza os nortes, os rumos da vida pública e que suporta os projetos do viver coletivo (CHARAUDEAU, 2008).

É nesta perspectiva que a atenção às produções da mídia, no que tange ao seu trabalho de cobrir o acontecimento, sob o manto do visível e do dizível, é vetor que exponencia a forma como lemos o recorte de real que nos é oferecido (THOMPSON, 2009). Entender, portanto, a marcação de positividade de tais discursos, a assertividade que eles reclamam – em especial a assertividade do discurso que eleva a democracia à condição de potência máxima de uma ordem social comum, de um equilíbrio político nacional – é elemento que permite a caracterização de discursos afirmativos.

Assim sendo, na égide da pesquisa linguística e com ancoragem teórica e metodológica na teoria da Análise do Discurso, busco realizar uma leitura linguístico-discursiva dos dizeres e sentidos produzidos e veiculados pela mídia a partir do acontecimento de 8 de janeiro no Brasil; acontecimento que mobilizou a atenção internacional para o episódio de invasão e depredação das sedes dos três poderes, em Brasília, no ano de 2023. Coloco-me a discutir a discursividade que oportuniza a irrupção de tal acontecimento no escopo de recortes de evidência e seleção para problematizar, pôr em suspenso os efeitos de continuidade e de redutibilidade do acontecimento à língua, construções essas engendradas na operação de cobertura da mídia jornalística.

Embasado nos postulados do teórico francês Michel Foucault (2005a, 2006) e, principalmente, ao me deter nas suas contribuições acerca dos conceitos de discurso, acontecimento, enunciado, saber, poder e sujeito, discuto como as práticas, as normas, os discursos de

agora são elementos que firmam uma determinada ordem das coisas e que nos fazem manifestar, aceitar, resistir, defender, seguir, obedecer às verdades, isto é, às vontades de verdade, e saberes que nos são apresentados via produções midiáticas.

A partir das manchetes de jornais e portais de notícias nacionais e internacionais, tomo o acontecimento de 8 de janeiro de 2023 como potência de discursos de afirmação acerca da democracia brasileira para, com isso, discorrer como a mídia opera tal acontecimento numa cobertura cujos efeitos imediatos são de onipresença e totalização no ato de reportá-lo e de dizê-lo. Nessas condições, caminho no sentido de discutir como a mídia jornalística empreende um trabalho *de falar sobre* e *de mostrar como* oportunizando e dando relevo a narrativas de ineditismo que, por sua vez, ratificam o efeito de uma história contada sob a alcunha da continuidade, da macro generalização e do determinismo histórico e sob o destaque da depredação, do vandalismo e da quebra de ordem pública nas sedes do poder federal, na cidade de Brasília.

Com esse gesto, me aproximo das discussões que levantei em outras publicações sobre o tema da mídia, sobre a questão das práticas midiáticas, e sobre como estas impõem uma reviravolta discursiva trazendo ao batimento, a tensão, a relação entre documento histórico e arquivo, pois:

Há sempre novos espaços de palavra nos quais as dizibilidades podem transitar num jogo de associações, retomadas, diálogos, ligações como se num emaranhado complexo de saber, poder e de verdades. A mídia não trabalha com resíduos, ela aproveita tudo. Ela espetaculariza e mostra também as resistências. Assim sendo, a operação discursiva da mídia tem objetivos determinados: ela inscreve o real na ordem espetacular dos grandes feitos e mexe com a história na liquidez de sua própria materialidade (SANTOS, 2017, p. 96).

Como resultado, intento sublinhar a discursividade midiática como construção histórica, constituída não na imparcialidade fria que reclama, mas como operador de subjetividade, de miras incisivas, que recorta, alinha, anavalha e inscreve o real a fim de a nós oferecê-lo como produto que reluz na vitrine do consumismo do show business e partir de lentes determinadas.

No que diz respeito à apresentação dos momentos que figuram neste texto, inicio situando os conceitos que são importantes a essa empreitada, discutindo como o discurso, longe de representar um devir de pessoalidade, é elemento ligado à historicidade, um construto de dispersão, força de uma positividade, de uma presença sempre reconhecida alhures.

Na sequência, construo um percurso de interpretação ao destacar manchetes nacionais e internacionais acerca da invasão e depredação dos prédios no episódio de 8 de janeiro de 2023. Ainda que não seja minha pretensão me debruçar sobre a mácula desse momento da história brasileira, e suas consequências para a solidez da democracia nacional, faço menção às formações discursivas que atravessaram a narrativa midiática na cobertura de tal acontecimento.

Nessa parte, busco tratar da discursividade arrolada no acompanhamento que a mídia empreendeu ao tema, observando que os dizeres, o recorte do acontecimento esteve estrategicamente atravessado, fundamentado em narrativas midiáticas edificadas a partir de efeitos de sentido de continuidade e de determinismo, afinal “não poderíamos demarcar a dispersão dos pontos de escolha e definir, antes de qualquer opção, de qualquer preferência temática, um campo de possibilidades estratégicas? (FOUCAULT, 2006, p. 42). Por fim, apresento minhas considerações finais em retomada ao percurso de leitura discursiva aqui empreendido.

I O discurso como potência de positividade

O conceito de discurso em Foucault (2005a) é produtivo para este momento. Diz-se de uma construção, social e historicamente determinada, que está ali, na pluralidade de sua existência, vinculado, constituído e suportado por condições de emergência determinadas. O discurso não é, assim, a riqueza aprisionada nos limites de um subjetivismo, mas uma produção, um espaço de dispersão a partir do qual tudo pode ser posto em *relação a*.

Em Foucault, vejo que o discurso não se limita ao que está manifesto na superfície, na evidência, mas diz respeito ao imbricamento, à possibilidade de existência dos próprios objetos de que fala, isto é, o discurso não é redutível à língua, não é a existência silenciada de uma realidade, é o lugar em que se pode falar das coisas ditas e não ditas, num nexos de regularidade e de dispersão. Dessa forma, o discurso “não é a manifestação majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, e que o diz: é, ao contrário, um conjunto em que se desenvolve uma rede de lugares distintos” (FOUCAULT, 2005a, p. 61).

A partir disso, a nossa existência, as nossas representações, a nossa conduta na sociedade, os valores sociais que partilhamos devem ser vistos como fatos de discurso: são elementos que estão ligados a um campo de possibilidades, determinados pela exterioridade. O que fazemos, dizemos, defendemos, acreditamos são construções que têm um alhures, referenciadas em práticas e discursos outros, constitutivos de um presente sempre em relação a um passado. No entanto, faço questão de destacar que, na perspectiva foucaultiana, essa relação do discurso com a historicidade não representa uma linearidade entre uma

evidência de agora e um passado anterior e equidistante. Aliás, o próprio autor faz essa ressalva ao discutir o conceito de discurso como espaço de formação de objetos. É o que encontramos, por exemplo, na discussão acerca da *Formação dos objetos* na *A Arqueologia do Saber*:

Mas não se trata, aqui, de neutralizar o discurso, de transformá-lo em signo de outra coisa e atravessar-lhe a espessura para encontrar o que permanece silenciosamente aquém dele, e sim, pelo contrário, mantê-lo em sua espessura para fazê-lo surgir na complexidade que lhe é própria [...] substituir o tesouro enigmático das “coisas” anteriores ao discurso pela formação dos objetos que só nele se delineiam; definir esses *objetos* sem referência aos *fundo das coisas*, mas relacionando-os ao conjunto de regras que permitem formá-los como objetos de um discurso e que constituem, assim, suas condições de aparecimento histórico: fazer uma história dos objetos discursivos que não enterre na profundidade comum de um solo originário, mas que desenvolva o nexa das regularidades que regem sua dispersão (FOUCAULT, p. 53, 2005a, destaques do autor).

Face a essas considerações acerca do conceito de discurso, retomo, por oportuno, a temática da invasão e depredação de prédios e sedes do poder público em Brasília, em 8 de janeiro de 2023. Ratifico aqui minha opção de abordar tal momento como acontecimento discursivo, visto que, ao considerar a dizibilidade midiática e o espaço de evidência cedido à cobertura deste fato, venho destacar suas condições históricas de aparecimento, a superfície de emergência de dizeres que caracterizam a ação dos sujeitos no escopo do vandalismo inédito. Na esteira da genealogia foucaultiana, anda que o signo retome momentos outros da história do Brasil em que o verde e o amarelo, por exemplo, representaram a vontade nacional - e legítima - por mudança e transformação na política

nacional, no acontecimento de 8 de janeiro, as produções discursivo-midiáticas que compõem o corpus dessa leitura discursiva foram objeto de uma operação com estratégias de visibilidade e de recorte na produção de um real das cenas de destruição e invasão. Tal operação esteve amparada em um regime de naturalização das coisas, o visível transmutado em imagens inquestionáveis de um presente em construção.

Assim sendo, a direção de leitura que atribuo aos discursos mobilizados no acontecimento discursivo em tela está atrelada à produtividade do discurso em suas múltiplas nuances e atravessamentos. Isso significa discutir o discurso como campo de regularidades que oportuniza diversas posições de sujeitos e modos de subjetividade. Tais posições reclamam, por sua vez, lugares, redes de lugares distintos. O discurso como acontecimento é espaço de exterioridade, formas de coexistência de dizeres, campo de presença de sujeitos.

Portanto, ao propor a leitura do 8 de janeiro a partir da discursividade operada pela mídia, isto é, considerando os discursos ali mobilizados, é possível entender e definir o sistema de formação das diferentes estratégias que neles se desenrolaram (FOUCAULT, 2005a) e nesta operação de leitura chegamos à natureza discursiva do acontecimento. Assim, ao tratar da relação do discurso, seus objetos, sua relação com a exterioridade que lhe é, ao mesmo tempo, constitutiva e condição de emergência, volto à questão das relações discursivas que são tomadas no limite do discurso.

Fazendo menção às palavras foucaultianas, preciso destacar aqui que tais relações discursivas caracterizam não a língua, não a estrutura sumária, que o discurso utiliza, ou seja, elas não buscam dizer das circunstâncias imediatas em que o discurso se desenvolve, numa suposta temporalidade cinza, mas o próprio discurso tomado na sua condição de acontecimento. Isso traz a possibilidade de discutirmos, por exem-

plo, a formação discursiva como elemento que nos leva a enxergar a produtiva relação entre singularidade e regularidade, haja vista que definir “em sua individualidade singular um sistema de formação é, assim, caracterizar um discurso ou um grupo de enunciados pela regularidade de uma prática” (FOUCAULT, 2005a, p. 82).

Com isso, o que assinalo aqui é a potência de um discurso de positividade que converge para a irrupção de um acontecimento. Uma potência de sentido que encontra na interface da língua e da exterioridade, formas de narrar, de edificar, de dizer a história. É o que Foucault (2006, p. 339) apresenta como acontecimentalização:

O que se deve entender por “acontecimentalização?” Uma ruptura absolutamente evidente, em primeiro lugar. Ali onde estaria bastante tentando a se referir a uma constante histórica, ou a um traço antropológico imediato, **ou ainda a uma evidência se impondo da mesma maneira para todos, trata-se de fazer surgir uma “singularidade”** (destaques nossos).

Neste íterim, aproveito para apresentar o objeto de que parto para subsidiar minha análise. Começo com a disposição verbal da sequência de *headlines*² que abrem as matérias, em jornais internacionais, sobre o 8 de janeiro.

The New York Times – EUA

Na capital do Brasil, uma multidão frenética ataca o Congresso, aparentando os ataques de 6 de janeiro (ao Capitólio dos Estados Unidos).

2. *Headlines* (manchetes, em Português). Conforme consta no corpus de análise desse estudo, as manchetes dos jornais internacionais são apresentadas como produto de tradução livre.

The Guardian – Inglaterra
Invasão no estilo do Capitólio no Brasil: apoiadores de
Bolsonaro atacam Congresso.

Le Monde – França
Brasil: a democracia abalada com a invasão ao coração do
poder.

El País – Espanha
Assalto à democracia no Brasil; Bolsonaristas atacam as
instituições em Brasília.

Corriere Della serra – Itália
Brasil, assalto ao Parlamento.

Le Soir – Bélgica
Brasil. A democracia atacada.

Clarín – Argentina
Comoção no Brasil pela invasão ao Congresso por ativistas
bolsonaristas.

Toronto Star – Canada
Assalto à democracia: apoiadores de Bolsonaro invadem
prédios do governo no Brasil.

The Jerusalem Post – Israel
Apoiadores de Bolsonaro invadem o congresso brasileiro
e a suprema corte em Brasília.

A fim de situar o leitor e marcar a ênfase dessa leitura discursiva sobre o sincretismo suscitado na operação de recorte de imagens que vêm balizar a apresentação das notícias sob a alcunha da cobertura midiática, apresento, na sequência, tais *headlines* no conjunto de materialidades que trazem o *front* de páginas de abertura do noticiário

internacional. Trata-se do layout de *print*, no relato e transmissão das ações dos agentes que, na retomada das dizibilidades que transitaram a partir da cobertura internacional do episódio de 8 de janeiro de 2023 no Brasil, foram categorizados como vândalos, minoria bolsonarista, incendiários, piromaníacos do terror. Dito isso, é possível adiantar que o efeito de regularidade atrelado ao discurso mobilizado nessas respectivas materialidades está vinculado ao léxico, nas palavras *assalto*, *invasão* e *ataque*, por exemplo. É essa, então, a marca de uma formação discursiva que instrui a forma de dizer da mídia internacional.

As figuras a seguir são produções midiáticas consideradas como operadores de uma evidência, de uma universalidade; elas retratam, recortam e alinham o discurso de potência da democracia brasileira na relação entre estrutura e acontecimento.

Figura 1: The New York Times – EUA



Fonte: g1.globo.com

Figura 2: The Guardian – Reino Unido



Fonte: g1.globo.com

Figura 3: Le Monde – França



Fonte: g1.globo.com

Figura 4: El País – Espanha



Fonte: g1.globo.com

Figura 5: Corriere Della Sera – Itália



Fonte: g1.globo.com

Figura 6: Le Soir – Bélgica



Fonte: g1.globo.com

Figura 7: Clarín – Argentina

Fonte: g1.globo.com

Figura 8: Toronto Star – Canada

Fonte: g1.globo.com

Figura 9: The Jerusalem Post – Israel

Fonte: g1.globo.com

A partir dessas materialidades, insisto na questão de ver, para além da regularidade que se edifica e se apresenta como evidente e inquestionável, o traço de singularidade, o gesto de questionar a evidência para, então, destacar o efeito de ruptura. Busco ler, então, essas materialidades como um recorte da mídia que instiga o sujeito a uma posição de subjetividade. Lá onde reina o terreno plano de uma evidência que se pretende crível e inquestionável, podemos enxergar furos, espaços de ligação. É preciso mostrar que ali “onde se estaria bastante tentado a se referir a uma constante histórica [...] ou ainda a uma evidência se impondo da mesma maneira para todos, trata-se de fazer surgir uma “singularidade” (FOUCAULT, 2006, p. 338) e é isso que me liga à proposta foucaultiana de acontecimentalização.

Ao considerar a realidade compósita de tais materialidades é possível vislumbrar uma convergência verbo-visual que incita a construção de (uma) narrativa(s) sem curvas, a minimização de pontos de referenciação. Narrativas trabalhadas midiaticamente a partir de um regime de dizer que, na historicidade da sociedade brasileira, destaca os efeitos de fatalidade ao fazer referência, sobretudo, às marcas, ao signo de uma continuidade. Os discursos reverberaram as posições de espanto, de condenação apressada, de generalização e, principalmente, de um determinismo histórico como se o acontecimento estivesse ali permitido e fadado a um devir previsível, mensurável, objeto de uma intenção calculada. Tais efeitos podem ser alcançados, em especial, no sincretismo das matérias apresentadas, por exemplo, pelos jornais norte-americanos, em cujo texto vemos a direção para o efeito de um acontecimento que se irrompe no escopo da visibilidade:

The New York Times: Milhares de apoiadores de Jair Bolsonaro, o ex-presidente do Brasil, na Esplanada dos ministérios em Brasília no domingo.

Na Capital do Brasil, desordeiros frenéticos invadiram o congresso. Milhares de apoiadores do ex-presidente do Brasil recém destituído, invadem o Congresso, a Suprema Corte e os escritórios presidenciais no domingo em protesto pelo o que eles falsamente chamam de eleição fraudada. A culminância violenta de anos de teorias da conspiração incitadas pelo o Sr. Bolsonaro e os seus aliados de direita.

The Washington Post: Escritórios do governo atacados. Milhares de radicais apoiadores de extrema direita do ex-presidente Jair Bolsonaro violaram e vandalizaram o prédio presidencial, o Congresso e a Suprema Corte no domingo em cenas que assombrosamente evocaram à invasão ao capitólio americano em 6 de janeiro de 2021, por apoiadores do ex-presidente Donald Trump. O ataque – a mais forte ameaça à maior democracia na América Latina desde o golpe militar de 1964 – aconteceu uma semana depois de Luiz Inácio Lula da Silva vencer Bolsonaro.

The Wall Street Journal: Manifestantes pro-Bolsonaro invadem o Congresso do Brasil e a Suprema Corte. Milhares de manifestantes apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro invadiram o palácio presidencial, o Congresso e a Suprema Corte na capital Brasília no domingo, com muitos pedindo intervenção militar para remover Luiz Inácio Lula da Silva, líder vencedor das eleições na semana passada. Os manifestantes se vestiram em verde e amarelo e invadiram os prédios presidenciais, quebrando janelas e móveis e rasgando documentos [...].

A potência da democracia nacional é proporcionalmente alargada em falas, discursos de afirmação, análises de especialistas e as posições

de sujeito são, nestas condições de emergência histórica, atreladas aos polos de verdade e de saberes institucionalizados que, por sua vez, passam a exaltar a questão da política como guardião do que se constitui, na esfera pública, como o bem comum.

Ao atentar para as imagens que ratificam o sincretismo das matérias jornalísticas acerca do ataque à sede dos três poderes brasileiros em 8 de janeiro, é preciso destacar que a soberania do visível ratificado no modo de narrar, no testemunho inquestionável do(a) repórter que, na posição-sujeito de correspondente - que transmite de lá, que acompanha e que enquadra os registros da destruição na personalidade uma presença - ocupa todas as fendas de uma dizibilidade afirmativa e, em função disso, vale destacar que:

[...] as características dessa tecnologia, que se pauta pelo presenteísmo, imediatismo, efemeridade, fragmentação, diversidade, ambiguidade e virtualidade, proporcionam também o espaço para a atuação de um sujeito-autor que, se quiser representar-se como um outro que não ele mesmo, poderá fazê-lo, sem que ninguém possa descobrir realmente se o 'eu' que fala é o 'eu' da vida real. A única certeza é que ali reside um 'eu' virtual e potencializado, uma possibilidade de vir a ser o 'eu' real (OLIVEIRA, 2004, p. 209).

Trata-se das marcas e balizas de um discurso de afirmação que eleva a democracia à potência máxima de uma positividade que separa o bem e o mal: não há patriota vândalo e nem vândalo patriota. Ainda no tocante à disposição das imagens, as quais destacam, sob a força de um *warfare* midiático, determinadas estratégias de dizer, de falar sobre, e não outras em seu lugar (FOUCAULT, 2005a), preciso dizer das posições de sujeito ali ressaltadas. Tal aspecto não é tão somente alcançado

no uso de um léxico balizador da destruição - *ataque, assalto, invasão* - mas, também, na marca de uma autoria coletiva, assumida ali no momento mesmo de relatar o caos: são as instituições brasileiras, a mídia, os poderes constituídos, a família, a moral, a ética, que vêm condenar, de modo explícito e autorizado, o movimento que reúne os parâmetros para ser caracterizado como uma tentativa de golpe em Brasília.

É com base nesta direção que venho assinalar aqui como a democracia nacional passa a ser trabalhada midiaticamente como enunciado que oportuniza a estrutura e o acontecimento de um discurso de afirmação. Trata-se de uma operação de controle do dizer e do visível, operação que delinea o ângulo de visão, o espaço de leitura do acontecimento a partir dos efeitos de dramaticidade, de assombro, de extravaso e de malignidade.

Na perspectiva Foucaultiana, o enunciado (i) está ligado a um referencial (que não é o mesmo de correlato), (ii) exige uma posição de sujeito (sujeito como lugar determinado e vazio que pode ser ocupado por aquele que, em determinadas condições de produção, reúne as condições de subjetividade para tanto), (iii) atrela-se à existência de um domínio associado (campo adjacente, espaço colateral), e (iv) tem existência material (o enunciado precisa ter uma substância, um suporte, um lugar e uma data). É ele - o enunciado - da ordem da repetibilidade, da atualização, mas sempre, faço questão de destacar isso, em condições estritas. O enunciado é materialidade repetível que se liga ao acontecimento, a condições históricas determinadas e está cedido à manipulação, à produção, à combinação, à transformação, à decomposição, à troca. Assim sendo, é preciso destacar que:

Ao invés de ser uma coisa dita de forma definitiva - perdida no passado [...] o enunciado, ao mesmo tempo em

que surge em sua materialidade, aparece como um *status*, entra em redes, se coloca em campos de utilização, se oferece a transferências e a modificações possíveis, se integra em operações e em estratégias onde sua identidade se mantém ou se apaga. Assim, o enunciado circula, serve, se esquivava, permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriações ou de rivalidade (FOUCAULT, 2005a, p. 119).

Considerada a partir das muitas relações que destaca, das referências e inferências sinalizadas no texto e nas imagens, no seio da discursividade que oportuniza, a enunciação das figuras-objeto que apresentei acima adere à democracia brasileira efeitos de uma repetição positivada. A questão da democracia, sua reafirmação, o zelo que exige e a aceitação que suscita, atrela-se ao acontecimento de 8 de janeiro como enunciado reinante.

No escopo de uma operação da mídia jornalística que vem enquadrar um discurso de afirmação em prol da força coletiva da nação, tal enunciado é destacado, ilustrado, mensurado, qualificado, discutido, repetido e atualizado não apenas como o cálculo de uma forma ideal (neste caso, de sociedade livre), mas, sobretudo, como vetor solidário à luta e à construção de um presente eterno. Na irrupção do acontecimento, ao trabalhar o efeito de imparcialidade na construção de uma história do presente, a mídia “coloca-se na posição de observadora, utilizando-se de estratégias de manipulação do real, sensacionalismo [...] por isso, a mídia é para as massas o instrumento mais moderno de viver a história no calor de seu acontecimento” (SILVA, 2008, p. 46).

Trata-se de uma pedagogia do olhar, a conversão do olhar como produto de um trabalho estratégico de fazer ver; um jogo polêmico em

torno do sentido, na construção de uma histórica contada sob a alcinha da visibilidade que, por sua vez, institui discursos de afirmação. É sobre isso que me debruço no tópico seguinte.

1.1 A conversão do olhar em discursos de afirmação: a questão da produtividade do sentido

Com a apresentação do enquadramento discursivo do acontecimento de 8 janeiro pela incursão que realizei no tópico anterior, marcando o limiar de um discurso incisivo de afirmação e de ratificação de uma positividade acenada no escopo da mídia, espero ter alcançado as condições para agora dizer das brechas, das fendas, do deslize, do lugar outro do acontecimento que o qualifica como lugar pulverizado e ligado à descontinuidade. É essa dimensão da relação sempre possível com o que é da ordem da historicidade que sustenta e baliza a proposta foucaultiana de quebrar as sínteses fabricadas e abalar as estruturas de um devir, a questão de uma genealogia que, penetrante e vívida, vem perpassar e ligar os discursos, os sentidos.

A invasão da sede do poder público em Brasília nos foi contada em muitas vozes, porém seguindo uma seleção de cenas definida, ângulos de visibilidade determinados. No entanto, olhar para o acontecimento em tela é também se inquietar diante desse agrupamento que já nos é familiar. É preciso desfazer “os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras próprias da prática discursiva” (FOUCAULT, 2005a, p. 55). Esse gesto de leitura significa encontrar, a partir do objeto de que falo, os espaços possíveis, as relações necessárias, haja vista que a acontecimentalização é, essencialmente, um corte, uma ruptura absoluta.

É no texto de Foucault de 1980, texto que ficou conhecido como prefácio da mesa-redonda de 20 de maio de 1978 que encontro a proposta - por sinal muito oportuna para essa discussão - de enxergar o enunciado e, portanto, o acontecimento, como uma desmultiplicação causal. Nas palavras do autor, tratar do acontecimento:

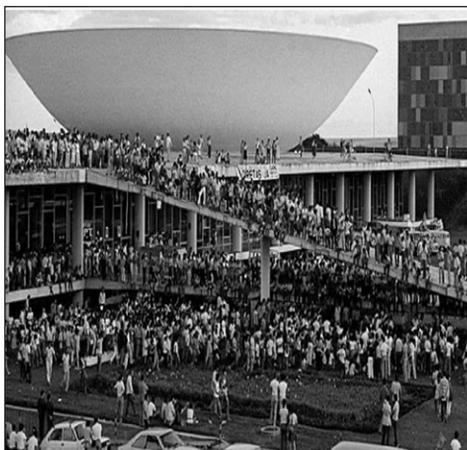
[...] consiste em reencontrar as conexões, os encontros, os apoios, os bloqueios, os jogos de força, as estratégias etc., em que, em um dado momento, formaram o que, em seguida, funcionará como evidência, universalidade, necessidade. Ao tomar as coisas dessa maneira, procedemos, na verdade, a uma espécie de desmultiplicação causal (FOUCAULT, 2006, p. 339).

Para reencontrar essas conexões e jogos de forças no dizer do acontecimento, devo destacar, de antemão, que a despeito das formações discursivas que estão imbricadas na dizibilidade de cada jornal (conforme trago nas materialidades de prints dos noticiários), é na condição de alteridade do dizer que encontramos as possibilidades de relação. Formações discursivas essas que sinalizem a comunhão de ideais, suporte e diplomacia entre os países, haja vista que a cobertura do acontecimento se mantém na postura de universal (afinal, nas manchetes são citados países da América, de várias partes da Europa e do Oriente Médio).

O acontecimento tem, repito, um alhures. Ele sempre reclama uma *relação a*. Ainda que tenhamos um recorte que se pretende universal, único e inédito do 8 de janeiro, há sempre a possibilidade de ligá-lo a um campo estratégico onde pululam outros acontecimentos que podem ser retomados, referenciados, trazidos em mensura, realocados numa atualidade presente. É nessa atenção à dispersão do acontecimento e a

sua ligação ao que é da ordem do descontínuo, considerando, é claro, que o “enunciado tem margens povoadas por outros enunciados”, que apresento os seguintes excertos:

Figura 10: Registro Diretas Já



Fonte: agenciadenoticias.uniceub.br

Figura 11: 1985 Eleição Indireta de Tancredo Neves



Fonte: memorialdademocracia.com.br

Figura 12: Ato pelas Diretas Já – Brasília 1984



Fonte: fpabramo.org.br

Figura 13: Movimento Fora Collor – 1992



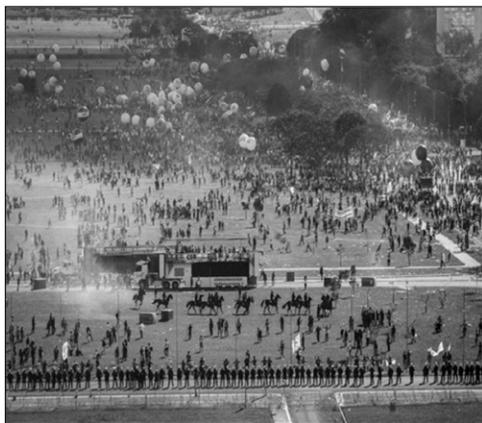
Fonte: agenciadenoticiasuniceub.br

Figura 14: Brasília – Protestos de 2013



Fonte: acervo.oglobo.globo.com

Figura 15: Movimento ocupa Brasília – 2017



Fonte:urucum.milharal.org

Na proposição de uma regularidade do acontecimento, e assim sendo, considerando o efeito de regularidade do dizer na condução de uma narrativa do(s) presente(s) ilustrados no recorte dessas cenas, destaco que, para além dos pontos de referência para o 8 de janeiro, para além das relações possíveis de movimentos de ocupação e de presença do povo na sede do poder federal, as condições de emergência de tal acontecimento sinalizam operações táticas de visibilidade que se fazem e se materializam na tensão entre evidência e apagamento. Este trabalho de *falar sobre* e de *fazer ver* reforça a efetividade de uma pedagogia do olhar, pois o “trazer à visibilidade é [...] mostrar o mundo do ponto em que ele deve ser visto e esse ponto, por si mesmo, já é disciplinar” (GOMES, 2003, p. 75).

A leitura do sentido se torna, então, um imperativo. É no escopo da investigação do sentido, na sua condição de efeito e na problemática das condições que regem sua emergência, que é possível proceder com a proposta de discutir a positividade dos discursos. Assim sendo, lendo o que constitui o fio do discurso, isto é, a relação entre intradiscurso e

interdiscurso, posso concluir que, na narrativa do vandalismo em Brasília no início de 2023, foi trabalhada estrategicamente a visibilidade dos espaços de formação do objeto “violência”, “invasão”, “ataque”, segundo operações insidiosas de controle em torno do que estava na ordem da legitimidade para ser enunciado ao público, dito, comentado, mensurado, discutido. Uma vez trabalhada na conjuntura de uma leitura linguístico-discursiva, a produtividade do sentido nos leva a enxergar essa prática, essas nuances.

Ainda neste tocante, chamo atenção para a máxima da democracia que, na cronologia dos momentos acima mobilizados - o movimento das diretas já nos anos de 1984, 1985 (figuras 10 e 12), a eleição indireta de Tancredo Neves no dia 15 de janeiro de 1985 (figura 11), movimento Fora Collor em 1992 (figura 13), os protestos de 2013 (figura 14) e o movimento ocupa Brasília em Maio de 2017 (figura 15) - é exaltada e apresentada, assim como ocorreu em 2023, como condição inegociável para o estabelecimento da ordem nacional. Ao voltarmos para as pautas de reivindicação desses momentos, ainda que sem discutir, é claro, o mérito de cada uma delas, observamos o enunciado da democracia reclamando uma ligação a um determinado referencial, exigindo a assunção de posições de sujeito, atrelando-se a domínios de onde emana um dizer balizado e, por fim, alcançando existência material no funcionamento da língua. Tal enunciado é percebido na relação com a historicidade das lutas que cada um desses acontecimentos reivindicava.

Ao insistir em assinalar o viés da regularidade nesse caminho da acontecimentalização do 8 de janeiro de 2023, na discursividade que tal momento histórico nos faz operar com os indícios, emblemas e resquícios (GINZBURG, 2007) para associá-lo como recorte que reclama, por sua vez, acontecimentos outros que constituem nossa memória social, apro-

veito para destacar também a operação de cobertura da mídia na produção, na disposição imagética da sequência ilustrativa que escolhe e oferece à grande massa, enquadrando o sujeito e o espaço físico como partes embreadas e indivisível em uma mesma realidade compósita. Concordo aqui com Courtine (2011, p. 161), é preciso identificar e ler os indícios das imagens “porque representações perdem seu sentido fora dessa genealogia dos traços que as atravessam e as constituem”. A imagem é, nessa dimensão, capital; funciona como um operador de memória.

Ao tentar para o efeito de roteirização dos movimentos que trouxeram o público à Brasília, tanto na sequência de imagens referentes ao 8 de janeiro de 2023, como também em relação àquelas mobilizadas aqui como o alhures de tal acontecimento, é possível afirmar que as cenas da esplanada dos ministérios ocupada por manifestantes nos chegam como um conglomerado típico, universal e uniforme: nesta construção, a presença do sujeito (que protesta) e o signo dos prédios públicos confeccionam um mural naturalizado, como se numa constelação de elementos inerentes, um incutindo a presença do outro. Esse tipo de enquadramento é uma constante, mas não continuidade, se observarmos, por exemplo, o sincretismo, as imagens que ilustram as matérias do noticiário internacional (figuras 1 a 11). Estão lá registros fotográficos que consumam a presença do sujeito e que capturam essa presença no conjunto de um perfil predial típico, uma espacialidade que destaca a localização do acontecimento e põe em relevo a territorialidade de um lugar, de um ambiente. Na densidade histórica dos acontecimentos, à Brasília é reservada a posição de arena de lutas, manifestações, protestos.

Assim como adiantei no título desse tópico, minha atenção está voltada para a produtividade do sentido e, para tanto, persigo essa questão da conversão do olhar na amplitude da formação dos objetos em

discursos afirmativos. Entendo que esse tipo de investigação é operacionalizado “a cada dia que nos interrogamos sobre o que produz signo e sentido no campo do olhar, para os indivíduos, num momento histórico determinado, a cada vez que tentamos reconstruir o que eles interpretam daquilo que percebem, mas ainda o que lhes permanecem invisível” (COURTINE, 2011, p. 152). A irrupção do acontecimento exige considerar a obtusidade do dizer e da visibilidade que vem preencher os mais diferentes espaços e recortes que ele mesmo delinea, isto é, há na dispersão do acontecimento uma insistência de singularidade. É esse o destaque no tópico a seguir.

2 Na dispersão do acontecimento a insistência de singularidade

A narrativa midiática e a cisão que atribui ao acontecimento de 8 de janeiro, para alcançá-lo no efeito preciso da novidade que cinde, que prende, que revolta, é insistente pela singularidade. Lendo a discursividade da prática jornalística, no conjunto das materialidades que constituem aqui o corpus de análise, é possível afirmar que a forma de dizer, de estabelecer as ligações com o bárbaro, de mensurar a dimensão de uma gravidade, de destacar o choque e a rebeldia com que nós, espectadores, deveríamos receber o material noticioso, é estrategicamente operada com uma cobertura espetacular. Traça-se uma genealogia dos fatos e das autorias: diz-se dos inquestionáveis estragos, da depredação desmedida, buscam-se culpados e responsáveis, oferece-se apoio na identificação dos envolvidos pela análise do material visual já em arquivo, reporta-se a repercussão nacional e internacional, localizam-se e questionam-se as lideranças, imputa-se uma discursividade de afirmação da democracia em todos os aspectos.

No entanto, é preciso enxergar, nesse trabalho de acontecimentalização, a força de um regime de intencionalidade, isto é, uma mira de discurso. Não se trata de discutir a intenção na produção da notícia, mas de reconhecer que a discursividade midiática tem miras determinadas, isto é, observar como os sentidos são construídos discursivamente, que estratégias são mobilizadas. Aqui podemos ratificar a posição do acontecimento discursivo: para além de situá-lo como testemunho de uma identidade, como mero jogo de circunstâncias ou como forma sumária de um pensamento, é preciso situá-lo no conjunto de materialidades - imagens, sons, falas, flagrantes - considerando, portanto, tudo que tenha surgido, vindo à tona, graças a todo um jogo de relações, de possibilidades, que caracterizam de modo particular o nível discursivo. Segundo Foucault (2005a, p. 146):

[...] que em lugar de serem figuras adventícias e como que inseridas, um pouco ao acaso, em processos mudos, nasçam segundo regularidades específicas; em suma, que se há coisas ditas - e somente estas -, não é preciso perguntar sua razão imediata às coisas que aí se encontram ditas ou aos homens que a disseram, mas ao sistema da discursividade, às possibilidades e às impossibilidades enunciativas que ele conduz.

Nesta conjuntura, a regularidade discursiva faz par com a mais fina singularidade, mas essa relação não inibe o resgate, o estabelecimento da *relação a* do acontecimento. Na retomada do léxico nas matérias jornalísticas anteriormente apresentadas (*desordeiros frenéticos invadiram o congresso, invadem o Congresso, em protesto pelo o que eles falsamente chamam de eleição fraudada, a culminância violenta de anos de teorias da conspiração, a ataque, a mais forte ameaça à maior democracia na*

América Latina, quebrando janelas e móveis e rasgando documentos), e na esteira de relatos legitimados de agentes que fazem a cobertura do visível, a capital federal do Brasil foi, em janeiro de 2023, palco de um movimento golpista, articulado, idealizado; esse momento suscita efeitos de singularidade, mas, para além da novidade que mobiliza, é na regularidade, na sua relação com a historicidade, no manto espesso de uma memória social, que devemos enxergar e discutir sua irrupção.

Em face dessa irrupção do acontecimento, é preciso buscar como as produções discursivas da mídia fazem reverberar dizeres outros, não somente no plano verbal, mas na apresentação de imagens que registram e roteirizam diferentes momentos da história. Uma vez retomados, tais momentos podem, portanto, ser atualizados, inscritos na ordem do discurso do caos, da invasão, da depredação, do motim; conforme apresento a seguir, no conjunto de materialidades³ retiradas de diferentes veículos midiáticos.

Figura 16: Vândalo picha o Ministério da Agricultura



Fonte: exame.com/brasil

Figura 17: Vândalo no Ministério da Agricultura



Fonte: exame.com/brasil

3. Figuras, em efeito de recorte de matérias de cunho jornalístico, veiculadas na mídia sobre acontecimentos de invasão a prédios públicos em Brasília.

Figura 18: Invasão ao Ministério da Agricultura



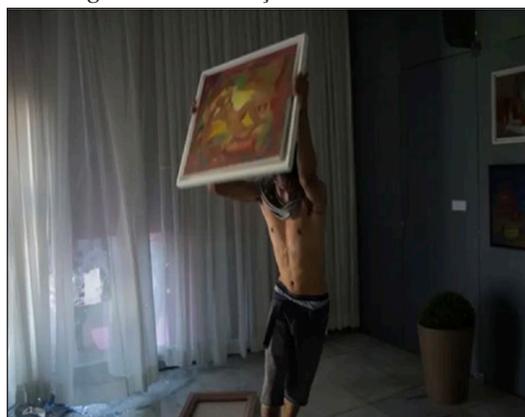
Fonte: exame.com/brasil

Figura 19: Fogo ateado no Ministério da Agricultura



Fonte: exame.com/brasil

Figura 20: Destruição de obras de arte



Fonte: exame.com/brasil

Figura 21: Depredação de prédio de Ministério



Fonte: exame.com/brasil

Figura 22: Vândalo em confronto com a polícia



Fonte: exame.com/brasil

Figura 23: Depredação do Ministério da Agricultura



Fonte: cartacapital.com.br

Figura 24: Depredação do Itamaraty



Fonte: sites.correioweb.com.br

As imagens da sequência acima entram na ordem da roteirização do acontecimento de 8 de janeiro, mas elas não representam esse corte histórico. As figuras 16 a 24 são registros do episódio de vandalismo e depredação de prédios públicos em Brasília no dia 24 de maio de 2017. Trata-se de um outro momento, de um outro acontecimento, mas que, pela constitutividade de uma densidade histórica, pode ser alinhado como ponto de referência, como heterotopia, conforme apresenta

Foucault (2013), que instiga o nosso olhar para uma convergência sinuosa e típica do trabalho de midiaticização.

Devo destacar ainda que ao ler essas imagens (figuras 18 a 26), atentando para os emblemas de cor, o efeito de presença de um sujeito bárbaro, criminoso, vândalo, o rastro de uma ocupação desastrosa que assola o espaço e que nos oferece uma visualidade de caos, podemos enxergar muito mais do que o efeito de uma relatividade com os acontecimentos aqui retomados (conforme apresento nas sequências de figuras de 1 a 9 e de 10 a 15). Seguindo o pensamento foucaultiano, trata-se de proceder com a desmultiplicação causal e isso representa para a história uma produtividade sem limites, haja vista a necessidade de considerá-la como duração múltipla e negar seu lugar de continuidade serial (FOUCAULT, 2005b).

De modo ilustrativo, se destacarmos aqui, pelo sincretismo do texto jornalístico, as escolhas lexicais, o enquadramento verbal dos acontecimentos, vamos notar efeitos de uma regularidade conjugada, ritmada do dizer. Observe que ao apresentar as manchetes dos jornais e portais internacionais (dos Estados Unidos da América, da Argentina, do Canadá, da Espanha, da França, da Bélgica, da Inglaterra, da Itália e até de Israel) dei ênfase ao léxico bélico e de enfrentamento de forças. Todos os jornais empregam esse tipo de vocabulário: *ataque de multidão frenética ao congresso, ataques, invasão de prédios, abalo da democracia, invasão ao coração do poder, assalto à democracia, assalto ao parlamento, comoção*. Uma relação intradiscursiva pode ser alcançada, por exemplo, com os dizeres que embasam as matérias jornalísticas das quais foram captadas as figuras da sequência 18 a 26.

Temer chama Forças Armadas depois de ataques a ministérios.

Protesto termina em vandalismo, deixa 49 feridos e 8 presos. Presidente invoca Garantia da lei e da Ordem (cartacapital.com.br).

Manifestação em Brasília terminou com depredação e feridos.

A PM vai abrir inquérito para investigar os policiais filmados com arma de fogo na mão e informou que a conduta não é procedimento adotado em protestos (exame.com/brasil).

Ministérios são esvaziados em meio a protestos em Brasília

Milhares de pessoas protestavam na capital federal, e foram registrados tumultos entre policiais e manifestantes na Esplanada dos Ministérios (exame.com/brasil).

Protesto em Brasília termina com oito presos e 49 feridos
Confronto entre Polícia Militar e manifestantes teve incêndio e depredação em prédios de ministérios (GZH Política).

Uma discursividade que convoca ao levante da reafirmação da democracia como potência da ordem. Um trabalho com estratégias de fazer ver, de fazer ler um recorte de real a partir de técnicas de adestramento e conversão do olhar. A mídia impera nesse contexto. A ideia de realidade mediada, de virtualidade sem avesso encontra na justificativa do dever de informar as condições que vão se constituir como necessárias à irrupção de acontecimentos.

Aqui, é importante dizer, a constitutividade do acontecimento mexe com a história, mas é o enunciado que amplifica as possibilidades de sempre podermos associar o presente em construção com um lugar ou-

tro que dá vida ao nosso passado. A partir disso, lembro que o espaço do dizível e do visível é sempre preenchido pela presença agressiva de regras que balizam os sujeitos, uma vez que:

É por essa relação sempre tensa que os enredamentos nos quais vai se formando o tecido sintático do discurso se nos apresenta uma alteridade. Uma alteridade que se lança para seus outros, que torna o solo do discurso o lugar onde a regra se defronta com suas irregularidades, onde o possível se encontra com o seu impossível, onde os efeitos do imaginário entram em funcionamento no “real da língua” (TENREIRO, 2007, p. 277).

Vale salientar também que no espaço intervalar do dizer com o já dito não se encontra uma passividade harmoniosa que apazigue a tensão do controle que circunscreve o discurso, o sentido. Encontramos ali, ao contrário, a positividade de um batimento, o duelo e o diálogo entre discursos, efeitos de sentidos que perpassam as formações discursivas em uma determinada atualidade. Nesse sentido, as materialidades discursivas que apresento nesta discussão funcionam como prospectos que nos permitem lançar mão de uma história dos objetos discursivos reclamados na extensão do acontecimento.

No emaranho de traços que conferem ao acontecimento de 8 de janeiro sua dimensão de discursivo, é imperativo perceber o imbricamento dos efeitos de regularidade e de singularidade, evidenciar o regime de visibilidade e de dizibilidade que estão presentes e que marcam essa densidade histórica. Não se trata de relativizá-lo, transformando-o em signo de outra coisa, mas, sobretudo, de destacar a sua consistência, as condições de seu aparecimento histórico, dizê-lo na complexidade que lhe é própria (FOUCAULT, 2005a).

Considerações finais

Com essa incursão em torno do acontecimento, busquei apresentar um gesto de leitura da discursividade a fim de problematizar os espaços e as possibilidades por ela desenhados. Penso que a tarefa do analista do discurso deve seguir essa frente de trabalho de modo que a prioridade, para além das opções metodológicas e das arestas que são e devem ser aparadas, seja o sentido. O sentido tomado em sua máxima produtividade, no ciclo de suas movências, nos efeitos que ele pode suscitar.

O acontecimento de 8 de janeiro foi aqui apanhado na sua constituição típica, uma constituição que reclama não apenas a sua alocação a um polo de poder, mas, sobretudo, sua viabilidade e localização na dispersão, na descontinuidade, no seio de uma densidade histórica. Nesta perspectiva, notamos a questão da democracia sendo conduzida como potência máxima de um discurso afirmativo. A ordem social, a vida em comum depende dela.

Reforço, por oportuno, que o trabalha deve pôr em suspenso as aparências sedutoras de uma evidência universal. Não se trata de perseguir ou de se deixar guiar pelo eco de dizeres que se sedimentam em fissuras da história, mas de buscar, de oportunizar uma operação de leitura que esteja atenta aos movimentos de subjetividade, um gesto de interpretação que acompanhe a minúcia da inscrição de acontecimentos no escopo da produção de imagens. “O discurso e a figura têm, cada um, seu modo de ser; mas elas mantêm entre si relações complexas e embaralhadas” (FOUCAULT, 2005b, p. 80).

Com esse empreendimento que instiga processos de descrição e de interpretação, lancei um olhar para a inscrição do acontecimento na es-

pessura histórica de um a priori e no sentido de delinear uma prática. Penso ter destacado a irreducibilidade do acontecimento à língua. Esta última é muito mais o lugar onde se forma e se deforma uma pluralidade de coisas ditas e não ditas. Como vetor que instrumentaliza um fenômeno de expressão, a língua em funcionamento pode subjugar a plenitude de uma experiência, mas não consegue remeter o acontecimento a uma síntese acabada. Ela, a língua, enquanto domínio de estruturas e na relação com as imagens que transitam midiaticamente, dilata as fronteiras do discurso e apresenta-se como material de construção de enunciados; fazer surgir, aparecer em sua dimensão, em sua pureza, “o espaço onde se dispersam os acontecimentos discursivos não é pretender estabelecê-lo em um corte que nada poderia superar [...] é, ao contrário, tornar-se livre para descrever, entre ele e outros sistemas que lhe são exteriores, um jogo de relações” (FOUCAULT, 2005b, p. 94).

Com essa cisão epistemológica, intentei aqui evidenciar a discursividade midiática como produto de uma operação fundamentada em polos de subjetividade, como construção histórica, alicerçada em princípios de uma intencionalidade calibrada. A partir disso, e no escopo dos objetos que mobilizei, procurei instituir o cenário de miras da mídia na construção do acontecimento de 8 de janeiro de 2023. Um acontecimento balizado em efeitos de um acúmulo avultado de imagens atreladas à marca de uma perversidade, um acontecimento contado na espreita de uma continuidade vinculada ao determinismo histórico. Diante de tais marcações discursivo-midiáticas, é possível dizer, portanto, que consumimos as imagens e delas falamos com o mesmo empenho capaz de fazê-las circular indefinidamente pelo presente que estamos a construir.

Referências

- AGÊNCIA DE NOTÍCIAS CEUB. *Saiba como foram as manifestações em Brasília para as “Diretas Já” na década de 1980*. Disponível em: <https://agenciadenoticias.uniceub.br/destaque/o-grito-de-brasilia-para-as-diretas-ja/>. Acesso em 20 mar. 2023.
- CHARAUDEAU, P. *Discurso político*. Trad. Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2008.
- CURTINE, JJ. Discurso e imagens: para uma arqueologia do imaginário. In: SARGENTINI, V. CURCINO, L. PIOVEZANI, C. (Orgs.). *Discurso, semiologia e história*. São Carlos, SP: Claraluz, 2011.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do Saber*. 7ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária: 2005a.
- FOUCAULT, M. As imagens e as palavras. In: *Ditos e Escritos II*. Rio de Janeiro: Forense Universitária: 2005b.
- FOUCAULT, M. Mesa-redonda em 20 de maio de 1978. In: *Ditos e Escritos IV*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *O corpo utópico, Asheterotopias*. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: n-1 Edições, 2013.
- FOUCAULT, M. Retornar à História. In: *Ditos e Escritos II*. Rio de Janeiro: Forense Universitária: 2005b.
- FOUCAULT, M. Sobre a arqueologia das ciências. Resposta ao círculo de epistemologia. In: *Ditos e Escritos II*. Rio de Janeiro: Forense Universitária: 2005b.
- FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Campanha diretas-já! colégio eleitoral e o início da nova república*. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/pt43anos/diretas-ja-colegio-eleitoral-nova-republica/#galeria>. Acesso em 20 mar. 2023.
- GINZBURG, C. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GOMES, W. *Transformação da política na era da comunicação*. São Paulo: Paulus, 2004.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. [1985] 15 de Janeiro – *Eleição de Tancredo Põe fim à ditadura*. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/eleicao-de-tancredo-poe-fim-a-ditadura#card-2>. Acesso em: 20 mar. 2023.

OLIVEIRA, M. R. M. de. Weblogs: a exposição de subjetividade adolescentes. In: SARGENTINI, V. NAVARRO-BARBOSA. (Orgs.). *Michel Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder e subjetividade*. São Carlos, SP: Claraluz, 2004.

PORTAL G1. *Capas de jornais do mundo destacam ataques a Brasília*. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/01/09/capas-dos-jornais-internacionais-destacam-ataques-a-brasilgia.ghtml>. Acesso em 20 mar. 2023.

PORTAL GZH Política. *Protesto em Brasília termina com 8 presos e 49 feridos*. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2017/05/protesto-em-brasilgia-termina-com-oito-presos-e-49-feridos-9800063.html>. Acesso em 20 mar. 2023.

SANTOS, A. G. P. dos. *Poder, discurso e mídia: subjetivação e enunciabilidade no acontecimento político-discursivo norte-americano*. João Pessoa: Marca de Fantasia, 2017.

SILVA, F. P. da. Mídia e produção de sentidos: das tranquiças que povoam o enunciado. In: OLIVEIRA, M. B. F. de. ALVES, M. da P. C. SILVA, M. P. (orgs.). *Linguagem e práticas sociais: ensaios e pesquisas*. Natal: EDUFURN, 2008.

TENREIRO, C. A. Tecendo o discurso. In: INDURSKY, F. FERREIRA, M. C. L. (Orgs.). *Michel Pêcheux e Análise do Discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos, SP: Claraluz, 2007.

THOMPSON, J. B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

O que há de novo no “Novo Ensino Médio”? poder e autoritarismo no discurso educacional brasileiro¹

Bruna Maria de Sousa Santos

Introdução

O Novo Ensino Médio (NEM), oficializado com a promulgação da Lei nº 13.415/2017, no governo de Michel Temer, e implantado em 2022 pelo governo de Jair Bolsonaro, estabeleceu uma mudança na estrutura desse nível de ensino através da ampliação do tempo mínimo do estudante na escola, que passou de 800 horas para 1.000 horas anuais. Além disso, definiu uma nova organização curricular, subsidiada por uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e pela oferta de itinerários formativos, que, por sua vez, foram caracterizados pela lei como arranjos curriculares que podem se aprofundar nos saberes de uma área do conhecimento ou na formação técnica e profissional.

A dita “reforma” prevê que a oferta dos itinerários deve ficar a cargo de cada sistema de ensino, conforme suas possibilidades e contextos locais, o que leva à total disparidade de oportunidades, tendo em vista que, em uma conjuntura desigual como a nossa, as escolas privadas saem à frente, oferecendo aos seus estudantes maior aprofundamento

1. Uma versão desse trabalho foi apresentada no XI Seminário Internacional de Direitos Humanos, realizado em maio de 2023 na Universidade Federal da Paraíba.

e diversificação nos itinerários formativos, ampliando e qualificando a formação de seus alunos. Esse fato não tem sido observado na grande maioria das escolas públicas, que não possuem os recursos necessários para ofertar os itinerários com a mesma diversificação e aprofundamento, limitando a formação dos estudantes e/ou conduzindo-os ao ensino técnico e profissionalizante. Qualquer semelhança com o nosso passado não é mera coincidência.

Entre 1942 e 1946, já no declínio do Estado Novo, houve, no âmbito educacional brasileiro, a promulgação de uma série de decretos-leis que ficaram conhecidos como Reforma Capanema, cuja orientação essencialmente elitista determinava uma bifurcação entre o ensino secundário e as diferentes áreas do ensino profissionalizante. O objetivo era claro: designar o ensino secundário e posterior ensino superior às ditas “elites condutoras”, ao passo que o ensino primário e o ensino profissionalizante se destinariam às classes “conduzidas”, isto é, às classes populares.

Em semelhança a esse período histórico, o NEM acaba por promover o mesmo sistema de bifurcação, tendo em vista que os itinerários formativos são promovidos em total disparidade de ofertas quando comparamos escolas públicas e privadas do país. Em consequência disso, a divisão social proposta pela Reforma Capanema, no Estado Novo, renova-se na atualidade, afastando substancialmente os jovens da classe trabalhadora da possibilidade de ingresso no ensino superior.

Essa relação que se estabelece entre o NEM e a espessura histórica do sistema educacional brasileiro foi, inclusive, tematizada por Michel Temer em pronunciamento para uma plateia de empresários e convidados da revista *Exame* no ano de 2016, quando a reforma ainda tramitava na condição de Medida Provisória. Segundo ele, “é interessante no Brasil

que as coisas se renovam para voltar ao passado”. Ironicamente, a suposta renovação da educação brasileira foi definida pelo então presidente como um passaporte para um passado permeado pela desigualdade triunfante e pela discriminação social que escancara a manutenção das injustiças em benefício da elite econômica. O “Novo” Ensino Médio, portanto, mostra-se enquanto uma velha prática, disfarçada de inovação.

O retorno ao passado não é aleatório, pois evidencia o traço que une os dois contextos históricos: o autoritarismo². O autoritarismo, aliás, é marca fundante da nação brasileira (CHAUÍ, 2019; SCHWARCZ, 2019), não sendo elemento próprio da ditadura Vargas ou do governo Temer, posto que lhes é anterior e ulterior, isto é, atravessa nossa tessitura social naquilo que nos é constitutivo: nossa história. São raízes do autoritarismo brasileiro a escravidão, o racismo, a corrupção, a desigualdade social, a violência, e tantas outras questões com as quais a população tem se confrontado cotidianamente há pouco mais de cinco séculos. Numa lógica de retroalimentação, essas raízes são a causa e a consequência do autoritarismo, cujo funcionamento se caracteriza por naturalizar a desigualdade, por evadir-se do passado e por negar as violências perpetradas como forma de promover o Estado e a manutenção do poder (SCHWARCZ, 2019).

Um bom exemplo do funcionamento do autoritarismo é o da formulação de realidades completamente desprendidas do factual, erigidas pela construção de mitos e pelo apagamento de um passado indecoroso. Característico desse processo é o *mito da democracia racial* (FREYRE,

2. Se, de um lado, o Estado Novo exibiu seu autoritarismo por meio da instauração de uma ditadura, o Governo Temer, por outro lado, deu a ver sua postura autoritária através da institucionalização de um golpe político-jurídico-midiático que destituiu a presidenta Dilma Rousseff do poder, além da imposição de suas reformas (como a previdenciária, a trabalhista e a do Ensino Médio) sem a efetiva participação popular.

2006), difundido por todo o país e responsável pela construção de um imaginário popular segundo o qual o Brasil seria fruto de uma origem alicerçada na união entre o negro, o índio e o europeu, o que faria do brasileiro um povo sem preconceitos, filho da miscigenação. Trata-se de um discurso que deixa à margem da memória o fato de que o nascedouro do Brasil foi marcado com o sangue e com o genocídio dos povos originários, bem como com a perversa escravidão e com toda a segregação racial e social que dela sucedeu.

A produção de memórias, portanto, é sempre um espaço de disputas no qual desdobram-se as tentativas de construir discursivamente os acontecimentos históricos (BRAGA; SÁ, 2020). O autoritarismo vale-se dessas (re)construções discursivas para dar origem a narrativas míticas/heroicas que recobrem o passado e amordaçam as vozes da resistência. No período da ditadura civil-militar brasileira, por exemplo, a estrutura de poder autoritário atuou de modo a atenuar as práticas de violência, de censura e de perseguição que marcaram o regime. Conforme assinalam Braga e Sá (2020), esse apagamento dos confrontos impediu um “acerto de contas com o passado”, dando margem aos *restos da ditadura* em nossa sociedade: “militarização da vida e da política, criminalização dos movimentos sociais e de resistência etc.” (BRAGA; SÁ, 2020, p. 53).

Essa ausência de reparação social foi também observada por Orlandi (2015) em análise na qual a autora demonstra que os sentidos da tortura, e do que dela resultou em nossa política, não foram socialmente trabalhados, tornando nebuloso o fato de que o Brasil é/foi um país que tortura(va) os dissidentes políticos. Com a reabertura política, a memória da repressão foi substituída pela “memória da ordem e do êxito econômico” (BRAGA; SÁ, 2020, p. 55) e por formulações que re-

verberavam a ideia de que seria preciso “esquecer para seguir adiante” (SÁ, 2015), numa tentativa exitosa de esmaecer o lastro de horror e de violência perpetrada pelo regime.

Discursos como esses, que recobrem o passado com uma espécie de “invenção da realidade”, estão engendrados em uma trama de poder autoritário que enfraquece a voz das populações minorizadas justamente por negar e deslegitimar suas demandas por justiça e reparação histórica afinal, por que bradar contra os racismos ou contra a intolerância religiosa, se já somos um país sem preconceitos, fruto da mistura de várias raças, credos e culturas? Por que repudiar o Regime Militar, se nessa época nosso país vivenciou um verdadeiro milagre econômico, somado à ordem e ao progresso da nação? O discurso autoritário, assim, vale-se da criação de realidades paralelas forjadas por narrativas apaziguadoras ou heroicizadas de um passado que nunca existiu e tem por finalidade a docilização das massas e a naturalização das estruturas de mando e de obediência (SCHWARCZ, 2019). A estratégia é promissora: só se reconhece e se resiste ao que existe efetivamente. Negar, assim, as injustiças e as desigualdades parece ser uma boa saída para “pôr ideias arranjadas” e não lidar com um “país de pessoas, de carne e sangue, de mil-e-tantas misérias”, para lembrar Guimarães Rosa (2019, p. 18).

Partindo dessa problemática, buscamos aqui cartografar o funcionamento do autoritarismo no discurso educacional brasileiro, passando por suas origens, no período colonial, até chegar à atualidade, com a inauguração do chamado Novo Ensino Médio. Do ponto de vista metodológico, tomamos como materialidades analíticas duas propagandas do Ministério da Educação (MEC) uma vinculada ao governo Temer (2016-2017) e outra produzida durante o governo Bolsonaro

(2018-2022). Tais propagandas fazem referência ao Novo Ensino Médio e elaboram discursivamente “realidades” que produzem uma espécie de consenso sobre os pretensos benefícios da reforma, negando a desigualdade estrutural que atravessa o país e, ao mesmo tempo, promovendo a manutenção do poder estatal ultraliberal – prática nada inovadora que remonta a séculos de uma política segregatória. Para proceder às análises, utilizamos os postulados foucaultianos no que concerne à sua analítica do poder, que oferece sustentação teórica e metodológica ao estudo.

Este capítulo está organizado em cinco partes, que iniciam com esta introdução, passando por uma reflexão teórica sobre o autoritarismo na dinâmica do poder, além de uma breve incursão sobre a produção da desigualdade no cenário educacional brasileiro. O trabalho prossegue com a análise discursiva das propagandas do MEC, encerrando com as considerações finais.

I O autoritarismo na dinâmica do poder

Foucault (2014), em *A ordem do discurso*, lembra-nos de que toda produção discursiva é controlada por procedimentos que impedem seu acontecimento aleatório, o que permite entrever o exercício de um certo poder regulador. Esse poder, que está na base dos processos discursivos, não possui uma natureza ou uma essência reveladora, nem repousa absoluto nas mãos de uma entidade soberana: trata-se de um poder descentralizado, microfísico, capaz de atravessar as micro e as macro estruturas sociais (FOUCAULT, 2022).

Tal compreensão sobre o poder põe em causa a ideia althusseriana de centralidade do Estado por meio da atuação de seus aparelhos ideo-

lógicos. Na ótica foucaultiana, a análise do poder ocorre precisamente em sentido oposto, de modo ascendente, já que ele está disperso em todas as camadas da sociedade, dando a ver a existência de microlutas, e micropoderes circunscritos a realidades que diferem do Estado, sendo a ele vinculadas ou não. Os aparelhos ideológicos, desse modo, são muito mais um instrumento de uma rede de poder do que propriamente sua instância produtora. Nessa direção, Deleuze (2005, p. 83) atenta para o fato de que, “[...] as instituições são práticas, mecanismos operatórios que não explicam o poder, já que supõem as relações e se contentam em fixá-las sob uma função reprodutora e não produtora”. O poder, portanto, não é um mero prolongamento da ação estatal, numa lógica de dominação global e centralizada, mas possui técnicas e mecanismos próprios, atuando nos níveis mais moleculares da vida social.

Em definição clássica, Foucault (2022b, p. 369) enuncia que o poder só pode ser concebido enquanto relação, ou melhor, enquanto “[...] um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado”, exercendo-se em rede, funcionando em cadeia. Isso significa dizer que, nessa trama complexa, não existe uma relação estática e dicotômica entre dominadores e dominados, dado que “[...] os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer esse poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão” (FOUCAULT, 2022a, p. 284). Sendo assim, o poder não deve ser concebido como um bem ou um tesouro do qual podem se apoderar os indivíduos, tampouco é uma força indomável capaz de submetê-los e estilhaçá-los, aprisionando-os no espaço de seu domínio. O indivíduo, assim, não é escravo do poder, mas seu centro de transmissão e efeito primordial.

Pensar o indivíduo nesses termos (efeito e centro de transmissão do poder) trouxe a reboque consequências metodológicas decisivas para a analítica foucaultiana, como o primado da investigação dos procedimentos técnicos de poder que intervêm materialmente nos corpos, gestos, discursos e desejos, de modo que sejam identificados e constituídos enquanto indivíduos. Eis a eficácia produtiva do poder: fabricar individualidades, constituí-las, controlando, assim, a vida humana e impondo-lhes uma relação de docilidade-utilidade necessária à manutenção da sociedade em termos políticos e econômicos. O indivíduo, desse modo, é resultante de um atravessamento do poder, sendo, portanto, seu efeito e, por isso mesmo, centro de sua transmissão.

Ao analisar aquilo que chamou de “sociedades disciplinares”, Foucault (2022) observa que, embora possa se utilizar da proibição, da censura e da violência, o poder atua estrategicamente de modo tácito, sutil, mas não menos produtivo, pois constrói verdades, discursos e subjetividades para intervir naquilo que os indivíduos têm de mais concreto: seus corpos. Dessa maneira, os sujeitos são submetidos e controlados pela disciplina, que os torna dóceis e úteis à manutenção do *status quo*. É nesse ponto que se faz necessário efetuarmos uma definição daquilo que entendemos por autoritarismo na dinâmica do poder. Propomos pensá-lo enquanto um agrupamento de princípios, práticas e discursos por meio dos quais o poder se exerce, produzindo uma relação de mando-servidão que atende às estruturas hierárquicas de sociabilidade.

Imbricado à dinâmica do poder, o autoritarismo não está localizado em nenhum ponto específico da malha social, nem é elemento exclusivo do Estado brasileiro, mas funciona como uma rede incontornável a que nada nem ninguém pode escapar, pois está pulverizada nas relações públicas e privadas, não lhe havendo um exterior possível ou

um alhures fora da rede que a ela não se dobre: o poder nos atravessa de uma maneira ou de outra. Não é sem causa que as imagens dos monarcas portugueses, montados em seus pomposos cavalos, até hoje, despertam fascínio e respeito em boa parcela da população, que, inebriada pelas histórias das “grandes conquistas” do processo colonizatório, reconhece-se em uma posição secundária e admiradora daquela ocupada pelos europeus, naturalizando, assim, as estruturas de mando e de desigualdade postas em nossa conjuntura.

No Brasil, a estrutura de mando e de servidão é ainda reproduzida e atualizada desde as relações familiares, profissionais e afetivas, até aquelas mediadas entre o Estado e a população, dando a ver práticas normalizadas e até mesmo institucionalizadas de racismo, machismo, homofobia etc. Isso ocorre porque o autoritarismo supõe uma relação sempre desigual entre aqueles que mandam (geralmente homens, ricos, brancos e heterossexuais) e aqueles que obedecem (populações minorizadas). A desigualdade que experimentamos desde 1500, portanto, não é fruto do mero acaso ou de uma predestinação inevitável, mas resulta da atuação do poder autoritário na formação do povo brasileiro.

É preciso lembrar, entretanto, que onde “[...] há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência” (FOUCAULT, 2022c, p. 360). Conforme mencionado anteriormente, o poder não aprisiona o indivíduo, dado que existe sempre a possibilidade de insurgir contra a dominação a partir de condições e estratégias precisas. Segundo a ótica foucaultiana, há uma coexistência imprescindível entre o poder e a resistência que põe em funcionamento “[...] uma interação indissolúvel, um encadeamento estrutural, onde poder e resistência interagem um sobre o outro de maneira cíclica, permanente” (BRAGA, 2008, p. 32). Subtrai-se, assim, a concepção de que a resistência seria o oposto complementar do poder,

desfazendo ao mesmo tempo a ideia de que resistir pressupõe o confronto de dois universos distintos, como se a resistência pudesse se estruturar apartada das coerções do poder, desenvolvendo-se em um alhures inviolável capaz de desmontar estrategicamente todo o ordenamento do poder ao qual ele seria anterior e exterior.

Diferentemente do que pode imaginar o senso comum, o pensamento foucaultiano sugere que é no seio da própria dominação que a resistência encontra seu lugar, sendo tão inventiva, tão estratégica e tão eficaz quanto as técnicas e os mecanismos do poder que ela enfrenta, distribuindo-se meticulosamente pelos espaços mais atomizados da tessitura social, e oferecendo aos sujeitos a possibilidade de despedirem-se das estruturas de domínio que os submetem ao controle, à obediência e à desigualdade naturalizada.

Dentre os diferentes setores que encampam a resistência às formas desiguais de sociabilidade no Brasil, a educação tem se constituído, sobretudo após a redemocratização, como um potente instrumento democrático capaz de proporcionar o acesso e a garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos, oferecendo-lhes a oportunidade de refletirem sobre suas condições desiguais de existência para então transformá-las. Com a Constituição Federal de 1988 e a posterior promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o discurso educacional brasileiro pôde se revestir de princípios de liberdade e ideais de solidariedade humana, com vistas à promoção da igualdade de acesso e de permanência na escola, da valorização das diferenças e do apreço à tolerância, o que conferiu a esse discurso um grande potencial democrático, fazendo-o funcionar como instância propulsora da resistência em favor da justiça social.

Esse potencial da educação, evidentemente, figura como ameaça às estruturas autoritárias de poder que são favorecidas pela desigualdade, o

que leva às inúmeras investidas de controle e de coerção dessa instância democrática, de modo a refrear seus avanços, numa tentativa de conter aquilo que ela possui de mais intolerável: sua força subversiva, capaz de desestruturar a ordem do autoritarismo que trabalha incessantemente na manutenção e no recrudescimento das injustiças sociais.

1.1 Educação e desigualdade no Brasil

Lembra-nos Foucault (2014 p. 41) de que “[...] todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo”. Talvez isso explique o fato de que a educação brasileira, embora tenha avançado com os princípios de igualdade após a redemocratização, nem sempre os teve como prioridade. Na realidade, por muito tempo, ela esteve a serviço da perpetuação do poder e de uma política de segregação social resultante da atuação do autoritarismo.

Conforme elucida Schwarcz (2019), por sua origem essencialmente escravocrata e centralizadora de renda, o Brasil veio conferindo à educação, ao longo dos anos, *status* de privilégio e não de direito. Segundo a autora, durante o período colonial, a desigualdade se fazia ver não apenas pelo sistema escravocrata, cujo funcionamento impedia o acesso de suas vítimas à escolarização, mas também pela bipartição social entre ricos e pobres, sendo o ensino primário considerado o suficiente para as classes menos abastadas, ao passo que o ensino secundário e o superior, os quais conferiam o acesso às atividades intelectuais de mais prestígio, eram destinados às classes senhoriais.

Além da divisão de cor e de classe, havia também a divisão de gênero. No final dos anos 1870, com o ensino já franqueado à população

livre, as escolas passaram a designar diferentes atribuições à formação de meninos e meninas. No ensino primário, por exemplo, cabia às garotas aprender as práticas de leitura, escrita, cálculo elementar, bordado, costura e doutrina cristã, habilidades que pudessem prepará-las para o lar, já que a formação para atuar na esfera pública era destinada aos homens (SCHWARCZ, 2019). As poucas alunas que prosseguiram seus estudos no secundário eram, na maioria dos casos, destinadas ao magistério, já as demais crianças pobres e negras eram prontamente direcionadas ao trabalho, sem que a elas fosse concedida a oportunidade de avançar na formação escolar. Schwarcz (2019) enfatiza, no entanto, que, embora não houvesse um sistema facilitador para mulheres, pobres e negros, despontaram nessa época elites negras que, aproveitando-se das brechas do sistema, conquistaram para si o prestígio social proporcionado pelos estudos.

No período da República, coube aos Estados brasileiros responsabilizarem-se pelo ensino primário e pelos cursos profissionalizantes, sendo as escolas normais destinadas às mulheres e as escolas técnicas dirigidas aos homens, ambas prioritariamente pensadas para a educação da população pobre. Em 1920, segundo Schwarcz (2019), houve uma guinada na área educacional, por meio dos ideais do movimento Escola Nova, que tematizava o potencial democrático e necessário do ensino primário, fato que proporcionou um olhar mais preocupado para esse nível da educação, o que, entretanto, não abalou as estruturas autoritárias que se mantinham desfrutando dos privilégios da educação superior.

Num momento de retrocesso, já no Estado Novo, o sistema público de ensino tratou de “[...] separar aqueles que poderiam estudar de forma plena dos que deveriam estudar menos e chegar ao mercado de trabalho mais rapidamente” (SCHWARCZ, 2019, p. 138). Nesse con-

texto, a Lei Orgânica do Ensino promoveu dois caminhos no trajeto educacional: o ensino profissionalizante e o secundário, sendo o primeiro destinado àqueles que teriam a necessidade de trabalhar mais rapidamente e o segundo destinado às elites que dispunham de condições materiais para prosseguir os estudos ininterruptamente.

Em função da urgência em profissionalizar a classe trabalhadora, surgiram, no cenário brasileiro, o Senai (1942), com o objetivo de proporcionar formação profissionalizante para atuação na indústria, e o Senac (1946), destinado à prestação de serviços no comércio. Tais sistemas ofereciam aos alunos certo auxílio financeiro, o que tornava esse nível de ensino bastante atraente para aqueles que mais precisavam. Embora seja imperioso reconhecer o êxito com que o Senai e o Senac desempenharam suas funções no âmbito educacional, Schwarcz (2019) atenta para o fato de que esses sistemas reforçaram ainda mais a dualidade que se mostrava predominante desde o período colonial: “[...] os componentes dos estratos médios e altos continuaram a optar pelas escolas que os classificavam socialmente, e os componentes dos estratos populares passaram a frequentar instituições que os preparavam mais rapidamente para o trabalho” (SCHWARCZ, 2019, p. 139).

Outro fator que reforça esse sistema dual de discriminação social no atual cenário brasileiro é a inconsistência e a negligência com que os investimentos na área educacional são conduzidos. Em comparativo com outros países latino-americanos, a parcela do PIB destinada à educação no Brasil, entre 1985 e 2000, foi sensivelmente menor do que em países como Argentina, Chile, Bolívia, Colômbia, Paraguai, Uruguai, Peru e Equador (SCHWARCZ, 2019, p. 143). Esse descaso com a aplicação de recursos públicos para a educação tem como um dos principais efeitos a persistência do analfabetismo no país. Enquanto o

analfabetismo argentino quase zerou, ainda estamos nos aproximando de 10%, tornando inatingível a erradicação do analfabetismo brasileiro para o ano de 2024, conforme previa o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014.

De acordo com Schwarcz (2019), sobretudo nas duas últimas décadas, houve uma série de avanços no perfil educacional do país, quando os gastos públicos com a educação foram superiores às nossas marcas históricas, chegando a assemelhar-se aos números de nações mais desenvolvidas. Esse avanço, porém, não foi suficiente para superar problemas estruturais como o analfabetismo, a evasão escolar e a distorção idade-série. Nesse contexto, a autora alerta para o fato de que as políticas educacionais continuam exercendo importante papel na reprodução das desigualdades sociais por não agenciarem medidas mais radicais de enfrentamento dessas disparidades; muito pelo contrário: se há um traço que não se desfez em nosso sistema educacional, desde o período colonial até a atualidade, é o traço da bipartição social e da concentração de benefícios públicos destinados a uma pequena parcela da população.

Por esse motivo, não é exagero afirmar que, na prática, a inclusão social nunca foi prioridade efetiva para o Estado brasileiro, cuja atuação, ao longo dos anos, ficou restrita a medidas inconsistentes que, na maioria das vezes, não funcionaram a longo prazo e nem tiveram a capacidade de minorar o déficit educacional em nosso país. Esse descaso não é mera contingência, ou acidente de percurso, como pode-se alegar, mas uma política autoritária de discriminação que sempre esteve a serviço da manutenção dos privilégios da elite econômica em detrimento das camadas mais populares da nação.

A atuação do autoritarismo na educação brasileira é bastante estratégica, pois uma escola efetivamente pública, gratuita e de qualidade,

capaz de subverter a ordem autoritária, oferecendo aos indivíduos a possibilidade de quebrarem com esse ciclo histórico de injustiças, é, sem dúvida, uma grande ameaça para as estruturas de poder, o que explica as constantes tentativas de domesticar o sistema educacional, retirando-lhe seu caráter crítico, plural e democrático, para que ele possa operar em função da bipartição social e da consequente manutenção das desigualdades. Assim, estabelece-se no Brasil um duelo em que, de um lado, está a potência revolucionária da educação democrática e, de outro, a atuação do poder autoritário, que não mede esforços para conter seus avanços e suas conquistas. Trava-se, nesse cenário, a batalha entre poder e resistência e, nessa relação de forças, a educação pública tem avançado e retrocedido em diferentes momentos da nossa história.

É bem verdade que, a despeito de todo o trabalho autoritário, a educação pública brasileira, em nossa história recente, tem experimentado momentos de grande ânimo, avançando com as pautas mais sensíveis às comunidades minorizadas. Em 1997, por exemplo, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) apresentaram ao Ensino a noção de Temas Transversais, firmando o compromisso de “[...] uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal, coletiva e ambiental” (BRASIL, 1997, p. 15). Tais temas deveriam atravessar o ensino das disciplinas, contemplando, entre outras questões, o tema da orientação sexual, entendida como natural e inerente à vida e à saúde, necessitando ser abordada em sala de aula para tratar de temáticas como as relações de gênero³ e o respeito a si mesmo e ao outro, de modo a superar “[...] tabus e preconceitos ainda arraigados no contexto sociocultural brasileiro” (BRASIL, 1997, p. 287).

3. Na perspectiva do documento, as relações de gênero abarcam questões concernentes à sexualidade, à identidade, bem como à violência de gênero.

Desde então, temas como sexualidade, raça e cultura se consolidaram nos documentos oficiais e nas diretrizes educacionais como tópicos necessários à educação e à inclusão social. Contudo, em 2014, numa conjuntura de crescente conservadorismo, o tema da sexualidade na educação foi revisitado num grande debate nacional em função das metas estipuladas pelo Plano Nacional de Educação (PNE), que versavam sobre a redução das desigualdades e a valorização da diversidade, trazendo à baila a questão das relações de gênero. O tema foi vetado do PNE (2014/2024) como resultado da pressão de bancadas conservadoras e religiosas que se opuseram a abordagens pedagógicas daquilo que passaram a chamar de “ideologia de gênero”, na concepção de que o trabalho com esse conteúdo em sala de aula tinha apenas a finalidade político-ideológica de atacar o modelo tradicional de família.

Como o poder autoritário não se vale apenas da censura e da proibição, somada às investidas reacionárias de veto às abordagens pedagógicas sobre gênero e sexualidade, estava, nessa conjuntura, a ideia de modernização da educação, associada às necessidades do mercado do século XXI. Com a derrocada de Dilma Rousseff em 2016, ironicamente no mandato em que seu governo carregava o lema “Brasil, Pátria Educadora”, as forças autoritárias do governo Temer avançaram com suas reformas ultraliberais, trazendo à tona a Reforma do Ensino Médio, que, mais uma vez em nossa história, colocava em evidência a divisão de classe e a disparidade de oportunidades.

É por esse motivo que o NEM se materializa, em nossa conjuntura recente, como um novo declínio sofrido pela educação brasileira, em semelhança a outros movimentos de retrocesso experimentados ao longo de nossa história. Trata-se de uma nova versão da *educação para a desigualdade*, forjada em tantos outros momentos, e que vol-

ta disfarçada de modernização e de liberdade, como procuramos demonstrar nas análises que seguem.

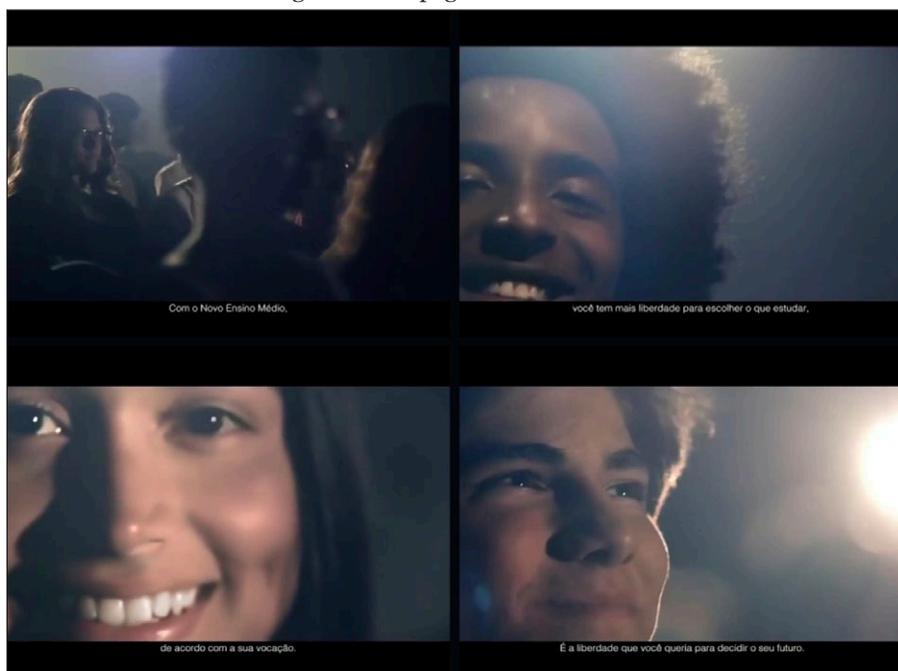
1.2 O Novo Ensino Médio nas propagandas do MEC: desigualdade como liberdade e modernização

A propaganda governamental constitui aquilo que Pêcheux (2014) nomeou de *arte* ou *arma* do Estado, cujo funcionamento se caracteriza pelo exercício do controle sobre as massas, de modo a absorver as revoltas e anestesiar as resistências mediante a construção de um consenso. A propaganda, assim, integraria uma das manifestações da *língua de Estado*, entendida como “[...] uma série de estratégias de discurso obstinada em evacuar qualquer contradição e a mascarar a existência das relações de classes” (PÊCHEUX, 2014, p. 86). Desse modo, no que tange à atuação de um macro poder estatal e de seu intrínseco autoritarismo na conjuntura brasileira, a utilização da propaganda para absorver os conflitos e escamotear a segregação de classes apenas demonstra aquilo que Foucault (2022) alerta sobre o funcionamento do poder em sua forma mais insidiosa e estratégica: a construção de verdades e de subjetividades no interior de uma relação de docilidade-utilidade que silencia as contradições em benefício da manutenção das estruturas hierárquicas de poder.

Foram diversas as propagandas produzidas pelo Ministério da Educação com o propósito de divulgar as mudanças ocasionadas pelo NEM. Seleccionamos duas delas, sendo a primeira lançada em 2017, no governo Temer, com a intenção de divulgar a reforma e apresentar suas “vantagens” para os jovens estudantes; e a segunda veiculada durante a gestão Bolsonaro em 2021 para anunciar a implantação do

NEM, que se daria no ano seguinte. As duas peças publicitárias foram amplamente difundidas nas plataformas digitais e na rede televisiva, atingindo um grande número de espectadores. Em ambas, parece haver uma mesma regularidade de construção dos efeitos de modernização e de liberdade, que trabalham discursivamente na diluição do contraditório e das desigualdades em favor de um suposto consenso sobre os benefícios dessa política institucional. É o que procuramos demonstrar nas linhas que seguem.

Figura 1 – Propaganda Governo Temer



Fonte: Canal oficial do Ministério da Educação no YouTube (2023)

O fotograma acima condensa quatro cenas da propaganda de divulgação do NEM no ano de 2017 pelo governo Temer. Nesse recorte, destaca-se uma linguagem conativa, própria das peças publicitárias, que

se dirige aos estudantes brasileiros com os seguintes dizeres: “Com o Novo Ensino Médio, você tem mais liberdade para escolher o que estudar, de acordo com a sua vocação. É a liberdade que você queria para decidir o seu futuro”. Partindo do pressuposto de que “[...] um enunciado tem sempre margens povoadas de outros enunciados” (FOUCAULT, 2016, p. 118), o dizer, direcionado ao espectador, é bastante estratégico por dialogar com um imaginário já muito arraigado em nossa cultura: aquele segundo o qual a juventude demanda por certa urgência de liberdade. Assim, fabrica-se discursivamente a liberdade, objeto de desejo dos jovens brasileiros, enquanto uma espécie de concessão oferecida pelo NEM⁴.

É preciso lembrar que tal construção discursiva não pode ser despreendida daquilo que Foucault (2016) nomeia de raridade do enunciado, isto é, sua condição finita e limitada, frente às possibilidades que a língua e a lógica oferecem. Os enunciados são raros porque não se pode falar sobre qualquer coisa, em qualquer circunstância: há uma certa divisão entre aquilo que se poderia dizer e o que é efetivamente dito. Por isso, os dizeres não são aleatórios, mas sempre regidos por um certo poder regulador, cujo funcionamento atua de modo a construir verdades e subjetividades por meio dos discursos.

Assim, frente à raridade que marca a produção discursiva, cabe responder à seguinte questão: “[...] como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?” (FOUCAULT, 2016, p. 30). A busca pela resposta se confrontará necessariamente com o funcionamento do poder e com as condições de possibilidade que permitem a emergência de certos

4. A ideia de liberdade enquanto anseio dos jovens brasileiros também é reforçada por meio das imagens veiculadas no vídeo. Quando a palavra liberdade tem sua primeira ocorrência na propaganda, passam a despontar na tela rostos iluminados, olhos que cintilam e miram o horizonte, além de sorrisos que revelam contentamento e satisfação.

efeitos de verdade em determinada conjuntura. Nesse sentido, permitimo-nos realizar o exercício analítico de propor o seguinte questionamento: por que esse enunciado, e não outro semelhante, é produtivo para a propaganda em destaque? Ao que complementamos com outra pergunta: por que o item lexical *liberdade* se repete ao longo do enunciado?

Num contexto de crescente conservadorismo e de crise política/econômica, a promessa de uma renovação do país foi construída através das políticas institucionais de reformas no governo Temer. Tais reformas, revestidas de princípios do liberalismo econômico, levantaram como principal bandeira a *liberdade*, ainda que esta não se associasse à libertação do povo das instâncias de controle, mas à soberania das transações econômicas e do capital privado. Por suscitar um imaginário relacionado aos direitos e à autonomia, a *liberdade* foi reiteradamente utilizada em diferentes propagandas sobre o NEM, construindo, desse modo, o efeito de progresso e de protagonismo dos jovens frente às escolhas que envolvem seu futuro.

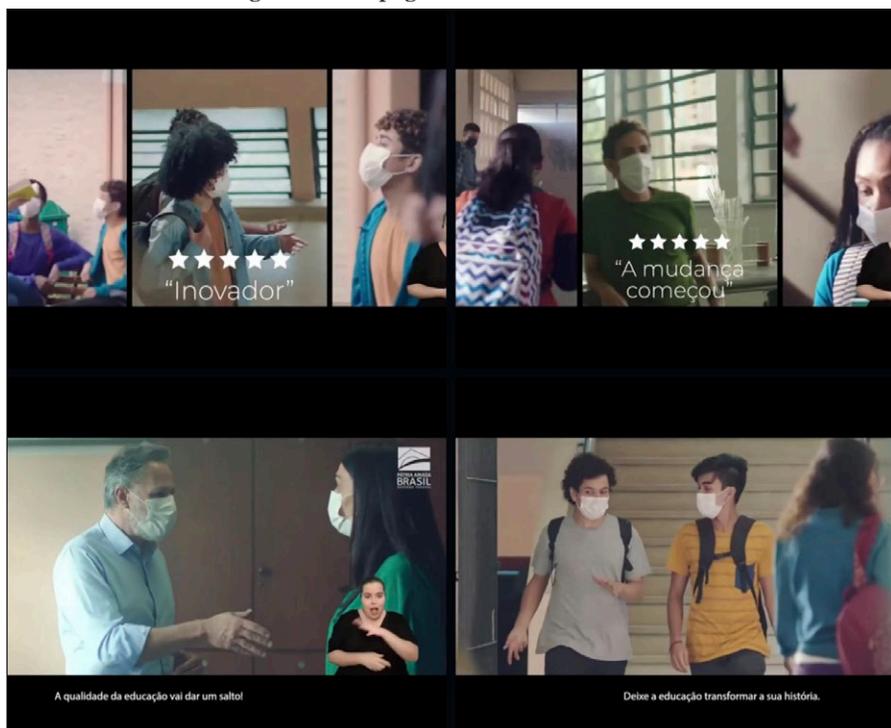
É justamente na base desse processo discursivo que atua o autoritarismo na fabulação de uma realidade nada factual (SCHWARCZ, 2019), onde o jovem brasileiro desfrutaria do poder e da liberdade sem limites para escolher o seu próprio destino. Ao se valer dessa construção fictícia, o poder autoritário brasileiro se utiliza estrategicamente da produção de vontades de verdade, as quais trabalham no discurso de modo a corroborar com a imagem de um jovem livre e autônomo para trilhar o próprio caminho, escamoteando, assim, o fato de que essa liberdade está circunscrita aos poucos integrantes da elite econômica.

Esse funcionamento do autoritarismo no nível do discurso educacional expõe aquilo que já nos é muito familiar: o não reconhecimento e o não enfrentamento das desigualdades em favor da criação de narrativas apaziguadoras e idealizadas (SCHWARCZ, 2019). Produzir um consenso

em torno da ideia de um jovem livre para efetuar suas escolhas é muito mais produtivo para as estruturas autoritárias de poder do que reconhecer e enfrentar a profunda desigualdade que impede essa pretensa liberdade, oferecendo, em vez disso, sujeição e docilização dos jovens mais pobres às forças de trabalho historicamente desvalorizadas.

Associada à tônica da liberdade, está a ideia de modernização e inovação vinculada ao NEM, embora sua proposta não represente nenhuma alteração substancial no sistema de segregação já praticado em nossa sociedade. Esse efeito de novidade e de inovação é reforçado em diferentes momentos na propaganda veiculada pelo governo Bolsonaro, como é possível ilustrar na figura a seguir.

Figura 2 – Propaganda Governo Bolsonaro



Fonte: Canal oficial do Ministério da Educação no Youtube (2023)

A figura 2 reúne quatro cenas da propaganda divulgada pelo governo Bolsonaro em julho de 2021, com o objetivo de anunciar a implementação do Novo Ensino Médio nas escolas no ano seguinte. Há, portanto, entre as duas propagandas analisadas, um recorte temporal de quatro anos, que marca a passagem entre as gestões Temer e Bolsonaro. Embora estas tenham sido administrações diferentes, mantiveram certa congruência no modo como conduziram os trâmites para a implantação do NEM no sistema educacional. Isso porque as duas gestões foram marcadas por uma mesma política ultraliberal, colocada a serviço de organismos internacionais e da classe empresarial da educação, as quais se beneficiam da reforma do Ensino Médio, cujos esforços são completamente destinados ao lucro e à obtenção de mão de obra imediata para o mercado de trabalho.

O autoritarismo também constituiu um traço comum aos dois governos, ainda que tenha se materializado de modo mais explícito apenas durante a presidência de Jair Bolsonaro, a partir de suas políticas institucionais e de suas declarações de cunho discriminatório, que tinham como alvo as populações minorizadas. Por essa razão, é possível observar o mesmo funcionamento fabulatório do poder autoritário não apenas nas propagandas do governo Temer, mas também naquelas produzidas pelo governo Bolsonaro, como é o caso da peça publicitária representada na figura 2, que reúne cenas nas quais é possível vislumbrar a produção discursiva de um efeito de inovação da educação.

Nas duas primeiras cenas, surgem na tela cinco estrelas acompanhadas dos dizeres: “Inovador” e “A mudança começou”, simulando uma espécie de avaliação em aplicativos, nos quais os usuários atribuem certo número de estrelas à qualidade do serviço que lhes foi ofertado, acrescentando algum comentário apreciativo. Tais imagens suscitam

a ideia de que o NEM obtém a aprovação da população, que o define como inovador. Na terceira cena, um dos personagens enuncia que “A qualidade da educação vai dar um salto”. E, ao final da propaganda, um convite: “Deixe a educação transformar a sua história”. A análise das cenas nos leva inevitavelmente aos efeitos de inovação, de transformação, de modernização e de progresso. Essa obstinação em fixar tais atributos ao NEM faz parte de um procedimento bastante estratégico utilizado pelas instâncias de poder: “[...] produzir e fazer circular discursos que funcionam como verdade, que passam por tal e que detém por esse motivo poderes específicos” (FOUCAULT, 2022c, p. 346).

Vale lembrar que, na ótica foucaultiana, a verdade não possui uma essência reveladora, que, absoluta, repousaria na materialidade das palavras, mas trata-se de um produto histórico produzido pelo poder e ao qual se atribuem efeitos específicos de poder. Portanto, dizer a “verdade”, em nossa sociedade, designa muito mais uma inscrição em certas instâncias de poder/saber, a partir das quais distinguem-se o verdadeiro do falso, do que propriamente uma iluminação daqueles que supostamente conhecem o “sentido verdadeiro”. Por isso, a produção de verdades “[...] está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem (FOUCAULT, 2022d, p. 54).

Há, dessa forma, um funcionamento cíclico que põe em evidência um sistema de retroalimentação entre a verdade e o poder. Por essa razão, quando o Estado se vale do seu poderio para fixar verdades por meio de propagandas governamentais, está, ao mesmo tempo, produzindo efeitos de poder que possibilitam a perpetuação de sua estrutura de dominação. Assim, a elaboração discursiva de uma realidade na qual o NEM representa a inovação e a modernização da educação acaba por

funcionar de modo a escamotear o recrudescimento da desigualdade que pressupõe a “reforma” do Ensino Médio, fato que favorece a manutenção do poder autoritário, beneficiário e financiador das formas mais desiguais de sociabilidade no Brasil.

Considerações finais

Se existe algo que nos anima a escrever sobre o autoritarismo, é a possibilidade de que nosso gesto analítico permita esquadriñar seu modo de funcionamento no interior do discurso educacional brasileiro para, assim, agenciar novas formas de resistência e de enfrentamento à ofensiva autoritária que insiste e persiste em desestabilizar o caráter democrático da educação. A garantia de uma educação pública, gratuita e igualitária, capaz de romper com o ciclo de injustiças que atravessam nossa história, atemoriza as estruturas autoritárias de poder, que procuram perpetuar os antigos sistemas de mando e de servidão em nosso país, o que leva às constantes investidas de domesticação e amoldamento dos nossos jovens à exploração da força de trabalho e à difusão de valores que privilegiam o acúmulo de capital em detrimento dos valores de igualdade e de solidariedade humana. Nesse sistema ultraliberal, do qual se originou o NEM, a educação é metamorfoseada em mercadoria e os estudantes passam a ser meros consumidores, destinados a cumprir seus papéis no interior dos estratos sociais dos quais fazem parte.

O “novo” Ensino Médio é, na verdade, uma velha prática de bifurcação social posta em funcionamento desde o período colonial brasileiro, na qual, de um lado, os filhos da elite econômica podem desfrutar de todos os privilégios de uma educação de qualidade e das benesses que dela decorrem; e de outro lado, os filhos da classe trabalhadora

são confrontados com a disparidade de ofertas no ensino, além do direcionamento aos cursos técnicos, ou mesmo ao encaminhamento a itinerários formativos esvaziados de aprofundamento teórico e prático, destituídos de potencial efetivo para garantir a formação plena dos estudantes das escolas públicas do país.

Com o objetivo de cartografar o funcionamento do autoritarismo no discurso educacional brasileiro e munidos do aparato teórico-metodológico dos Estudos Discursivos Foucaultianos, pudemos analisar duas propagandas do MEC sobre o NEM, produzidas nas gestões Temer (2017) e Bolsonaro (2021), cujas materialidades se inscrevem em uma ordem do discurso que apaga o cenário desigual do país, visibilizando a atuação de uma rede discursiva antidemocrática, movida não pelo reconhecimento e pelo enfrentamento da realidade, mas por sua invenção (SCHWARCZ, 2019). Tal invenção da realidade se estrutura a partir de uma trama discursiva que lhe cria o espaço de existência: a produção de verdades (FOUCAULT, 2022d) que elaboram discursivamente os efeitos de modernização e de liberdade, qualidades atribuídas ao NEM.

Essas verdades produzidas pelo poder autoritário atestam um funcionamento em cadeia que se expressa pela: 1) negação da realidade desigual do país; 2) criação de narrativas consensuais e apaziguadoras sobre os benefícios do NEM; 3) consequente absorção das revoltas e produção de subjetividades servis; e 4) manutenção das estruturas autoritárias no metabolismo social brasileiro. O autoritarismo, assim, põe em cena um agenciamento estratégico das relações de forças, na tentativa de conter as resistências, refreando os possíveis avanços democráticos da educação por meio da mercantilização do Ensino Médio e da institucionalização da desigualdade.

Referências

BRAGA, Amanda. *A mídia impressa na promoção de discursos sobre políticas de igualdade racial: o negro e a revista Raça*. 2008. 113f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

BRAGA, Amanda; SÁ, Israel de. Resistir hoje como resistimos ontem: memórias da ditadura civil-militar e o documentário *Torre das Donzelas*. In: BRAGA, Amanda; SÁ, Israel de. (Org.). *Por uma microfísica das resistências: Michel Foucault e as lutas antiautoritárias da contemporaneidade*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020. p. 47-72.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CARVALHO, Milena. *Exclusão de gênero do Plano Nacional de Educação é retrocesso, diz educador*. São Paulo: IG, 26 dez. 2015. Disponível em: https://www.geledes.org.br/exclusao-de-genero-do-plano-nacional-de-educacao-e-retrocesso-dizeducador/?gclid=CjoKCQiAorKfBhCoARIsAHDzslvDwPs19k_b5Lv66viOmyOncRgkEszJQKL4OmB4ORojTazo79E27CwaAqJxEALw_wcB. Acesso em 23 fev. 2023.

CHAUÍ, Marilena. *Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro*. 2ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Tradução de Claudia Sant’Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2005.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz F. B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica: Roberto Machado. 13ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

FOUCAULT, Michel. Soberania e disciplina. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica: Roberto Machado. 13ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022a. p. 278-295.

FOUCAULT, Michel. Sobre a história da sexualidade. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica: Roberto Machado. 13ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022b. p. 363-406.

FOUCAULT, Michel. Não ao sexo rei. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica: Roberto Machado. 13ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022c. p. 344-362.

FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica: Roberto Machado. 13ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022d. p. 35-54.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil – 1)*. 51ed. rev. São Paulo: Global, 2006.

GUIMARÃES ROSA, João. *Grande Sertão: veredas*. 22ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ORLANDI, Eni. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, Pierre et al. *Papel da memória*. 4ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015. p. 53-61.

PÊCHEUX, Michel. Foi “propaganda” mesmo que você disse? In: ORLANDI, Eni Puccinelli. (Org.). *Análise do discurso: Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014. p. 73-92.

SÁ, Israel de. *Memória discursiva da ditadura no século XXI: visibilidades e opacidades democráticas*. 2015. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7586>. Acesso em: 09 set. 2022.

SCHWARCZ, Lília. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Uma luz no fim do túnel! — Supremacismo racial, memória e o discurso antirracista em charges

José Domingos
Matheus Marques Silva

Introdução

O racismo é um fenômeno social presente em diferentes culturas e povos ao redor do mundo. Na sociedade contemporânea, ele ainda é uma realidade, mesmo em países que se consideram progressistas e defensores dos direitos humanos. A ideologia racista, propagada historicamente, tem resultado em preconceitos contra pessoas que não fazem parte de uma suposta raça superior, e é retomada para a propagação de atitudes racistas, em particular, por grupos supremacistas, por pessoas brancas, mas não exclusivamente por eles, afinal o racismo opera como um sistema de dominação.

A insistência histórica de certos sentidos relacionados à população negra concorre para o agravamento do racismo, alimentando a segregação em relação a outros sujeitos percebidos como não brancos. Segundo Santos e Silva (2018), as reproduções dessas ideias supremacistas no passado eram materializadas por meio de discursos, gestos, símbolos, vestes e ações que moldaram a forma de vida negra. Os gestos são de violência física ou verbal, destinados aos negros que são tratados com indiferença na sociedade sobre a perspectiva dos ideais racistas.

No contexto brasileiro, o racismo está diretamente relacionado à história da escravidão de povos africanos e seus descendentes, constituído como um dos maiores sistemas escravistas da história. Nesse contexto, a construção da identidade racial no Brasil foi influenciada pela ideologia do branqueamento, que visava a miscigenação da população para torná-la cada vez mais branca e europeia. Essa ideologia foi promovida por intelectuais e políticos durante o século XIX e início do século XX, na defesa de que a miscigenação levaria a um processo de branqueamento da população e à eliminação da negritude. Essa construção discursiva do branqueamento está diretamente relacionada aos discursos supremacistas, que acreditam na superioridade física, cultural ou intelectual, e buscam justificar a discriminação e exclusão de outras raças.

É fundamental destacar que atualmente no Brasil ainda há uma maquinaria discursiva que legitima práticas racistas nas diversas formas de discriminação, como a segregação espacial, a exclusão econômica, a violência policial e a falta de oportunidades educacionais e profissionais para pessoas negras. Todavia, nas duas primeiras décadas do século em curso, temos visto de modo mais eloquente emergências discursivas que expõem a necessidade do combate ao racismo e ao discurso supremacista tanto no Brasil quanto em outras democracias pelo mundo.

Nessa direção, o espaço das mídias digitais tem funcionado como territórios de ressonâncias enunciativas para o enfrentamento ao racismo. É para este ponto que miramos nossa reflexão neste capítulo. Ocupamo-nos em entender como os discursos racistas são confrontados com contradiscursos no espaço das mídias digitais. Ou seja, como o discurso antirracista¹ se articula para questionar determinadas relações de poder?

1. Neste trabalho, falamos do discurso antirracista para fazer alusão a um conjunto de ideias, argumentos e práticas que visam combater e erradicar o racismo e promover a igualdade racial. Trata-se de uma prática discursiva em cuja base está a compreensão de que o racismo é um sistema de opressão que perpetua desigualdades e diferenças com base na raça e etnia.

Também, sob a forma de quais dizeres esse discurso de resistência se materializa como potência estratégica na luta antirracista do presente?

Como uma discursividade cuja produção e circulação são imediatas, tão próprias ao universo digital, a charge nos auxilia, em certa medida, no exercício de uma espécie de diagnóstico do presente (FOUCAULT, 2008); ou como propôs esse filósofo: é necessário indagarmos sobre quem somos nós hoje para que, então, abram-se possibilidades de sermos outros, diferentes daquilo que nos tornamos.

Para isso, concordamos que o ambiente virtual de interação social é um dos lugares nos quais a criação de novas estratégias discursivas pode ser facilmente observada. Essas estratégias retomam práticas e discursos racistas, reformulados na materialidade discursiva, para então, produzir novos sentidos, como é o caso das charges. Isto é, os discursos irrompem dentro da rede social, sob uma nova materialidade discursiva, com implícitos discursivos que retomam a exterioridade com novas reutilizações reformuladas através de um percurso temático inscrito na história, a fim de evidenciar os sentidos racistas que lastreiam determinadas práticas sociais.

Assim, empreendemos uma análise discursiva de uma série de material chargístico que reverbera acontecimentos do presente sob a forma de construções enunciativas antirracistas. Para o desenvolvimento desta análise, definimos como objetivo geral analisar a materialidade discursiva antirracista nas charges publicadas na rede social *Instagram* do chargista *Alberto Benett*. De modo específico, iremos i) descrever a presença da memória discursiva na formulação de um discurso antirracista na produção dos cartunistas; ii) identificar os descolamentos de sentido realizados no enunciado chargístico ao rearticular elementos discursivos racistas como regularidade estratégica do discurso antirracista.

Como aporte teórico, nos apoiamos em fundamentos da Análise do discurso a partir das ideias de Pêcheux (2007), sobretudo na noção da memória discursiva; em Foucault (2008, 2010) sobre discurso, acontecimento. Ademais, analisamos o *corpus* a partir da noção de trajeto temático, conforme Guilhaumou e Maldidier (2010), sobre a historicidade do discurso e as possíveis reatualizações ao longo da história, construindo assim um percurso temático analítico.

Numa visada metodológica, as charges correspondem ao período de 2021 a 2022. De um arquivo mais geral, montado a partir do perfil do cartunista no Instagram, selecionamos três delas para a nossa análise. Organizamos estes enunciados numa série pelo princípio do *trajeto temático*. Nas charges em questão observamos a presença de um conjunto de sentidos sobre discursos racistas que circularam principalmente em fatos da política brasileira, bem como em notícias e episódios de nosso cotidiano ordinário.

No que toca à organização do capítulo, vale frisar que se encontra estruturado em duas seções, além desta introdução e das considerações finais. No tópico que segue, faremos um breve apanhado das categorias discursivas que mobilizamos para o trabalho, além das ideias foucaultianas que nos interessam para as análises. Posteriormente, analisamos as charges de *Benett*, considerando este arcabouço teórico articulado ao princípio metodológico do trajeto temático.

I Formulações teóricas

O campo dos estudos do discurso proposto por Michel Pêcheux passava, na conjuntura histórico-política do início dos anos de 1980, por um redesenho epistemológico que lhe foi determinante para as possibilidades

teórico-metodológicas que se abriram pelas décadas seguintes e que, no contexto brasileiro, estende-se até o presente. Em um quadro transformacional das novas formas (mediatizadas) de produção e circulação dos discursos, Pêcheux acenará à possibilidade de observar as diferentes *materialidades discursivas*: uma vez que o sujeito passara a ocupar o centro dos estudos na Análise do Discurso e que o espaço discursivo onde ele se constitui tornara-se intensamente mediado por imagens difusas e descontínuas, a necessidade de estender as problemáticas relativas à materialidade da língua à materialidade da imagem pareceu um fato inevitável.

Nessa direção, Pêcheux (2009) vai vislumbrar a produtividade de outros elementos metodológicos para o escopo da Análise do discurso: “essa **heterogeneidade** discursiva (...) interessa na medida em que nela podem ser determinadas as condições concretas de existência das contradições pelas quais a história se produz, sob a repetição das **memórias** ‘estratégicas’ (p. 25; grifos nossos). Ao ampliar sua perspectiva em torno da questão da heterogeneidade, Pêcheux também assinala a importância da memória para o funcionamento efetivo da história no arcabouço metodológico da AD. A memória discursiva, então, passa a ser entendida como o espaço onde, a partir de determinadas condições, o acontecimento histórico se inscreve como singularidade.

A transformação no quadro da Análise do Discurso naquele momento passava também pela noção de formação discursiva; agora, *fronteiras que se deslocam*. A partir da atualização desse conceito, J-J Courtine (2009) articula elementos da *Arqueologia do saber* (2008) de Michel Foucault ao edifício teórico da AD pêcheuxtiana. Cientes disso, neste trabalho retomaremos os elementos desta articulação a fim de analisarmos os sentidos e os discursos que circulam em charges, aqui entendidas como antirracistas.

Assim, J-J. Courtine observa na *Arqueologia foucaultiana* o funcionamento das noções de *domínio associado* e *domínio de memória* e as desloca para o terreno da Análise do Discurso no sentido de uma *memória discursiva*: formulações enunciadas, repetidas, reproduzidas, em que há, ao mesmo tempo, espaço para deslocamentos, lacunas, apagamentos e falhas. Reconhecendo a produtividade desse conceito de memória discursiva, para os trabalhos na AD, Pêcheux (2007), dele se ocupará como “aquilo que face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (...) de que sua leitura necessita” (p. 52). Pensando assim, a memória em seu funcionamento discursivo não poderia ser compreendida no sentido de um reservatório em que os sentidos vão se acumulando, mas “um espaço móvel de disjunções, de deslocamentos, de retomadas, de conflitos de regularização, de réplicas e contradiscursos” (*id.*, p. 56).

Como observa Courtine (2009) a memória discursiva pode ser compreendida a partir dos três níveis de relacionamento discursivo que podem ser estabelecidos entre enunciados instalados no interior de um campo enunciativo: *domínio de memória*, *domínio de atualidade* e *domínio de antecipação*. O domínio de memória está circunscrito a sequências discursivas pré-existentes a uma “sequência discursiva de referência”, são formulações já enunciadas. Por sua vez, o domínio de atualidade caracteriza um conjunto de sequências discursivas que coexistem em uma conjuntura histórica dada, de modo a fazer irromper um acontecimento passado na conjuntura do presente, reatualizando-o. Por último, o domínio de antecipação reúne sequências discursivas ou formulações que mantêm relações interpretáveis, no nível intradiscursivo, como efeito de antecipação.

O tema da memória é indagado também na introdução de *Papel da memória* por Nunes (2007, p. 7): “Como a memória se institui, é regulada, provada, conservada ou é rompida, deslocada, restabelecida? De que modo os acontecimentos – históricos, mediáticos, culturais – são inscritos ou não na memória, como são absolvidos por ela ou produzem uma ruptura nela?” A questão que se coloca é, afinal, como é produzida a memória?

Nesse mesmo texto, Pêcheux corrobora os novos rumos da Análise do discurso ao fazer seu objeto de análise convergir para o interdiscurso, conferindo à exterioridade constitutiva do discurso um viés menos sociológico e mais histórico. Como prolongamento disso, a análise discursiva volta-se para as condições de produção dos discursos através da interpretação dos movimentos de construção e deslocamento discursivo, constituídos a partir de uma rede heterogênea de memórias situadas no espaço opaco do interdiscurso (na forma de citações, recitações e pré-construídos).

Como podemos observar, os discursos não podem ser enxergados como algo puramente novo ou inédito, com relação às ideias nele presentes. Os discursos apresentam em seu interior outros discursos construídos socialmente. Essa relação entre esses discursos é chamada de interdiscurso. O interdiscurso ocorre quando um discurso incorpora os discursos que circulam pela sociedade e acabam por serem assimilados pelo sujeito e que, em algum momento, ao enunciar o seu discurso, acaba por também promover os discursos que ouviu ao seu redor.

Na esteira daquelas questões mencionadas por Pêcheux, Orlandi (2009) reforça o movimento contínuo da memória que constitui os sentidos: uma espécie de repetição vertical, em que a memória esburaca-se, perfura-se antes de desdobrar-se em paráfrase, o que dá a ideia

de memória como um espaço móvel de divisões, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização. Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contradiscursos. Face a isso, queremos pensar a relação entre o discurso e a memória: o que faz com que certos discursos sejam esquecidos e outros sejam permanentemente retomados? Esta interrogação nos remete às noções foucaultianas de “raridade” e “exterioridade”, próprias dos enunciados. Conforme proposto no texto de *Arqueologia do saber*, todo enunciado tem sua forma de existência no interior de um *campo associativo*:

Isto é, para produzir sentido o enunciado se correlaciona com uma série de formulações que com ele coexistem em um espaço historicamente delimitado. Essas margens, com redes verbais, formam uma trama complexa, que se constitui pela série de outras formulações, no interior das quais o enunciado se inscreve (seja para repeti-las ou confrontá-las, implícita ou explicitamente) ou aquelas cuja possibilidade ulterior é possibilitada pelo enunciado (FOUCAULT, 2010, p. 111).

A memória discursiva é uma parte constituinte de qualquer discurso, através dela podemos perceber outras vozes que constituem os enunciados produzidos. Essas outras vozes são atribuídas ao interdiscurso por apresentarem outros discursos já produzidos ao longo da história, ou seja, “[...] algo fala antes, em outro lugar e independentemente [...]. É o já dito que constitui todo dizer” (ORLANDI, 2009, p. 21). Através da memória, um sujeito pode reproduzir um enunciado que seja capaz de perpetuar um preconceito e um estereótipo que já havia se estabelecido anteriormente.

Neste ponto, é necessário reafirmar a relação intrínseca da ideia de memória discursiva com o conceito de enunciado, uma vez que são as discursivizações materializadas em enunciados que possibilitam o funcionamento do domínio de memória. Portanto, toda formulação possui em seu “domínio associado” outras formulações enunciativas que ela repete, refuta, transforma, nega, enfim, em relação às quais produzem-se certos efeitos específicos de memória.

1.1 O enunciado e o acontecimento discursivo

Isto posto sobre a memória, retornemos ao discurso e ao enunciado. A relação estreita que se estabelece entre a memória, o discurso e o enunciado no momento da produção de sentido em Foucault: “Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados que se apoiem na mesma formação discursiva; ele é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência; é, de parte a parte, histórico” (2010, p. 132). No entanto, há que se concordar que tal natureza histórica do acontecimento discursivo só se evidencia porque há, na estrutura material dos enunciados que o compõem, elementos linguageiros (prosódicos, léxico-sintáticos, semânticos, imagéticos) que produzem sentido.

Da associação do discurso com o enunciado e deste com uma *função enunciativa*, Foucault teoriza o discurso sempre se referindo a práticas. *Práticas discursivas*, como um “conjunto de regras anônimas, históricas sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, geográfica, econômica ou linguísticas as condições de exercício da função enunciativa” (2010, p. 133).

Determinar as condições de exercício da função enunciativa implica uma reserva sobre o que é dito. Ou que aquilo que pode ser dito é regulado por uma *ordem do discurso*. É essa *ordem* que regula as formações e as práticas discursivas, imputando um efeito de raridade aos enunciados. Desse modo, o que é dito exclui outros dizeres: como apareceu um determinado enunciado e não outro em seu lugar? Quem indaga é Foucault (2010). Ainda em *A arqueologia (id.)* ele afirma que o discurso veicula e produz poder, podendo ser ao mesmo tempo instrumento e efeito de poder, obstáculo, ponto de resistência e ponto de uma estratégia oposta.

Em *A ordem do discurso* (2009) o francês propõe não ser o discurso simplesmente algo que revela as lutas ou os sistemas de dominação, é algo historicamente venerado com a mesma intensidade com que é temido. Sua produção é então organizada, selecionada, controlada e distribuída por meio de procedimentos que têm como função aceitar, excluir ou interditar, conjurar seus poderes e perigos, conceder direitos e privilégios.

Como uma prática que se efetiva sob a estrutura material (linguagem e histórica) do enunciado, o discurso comporta a condição de acontecimento que lhe é própria. Essa condição de acontecimento do discurso está ligada ao encontro de uma memória com uma atualidade. Isso ocorre porque o enunciado como *pontos de deriva possíveis* está inserido em uma rede de outros enunciados. Não há enunciado livre, neutro, independente das redes de formulações nas quais ele se insere; ele faz sempre parte de uma série; ele se integra, sempre, em um jogo enunciativo (FOUCAULT, 2010). Desse modo, como o enunciado, o discurso no momento de sua emergência enquanto acontecimento faz reaparecer formulações anteriores, que então produzirão outros sentidos e outros discursos.

Decorre daí que, no limite do acontecimento, encontramos séries heterogêneas de enunciados, funcionando sob diferentes registros discursivos e com uma estabilidade lógica variável. Em Pêcheux, o entrecruzamento do acontecimento com a estrutura confere ao primeiro um caráter “perfeitamente transparente e profundamente opaco”, de forma que “[...] a opacidade do acontecimento está no jogo oblíquo de suas denominações” (PÊCHEUX, 2008, p. 20).

Com o exposto, observamos que para Foucault o acontecimento nos é dado a ver pelas relações que se estabelecem entre séries de documentos históricos. Para Pêcheux, mais interessado nos efeitos de sentido no funcionamento linguístico, o acontecimento emerge das relações que se instalam entre séries de enunciados. Independente de designar como materialidade na análise do acontecimento os enunciados ou os documentos, ambos os autores irão colocar em funcionamento um conjunto comum de noções que se inter-relacionam no procedimento metodológico da análise discursiva: *história, acontecimento, memória*.

Desse modo, mobilizamos estas noções em ambos os teóricos, uma vez que são fundamentais para olharmos o discurso como um objeto essencial para a compreensão das realidades históricas e políticas, um nível de intervenção teórica crucial no entendimento de quem somos na sociedade contemporânea. Isso implica um olhar às *condições de existência* dos discursos, ou às possibilidades históricas dos saberes e dos dizeres que os materializam.

Assim, aparece um domínio de análise constituído por enunciados realmente ditos ou escritos em sua dispersão de acontecimento e sua singularidade. Como indica Foucault: “[...] o que ocorreu para que houvesse enunciado? Trata-se de buscar na exterioridade de um enunciado determinado, as regras de sua aparição, a relação que mantém

com o que enuncia; aquilo a que se refere, o que é posto em jogo por ele” (2010, p. 100).

Destarte, Foucault observa que o nível da descrição arqueológica do enunciado não deve se confundir com o da análise da história do pensamento ou o da análise linguística: diferente daquela, a análise arqueológica rejeita a noção de continuidade na formação dos saberes. E, ainda que como a Linguística, se interesse pelo enunciado, a arqueologia não o faz pela descrição das regras que eventualmente construiriam novos enunciados, mas a questão é saber o que tornou possível a existência de apenas determinado enunciado e nenhum outro: “[...] deve-se mostrar por que não poderia ser outro, como exclui qualquer outro, como ocupa, no meio dos outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar” (FOUCAULT, 2010, p.31).

Considerando ainda o exercício da enunciabilidade, ou seja, o lugar de quem enuncia, Gregolin (2007) interroga a maneira pela qual o sujeito na linguagem marca sua presença ao mobilizar as formas materiais na produção discursiva. Quer dizer, como nos elementos que aciona ao enunciar ele se constitui, marca lugares, posições de sujeito? No caso do objeto em análise – o discurso das charges – não podemos esquecer que a análise discursiva precisa ater-se ao fato de que são discursos que circulam em diferentes materialidades, em textos em que o verbal e o não-verbal compõem sincretismo de linguagens juntamente com o gênero e o suporte de sua circulação: a rede social Instagram. As mídias digitais, como dispositivos que (re)produzem e põem em circulação formas diversas de discursividades, têm um papel fundamental na representação e manutenção de determinados dizeres sobre o racismo, bem como o antirracismo. Dessa forma, é preciso compreender como ocorrem essas novas reformulações na forma de um discurso de resistência.

1.2 O trajeto temático no arquivo

Quando Pêcheux (2008) reconhece a dimensão de historicidade, materializada na estrutura enunciativa, que reveste o discurso está enxergando este como um acontecimento inscrito no interior de um “imenso arquivo”.

Ao observar o papel do arquivo na análise dos discursos e enunciados, Pêcheux faz ecoar o pressuposto da *Arqueologia do saber* no qual os discursos são práticas específicas no elemento do arquivo. Este, por sua vez “[...] é antes a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares” (FOUCAULT, 2010, p.170). Nesse raciocínio, o enunciado enquanto acontecimento possui uma regularidade própria, que rege a sua formação e suas transformações. Uma vez determinados pelo arquivo, os enunciados não se acumulam em uma multiplicidade ou simplesmente se inscrevem numa linearidade amorfa sem ruptura. Com efeito, os enunciados vão se transformando através da história, o que os permite reaparecerem em outros discursos nos limites inapreensíveis do arquivo.

A noção de arquivo articulada ao discurso como estrutura e acontecimento continua produtiva para os estudos discursivos. Considerar o funcionamento do arquivo na análise de um acontecimento histórico-discursivo é, sobretudo, estar atento ao conjunto de possibilidades temáticas em que este acontecimento é dado a ver. O fato de temas diversos se articularem na extensão do arquivo em torno de um acontecimento faz funcionar uma memória que evidencia o movimento de uma cadeia de sentidos: “[...] o que torna possível a compreensão desses feixes de sentidos é a existência de trajetos temáticos, isto é, um conjunto

de configurações textuais que, de um acontecimento a outro, articula os temas e opera o ‘novo na repetição’ (GUILHAUMOU e MALDIDIER *apud* GREGOLIN, 2005, p. 11-12). Ainda de acordo com Gregolin, é o trajeto temático que torna possível, no exercício analítico “visualizar, no interior da dispersão do arquivo, momentos de regularidade, de sistematicidades que – embora instáveis – permitem a inteligibilidade de certas escolhas temáticas num dado momento histórico.” (*id. ibid.*)

Assim, o arquivo influencia os procedimentos metodológicos do analista; como a necessidade de descrever as materialidades discursivas. “Uma descrição, nesta perspectiva, não é uma apreensão fenomenológica ou hermenêutica na qual *descrever* se torna indiscernível de *interpretar*: essa concepção de descrição supõe, ao contrário, o conhecimento de um real específico sobre o qual ela se instala: o real da língua” (PÊCHEUX, 2008, p. 51). Esse real da língua ou próprio da língua, cunhado por Pêcheux a partir de Saussure, trata da possibilidade do equívoco, da falha, dos deslizamentos da língua que produzem sentido. Essa possibilidade do equívoco na materialidade enunciativa faz o discurso ingressar na memória histórica do arquivo.

Para alcançarmos este nível de análise, necessitamos ir além no nível linguístico, atingir outros espaços, para procurar descobrir, descortinar o que está entre a língua e a fala, fora delas, ou seja, para compreender de que se constitui essa exterioridade, isto é, o discurso. Essa exterioridade discursiva se organiza de forma diversificada no interior do arquivo. E no exercício da análise, é necessário que façamos ver a multiplicidade de acontecimentos que a recobrem a partir de um trajeto temático. Como nos mostra Navarro-Barbosa (2004, p. 116), em seu trabalho sobre *o acontecimento discursivo e a construção da identidade na História*, onde afirma que “a nossa sociedade dispõe de um ar-

quivo sobre o que é ser brasileiro, negro, escravo, índio, sobre a nossa constituição como colônia e depois como nação, sobre nossa natureza”. Por meio deste arquivo, é possível observarmos o que nossa sociedade já pode dizer de si mesma, e o que é dito atualmente.

Como constitutivo do arquivo, o trajeto temático, como afirmam Guilhaumau e Maldidier (2010), é uma ferramenta metodológica que possibilita estudar o percurso de um discurso. Nesse sentido, faz o acesso do analista a formulações anteriores de discursos que se deslocam através da história. Nessa condição, o trajeto temático proporciona à análise acesso às possíveis construções e mutações dos sujeitos e dos discursos.

Guilhaumou e Maldidier (2010, p. 166) explicitam que “[...] a análise de um trajeto temático remete ao conhecimento de tradições retóricas, de formas de escritas, de uso de linguagem, mas sobretudo, interessa-se pelo novo no interior da repetição”. Nessa direção, esse novo é a materialização de um mesmo discurso, já foi discursivizado antes, em momentos outros, mas que se configura com uma reatualização discursiva. Essa retomada do discurso está fundamentada, segundo os autores, no vai e vem linguístico de uma grande diversidade de atos de linguagens, incluindo a história e a exterioridade. Desse modo, essas novas formas discursivas atuam sobre os sujeitos do discurso e possibilitam que o discurso reutilize como um novo dizer no momento em que estes enunciam.

Nessa perspectiva, o trajeto temático precisa ser analisado com base “a) nos enunciados que se entrecruzam em um dado momento histórico, sendo que o tema estaria em uma posição referencial; b) das formas de escritas, dos usos da linguagem, do novo no interior da repetição; c) dos sujeitos especificadores.” (GUILHAUMOU e MALDIDIER (2010,

p. 114). Desse modo, o trajeto temático aciona a memória discursiva e trabalha com seus deslocamentos e mutações sócio-históricas e a inscrição do sujeito em diferentes formações discursivas. Por fim, os mesmos autores ressaltam a importância da análise do arquivo e dos discursos para a compreensão da história e da sociedade, bem como para a crítica e transformação das práticas discursivas e das relações de poder que elas envolvem.

1.3 Sobre racismo, antirracismo e as charges

Nosso racismo tem raízes históricas. Durante mais de três séculos pessoas negras eram trazidas predominantemente da África, dentro de navios em condições precárias e viagens desumanas, para serem escravizadas em terras brasileiras. Como aponta Simioni (2016) o papel do negro foi servir a população branca como espécie de serviçal, tendo sua condição desprezada. Assim, esse processo da história desencadeou imaginários de que o negro tem o papel de servir ao branco por ser de raça inferior.

Santos e Silva (2018) afirmam que o início do século XX ficou marcado por um significativo acirramento nas tensões raciais, especialmente nos Estados Unidos no qual continham participação maciça de grupos supremacistas brancos. Simioni (2016), afirma que discursos racistas surgiram com os supremacistas brancos, que acreditavam ser uma raça superior as outras, baseada em traços científicos falsos. O discurso supremacista branco é uma forma de propagar que existe uma raça pura: a raça branca. Devido a esse argumento falso, indivíduo brancos que se percebem como superiores reafirmam esse discurso atacando pessoas que não fazem parte de sua raça.

No Brasil existem aparatos legais, como a Lei nº 7.716/1989 intitulada como ‘a lei do racismo’, sendo considerado um crime contra a coletividade e não contra uma pessoa específica. E o Código Penal Brasileiro no artigo 140, considera crime de ‘Injúria Racial’ quando uma ou mais vítimas são ofendidas pelo uso de “elementos referentes à raça, cor, etnia, religião e origem”. Ao lado destes, em 2023 outro dispositivo legal foi sancionado, a Lei nº 14.532 que tipifica como crime de racismo a injúria racial, com a pena aumentada de um a três anos para de dois a cinco anos de reclusão. Entretanto, observamos com certa recorrência práticas de discursos de ódio contra os indivíduos negros, naturalizando o discurso racista e incitando o preconceito.

Almeida (2019) defende que uma das etapas de efetivação do racismo é pela lógica estrutural: ele é o próprio elemento que estrutura a ordem social e é reproduzido pelas instituições. Estas atuam de formas racistas porque estão fundamentadas em uma estrutura que atuou antes delas, favorecendo assim, as regulamentações necessárias. Para este autor, o racismo não seria algo criado pelas instituições, mas regulamentado e reproduzido por elas. Se as instituições são racistas é em decorrência da sociedade que também o é. Dessa forma, sendo regulamentado pelas instituições, o discurso racista é normalizado na sociedade, e aceito como algo normal.

Este entendimento de que o racismo é uma questão estrutural, que permeia a sociedade brasileira desde sua formação, é compartilhado por Ribeiro (2019), para quem o racismo é um fenômeno complexo que se manifesta de várias formas, como a exclusão social, a violência policial, a descrição no mercado de trabalho e a falta de acesso a direitos básicos. Essas formas de racismo são resultado de um sistema de opressão que foi construído ao longo dos séculos e que se perpetua até os dias de hoje.

No entanto, é importante ressaltar que cada vez mais vemos estratégias antirracistas fomentadas por diferentes sujeitos e grupos que recorrem à linguagem na luta contra o racismo. O campo das mídias digitais tem sido um poderoso território na luta antirracista. Por exemplo, a produção chargística que circula digitalmente tem posto em evidência outros sentidos sobre questões presentes ligadas à negritude, branquitude e ao racismo estrutural.

Como afirmam Orsatto & Giacomet (2017, p.01), as charges são produções textuais interessantes para se observar questões atuais, considerando suas condições de produção. Seus elementos verbo-visuais configuram um material rico e sucinto para se observar manifestações do discurso e o posicionamento do sujeito. Assim, as charges conseguem dizer muito com pouco, possibilitando incorporar imagens, símbolos e pouco texto no seu interior discursivo em favor de um determinado tema e aproxima o leitor de temas do cotidiano, recorrendo a poucos recursos, evidenciando a sua condição de produção.

Nesse sentido, as condições de produção da charge consideram a configuração histórica, social e ideológica de onde o sujeito exerce sua função enunciativa, pois é através da condição de produção que é possível enxergar elementos ideológicos presentes na materialidade discursiva, ou seja, em sua própria constituição material a charge nos oferece indícios que atestam as condições sócio-históricas que tornaram possível esta prática discursiva. Em Foucault (2010), a prática discursiva é entendida como um conjunto de regras históricas, anônimas e situadas, as quais definem as condições de exercício da função enunciativa. Desse modo, a charge se configura como uma prática discursiva, visto que proporciona as condições para o exercício do sujeito que enuncia nessa materialidade discursiva.

Embora a charge esteja associada frequentemente à prática jornalística, com o advento das mídias sociais o gênero tem sido produzido regularmente de forma independente e publicizado por seus autores nas redes sociais. Não raro, o aparecimento das charges nestes espaços estabelece uma relação discursiva de resistência, tematizando relações de poder e embates ideológicos que pavimentam acontecimentos sócio-políticos.

Dentre as diversas superfícies discursivas que recobrem a produção midiática hoje, cujo funcionamento abre à possibilidade dos sujeitos publicizarem a própria criação artística e intelectual, elegemos a rede digital *Instagram* onde essas materialidades enunciativas foram discursivizadas. Consideramos que esta mídia social contribui nas formulações de enunciações e participa na materialização do discurso em diferentes estágios, haja vista os engajamentos e reverberações discursivas proporcionados por esta plataforma.

2 Sentidos (anti)racistas em charges

Na presente seção, analisamos uma série de quatro charges publicadas na rede social *Instagram* dos chargistas *Alberto Benett* e *Gilmar (Cartunistas das cavernas)*. A regularidade discursiva que as interliga deixa entrever um posicionamento antirracista na produção dos cartunistas, especificamente em relação aos ideais supremacistas e as tentativas de dissimularlos socialmente, e à violência física contra pessoas negras praticada por agentes de segurança. Vejamos a primeira tira.

Figura 1: O copo de leite



Fonte: Instagram (2021)

A charge da figura 1, publicada em 2021, mostra um indivíduo sentado em uma mesa, segurando um copo em formato de cone, e a embalagem do líquido no canto da mesa. O elemento verbal da charge se constitui de um texto curto: “Calma, é apenas um copo de leite”. De imediato, um elemento visual na charge nos interpela: o objeto que deveria ser o copo tem a forma de capuz. Neste ponto, o funcionamento da memória discursiva produz uma ruptura nos sentidos lançados pelo fragmento linguístico *é apenas um copo de leite*. E um primeiro movimento interdiscursivo é estabelecido com a exterioridade do que é enunciado: há uma inevitável associação à figura dos membros da seita supremacista “Ku Klux Klan”, em cuja vestimenta que os caracteriza destaca-se o chapéu branco em formas de cone.

A partir da cadeia de sentidos aberta pela inserção do ícone do supremacismo branco na materialidade da charge, o efeito do “[...] perfeitamente transparente e profundamente opaco” (PÊCHEUX, 2008), que rege o acontecimento discursivo começa a funcionar na leitura da charge. Afinal, há um saber discursivo que retorna sob a forma de um já dito no enunciado chargístico, qual seja, o de que para grupos supremacistas brancos o leite é um símbolo de superioridade, e que o bebem como prática ritualística. É neste entrecruzamento oblíquo de significações na estrutura do enunciado com aquilo que é da ordem do histórico que verificamos a opacidade tecendo um acontecimento discursivo.

Nesta mesma direção, podemos estabelecer um segundo movimento interdiscursivo na leitura da charge 1. Neste caso, temos a retomada de uma atualidade da política brasileira na formulação da charge: o episódio em que o então presidente Jair Bolsonaro em gesto produzido em 29 de maio de 2020 apareceu em sua tradicional “Live de Quinta” tomando um copo de leite puro, juntamente com outros membros do governo. De acordo com a reportagem do “Notícia Preta”, embora a comunicação do governo defenda o leite como um dos produtos do agronegócio, base de apoio do presidente, a cena teria acontecido como forma de um “desafio do leite”, para promover as ações do agro. Todavia, na ocasião, a manchete do referido portal enunciava: “Durante live, Bolsonaro toma ‘copo de leite’ símbolo nazista de supremacia racial”.

Pensando com Foucault (2010) que é necessário buscar na exterioridade do enunciado as regras de sua aparição, verificamos, pelas condições de produção do enunciado, que o gesto do presidente faz ecoar sentidos fincados em formações discursivas racistas, pois evocam no seu implícito outras formulações. Decorre daí o posicionamento discursivo do chargista que, no exercício função enunciativa, exclui qual-

quer outro dizer entre tantos possíveis e relacionados ao episódio em questão. Em tom de crítica ou confronto ao discurso racista, ele ocupa um lugar, e não outro, em que evidencia na ironia material da charge os sentidos de uma prática supremacista branca lastreando as ações daquele governo.

Figura 2: O significado e o significante



Fonte: Instagram (2021)

Na charge da figura 2, vemos uma mão sobre um fundo preto gesticulando um símbolo formando as duas letras “W e C”, contornadas em vermelho. À direita desta imagem, temos o enunciado verbal “significados e significantes”. Análise desta charge passa pela compreensão do funcionamento discursivo da memória. Isso implica aceitar que, como nos mostra Pêcheux (2007), a memória opera em um espaço móvel de deslocamentos, de retomadas, de regularidades, de réplicas e contradiscursos.

Inicialmente, observamos que, no plano verbal, o chargista recorre à metalinguagem no emprego dos vocábulos *significados* e *signi-*

ficantes ao lado da imagem da mão formando as duas letras. Os dois termos remetem a conceitos do campo da Linguística. Como definido por Saussure (2006), o significado seria a representação mental que uma palavra ou expressão evoca, enquanto o significante seria a forma sonora ou visual que essa palavra ou expressão possui. É importante ressaltar que essa relação entre significado e significante é convencional e arbitrária, o que significa que não há uma relação intrínseca entre a palavra e o que ela representa. Isto posto, precisamos ir além na descrição das condições de existência deste enunciado chargístico e que o tornam um acontecimento.

Assim, é necessário registrar que ele estabelece um domínio de memória discursiva no qual encontra-se um episódio de nosso cotidiano político. Em 24 de março de 2021, durante a sessão no Senado da República, Felipe Martins, então assessor da Presidência da República para assuntos exteriores chamou atenção não somente por estar atrás do presidente da casa, o senador Rodrigo Pacheco, mas, por fazer um gesto com suas mãos. Esse gesto, é considerado “Ok” no seu sentido popular. Porém, segundo a reportagem da BBC News Brasil, o gesto com forma arredondada entre o indicador e o polegar, que também é um *emoji* popular, foi classificado como “uma verdadeira expressão da supremacia branca”, pela Liga Antidifamação (ADL, na sigla em inglês), organização dos Estados Unidos que monitora crimes de ódio. Nesta compreensão, o tal gesto com a mão formaria, na verdade, as letras *W* e *P*, um código cifrado para a expressão *White Power* (poder branco), empregada por grupos supremacistas brancos.

A repercussão midiática do suposto gesto racista do assessor da presidência da república no Senado federal, bem como a negativa pelo mesmo são partes das condições de produção da charge 2. São estes

elementos que lastreiam o exercício da enunciabilidade no material em análise, ou seja, o lugar de quem enuncia, como marca sua presença ao mobilizar as formas materiais na produção discursiva. Nesse sentido, no desenho da charge, as letras WP, de suposta significação racista, viram WC, sigla para vaso sanitário em inglês. Se a memória é o lugar para deslocamentos e contradiscursos, temos aqui os sentidos sendo ressignificados no plano discursivo.

Assim, sendo a relação entre significado e significante arbitrária e histórica, o autor da charge assume um lugar de enfrentamento à ideologia racista que teria adeptos entre figuras do governo Federal, e convencionou outros significados para o signo supremacista: em vez de supremacia branca, o simbólico gesto com a mão sofre um apagamento e é reinscrito discursivamente em outro *domínio associado*: o da privada sanitária, do lugar dos dejetos e excrementos humanos. Enfim, ao buscarmos a exterioridade enunciativa, entrevemos o que está em jogo no embate discursivo.

Nesse contexto, é possível observar a emergência de uma materialidade discursiva antirracista na charge 2. Os sentidos mobilizados põem em jogo uma estratégia que explicita e desconstrói práticas racistas e suas manifestações na sociedade hoje, sob a forma de uma discursividade de ode à branquitude. Os enunciados das charges 1 e 2 demonstram como a memória discursiva está presente na formulação desses discursos antirracistas, influenciando a escolha dos temas, dos recursos visuais e textuais utilizados pelos cartunistas nas charges publicadas nas redes sociais. Isso também atesta como funciona o trajeto temático na análise do discurso em questão: é como nos é dado a ver enunciados que se entrecruzam neste momento histórico, e com mesmo tema como referencial.

Figura 3: Liberdade de expressão



Fonte: Instagram (2022)

O terceiro elemento desta séria enunciativa, cujo trajeto temático enfoca discursos supremacistas, traz na sua composição material a imagem dividida em duas partes. Na parte à esquerda, no escuro, um homem aponta com surpresa para algo que vemos à direita na segunda parte, em claro, o capuz: indumentária símbolo da Ku Klux Klan, como já vimos na charge 1. Nesta parte, um texto que completa o “Olha...” inicial vem de dentro do capuz (que, posto na horizontal, também simboliza o túnel). O personagem da charge agora fala de dentro da vestimenta/túnel e de lá, enxerga “uma luz no fim do túnel”.

Podemos pensar com Foucault que o enunciado é único como todo acontecimento, mas está aberto à repetição, à transformação, e também está ligado não apenas a situações que o provocam, e as consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, a enunciados que o precedem e o seguem (FOUCAULT, 2010). Nessa direção, o enunciado da figura 3 reelabora elementos dos enunciados anteriores desta

série: um regime *de materialidade repetível*. A peça da indumentária da seita supremacista branca (o capuz) transforma-se em um túnel, ou seja, o canal por onde trafegam as ideias e as práticas racistas. Na charge 1, este mesmo elemento enunciativo era o recipiente para o líquido que purificaria o sujeito supremacista.

Dentro do princípio discursivo em que o enunciado abre para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória, devemos considerar o túnel como base dos implícitos que comporta a charge, uma vez que o signo a que remete está ligado simbolicamente a um grupo social que atua com ações e discursos racistas e segregacionistas. Desse modo, a referência do túnel estabelece uma relação de sentido pela qual na sociedade atual encontramos vias abertas de circulação dos discursos supremacistas, embora quem ocupe este lugar não se perceba desta forma. Assim, aquele que inicialmente aponta admirado o túnel, agora na segunda parte da imagem enunciado já cruzou sua entrada, está experimentado sua escuridão (observemos o jogo com o claro e o escuro das cores no desenho), e como se de dentro desse túnel/pensamento percebesse o mundo: “a luz no fim do túnel”.

Dito isso, queremos ressaltar a importância da análise do trajeto temático no interior do arquivo e dos discursos na direção de uma compreensão da história e das relações sociais em jogo. Nesta perspectiva, o discurso que permeia as charges analisadas sustenta uma crítica a certas condutas e práticas discursivas recorrentes na sociedade atualmente. Desse modo, o efeito de raridade que organiza os enunciados faz com que aquilo que é dito exclua outros dizeres. Busquemos, pois, as condições de produção em que emerge esse enunciado da figura 3.

Os sentidos do enunciado da charge dialogam com o fato ocorrido em 07 de fevereiro de 2022, (dias antes da publicação da charge

3) quando o então apresentador do *Flow Podcast*, Monark, defendeu a existência de um partido nazista legalizado no Brasil, contrariando princípios da Constituição brasileira. Houve muita repercussão da fala do influenciador digital; conseqüente reação de grupos; pressão aos patrocinadores do programa; e posterior desligamento do apresentador do podcast.

Precisamos reafirmar que as regras de aparição de um enunciado tornam possível que entrevejamos o que está em jogo quando alguém enuncia. Neste sentido, face à polêmica que tomou as redes sociais, Monark alegou “liberdade de expressão” ao defender a legalização de um partido nazista. Como nos mostra Foucault (2010, p.61) o sujeito enunciativo determina a produção discursiva a partir dos “[...] diversos *status*, nos diversos lugares, nas diversas posições que pode ocupar ou receber quando exerce um discurso, na descontinuidade dos planos de onde fala”. Assim, do lugar de vitimado pela censura o apresentador se defende, supondo que o direito à liberdade de expressão se sobrepõe a tudo, inclusive a qualquer forma de restrição da lei.

Por outro lado, como toda produção discursiva se organiza também na descontinuidade, na materialidade da figura 3, o chargista reinterpreta o episódio do *Flow podcast* em um outro enquadramento da função enunciativa, exercendo um olhar crítico para o episódio. Desse ponto, relaciona à fala do apresentador discursos e comportamentos racistas em sua vertente de supremacistas brancos. Dentre outras estratégias enunciativas, já descritas, discursivizadas na charge, há o recurso à ironia: notemos que a voz da personagem da charge já ecoa do interior da peça da indumentária dos supremacistas. Portanto, estaria este imerso naquela formação racista, e sem se dá conta do quão problemático seria isso. De lá, enuncia “[...] uma luz no fim do túnel”, ou a

solução para eventuais posicionamentos ideológicos inconciliáveis; tal qual Monark que enuncia, sem hesitar, o direito à legalidade de partidos nazistas hoje no Brasil.

Considerações finais

Ao longo deste texto, analisamos discursivamente a materialidade enunciativa de três charges de *Alberto Benett*, publicadas em seu perfil no Instagram, com o intuito de compreender o funcionamento das estratégias enunciativas, enquanto modos de enunciar do sujeito, materializadas na crítica empreendida pelo chargista ao discurso racista.

A emergência de um discurso antirracista nas charges nos dá a ver o funcionamento do princípio da *exterioridade* enunciativa. Dessa forma, memórias sócio-históricas sobre racismo, supremacia racial são convocadas e reposicionadas na produção discursiva das charges. Isso é feito como regularidades enunciativas que acionam, de forma crítica e irônica, símbolos, discursos, e imaginários que remontam preconceitos, discriminação e exclusão.

Observamos também nas charges a função enunciativa sendo exercida por uma posição sujeito antirracista, conferindo à produção chargística um efeito de crítica ao discursivizar práticas e situações racistas vivenciadas tanto em nossa cena política recente quanto em episódios do nosso cotidiano ordinário. Nessa perspectiva, trabalhado como princípio organizador dos discursos, o trajeto temático pôs em evidência um conjunto de sentidos sobre práticas racistas que permeiam nossa tessitura social, ao passo que no confronto discursivo materializado nas charges, que deslocavam os sentidos, abria-se uma via de resistência do sujeito.

Quando indagamos no início do texto acerca das possibilidades de sermos outros, diferentes daquilo que nos tornamos, podemos pensar na relevância do trabalho analisado nesta série, afinal é uma produção que traz à tona temas e problemáticas que estão sendo discutidos pela sociedade no agora e que têm relação direta com a luta antirracista. As charges que trouxemos à análise são reverberações discursivas de acontecimentos de uma história que se desenrola diante de nós. E, em certa medida, elas são respostas a discursos de ódio, autoritários, extremistas, segregacionistas.

Por fim, o material que analisamos empreende uma construção discursiva que aponta para a presença de uma cultura racista em nossa sociedade, que parece operar algumas vezes pelos sentidos da dissimulação, noutras pelos da inocência. Mas tal construção está sempre a romper a ordem discursiva e a se materializar em gestos, palavras e práticas que nos alertam que a luta antirracista é necessária e permanente.

Referências

ALMEIDA, S. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 7.716 de 5 de janeiro de 1989*. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716compilado.htm. Acesso em 22 set. 2022.

COURTINE, J-J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: Edufscar, 2009.

FONSECA, M. A. *Foucault e a constituição do sujeito*. São Paulo: EDUC, 2011.

FOUCAULT, M. *Ditos e Escritos II: Arqueologia das Ciências Humanas e história dos sistemas de pensamento*. Trad. Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. *A Ordem do discurso*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

GREGOLIN, M. R. *Formação discursiva, redes de memória e trajetões sociais de sentido: mídia e produção de identidades*. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

GREGOLIN, M. R. F. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos*. São Carlos, SP: Claraluz, 2007.

GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D. Efeitos do arquivo: a análise do discurso no lado da história. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Da história no discurso*. 3ed. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2010. p. 161-183.

NAVARRO, P. O acontecimento discursivo e a construção da identidade na história. In: SARGENTINI, V.; NAVARRO-BARBOSA, P. L. (Org.). *Michel Foucault e os domínios da linguagem - discurso, poder, subjetividade*. São Carlos, SP: Claraluz, 2004, p. 97-130.

NUNES, J. H. Introdução. In: ACHARD, Pierre [et al.]. *Papel da memória*. Trad. de José Horta Nunes. 2ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. 8ed. Campinas, SP: Pontes, 2009. 100p.

ORSATTO, F. L. O. GIACOMEL, D. M. *O pouco que muito diz: embates discursivos em charges que tematizam o racismo*. Cascavel: Unioeste, 2017.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. [et al.]. *Papel da Memória*. Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 2007, p. 49-57.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 5ed., Campinas, SP: Pontes, 2008.

PÊCHEUX, M. O estranho espelho da Análise do discurso. In: COURTINE, J-J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos, SP: Edufscar, 2009.

Porque gesto de 'OK' de assessor de Bolsonaro está em lista de símbolos de ódio nos EUA. BBC NEWS BRASIL. 25 de março de 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-49861739>. Acesso em 30 de julho de 2022.

RIBEIRO, D. *Pequeno manual antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, R. A. SILVA, R. M. de N. B. e. Racismo científico no Brasil: um retrato racial do Brasil pós-escravatura. Curitiba: *Educar em Revista*. v. 34, n. 68, p. 253-268, mar./abr. 2018.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1975.

SIMIONI, R. L. *Arquivo, história e memória: possibilidades de diálogo entre Luhmann e Foucault*. Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS). Pouso Alegre, MG. Brasil, 2016.

Anarqueogenealogia da balbúrdia entre discursos e práticas: reafirmando o papel da universidade

Rafaela Cláudia dos Santos
Francisco Paulo da Silva

Introdução

Neste artigo, discorre-se sobre o movimento discursivo em torno da balbúrdia universitária, considerada como acontecimento discursivo. Tal acontecimento é observado a partir do jogo entre os enunciados do arquivo, de onde emergiram os enunciados do *corpus* selecionado para a análise neste artigo. Toma-se a noção de anarqueogenealogia¹ de Foucault para descrever a resistência dos sujeitos em volta dos ataques à universidade feitos pelo ministro Abraham Weintraub, como acontecimento que marcou a emergência da balbúrdia universitária.

Adotamos a anarqueogenealogia para, a partir da emergência da balbúrdia e das insurreições na área educacional, descrever a desobediência como modo de reafirmação do papel de positividade e importância das universidades e da educação em tempos nefastos, de emergência e disseminação de discursos político-midiáticos que marcaram o governo de ultradireita do presidente Bolsonaro, especialmente no trato negacionista dado à ciência e a produção da universidade.

1. Entende-se a anarqueogenealogia como descrição das práticas de lutas, das contraconduas, estratégias de resistências aos efeitos do poder, resultando disso, a produção ético-política dos sujeitos.

O objetivo deste estudo é analisar discursos que tratam do acontecimento da balbúrdia universitária, com foco na regularidade e dispersão dos enunciados que constituíram esse acontecimento discursivo. Esta investigação é fruto de uma dissertação desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem, da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, defendida por Rafaela Cláudia dos Santos e orientada pelo Prof. Dr. Francisco Paulo da Silva. Em termos metodológicos, a pesquisa está ancorada nos estudos discursivos foucaultianos. Lança-se um olhar investigativo sobre as possibilidades de leitura discursiva e de interpretação de enunciados no escopo de sua dispersão e descontinuidade, sobretudo, no que tange às condições de produção e os entrelaçamentos dos discursos e suas relações de saber-poder e de resistência. Importa considerar os aspectos sócio-históricos e as emergências dos enunciados em torno das discursividades estudadas, sendo elas as que ocupam espaço de evidência na cena política e midiática.

A respeito do *corpus* de análise, selecionamos duas materialidades disseminadas em páginas da rede social *Instagram* que nos permitem analisar o movimento de contraconduta acerca do *15 de Maio*, dia em que estudantes, professores e apoiadores da ciência e da educação ocuparam os espaços das ruas e da mídia digital para defender à educação e a ciência, além de buscar mostrar à sociedade a importância dos trabalhos e pesquisas que eles realizam, o que foi utilizado como estratégia de luta contra os ataques perversos dos discursos de desqualificação em torno da área educacional e da ciência, pulverizados no governo Bolsonaro.

O artigo está estruturado da seguinte forma: primeiramente, foi realizada uma discussão acerca da produtividade dos discursos que são mobilizados a partir dos sujeitos que resistem e lutam. Por meio disso, descreve os processos o desobedecer e o revoltar-se. Em seguida, de-

marcou-se o local das lutas, isto é, estudamos os discursos entrelaçados nas relações educacionais, por meio de movimentos incitados pelo acontecimento da balbúrdia, que emerge quando o ministro da Educação, Weintraub, anunciou, nos veículos midiáticos digitais, o contingenciamento nas universidades e classificou esses espaços institucionais de meios de propagações da balbúrdia. Posteriormente, tratou-se do dispositivo da mídia como lugar de marcação e produtividade de dizeres, de defesas de posições, à medida que articula ordens do dizer. Finalizamos com análises de uma série enunciativa sobre a balbúrdia que retrata os protestos de rua, o movimento de contraconduta e resistência chamado de *15 de Maio*.

I Desobedecer e revoltar-se? Sob as lentes das contracondutas no entrelaçar de sujeitos em defesa da educação pública

Ao analisar discursos sobre a ótica de Michel Foucault (2019) é possível verificar questões em torno da transitoriedade do sentido, haja vista que o discurso faz circular forças potenciais que instituem posições, marcam condutas e inscrevem práticas.

Nessa linha de pensamento, analisar discursos que envolvem os sujeitos em lutas oferta a possibilidade de conhecer as vontades de verdade, os saberes e os poderes que foram ativados nas práticas discursivas. No caso da análise da luta política, a análise se orienta pelo processo de transformação de vidas, de busca pela liberdade, ou como diria Foucault (2011, p. 125), com base nos cínicos, de uma vida outra, de modo que para vivê-la de verdade é necessário uma “[...] ruptura total e em todos os pontos com as formas tradicionais de existência”.

Nesse sentido, por meio da interpretação dos estudos cínicos, é possível entender que, para se almejar essa vida outra, tornar-se-ia necessário a desobediência e seguir caminhos divergentes dos traçados nos discursos impostos por uma vontade de verdade socialmente instituída como sendo o “discurso verdadeiro”.

Nossa sociedade é constantemente marcada por processos de obediência que se evidenciam nas políticas de governo de controle dos corpos. A experiência com os mecanismos do poder pastoral, disciplinar e o biopoder, cartografada por Foucault, ao longo de seus estudos, mostra que todas essas formas de poder adotaram práticas para manter os sujeitos sob certos regramentos. Como alerta Gros (2018), a obediência vai criando comunidade e com isso subjetivando e agindo sobre a vida dos sujeitos de uma forma, muitas vezes, a torná-los sujeitos pacientes, acríticos.

Pode-se tornar natural pensar que a obediência é a melhor forma para se viver, dada as verdades impetradas pelos sistemas de governo, estando ela transfigurada em discurso de paz mundial. No entanto, conforme Gros (2018), a desobediência é o modo que divide e esse modo de divisão pode ser necessário em alguns casos. Nesse sentido, muitos problemas sociais na atualidade se deram e ainda se darão pela obediência, como sinaliza Gros (2018, p. 10). “[...] ninguém ou quase ninguém, se levanta”. Dessa maneira, deve-se indagar, por que se obedece?

Por que obedecemos e, sobretudo, como obedecemos? Precisamos de uma estilística da obediência que, só ela, poderá nos inspirar uma estilística da desobediência. Redefinir a diferença entre a submissão, o consentimento, o conformismo etc.; fazer distinção entre o direito de resistência, a objeção de consciência, a rebelião etc. (GROS, 2018, p. 16).

Nessa perspectiva, obedecer é a conduta mais praticada dentro da sociedade, pois, poucas vezes, os sujeitos param para pensar e reivindicar práticas e atitudes do cotidiano que constituem subjetividades e que causam assujeitamento e governo. Assim, governar-se a si, isto é, o olhar de controle sobre seu próprio governo costuma ficar em segundo plano.

Pouco ou quase nada é feito para desobedecer, alerta Gros (2018, p. 38), “por que você obedece? Porque sou submisso: impossível fazer de outro modo. Clareza absoluta dessa relação cruel. Aquele que obedece por excelência é o escravo”. Desde muito cedo aprende-se a ser submisso, os corpos são governados, parece ser até uma regra natural da vida. Mas o que realmente é ser submisso?

Por submissão entendo uma obediência de pura coerção: obedecemos àquele que tem nas mãos a arma ou o chicote, a força de decisão sobre a carreira e mesmo sobre a vida e a morte. O mestre, o contramestre, o *Kapo*, o “superior” hierárquico, o “chefe”... Ser submisso é ser prisioneiro de uma relação de forças que subjuga, domina, *aliena* no sentido literal (2018, p. 38).

Mais uma vez indaga-se: por que o submisso obedece? “Ele não pode fazer de outro modo: menos forte, menos poderoso. Por que você obedece? *Porque não posso desobedecer*. A razão da obediência do submisso está na desrazão da violência cega e das relações de força” (GROS, 2018, p. 39). Sendo assim, seria impossível rebelar-se, desobedecer? A resposta é não.

Ao mesmo tempo, a submissão pode trazer como seu reverso futuro uma promessa de revolta, de *rebelião*. O submisso espera sua hora. Ele espreita as fraquezas do senhor, está

atento às fragilidades, às brechas, pronto para dar o golpe, virar o jogo. Delimito aqui o conceito de “submissão”. Se digo que essa relação de forças é histórias, contingente, transitória, reversível – um puro estado de fato –, então a submissão, obediência refratária, contém em si a insubmissão como revanche. A partir do momento em que os submissos conseguem se unir para conspirar contra os senhores, assim que sentem e constroem sua força coletiva, a guerra pode ser retomada. Rebelião, *Re-bellum*: a guerra recomeça, o antigo vencido se recompõe (GROS, 2018, p. 41).

Os movimentos de revolta tornam-se, portanto, necessários, mesmo que pareçam ser, à primeira vista, uma atitude não tão eficaz. No entanto, revoltar-se pode ser a única alternativa possível para mudar o *status* da situação. É o que se pode observar quando se olha a experiência do século XX: “a dos regimes totalitários e dos grandes genocídios, inquietou, perturbou, ou antes fragmentou, rompeu essa evidência cultural maciça que vincula, de maneira cerrada, capacidade de obedecer e afirmação de humanidade” (GROS, 2018, p. 31).

Ao vivenciar momentos históricos de genocídios e de regimes totalitários, vale a pena resistir, problematizar e revoltar-se, para que, assim, a luta seja no sentido de não deixar que novos regimes antidemocráticos possam arruinar a democracia e os direitos à liberdade anteriormente sacralizados via documentos de base legal. Este é o caso dos direitos resguardados na Constituição Federal de 1988, que em alguns governos são violados.

A respeito do que Foucault problematiza ao dialogar sobre a revolta, os sujeitos passam a perceber que podem revoltar-se em torno da prática arbitrária das conduções, da subjetivação, por isso, “[...] a transformação do mundo depende de uma transformação do sujeito”

(CANDIOTTO, 2017, p. 232). Nesse sentido, os processos de governamentalidade, isto é, da condução das condutas se instauram em toda a sociedade, funciona no jogo das relações de poder, no exercício da governamentalidade com suas estratégias de controle e de incitação da obediência, mas é sobretudo nesse contexto que surgem as contracondutas, as revoluções, os movimentos de resistência.

Nessa teia de relações, encontram-se muitas produções de sentidos, o atravessamento de discursos e suas potências, como forças que instituem e marcam posições, práticas e condutas. Com seus estudos sobre poder-saber e resistência, Foucault contribui com a atenção dada aos sujeitos sociais diante dessas relações que atingem a todos, sem exceção, no sentido de agenciamento de práticas. Sendo assim, mesmo considerando a obediência como uma prática presente no convívio social, não se pode deixar de tratar das resistências. Foucault (1995, p. 234) buscou analisar os vetores que fundamentam o surgimento e a materialização de relações de poder:

Gostaria de sugerir uma outra forma de prosseguir em direção a uma nova economia das relações de poder, que é mais empírica, mais diretamente relacionada à nossa situação presente, e que implica relações mais estreitas entre a teoria e a prática. Ela consiste em usar as formas de resistência contra as diferentes formas de poder como um ponto de partida. Para usar uma outra metáfora, ela consiste em usar esta resistência como um catalisador químico de modo a esclarecer as relações de poder, localizar sua posição, descobrir seu ponto de aplicação e os métodos utilizados. Mais do que analisar o poder do ponto de vista de sua racionalidade interna, ela consiste em analisar as relações de poder através do antagonismo das estratégias.

Dessa forma, o estudo das resistências torna-se fundamental para entender as relações transitórias de poder. Existem algumas lutas transversais que são produtivas para intentar as relações de saber-poder e as resistências, uma delas é a luta nos setores educacionais.

1.1 Lutas e resistências no setor educacional: uma trajetória

Quanto às condições de produção da educação inclusiva, gratuita e de qualidade, em prol das quais se luta até hoje, pode-se afirmar que têm logrado êxito em vários aspectos. Essas lutas são marcadas por anos de resistência, de embates e confrontos em torno da conquista por direito à educação equânime e à universalização do ensino superior, à criação de universidades públicas, à educação inclusiva.

Foucault (2006) tem a base de sua fase ética voltada para a liberdade, entendendo que a resistência às relações de poder imputa uma conexão e um desejo por liberdade. Para tanto, o efeito alcançado a partir de históricas lutas educacionais é o de que os sujeitos, alicerçados no aludido campo do saber, permanecem entrelaçados em duelos em prol da liberdade, uma liberdade que persegue a positividade, mirando o livre direito de poder pensar, refletir e elaborar críticas.

Na contemporaneidade, vivencia-se a realidade de estudantes de classes baixas que ingressam nos mais diversos cursos do ensino superior, como Direito, Medicina, Engenharia, cursos ditos da elite. Outrossim, somente quem poderia ter acesso ao ensino superior eram os filhos das elites, dos grandes fazendeiros, isto é, dos que detinham o capital financeiro. Além deles, haviam os que ingressavam nos seminários da igreja católica com intuito de serem padres, neste caso, estes homens também tinham acesso a um ensino vasto e até aprendiam outras lín-

guas. Portanto, a vida sacerdotal, por vezes, era atrativa para os homens que buscavam conhecimento e acesso à educação.

De acordo com Aranha (2006) a educação foi por alguns anos da história, restrita às classes sacerdotais. Nesse contexto, o acesso à educação limitou-se às famílias ligadas à ordem imperial ou sacerdotal. Mesmo na república o acesso à educação não se deu de forma universal, excluindo do processo filhos das camadas mais pobres da sociedade, embora tenham sido registradas algumas mudanças quanto ao acesso à educação por essa camada social, na história recente do Brasil.

Na luta pelo direito à educação, ressalta-se a importância dos movimentos estudantis para buscar reverter as injustiças com relação à ampliação no acesso à educação pública, gratuita e de qualidade. Logo, os movimentos estudantis foram e são marcantes na história da educação brasileira. Desde o Brasil colônia que ativistas estudantis reivindicam direitos e, graças a tais desobedientes, foram alcançadas diversas vitórias na educação pública.

Conforme Travaglia; Araújo e Alvim (2010, p. 12) “educação elitista para a elite: o círculo vicioso é visível, de modo que rompê-lo nunca foi tarefa fácil. Além disso, grandes rupturas nunca foram o forte da política brasileira”. Com estas afirmações, os autores alertam que mesmo com os movimentos de resistência, das lutas por direitos educacionais, a população brasileira não deixou de eleger governos centralizadores, de modo que a cena política brasileira, consoante ao cenário educacional, não consegue êxito em mudanças consideráveis.

Historicamente, profissionais da cultura, estudantes e profissionais das áreas da educação são tidos como sujeitos de lutas por direitos, buscando governar-se a si mesmo, indo de encontro ao governo estatal, como ocorreu nos movimentos revolucionários contra a Ditadura

Militar no Brasil (1964-1985), período de grande retrocesso que atingiu também o avanço no acesso à educação. Nesse período, diversos professores, estudantes, artistas, foram torturados e até perderam suas vidas por buscar uma verdade outra, condições outras, das estabelecidas.

As lutas em busca de autonomia e democratização das universidades são frutos de organização da sociedade civil por meio de fundações, sindicatos, associações que buscaram defender a causa de uma educação superior acessível, que pudesse abranger um público muito além das camadas sociais mais elevadas.

Entidades de representatividade na luta pela democratização das universidades, tais como o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES), a Central Unitária dos Trabalhadores do Brasil (CUT), a União Nacional dos Estudantes (UNE), são fundamentais em lutas por direitos em busca de uma universalização no ensino superior. As lutas desses e de muitas outras organizações são lutas históricas, marcadas por períodos bastante nebulosos, como é o caso das organizações que se lançaram a resistir na época da Ditadura Militar.

A respeito das entidades representativas sobre os direitos no campo educacional, cita-se a União Nacional dos Estudantes (UNE) como protagonista das lutas em torno de uma educação pública, gratuita e de qualidade. No ano de 1937 nascia a UNE no Brasil, em meio a um cenário desejoso de lutas para mais direitos para estudantes. No seu levante, essa foi uma importante organização política que se posicionou contra o fascismo (UNE, s.d.).

No período da Ditadura Militar, os integrantes da UNE foram protagonistas em diversas ações contrárias ao regime ditatorial, o que acabou culminando na prisão, tortura e morte de alguns de seus membros. Apesar disso, a UNE se manteve firme na luta e organizou – no ano de

1968 na cidade do Rio de Janeiro – a Passeata dos Cem Mil que teve como protagonista figuras públicas jovens como Caetano Veloso e Gilberto Gil (UNE, s.d.).

Nesse sentido, em 1964, a UNE conduziu suas atividades fora da oficialidade, uma vez que o regime militar exerceu forte pressão, rechaçado pela ação da mídia. A entidade perdeu, inclusive, sua sede em função de um incêndio que representou a fúria dos militares e teve seu presidente, à época, José Serra, obrigado a buscar exílio no exterior. Assim, passou a circular no Brasil, neste período, o discurso de que a UNE era um movimento revolucionário composto por jovens comunistas que estavam sendo incentivados pelo ex-presidente João Goulart. Em memórias sobre a história da UNE, José Serra (SANTOS, 1980, p. 29), traz depoimentos de ex-dirigentes da instituição abordando essa realidade:

Essas acusações contra a UNE não prejudicavam o fortalecimento da entidade junto aos estudantes. Mas infelizmente, dada sua repetição por parte da grande imprensa, terminavam convencendo muitos setores das classes médias. O que exasperava a direita no Brasil, inclusive a grande imprensa conservadora, não era tanto que a Une e o movimento estudantil assumissem posições políticas. Mas publicamente, isto não era apresentado assim. A direita se mostrava contrária a que os estudantes fizessem política. Não se conformava que os filhos da classe média pra cima, que eram os que realmente ingressavam nas universidades, assumissem posições tão críticas em relação à ordem de coisas estabelecidas.

Não é necessário estudo mais aprofundado para comprovar que os anos em que vigorou a ditadura militar no Brasil foram de ataques os mais variados à democracia e aos direitos básicos dos cidadãos, como educação

de qualidade para todos e seguridade da vida social. Segundo Paulo Freire (2014), patrono da educação nacional, esse contexto árido de intervenção militar distanciou totalmente um projeto de uma educação libertadora. Desse modo, surgiu uma onda de desmerecimento aos movimentos sociais, tida como “movimento estudantil de direita de 1960”.

Nos anos de 1960, vigorou no Brasil um momento histórico de cerceamento de direitos, sobretudo, para as classes trabalhadoras que passaram a ser controladas pelas forças armadas, sofrendo censura e outras atrocidades. Neste contexto da Ditadura Militar, os estudantes e a juventude de modo geral tiveram um papel de destaque com relação às lutas contra esse regime. De acordo com pesquisas realizados por Schmidt (2001), a juventude enquanto uma categoria/grupo, por volta dos anos de 1920, era consideradamente perigosa porque transgredia regras, sendo taxada de grupo de delinquentes. No entanto, ao observar mobilizações de ruas, como aquelas que se posicionaram contra os regimes ditatoriais é possível inferir que a juventude passou a tornar-se protagonista de mudanças sociais necessárias, passando a ser vista como vital na luta, nas ações de resistência, em busca de direitos, no rumo das pesquisas que trabalham com a referida categoria.

Nesta perspectiva, foi visto a criação, em meio a condições de produção como as do regime militar no Brasil, de grupos estudantis, de jovens conservadores, de direita que se identificavam como militantes em defesa de uma educação “saudável” e “boa” (BRAGHINI; CAMESKI, 2015), compondo estes uma Formação Discursiva (FD) cerceada por práticas antidemocráticas. O grupo de estudantes de “direita” diferentemente de outros grupos que lutavam contra à Ditadura Militar, defendiam e ocupavam outros espaços, não necessariamente às ruas, como os estudantes contrários ao regime militar.

Para uma parte dos estudantes que vivenciaram o período do governo militar existiam o lado do bem, que era composto por jovens que buscavam apoiar tal regime, e o lado do comunismo, isto é, o lado consideradamente oposto ao bem. Nessa perspectiva, muitos são os escritos que evidenciam o lado da militância, de estudantes que protagonizaram o momento da insurreição contra o regime militar e suas censuras a direitos como a educação, a universidade. Tais referências não abordam a parte do movimento em defesa do regime militar, isto é, sobre o considerado “antimovimento”. Assim, ocorre o confronto, o batimento entre redes discursivas, entre campos que se confrontam, isto é, FDs distintas sob a ótica de um mesmo acontecimento, neste caso, a Ditadura Militar.

Dessa maneira, faz-se necessário resgatar tais memórias acerca do período da Ditadura Militar para realizar um paralelo com o que emerge por meio do acontecimento discursivo da balbúrdia universitária.

De acordo com os autores Hilsdorf e Peres (2009), em um estudo realizado a respeito da juventude, no período de 1999 a 2006, há uma indicação e enquadramento dos jovens como agentes revolucionários. Ao revisitarem os escritos sobre esse assunto, os autores afirmam que:

[...] o fato de os estudos concentrarem-se nas décadas de 1960 e 1970 explica-se porque o contexto da época foi de grande efervescência política e cultural, numa conjuntura de transformações econômicas e sociais. O contexto era de revolta e o jovem, representado como rebelde ou revolucionário, foi trazido como sujeito privilegiado das pesquisas históricas e foco de interesse dos pesquisadores. Ou seja, ao se tomarem os estudos sobre a juventude pelo critério do período abordado, tem-se a impressão de que os pesquisadores do tema voltaram-se para o extraordinário,

secundarizando aquilo que se mostrasse como rotineiro (HILSDORF; PERES, 2009, p. 227).

Como evidenciado acima, viu-se a concentração em estudos que abordam a juventude da década de 1960-1970 como revolucionária, a exemplo da mobilização proposta por tal grupo contra o golpe militar. No entanto, consoante Braghini e Cameski (2015) não é apenas pelo aspecto da revolução, da contestação ao regime militar que a história da juventude foi narrada, pois, tais autores, confirmam a existência de grupos de jovens, vivendo no mesmo período citado, e que faziam parte de agrupamentos que defendiam o golpe militar e desmereciam outros movimentos que tinham ideias contrárias.

A presença de jovens na luta foi tratada por vários estudiosos, como se pode ver na publicação da Veja que retratou as representatividades acerca da “juventude” nos movimentos. Considerando o período de 1968-1974, por exemplo, a matéria da Veja mostra a atuação da *Classe 6*, movimento composto por jovens estudantes radicais e rebeldes, como mostra a revista no artigo assinado pelos autores abaixo:

Classe 6 (ferido, prisão, ocupação, ex-UNE, polícia) - Militância reúne conteúdos que expressam uma faceta mais radical da rebeldia atribuída aos jovens, aqui também caracterizados como estudantes. Diferentemente do contexto anterior que se refere aos estudantes relacionando-os à contextura brasileira, Militância refere-se às ações dos jovens também em nível internacional (MENANDRO; TRINDADE; ALMEIDA, 2003, p. 46).

Face ao exposto, é possível ressaltar que, durante o período de 1968-1974, a militância estava extremamente atrelada ao conceito de estu-

dantes, jovens, sobretudo, pelo fato da ocorrência do período da Ditadura Militar muito próximo a essas datas, mas não só por isso, haja vista que o mundo todo, no período citado, estava vivendo movimentos de lutas, por parte dos estudantes, jovens, por vezes, tidos como militantes, em busca de lutas por direitos.

Resgata-se tais evidências na tentativa de entender o porquê, no governo Bolsonaro, tantos ataques à educação ocorreram e consequentemente ataques a grupos que foram às ruas para defender os direitos por educação de qualidade, sendo, muitas vezes, taxados de comunistas e de estarem lutando para acabar com a educação ao invés de contribuir. Tal como na Ditadura Militar, existem hoje, grupos que são contrários aos movimentos em defesa da educação universal pública e gratuita.

Além do avanço de estudantes na luta, os docentes por meio de suas entidades, engajam-se em defesa da educação. Assim, ao longo dos anos, o ANDES vem lutando em prol da autonomia universitária. Conforme explica Roberto Leher (2021), trata-se de uma luta histórica, pois no decorrer dos mandatos e governos brasileiros não houve implementação de leis favoráveis à educação nacional.

Como contextualiza Leher (2021), até mesmo nos tempos áureos de recursos para as universidades como nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), Lula e Dilma, épocas em que puderam ser alcançados diversos avanços do campo da educação superior, sobretudo, no que tange a ampliação do acesso a públicos cada vez mais heterogêneos à universidade, ainda assim, esta autonomia não foi garantida.

Recentemente as Instituições Superiores e também as Escolas Técnicas com gestão federal (os IFs) sofreram com ataques grotescos à autonomia destas instituições que, por exemplo, passam a não empossar seus reitores eleitos pelos votos da comunidade educacional, passando

a serem geridas por reitores indicados pelo Governo Federal (Governo Bolsonaro). Essa atitude do governo representou um ataque à democracia e à autonomia das universidades.

Os perigos que as universidades sofrem em governos neofacistas² são ainda maiores, alerta Leher (2021, p. 22), pois as intervenções e as tentativas de depreciar a autonomia e o autogoverno das universidades são incansáveis, sobretudo, na contemporaneidade:

Em abril de 2021, das 51 nomeações efetivadas desde sua posse, apenas 18 nomeados (35%) foram os vencedores da consulta para a escolha de dirigentes. Ademais, Bolsonaro tentou aprovar duas medidas provisórias (MP 914/2019 e MP 979/2020) que ampliariam, ainda mais, o seu poder de intervir nas instituições universitárias federais; uma delas, a MP 979, significativamente, possui teor muito semelhante a um dos mais nefastos atos da ditadura, o Decreto-Lei nº 6.733/792.

Diante disso, é possível refletir sobre como um governo neofacista é capaz de prejudicar o autogoverno e o regime democrático das instituições de ensino. A luta por autonomia e por se fazer valer a democracia nas universidades não é uma luta acabada, pelo contrário, está em evidência, pois os exemplos acima mencionados são apenas uma parte dos ataques contra as instituições superiores de ensino público. O desprezo por elas também foi materializado pelas tentativas de descrédito à educação superior e pelos cortes orçamentários, praticados pelo governo do presidente Jair Bolsonaro.

2. A classificação do governo Bolsonaro como neofacistas foi a referência feita por setores da oposição que reconhecem posições de ultradireita, portanto de ataques às instituições democráticas, aos direitos dos trabalhadores, a negação à produção da ciência e da educação, o descaso com a vida da população.

Consideradas antidemocráticas, por grande parte dos que atuam na educação, as medidas do governo em pauta atingiram a democracia, os direitos do cidadão, distanciando-se do sentido da democracia, no sentido que destaca Chauí (2001, p. 12):

fundada na nação de direitos, a democracia está apta a diferenciá-los de privilégios e carências. Os primeiros são, por definição, particulares, não podendo generalizar-se num interesse comum nem universalizar-se num direito porque deixariam de ser privilégios. Carências, por sua vez, são sempre específicas e particulares, não conseguindo ultrapassar a especificidade e a particularidade rumo a um interesse comum nem universalizar-se num direito. A natureza universal do direito (seja porque válido para todos seja porque, diferenciado, é reconhecido por todos) aponta para um dos problemas centrais da sociedade brasileira, em que as desigualdades polarizam o espaço social entre o privilégio (das oligarquias) e as carências (populares); a dificuldade para instituir conservar a cidadania.

A democracia, por sua vez, é esse espaço amplo capaz de alargar os horizontes, ela está ligada à ideia do público, da abertura. Como resalta Chauí (2001), a educação é, por excelência, espaço público, e por isso a dificuldade de ser exercida em um país como o Brasil, com sua autoridade e tradicionalismo das famílias oligárquicas.

Corroborando com a discussão a respeito da democracia tratada por Chauí, engloba-se a visão de Gros (2018, p.16), ao afirmar que “a democracia é algo muito diferente de uma forma institucional caracterizada por “boas” práticas ou procedimentos, inspirada pela defesa das liberdades, a aceitação da pluralidade, o respeito pelas disposições majoritárias”.

Assim, é preciso pensar a democracia por meio da interrogação sobre a política, sobre os sujeitos ativos dentro dessa luta, como atores da manutenção da democracia. É necessário um *si político*, isto é, precisa-se de sujeitos críticos frente às atitudes de conjunto dentro da sociedade.

2 Dispositivo da mídia: discursos na trama político-midiática

Deve-se ressaltar que dispositivo é um conjunto de elementos dispersos que pode ser composto por elementos discursivos e não discursivos. Foucault (2009, p. 244) define o dispositivo como:

Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos.

O dispositivo envolve práticas discursivas e não discursivas que atuam como um aparelho constituindo sujeitos e os organizando, conduzindo-os. Assim, como assinala Foucault (2009), o dispositivo é um tipo de formação que, em dado momento, tem a função de obter respostas para determinadas urgências.

Assim, é possível enxergar a mídia enquanto dispositivo, na medida em que faz emergir materialidades discursivas e não discursivas em meio a uma manifestação de sentido, de verdades, de produção de subjetividades. No entremeio de demarcação dos lugares nas mídias digitais, surgem os acontecimentos discursivos que mobilizam diversos efeitos de sentido.

No que diz respeito às redes sociais, consideramos que essas são espaços que podem agregar valor ao dispositivo da mídia digital, pois possibilitam a produção e circulação de discursos que, em sua constituição, envolvem relações de saber-poder e a mobilização de sentidos e de subjetividades. Na contemporaneidade as mídias digitais tornaram-se importantes dispositivos de veiculação do saber-poder e positividade, em diversas esferas do conhecimento, sobretudo, no tocante aos discursos que estão entrelaçadas nas tramas político-midiáticas. O uso das mídias digitais é evidenciado na reportagem de Bárbara Sacchitiello, publicada em 2022³, em pesquisa realizada pela Teads, plataforma global de mídia, em parceria com o Instituto Toluna Corporate,

[...]entre os brasileiros pesquisados, 76% (setenta e sete por cento) disseram que utilizam sites de notícias como fonte de informação. O mesmo percentual citou as redes sociais como sua principal fonte na hora de buscar por alguma informação. O Youtube aparece na sequência, sendo citado por 72% (setenta e dois por cento) dos entrevistados e empatando com a TV aberta, único meio mais tradicional a figurar entre as principais fontes de informação.

Nessa perspectiva, as mídias digitais estão entre as principais fontes de informações, isto é, locais de circulações de vontades de verdades e discursividades das mais variadas. Assim, justifica-se os acontecimentos discursivos atuais receberem vasta repercussão no referido meio. As mídias digitais são importantes espaços de difusão do poder e das práticas de governmentação. Por meio delas, observa-se o confronto de

3. SACCHITIELLO, Bárbara. Sites e redes sociais lideram na busca por informação. *Meio e Mensagem*, São Paulo, 10 de ago. de 2022. Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2022/08/10/sites-e-redes-sociais-lideram-na-busca-por-informacao.html>. Acesso em: 10 ago. de 2022.

verdades, de saberes, de modo que se constituem em importante meios de circulação de discursos da esfera política e, considerando o alcance de usuários, tornam-se espaços privilegiado para a divulgação de discursos que tematizam a política.

Diversas estratégias argumentativas utilizadas na cena política-midiática, através do dispositivo das mídias, são pulverizadas mediante a tomada de posições e a articulações de ordens do dizer. Desse modo, as articulações discursivas, sobretudo quando se trata da esfera política, são pensadas e mobilizadas para gerar determinada repercussão, impacto e, em certa medida, gerar aceitação e convencimento nas massas, mas, dada a transitoriedade do dizer, nem sempre alcançam o efeito pretendido.

3 Contraconduta: sujeitos de luta na rua pela educação e pela ciência

Será abordada, neste tópico, a análise de uma série enunciativa sobre a balbúrdia que retrata os protestos de rua, sobretudo o *15 de Maio*, demarcado por entidades da educação e do movimento social como Dia Nacional de Luta em Defesa da Educação. Para análise, partiu-se da seleção de uma materialidade contendo os sujeitos da área educacional, professores e alunos, no intuito de, a partir dessa, atribuir um olhar de natureza discursiva.

Figura 1: Educação liberta



Fonte: Instagram, 2019

Ao analisar a materialidade acima é possível inferir que os sujeitos da educação estão segurando um cartaz com o escrito em letras maiúsculas “EDUCAÇÃO LIBERTA”. Percebe-se que são sujeito-mulheres de diferentes etnias, ocupando o espaço das ruas e ao mesmo tempo fixando-se nos espaços virtuais, por meio do uso da rede social Instagram. Assim, o movimento ganha mais possibilidade e visibilidade, por meio de sua continuidade e replicação nas redes sociais.

Ao segurar o cartaz, tem-se um ato tipicamente do ambiente educacional, fazendo alusão a apresentação de trabalhos no cotidiano escolar. Além disso, mostra-se a união entre os sujeitos, que se juntam para segurar o cartaz. Os dizeres escritos em letras maiúsculas manifestam a ênfase à educação como forma de liberdade, o aludido grito ressoa nos ambientes físicos e virtuais, e neste trajeto vale mencionar que o espaço público agrega-se aos lugares de disseminação livre das redes sociais.

Nessa perspectiva, explorar a necessidade de a educação possibilitar a liberdade ratifica e põe em relevo o efeito de sentido de que a

educação nunca deve aprisionar e que, ao contrário, ela deve libertar e oportunizar a expressão máxima da vida social, conforme expressa Foucault “o saber é feito para cortar” (2008, p. 28). Além disso, pode-se encontrar o efeito de sentido de crítica ao ministro da Educação que desmereceu o campo educacional com os discursos em torno da balbúrdia universitária, parecendo ser contrário à liberdade que a educação genuinamente suscita.

Ao final da postagem, é possível identificar algumas hashtags. É importante ressaltar que elas dizem respeito à criação de formas e mecanismos de manutenção de uma rede de contracontuda e resistência aos discursos ligados ao acontecimento da *balbúrdia universitária*. No que se refere a *#15M*, é possível fazer uma ponte com o movimento de rua que foi vivenciado por todo o Brasil, quando profissionais da educação, sindicatos e sujeitos que, não comungavam com o posicionamento do ministro da Educação, foram às ruas em defesa das universidades e da ciência. Aqui, é importante evidenciar que tais mobilizações surgiram a partir do anúncio do contingenciamento nos recursos financeiros das universidades, anunciado pelo governo.

A *hashtag #tiraamãodafederal* delimita o espaço de fala dos sujeitos enunciadore, ao mesmo tempo em que enfatiza que esses estão juntos para defender as instituições de ensino federais do país, mais uma vez, evidenciando e contribuindo para o acirramento das correlações de força tomadas nos espaços de saber-poder, pelos jogos de verdade e no escopo das lutas pelo setor educacional. Essa *hashtag* ironiza o corte nos investimentos para educação, mostrando que o governo está tomando o que é de direito, como se assaltasse a universidade.

É citada a *hashtag #educaçãonãomércadoria* para também uma vez evidenciar a positividade sobre o dizer pela educação e descreden-

ciar os discursos em torno de quem diz ao contrário, mais que isso, a referida *hashtag* contrapõe os discursos do capitalismo e da mercantilização da educação. Soma-se a isso, a contra-argumentação ao discurso que coloca a educação como gasto.

Nesse sentido, o uso da *hashtag* *#contracortenaeducação* ressalta o posicionamento tomado pelos sujeitos da área da educação que historicamente lutam por investimentos para o setor. Tal uso se liga a *hashtag* seguinte *#eudedefendoeducação*, para delimitar a mobilização, o movimento de resistência que aí fica implícito. Tal *hashtag*, liga-se, também, ao uso da *hashtag* *#naruapelaeducacao*, usada na mobilização de atos, mecanismo que mostram que os movimentos de rua são historicamente impulsionadores de resistência e de conquistas de direitos e mais uma tecnologia da resistência.

Ao final são citadas as *hashtags* *#balbúrdia*, *#balbúrdianauniversidadepública* e *#educaçãoliberta*, todas elas conseguem formar um movimento de força, de delimitação do espaço da revolta contra os discursos de desmerecimento imputados ao setor educacional. Tais *hashtags* funcionam como marcadores da necessidade de uma balbúrdia outra no campo da educação.

Desse modo, se não se tem a pretensão de ficar aprisionado aos preceitos e atitudes de descrédito à educação impetrados pelo então ministro da Educação, é necessário buscar uma educação que liberta. Assim, por meio de movimentos agonísticos de lutas, de resistência é que se pode mudar e conseguir manter direitos na esfera educacional.

Portanto, a mobilização em torno da balbúrdia universitária é necessária e tal ressignificação culmina no que são os movimentos de resistência. Embora as *hashtags* sejam utilizadas e veiculadas por um perfil público de um sujeito ligado à educação, tem-se o entendimento

que a descrição e o uso das *hashtags* do referido enunciado expressam efeitos de sentido de comunhão e de união na luta.

No enunciado a seguir analisar-se-á uma materialidade que foi escolhida utilizando a estratégia de filtrar por meio das principais publicações com o uso da *hashtag* #balbúrdianauniversidadepública.

Figura 2: Balbúrdia na Universidade Pública



Fonte: Instagram, 2019.

Na materialidade, é possível identificar um sujeito da educação nas ruas, lutando por direitos. É possível observar que mesmo podendo enfrentar condições não tão favoráveis a um movimento em um espaço aberto, os sujeitos buscam a proteção com o uso de capas de chuva. A partir da leitura discursiva do enunciado é possível entrever que existe um sujeito em posição de evidência, uma mulher segurando um cartaz

que parece estar, também, falando ou pronunciando algumas palavras em torno dos protestos nas ruas. Aqui se pode inferir que ela esteja cantando uma música criada para o movimento, pois na descrição da postagem encontra-se o símbolo de música e os dizeres “a nossa luta unificou, é estudante junto com trabalhador”.

Mais uma vez, pode-se observar a regularidade no uso de um cartaz, algo corriqueiro no âmbito educacional. É relevante analisar os dizeres no cartaz em questão, “minha BALBÚRDIA é fazer do ANALFABETO um LEITOR”. No Cartaz são usadas estratégias de ênfase tanto com o uso das cores como com o uso do recurso das letras maiúsculas.

Conforme materialidade acima, ao escolher dar destaque à palavra *balbúrdia*, *analfabeto* e *leitor*, por meio do uso da letra tanto em cor vermelha, que sinaliza um alerta, quanto em caixa alta, que se refere a grito, voz alta, o enunciador inscreve a ironia para, mais uma vez, contestar qual o tipo de balbúrdia o ministro da Educação estava se referindo, já que o papel do sujeito professor é transformar o analfabeto em um leitor. Tal discurso tem legitimidade, também, a partir do momento que trata de um sujeito que tem propriedade para dizer o que disse, isto é, o sujeito professor. Portanto, percebe-se que quem está segurando o cartaz é o sujeito que ocupa a posição de docente.

No enunciado (figura 02) é possível verificar a heterogeneidade de sujeitos que se encontram nas ruas, são crianças, jovens e adultos. Dessa maneira, o movimento da balbúrdia universitária não abarca somente os sujeitos alunos e professores das universidades, mas todos que queiram agregar valor ao movimento em defesa da educação.

Vale mencionar ainda que o atual governo não só ameaçou às instituições superiores de ensino, mas outras classes trabalhadoras também. A referida interpretação é alcançada a partir da análise da descri-

ção, quando se tem um trecho da rima em que diz a luta ter se unificado e os estudantes estarem junto com os trabalhadores. Existe no trecho citado um efeito de sentido de que o movimento se tornou maior e mais sólido, a partir do momento que outras forças chegaram para somar. O enunciado marca ainda, o sentido de união, de fortalecimentos da luta entre os sujeitos que participam da luta pela educação, professores e alunos. A hashtag #ninguemsoltaamaodeninguem materializa esse efeito de sentido produzido pelo enunciado.

Considerações finais

Por meio da discussão aqui empreendida é possível destacar que os estudos discursivos foucaultianos possibilitam problematizar temas contemporâneos que através da linguagem permeiam nossas relações sociais.

Esta discussão evidenciou que a luta dos sujeitos em defesa da educação os coloca em posição de destaque nas mídias digitais e nas ruas, de modo a protagonizarem os movimentos de resistência sobre a balbúrdia universitária, materializados nos variados enunciados que estão circulando na internet, sobretudo, nas redes sociais e nos cartazes em movimentações de rua.

Assim, comprova-se que os sujeitos da resistência inscrevem-se não somente em locais físicos, como as ruas, mas abarcam outros locais públicos, como os espaços das mídias digitais, além de criarem outras estratégias de resistência, como o uso de hashtags. Esse movimento nas redes faz com que, assim, as redes sociais sejam na atualidade importantes dispositivos discursivos de destaque aos movimentos de resistência por parte dos sujeitos em defesa da educação.

Nessa perspectiva, foi possível identificar, através das contribuições de Michel Foucault acerca dos estudos ético-políticos dos sujeitos, que os movimentos mobilizados em torno da universidade pelos sujeitos da educação, delimitam os espaços de resistência e trazem os efeitos da luta e do envolvimento destes sujeitos no cuidado de si e dos outros. A análise ainda destacou que há um movimento de negação do trabalho desenvolvido pela universidade que é contestado pelos sujeitos da educação na produção da desconstrução dos sentidos da balbúrdia usados pelo ministro e governo.

Do ponto de vista de como se inscreve nos enunciados essa luta entre governo e sujeitos da educação, a análise mostrou que as movências de sentido em torno do enunciado “balbúrdia” são efeitos da transformação desse enunciado em acontecimento, marcado pela luta travada no interstício das formações discursivas em disputa na sociedade brasileira atual.

Referências

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da Educação e da Pedagogia: Geral e Brasil*. São Paulo: Moderna, 2006.

BRAGHINI, Katya Zuquim; CAMESKI, Andrezza Silva. “Estudantes democráticos”: a atuação do movimento estudantil de “direita” nos anos 1960. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 36, n. 133, p. 945-962, 2015.

CANDIOTTO, Cesar. Revolução, política e a subjetivação em Michel Foucault. In: RAGO, Margareth; GALLO, Sílvio (Orgs.). *Michel Foucault e as insurreições: é inútil revoltar-se?* São Paulo: CNPq, CAPES, FAPESP, Intermeios, 2017, p. 225-237.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 8ed. Tradução de Luiz Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2019.

FOUCAULT, Michel. *A coragem da verdade: o governo de si e de outros II: curso no Collège de France (1983-1984)*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber*. Tradução Inês Autran Dourado Barbosa. 2ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. (Col. Ditos e escritos, vol. 4).

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. 4ed. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L; RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-251.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território e população*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 54ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2014.

GROS, Frédéric. *Desobedecer*. Tradução de Célia Euvaldo. São Paulo: Ubu, 2018.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. PERES, Fernando Antônio. Estudos históricos sobre juventude: estado da arte. In: SPÓSITO, Marília Pontes (Coord.). *Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 213-231. (Volume 2).

LEHER, Roberto. O ANDES-SN e o autogoverno da universidade pública. *Universidade e Sociedade*. Brasília, ano 31, n. 68, p. 20-35, jul. 2021. (Edição Comemorativa – 30 anos).

MENANDRO, Maria Cristina Smith; TRINDADE, Zeidi Araújo; ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira. Representações sociais da adolescência/juventude a partir de textos jornalísticos (1968-1974 e 1996-2002). *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 55, n. 1, p. 42-55, 2003.

SACCHITIELLO, Bárbara. Sites e redes sociais lideram na busca por informação. *Meio e Mensagem*, São Paulo, 10 de ago. de 2022. Disponível em: <https://>

www.meioemensagem.com.br/home/midia/2022/08/10/sites-e-redes-sociais-lideram-na-busca-por-informacao.html. Acesso em: 10 ago. de 2022.

SANTOS, Nilton. (Org.). *História da UNE: depoimentos de ex-dirigentes*. São Paulo: Livramento, 1980. (Coleção história presente; volume 4).

SCHMIDT, João Pedro. *Juventude e política no Brasil: a socialização política dos jovens na virada do milênio*. Santa Cruz do Sul, SC: Editora EDUNISC, 2001.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos; ARAÚJO, Maria Helena Santos; ALVIM, Maria Teonila de Faria. *Metodologia e prática do ensino da Língua Portuguesa*. 4ed. Uberlândia: Editora UFU, 2010

Corpos que comunicam: o discurso da permissividade do corpo masculino em rede

Giordan Victor Santos Costa

Antonio Genário Pinheiro dos Santos

Introdução

Temas sensíveis e polêmicos nunca tiveram tanta ênfase quanto na contemporaneidade. Nesse tempo de liquidez da vida privada e de inserção midiática do cotidiano, temáticas diversas percorrem e preenchem o espaço de visibilidade pública e, no escopo das mídias digitais, transformam textos e imagens em objetos-signos de acontecimentos plurais. Nessas condições, o corpo, nas múltiplas nuances de leitura que suscita, vem sendo tratado como objeto de investigação, em especial quando ligado à dimensão de virtualidade típica dos ambientes de interação mediada.

As redes sociais, na sua acepção de espaço de produtividade de dizeres e sentidos, constituem-se como um lugar heterotópico (FOUCAULT, 2013) que não apenas possibilita, mas, sobretudo, que potencializa o trânsito de discursos os mais diversos. Discursos esses que reforçam, relativizam, constroem, distanciam e aproximam dizibilidades positivadas acerca do sujeito e do corpo. O corpo como objeto de discurso, como produção sócio-histórica, apanhado na arena de batimento discursivo que traz à tona e ratifica a tensão, o choque entre

masculino e feminino, no espaço de interseccionalidades, lutas e engajamentos, é o que nos interessa neste estudo¹.

Valendo-se da arqueogenealogia foucaultiana, objetivamos com o presente trabalho² realizar uma análise discursiva das publicações da conta/perfil do Instagram *Quebrando o Tabu (QoT)*, de modo a discutir a construção do discurso de permissividade, por sua vez calcado na herança de supremacia do olhar masculino sobre o corpo. Buscamos, com isso, dizer da evidência do masculino como signo de uma régua social que condiciona o corpo feminino à imoralidade, discorrendo sobre as estratégias discursivas, os vieses de discurso, sobre as relações de saber-poder que então são instauradas - e não outras em seu lugar (FOUCAULT, 2005a) - nessas ordens de visibilidade e de dizibilidade. Trata-se da problematização acerca da midiaticização e da revelia de sentidos a partir de um discurso afirmativo acerca do corpo masculino.

Para tanto, nos ancoramos à Análise do Discurso na esteira dos pressupostos teóricos e metodológicos de Michel Foucault a partir dos quais lançamos mão, dentre outros, dos conceitos de discurso enquanto prática, de sujeito como posição, de enunciado na sua condição de função, de saber-poder como vetor de capilaridade dos dizeres. Nosso percurso, é importante ressaltar, nos leva a questionar a mídia como fato de discurso, isto é, como espaço que nos possibilita falar sobre o corpo como produção inscrita em tramas sinuosas de historicidade e, para além disso, como objeto cedido à minúcia de um controle.

1. Este estudo está vinculado ao projeto de pesquisa (PIBIC IC) *Quem somos nós hoje? Discursividade, produção de sentido e subjetivação na interface da mídia*, desenvolvido na Faculdade de Engenharia, Letras e Ciências Sociais do Seridó – FELCS/UFRN.

2. Uma versão condensada desse texto foi publicada na Revista Saridh/UFRN/Felcs [Edição 2023, v.5, n.1], vinculada à temática *Midiaticização e revelia de sentidos em discursos afirmativos: interseccionalidades, lutas e engajamento*.

Como direção de leitura, notamos que o corpo, na sua condição de produção histórico-discursiva, está alinhado a uma práxis do dizer que, por sua vez, instiga os sujeitos a ocupar posições - posições de sujeito, de subjetividade - e oportuniza efeitos de sentido de permissividade e de naturalização. No escopo de uma crítica às ferramentas e às formas de dizer o corpo em tela, entendemos que é preciso pôr em suspenso os agrupamentos de saber e as sínteses históricas que discursivizam e apresentam o sujeito, e seu corpo, segundo efeitos de uma continuidade natural.

Refletimos que é a partir desses trajetos de continuidade e visibilidade estratégica que é fossilizada a disparidade de lugares sociais de margem entre o masculino e o feminino, segundo operações que ligam o falar sobre o corpo a manobras, ao mesmo tempo, de evidência e de silenciamento.

Esperamos, a partir do embasamento teórico e metodológico, perceber a comunicação do corpo masculino frente ao feminino em discursos que circulam na rede midiática Instagram e, neste ínterim, discutir como o corpo masculino pode se desnudar sem represálias. Além de disso, buscamos sinalizar como tal discurso vem fomentar e construir a régua social, silenciando o corpo feminino e aproximando-o da discursividade que institui ao feminino a necessidade do 'cobrir-se'. Ensejamos, assim, problematizar a política de conversão do olhar, nos termos de Courtine (2011), atentando para o modo como se operacionalizam e se efetivam as estratégias de *fazer ver*, as quais vêm insinuar efeitos de sentido de uma moralidade como força e princípio que deve prevalecer.

No que tange aos momentos desse texto, iniciamos com a apresentação de nossas questões centrais, delineando nosso caminho, nossa abordagem do objeto. Esse momento primeiro compreende as seções da introdução e o delineamento que fazemos em *Operação discursiva via Instagram: sobre as condições de emergência de um discurso*

de poder. Na sequência, mobilizamos uma discussão em *A fundamentação histórica do objeto discursivo no emaranhado de um presente* acerca de nosso arcabouço teórico a fim de situar nosso gesto de leitura discursiva do objeto, destacando como este objeto é trabalhado na interface da mídia. Dispomos dos postulados foucaultianos para, no escopo da Análise do Discurso, proceder com a investigação da discursividade arrolada acerca do corpo.

Depois disso, propomos um prospecto de análise no acirramento de uma cisão descritivo-interpretativista, conduzida a partir do tópico *Mamilos polêmicos: sentido e historicidade do corpo como objeto de dizer*. A parte em que tecemos a análise do objeto está disposta em dois momentos. No primeiro, que segue com o título de *Discursividade em rede: o corpo em trajeto de visibilidade*, tratamos da discursividade engendrada nessa temática, destacando como o sentido mantém-se atrelado a sínteses acabas e a agrupamentos que imputam ao corpo o fastio de uma novidade. No segundo, com o título de *Corpo e discurso: no limiar de uma relação constitutiva*, buscamos problematizar como os poderes e saberes imputam regimes de recorte e de adestramento ao corpo, tratando-o como vetor econômico e apanhando-o na sua utilidade máxima.

Por fim, retomamos nossas questões e nortes de pesquisa nas nossas considerações finais. Aqui o nosso intuito é o de alinhar a discussão empreendida aos objetivos inicialmente traçados, de modo a ratificar a crítica que fazemos às formas de dizer o corpo em tela e a abordar a revelia de sentidos no escopo de discursos de afirmação, o que nos leva a reflexão acerca do trajeto de continuidade e de visibilidade estratégica que fossiliza a disparidade de lugares sociais de margem entre o masculino e o feminino.

I Operação discursiva via Instagram: sobre as condições de emergência de um discurso de poder

Considerando que as redes sociais possuem múltiplas páginas que estão em uma luta irrefreável para alcançar cada vez mais destaque e proliferar a reflexão e questionamento através de fatos do cotidiano, diversos temas podem ser estudados à luz da Análise do Discurso a fim de compreender os efeitos de sentidos que emergem nas publicações. Criada em outubro de 2010, a rede social Instagram é uma delas. Trata-se de um dos aplicativos mais famosos do mundo e que possui uma imensa quantidade de usuários. Só no Brasil, no ano de 2022, foram contabilizados mais de 110 milhões de usuários³ o que deixa o país, no ranking internacional, atrás apenas da Índia e dos Estados Unidos da América. O Instagram foi uma das primeiras redes sociais a se firmarem como redes de acesso exclusivamente móvel, isto é, um espaço de interatividade voltado, sobretudo, para o celular, conforme Resultados Digitais (2023).

Inicialmente, a rede social tinha por ênfase o compartilhamento de fotos, imagens as mais diversas, captadas no flagrante de uma câmera que recorta e que enquadra um momento familiar, uma ocasião íntima da vida particular, a manipulação sonoro-visual de uma produção fílmica; nas palavras de Milanez (2019), o material de uma audiovisualidade. Entretanto, ao longo dos anos, com a criação de conteúdo e o retorno financeiro a partir dela, o Instagram tem passado por atualizações de modo a ampliar não apenas a dimensão de interatividade que lhe é intrínseca, mas, também com o intuito de ratificar seu ca-

3. De acordo com dados publicados pelo Portal Opptuts disponíveis em: <https://www.apptuts.net/tutorial/redes-sociais/quantos-usuarios-instagram-existem-brasil-mundo/>

ráter de produtividade em relação a cultura da visibilidade do eu, de “*online selves* (eus digitais) diversos que perpassam a rede em busca de integração, de interação, de descoberta de si e do outro, e assim se constroem identidades múltiplas, diversas e virtualizadas” (OLIVEIRA, 2004, p. 209).

Usuários utilizam a rede para debater assuntos polêmicos e se engajar. Enquanto mídia digital, o Instagram torna-se um espaço de surgimento e batimento de diferentes discursos; essa ação gera um impacto expressivo na vida social, quando consideramos a capilaridade e disseminação de saberes e de reflexão acerca de problemas sociais. Nesse segmento, uma das contas que apresenta expressiva notoriedade no Brasil é o *Quebrando o Tabu* (QoB), a qual é verificada e aberta ao público. A conta veicula informações acerca da política, causas sociais, economia e educação, gerando a disseminação de discursos progressistas. Assim, façamos mão dessa plataforma e perfil para realizar uma leitura discursiva dos dizeres que ali circulam, buscando discutir como o sentido é construído.

Os discursos materializados no respectivo perfil são meio para a produtividade do sentido, múltiplos efeitos de sentido, favorecendo a reflexão e o debate. São publicações que exaltam a figura masculina pela exposição de características biológicas (como o volume do membro sexual, por exemplo) e criticam a figura feminina pelo mesmo motivo. A partir disso, lançamos o questionamento acerca da permissividade e do tratamento que o corpo masculino recebe da sociedade que se incorpora à plataforma e a suas diretrizes, materializando-se a partir de efeitos de positividade. Esses efeitos são cunhados no sentido da virilidade, do instinto másculo, na predominância da natureza do físico animalesco da figura masculina. São efeitos de uma leitura contamina-

da que tenta nos imputar um trajeto de olhar o corpo considerado, em essência, como súmula das leis de sua fisiologia (FOUCAULT, 2007).

Em função dessa operação de visibilidade e de resgate discursivo, a memória faz reverberar o lugar de negatividade ao corpo feminino, sob o efeito de uma política de coerção e de controle que instiga efeitos de indecência, incorreção, falta de pudor e imoralidade. As publicações do QoT, tomadas na condição de produções discursivas, possibilitam uma leitura que dá relevo à problemática de corpo e gênero; a discursividade produzida a partir da publicação realça uma crítica à própria plataforma na qual a página se encontra hospedada. Considerando a produtividade de sentido advinda dos batimentos, da discussão acerca do tema e das postagens feitas, tomamos aqui tais materialidades discursivas como objeto de estudo. Essas, por sua vez, são aqui mobilizadas como material que dá suporte ao discurso, como objeto de análise.

Metodologicamente, lemos a conta QoT como um lugar de produção de discurso, mas tomado na sua condição irreparável de produção histórica e, principalmente, de veículo de subjetividade. Imputando-o um enquadramento midiático, isto é, tratando-o como objeto de mídia, buscamos empreender um olhar linguístico-discursivo para o sincretismo das publicações dispostas na página, de modo a trabalhar os conceitos teóricos que apresentamos e de trazer à tona a reflexão sobre a tensão entre corpo masculino e corpo feminino no ambiente de rede social.

2 A fundamentação histórica do objeto discursivo no emaranhado de um presente

Para a Análise do Discurso tudo importa, tudo que produz sentido, uma vez que todo e qualquer objeto pressupõe uma leitura discursiva. Faz parte da seara discursiva que se interessa pela colocação do objeto no escopo de suas próprias condições de emergência, de produção. Essa condição de produto social e historicamente determinado dos objetos de que falamos ou de que podemos falar é fundamental para o trabalho com os sentidos, visto que é a partir de um olhar crítico-linguístico, movimentado mediante a constituição de espaços de subjetividade do sujeito, a partir de condições de emergência determinados, que é possível entender o sentido; trata-se de enxergá-lo não como um *já-lá*, não como o enigma de um tesouro a ser alcançado com prêmio final, mas como efeito, como possibilidade.

Segundo Foucault (2005a), o discurso não é fechado em si, tão pouco é o sujeito. O discurso é uma produção que compreende a situação enunciativa, o sujeito e a memória. É a partir dessa relação que somos acionados a conferir sentido mediante sua inscrição sócio-histórica. Logo, o sentido não existe em si mesmo, não é uma instância, elemento, produção independente, que pode ser isolada e retida na relação causal entre as coisas. O sentido é signo de uma relação sempre possível entre os enunciados que transitam e constituem-se no jogo polêmico do dizer. O discurso e o sentido têm um alhures que lhes é, ao mesmo tempo, constitutivo e condição de existência.

Foucault (2005a) nos mostra que é preciso dizer das relações - ou sistema de relações - que podem ser, necessariamente, chamadas de dis-

cursivas, de modo que seja possível dizer da especificidade do objeto e do próprio discurso, ali mesmo onde eles se levantam e se materializam.

As relações discursivas, como se vê, não são internas ao discurso: não ligam entre si os conceitos ou as palavras; não estabelecem entre as frases ou as proposições uma arquitetura dedutiva ou retórica [...]. Elas estão, de alguma maneira, no limite do discurso: oferecem-lhe objetos de que ele pode falar, ou antes [...], determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar de tais objetos, para poder abordá-los, nomeá-los, analisá-los, classificá-los explica-los etc. Essas relações caracterizam não a língua que o discurso utiliza, não as circunstâncias em que ele se desenvolve, mas o próprio discurso enquanto prática (FOUCAULT, 2005a, p. 51, supressões nossas).

Sob essa perspectiva, tomando o discurso enquanto prática descontínua, construído sócio-historicamente e alicerçado numa relação de saber-poder, temos que o sujeito não é dono do discurso, mas o efeito dele. Todavia, é pelo discurso que ele - o sujeito - assume uma *posição de sujeito*, filia-se a regimes de subjetividade os quais são, por sua vez, também delimitados mediante condições históricas, sociais, políticas, econômicas determinadas. Assim sendo, temos que não é qualquer sujeito que consegue ocupar qualquer posição e, no mesmo passo, nem tudo pode ser dito em qualquer lugar, de qualquer forma (FOUCAULT, 2014) as práticas discursivas estão sempre atreladas a manobras, a estratégias do dizer e possuem, elas, miras determinadas.

Neste ínterim, para apresentarmos aqui o corpo como discurso, isto é, como elemento do jogo de irrupção discursiva, é preciso dizer da sua transformação e da sua vinculação a poderes e a saberes que o disseram e o dizem ao longo da história. Na sua acepção de objeto do dizer,

de lugar de inscrição de práticas de si, o corpo modificou-se ao longo do tempo, passando da definição positivista e dicionarizada de “conjunto de elementos físicos que constitui o organismo do homem ou do animal, formado por cabeça, tronco e membros” (MICHAELIS, 2023) para a constituição de um princípio de individuação e de subjetivação (LIMA, 2000).

Para além da disparidade de ambas as conceituações, vale ressaltar que, na primeira, o corpo recebe um revestimento anatômico, singular, divorciado da extensão social e da construção histórico-política que possui; na segunda, tal objeto é aproximado da conjuntura política e das condições societárias que o atravessam. No entanto, para analisar as questões imbricadas ao corpo, é preciso ir além, vê-lo como elemento de sedimentação, isto é, como “sujeito às marcas e aos sinais físicos decorrentes de amplas séries de processos históricos, e a alma o depositante de sedimentação, de confrontação e de dinamização de uma série de campos de verdades historicamente constituídos, e em constante embate.” (SILVEIRA; FURLAN, 2003, p. 188).

Em *Vigiar e Punir*, Foucault (2004) apresenta os saberes e poderes para a domesticação do corpo e discute as amarras históricas e os movimentos de inscrição do corpo na ordem econômica da vida social. O corpo dócil é mais útil, ou seja, mais produtivo e essa disposição é alcançada no seio da disciplina. Mecanismos, instituições, práticas políticas buscam domesticar o corpo com o intuito de extrair o máximo de utilidade possível. Um corpo dócil nas palavras de Foucault é “um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 2004, p. 126).

As ciências humanas colocam o sujeito social como objeto de estudo, abrem portas para a concepção de normalização que atinge o corpo

no trabalho voltado a sua inscrição em determinada ordem de regras, num cenário de normas que se sustentam em saberes determinados e se capilarizam na genealogia longa de um poder de miras. Trata-se de normas, regras de conduta vinculadas a práticas, discursos, os quais, segundo Foucault, garantem o estabelecimento de acirradas relações de saber-poder. Para Foucault (2004, p. 31) “o poder produz saber [...]; que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder”.

Para a conceituação de disciplina, nos preceitos da genealogia foucaultiana, essa “diz respeito tanto a uma modalidade de poder que se caracteriza por medir, corrigir, hierarquizar, quanto torna possível um saber sobre o indivíduo” (PINHO, 1998, p. 189 apud GAMA *et al*, 2009). Disciplina esta que é utilizada para chegar a um determinado fim (objetivo), em geral regido por uma (vontade de) verdade, a qual é uma produção humana, consoante Foucault. Sendo assim, vale a repetição em ratificar que o corpo é construído frente a questões históricas, políticas, filosóficas e sociais; para tê-lo aqui como nosso objeto de análise é preciso atentar para o espaço de descontinuidade, isto é questionar a linearidade aparente que o tenta inscrever num trajeto de multiplicação causal.

A descontinuidade é um conceito cunhado por Foucault que o oferece como princípio/ferramenta de fomento à análise dos discursos, dos saberes, dos poderes. Esse conceito é criado na oposição entre a história dita global e a história efetiva, esta que é irregular, heterogênea. No pensamento do autor:

A história ‘efetiva’ se distingue daquelas dos historiadores pelo fato de que ela não se apoia em nenhuma constância: nada no homem - nem mesmo seu corpo - é bastante fixo para compreender outros homens e se reconhecer neles. Tudo em que o homem se apoia para se voltar em direção à história e apreendê-la em sua totalidade, tudo o que permite retracá-la como um paciente movimento contínuo: trata-se de destruir sistematicamente tudo isto. É preciso despedaçar o que permitia o jogo consolante dos reconhecimentos. Saber, mesmo na ordem histórica, não significa ‘reencontrar-nos’. A história será ‘efetiva’ na medida em que ela reintroduzir o descontínuo em nosso próprio ser (FOUCAULT, 2008, p. 27).

Para situar o leitor, precisamos direcionar que essa relação do discurso com a historicidade, na esteira do que agora apresentamos como descontinuidade e, ainda, aproximando a questão do sujeito e do corpo, é propositiva e nos dá sustentação para discorrer sobre o sentido que é oportunizado nas produções discursivas da mídia, neste caso, nas publicações da página QoT. Dessa forma, entendemos que “aquele que observa uma imagem desenvolve uma atividade de produção de significação” sendo que “esta não lhe é transmitida ou entregue pronta” (DAVALLON, 2007, p. 28).

Seguindo as postulações foucaultianas, ao considerar o discurso como construto vinculado ao descontínuo, temos a possibilidade de entender tal dinâmica a partir de relações sempre possíveis. Assim sendo, temos que o discurso sempre reclama uma *relação a* e, nessas condições, notamos o imbricamento de saberes e poderes, num jogo insidioso de afirmação, de enquadramento, de conceituação.

O saber é, então, um conjunto ordenador de enunciados, de práticas discursivas, que busca ser coerente, harmonioso e universal. Fruto de

operações que perseguem efeitos de legitimidade, credibilidade e universalidade, o saber conjura espaços de poder e, este último, por sua vez, lhe dá suporte para uma efetividade capilar na sociedade. O saber está ligado aos princípios da dominação, uma vez que é a partir dessa dominação que irá regularizar as práticas discursivas em uma determinada temporalidade. Ele é elemento incisivo que delinea, marca, produz, molda o conhecimento, a epistemologia, o pensamento, a vida social; é força perigosa que permite, condena, acende, afasta, baliza. O saber “não é feito para compreender, ele é feito para cortar” (FOUCAULT, 2007, p. 28).

Assumindo o corpo como produção discursiva podemos atribuir destaque aos saberes pulverizados em sua construção, através de um olhar crítico que atrela um exercício de descrição e de interpretação. Podemos, assim, tratar dos discursos, dos dizeres, dos efeitos de sentido e vontades de verdades que trazem o corpo ao centro de uma semanticidade carregada de valores, recortes e manobras, como objeto de poder. Neste tocante, é importante fazermos uma entrada nas relações de saber-poder para também acenar ao leitor nossa operação de leitura do objeto.

Nessa conjuntura, entendemos o poder não na dimensão utilitarista de uma riqueza manipulável e aprisionável de poucos para o controle de muitos. Embora faça incidir esse efeito, o poder não se resume a isso; para Foucault (2007) o poder é capilar e multidirecional, tem uma estruturação microfísica, genealógica; funciona e se exerce, indefinidamente, em rede, haja vista que suas ramificações estão em toda sociedade e a compõem, bem como aos indivíduos e a seus corpos. Logo, essa força que compõe as malhas do indivíduo, adentra-o em suas práticas e expõe que não há, portanto, liberdade plena do sujeito, isto é, não há sujeito

livre, autônomo, uno e autóctone, mas sim posições, posição de sujeito que é marcada em saberes determinados na tensão com o poder; somos condicionados, temos nossas práticas discursivas estabelecidas pelas condições de produção nas quais nosso discurso se encontra.

O poder se materializa a partir de mecanismos que fazem os sujeitos serem tomados em posições de subjetividade. Tais mecanismos são, por sua vez, instrumentos de disciplina, são *disciplinadores* que modelam, por exemplo, os indivíduos (e seus corpos), calcando-se nos saberes preexistentes e fixados no seio social. Nesse sentido, podemos afirmar que o poder não é unilateral, não pode ser compreendido como instância maciça; todavia, seus efeitos são concretos, ou seja, há efeitos de poder, redes em que ele é apanhado em movimento sem fim, em relações de nunca acabar.

Nesse espaço intervalar de práticas e de nuances entre saber e poder, o discurso apresenta-se como espectro de positividade, isto é, faz-se arena para o imbricamento e materialização de tais elementos e, no escopo de uma leitura discursiva, permite-nos não apenas refletir sobre as possibilidades do sentido, mas, principalmente, falar sobre suas manobras, sobre o efeito de sentido que ele suscita, a partir de práticas social e historicamente determinadas, práticas atreladas a espaços de saber e a efeitos do poder.

Essa direção é detalhada, por exemplo, na discussão acerca da *Formação dos objetos*, na obra *A Arqueologia do Saber* de Michel Foucault (2005a, p. 53, grifos do autor):

Mas não se trata, aqui, de neutralizar o discurso, de transformá-lo em signo de outra coisa e atravessar-lhe a espessura para encontrar o que permanece silenciosamente aquém dele, e sim, pelo contrário, mantê-lo em sua espessura para

fazê-lo surgir na complexidade que lhe é própria [...] substituir o tesouro enigmático das “coisas” anteriores ao discurso pela formação dos objetos que só nele se delineiam; definir esses *objetos* sem referência aos *fundo das coisas*, mas relacionando-os ao conjunto de regras que permitem formá-los como objetos de um discurso e que constituem, assim, suas condições de aparecimento histórico: fazer uma história dos objetos discursivos que não os enterre na profundidade comum de um solo originário, mas que desenvolva o nexa das regularidades que regem sua dispersão.

É nesse trajeto que trazemos à discussão a tensão entre masculino e feminino, pelo viés da questão do corpo e, sobretudo, pela leitura do efeito de evidência que é reservado, na realidade compósita do Instagram, ao corpo do homem em detrimento do corpo da mulher.

3 *Mamilos polêmicos*: sentido e historicidade do corpo como objeto de dizer

Como apontado nas pesquisas e discussões foucaultianas, as coisas não preexistem às palavras, o discurso é fundante. A análise dos discursos, considerados a partir das materialidades a que se atrelam e se revestem, impetra-nos a necessidade de olhar para as operações que contornam, sintetizam o dizer, em determinada conjuntura histórica, e sempre sob a arena de tensa luta entre saberes e poderes. O gesto de leitura do discurso deve fazer pulular os lugares, os pontos de uma genealogia das coisas ditas, os efeitos de práticas que fazem incidir sobre o sujeito o peso de uma existência na sociedade.

Nesta perspectiva, abordar as questões sobre o corpo, assim como é nosso propósito aqui, implica atentar para os procedimentos, ordens e

direções que instigam percursos de historicidade e evidenciam a natureza movediça do sentido. O sentido na condição de sua produtividade, de efeito, ligado ao terreno da possibilidade é a proposta que encontramos em Foucault (2007, p. 26) como norte para a investigação arqueogenealógica dos discursos.

Se interpretar é se apoderar por violência ou sub-repção de um sistema de regras que não tem em si significação essencial, e lhe impor uma direção, fazê-lo entrar em outro jogo e submetê-lo a novas regras, então o devir da humanidade é uma série de interpretações. E a genealogia deve ser a sua história: uma história das morais, dos ideais, dos conceitos metafísicos, [...] como emergências de interpretações diferentes. Trata-se de fazê-las aparecer como acontecimentos no teatro dos procedimentos.

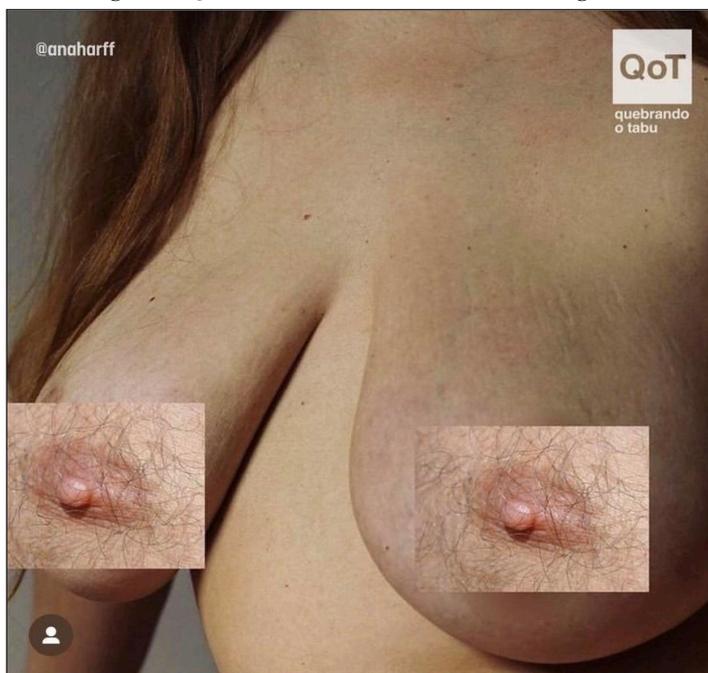
Neste tocante, analisar o copo enquanto discurso é compreender as relações imbricadas nele. É olhar, mediante sua condição de produção – para nós o Instagram – os múltiplos efeitos de sentidos que lhe é materializado no presente momento socio-histórico, compreendendo que não existe discurso profundo ou raso, superficial ou imerso.

Os dizeres dos *mamilos polêmicos* discursivizam efeitos de sentido de dizer a história, de marcá-la, de associá-la a polos de poder, a políticas da verdade. Para tanto, a discursividade do corpo em rede baliza antigas questões históricas, esquadrinhando esse *corpus* em uma linha discursiva que não é nova, mas que se municia de novas roupagens para manter determinadas vontades de verdade sobre o indivíduo e condicioná-lo. É essa direção que seguimos na discussão disposta no tópico seguinte.

3.1 Discursividade em rede: o corpo em trajeto de visibilidade

O *corpus* a que nos reportamos nessa discussão foi retirado da plataforma Instagram e veiculada pela página do Quebrando o Tabu (QoT), a qual se coaduna com diversos movimentos sociais e lutas de múltiplas minorias, na tentativa de dar destaque às políticas de cerceamento e de controle das mídias digitais, no terreno, sobretudo, das redes sociais. A partir da materialidade que apresentamos a seguir, propomos a análise do corpo como uma construção discursiva e também produção histórica entre o que pode e não pode ser dito, mostrado enquanto elemento de um dispositivo da sexualidade.

Figura 1: QoT - Mamilo feminino na rede Instagram



Fonte: @quebrandootabu

Para adesão e uso da rede social, sabe-se que é necessário concordar com os termos e políticas da plataforma, as quais pulverizam explicitamente o discurso de que a nudez não é permitida (INSTAGRAM, 2023). Esse discurso configura-se, consoante os preceitos foucaultianos (2014), como a interdição do discurso, restringindo que tipo de dizer pode ser visto, comentado e compartilhado, fazendo com que a prática discursiva desse sujeito seja objeto de controle e condicionamento.

Logo, fica evidente e regulamentado que publicações que se vinculem à pornografia e/ou à exposição “excessiva” do corpo feminino serão objeto de silenciamento, interdição, controle, por suscitarem comportamento considerado inadequado em relação às diretrizes da plataforma. Isso se dá, em especial, no que diz respeito à exposição de partes do corpo que possam mobilizar à discussão sobre o desejo e sobre a atividade sexual, a exemplo dos seios e vagina.

[...] não permitimos nudez no Instagram. Isto inclui fotos, vídeos e alguns conteúdos criados digitalmente que contenham relações sexuais, genitais e nádegas em grande plano completamente expostas. Também inclui algumas fotos de mamilos femininos, exceto no contexto de amamentação, parto e pós-parto, situações relacionadas com saúde (por exemplo pós-mastectomia, sensibilização para o cancro da mama ou cirurgia de confirmação de género) ou um ato de protesto (INSTAGRAM, 2023).

Ao corpo masculino, destina-se apenas a censura do falo. Assim sendo, a produção discursiva em análise apresenta o recorte do corpo feminino com destaque para os seios à mostra, porém, com mamilos masculinos rodeados de pelos no lugar do feminino, numa posição de relevo, encobrando o mamilo feminino.

Embora a nudez seja vista como tabu, ela se fragmenta, de modo que, como posto anteriormente, na constitutividade da figura que sobrepõe os mamilos masculinos, apenas a nudez feminina é inscrita na alcinha da não permissividade, o que nos permite enxergar uma operação de cerceamento do visível que instiga, ao feminino, efeitos de vulgaridade, de imoralidade, um ataque ao pudor. Neste momento, foca-se na liberdade dada a uns e negada a outras, além da extrema sexualização do corpo feminino e como esse fato influencia os posicionamentos e atitudes da e na rede social.

Podemos perceber que a violência e a extrema sexualização do corpo feminino remontam a séculos e cristalizam-se nas relações cotidianas, deixando para a história o encargo de pôr em destaque o corpo feminino ao longo do tempo, evidenciando suas questões morais, sexuais, de desejo e de poder. No entanto, ainda que no que diz respeito à construção do sentido, a partir da estratégia discursiva de justaposição das imagens dos mamilos na figura 1, podemos retomar a questão da descontinuidade do discurso, isto é, ver os espaços, os furos, as fendas, as lacunas desse dizer. Na leitura dos indícios da imagem, e a partir do que apresentamos sobre a nudez feminina, é indispensável observar que essa “nudez” é completamente relativizada, na própria rede social Instagram. Basta observarmos, por exemplo, as inúmeras postagens de atrizes, celebridades e pessoas famosas no carnaval que apresentam ao grande público, sob o signo de um espetáculo, as suas escolhas por ‘transparências’, micro hot pants e tapa-mamilos, nas fantasias usadas (CODECO et al, 2023, n/p).

Tais postagens do corpo feminino nu nas passarelas do samba, no evento do carnaval, por exemplo, exaltam a beleza feminina, a beleza feminina como arte da natureza e como expoente da “alegria, irreve-

rência e acontecimento” da maior festa popular do mundo. Neste trajeto, o corpo nu não recebe apenas efeito de negatividade, pois ele é tomado em determinados regimes de dizer que o asseguram um lugar/posição de positividade no escopo da visibilidade pública da grande massa. É nesse sentido que Foucault (2005b) vem lutar contra os agrupamentos de saber, as regionalizações das coisas ditas, as quais determinam, contornam e balizam as práticas, os discursos e as condutas. Nas palavras do autor:

É preciso abandonar essas sínteses fabricadas, esses agrupamentos que são aceitos antes de qualquer exame, essas ligações cuja validade é admitida de saída; rejeitar as formas e forças obscuras pelas quais se tem o hábito de ligar entre si os pensamentos dos homens e seus discursos: aceitar ter relação apenas, em primeira instância, com uma população de acontecimentos dispersos (FOUCAULT, 2005b, p. 88).

De um lado, a produção discursiva da publicação da página QoT através da imagem apresenta um corpo domesticado, o corpo feminino nu como espectro da imoralidade e como signo do despertar do desejo afetivo-sexual masculino. De outro lado, o discurso da imagem mobiliza um efeito de sentido de luta e ato de resistência pela interdição que sofre o corpo feminino. Notamos aqui, o trabalho de uma *vontade de verdade*, que se quer fazer crível, universal, quer seja ligando o corpo feminino desnudo à questão da promiscuidade, quer seja impondo o efeito de choque e de estranheza na estratégia de justapor as imagens dos mamilos. Essa última representa uma cisão, um corte de resistência à instauração de uma determinada ordem de condução da visibilidade midiática, suas políticas e práticas de controle e de conversão do olhar.

Infere-se mediante a construção de sentido, materializada através da imagem, que o Instagram é uma instituição de controle, a qual é regida por saberes coletivos, que aplica a punição a partir das regras e normas da plataforma. Essa recusa à permissão dos mamilos femininos em publicações na plataforma endossa o estigma sobre a mulher que está no imaginário popular, além de criar efeitos de poderes que conseguem extrair o máximo de docilidade desse corpo, de modo que ele é controlado. Normaliza-se que o corpo feminino deve ser coberto, não-livre, pois essa liberdade pode ferir a própria mulher.

No entanto, em determinados cenários e condições de produção, o mamilo feminino não é apagado, mas sim exaltado e objetificado, pois ele assume uma pseudo condição de poder, de presença nas condições societárias de determinado extrato histórico. É o que podemos observar, por exemplo, a partir da produção e da exposição caricaturada do nu feminino na arte, conforme trazemos nas figuras abaixo:

Figura 2: Vênus de Hohle Fels. (35 mil anos atrás).
Figura 3: Vênus de Willendorf. (22 a 24 mil anos atrás)



Fonte 2: Wordpress. Fonte 3: Artrianon

Figura 4: Assentamento. Rosana Paulino. Figura 5: Antropofagia Tarsila do Amaral



Fonte 4: Folha de S. Paulo. Fonte 5: Virusdaarte

O corpo é modelado a partir de saberes e instituições que causam efeito de poderes mediante saberes determinados, adestrando esse corpo objetivamente (FOUCAULT, 2004). Assim, essa relação está intrinsecamente relacionada ao corpo ativo, economicamente útil, politicamente dócil, ao qual se refere Foucault em *Vigiar e Punir*, o que vem consolidar formas de dominação, em especial, do indivíduo na sociedade.

Essas produções discursivas nas imagens de diferentes contextos históricos sinalizam a tônica de uma marca de antropofagia do corpo feminino, no sentido de que é esse corpo, ao longo da história, espectro de uma política que “engole” e que minimiza o lugar social cedido à mulher na sociedade. São construções que ratificam a rotina de adestramento do corpo, com ênfase no nu feminino, a partir de determinada ordem de saber-poder que vem balizar e devorar o que há de insurgente. Na figura 5, por exemplo, temos a *Antropofagia* de Tarsila do

Amaral a partir da qual é possível resgatar a representação de uma luta individual, de uma mulher, para a sobrevivência pessoal⁴.

Nas figuras 2 e 3 temos uma representação mais antiga da mulher na arte. O corpo feminino representado no busto de uma mulher com grandes seios e uma genitália cuidadosamente esculpida, com pernas e braços que são apenas sugeridos. Para além da interpretação possível de que tal caricatura pode simbolizar a esperança de uma comunidade bem nutrida, alcançamos o efeito de sentido de que à mulher é reservada a posição de sujeito fértil. Assim, nas referidas figuras temos que os atributos do corpo feminino simbolizam, sobretudo, fertilidade, uma vez que se referem ao período paleolítico⁵, em que a sobrevivência era difícil, marcada pela escassez de alimento e pelas condições climáticas adversas.

Encontramos aqui, ao seguir a perspectiva foucaultiana, um jogo de relações possíveis pelo empreendimento discursivo que alcançamos entre a figura do post da página QoT e a sequência de figuras 2 a 5, pois:

[...] Fazer aparecer em sua pureza o espaço onde se dispersam os acontecimentos discursivos não é pretender estabelecê-lo em um corte que nada poderia superar; não é tornar a fechá-lo nele próprio, nem, com mais forte motivo, abri-lo a uma transcendência; é, ao contrário, tornar-

4. O ano em que pintou *Antropofagia* foi muito importante para a carreira de Tarsila. Nesse mesmo ano, a sua vida passou por grandes mudanças porque o pai de Tarsila, com a crise do café no Brasil (além da crise internacional) perdeu muito dinheiro e teve que hipotecar as fazendas que a família tinha. Pela primeira vez na vida, Tarsila precisou trabalhar para se sustentar. Ela chegou ser contratada pela Pinacoteca do Estado de São Paulo, onde se tornou diretora, mas com o fim do governo de Júlio Prestes perdeu o cargo. Cf. https://www.ebiografia.com/obras_tarsila_do_amaral/

5. Nesse período, os hominídeos utilizavam-se da pedra para produzirem ferramentas necessárias para a sua sobrevivência. O Paleolítico ficou conhecido também como Idade da Pedra Lascada. O período em questão também ficou marcado por suas produções artísticas, destacando-se as pinturas rupestres e pequenas obras de escultura”. Cf. <https://www.historiadomundo.com.br/pre-historia/periodo-paleolitico.htm>

-se livre para descrever, entre ele e outros sistemas que lhe são exteriores, um jogo de relações. Relações possíveis que devem ser estabelecidas [...] no campo dos acontecimentos (FOUCAULT, 2005b, p. 94).

O diálogo que tais enunciados discursivos das imagens representadas nas figuras reclamam com a publicação da página QoT incide sobre a questão do adestramento do corpo. Adestra-se o corpo, revelando uma produção de sentido a partir da qual a mulher deve ser ensinada, sobretudo, a controlar seus desejos, enquanto o homem é esse ser primitivo, animalesco. Adestra-se o corpo para que admitam como verdade que mulheres, de *correta postura social*, aliadas aos valores tradicionais, são aquelas que não se sexualizam, não se curvam à promiscuidade inerente ao seu corpo desnudo exposto a todos.

Frente ao exposto, observando que a formação ética do sujeito deve vincular-se à sua sexualidade, adestra-se o corpo para saber que mulheres se opõem aos homens por suas características físicas, estritamente biológicas, como a opção pela poda ou ausência de pelos, pois devem ser lisas, e a aceitação das estrias, celulites. Os pelos, neste recorte de controle, são representativos da masculinidade, evidenciam a natureza máscula do homem, dão-se para esse fim somente. As estrias, por sua vez, põem em relevo um discurso contrário ao da mídia que tende a escondê-las por meio de recursos de edição de imagem. Esse ato atribui um possível efeito de sentido que revela a interdição sofrida pelo corpo feminino, servindo como quebra dos padrões de comportamento que vigoram em determinado momento histórico.

Assim, o feminino se faz no masculino, se faz em sua clara divergência e contraste; essa operação de dizer e mostrar o corpo é, por sua vez, suficiente para ocasionar o adestramento desse objeto. O feminino

é alvo de uma imoralidade que é instigada com algo que lhe é inerente, que lhe é natural. O trajeto e esquadramento desse objeto discursivo, fragmentado, assentado no saber-poder, é o que fomenta a discussão no tópico seguinte.

3.2 Corpo e discurso: o limiar de uma relação constitutiva

Com a midiaticização das relações, novos discursos são veiculados freneticamente, ressignificando e revitalizando o que é conhecido por corpo, suas relações e seus efeitos de sentidos. No entanto, não é somente contemporânea a construção desse objeto. O discurso acerca do corpo vem sendo construído mediante à história, às transformações sociais, econômicas e filosóficas que cunham a concepção desse arcabouço.

Essas transformações não cessam; são contínuas, haja vista que “em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações” (FOUCAULT, 2004, p. 126). São transformações pulverizadas através da instauração de aparatos sociais que são cristalizados pelas transformações e revoluções. O corpo, objeto de discurso, é matéria que fomenta as operações de controle e que instiga, a partir disso, o trânsito de subjetividade.

À luz do *corpus* de análise, podemos destacar a operação de controle com a edição (e fusão) de duas partes de corpos binários (masculino e feminino): busto e mamilo. Os seios à mostra são “cobertos” pelo mamilo masculino e a aréola substituída pela representação do masculino. Essa troca é polêmica: tem-se a edição que joga com o efeito de apagamento sobre o mamilo feminino e, ao mesmo tempo, tem-se o destacamento que ressalta a permissividade do mostrar o corpo mas-

culino. No escopo da semanticidade que tal operação de edição enseja, podemos assinalar que um dos mamilos é encoberto, pois atrela-se ao desejo e que, portanto, deve ser vigiado, sua proliferação cerceada, punido, deletado. O outro, por sua vez, não segue a mesma linha, é aceitável, permissivo.

Vale destacar que ao trazer a imagem de um mamilo feminino desnudo, na sua disposição natural, a publicação seria imediatamente deletada, haja vista a infração das diretrizes de ética vigentes no tocante à alimentação da plataforma Instagram⁶. Dessa forma, nota-se aqui a operação de interdição realizada por parte da rede social minimiza a visibilidade do corpo feminino haja vista que nem tudo pode ser dito, revelado, trazido à tona, mostrado (FOUCAULT, 2014). Ao corpo é reservado, portanto, um lugar de margem, de promiscuidade, valorado através do olhar masculino, cisheteronormativo, sexualizando-o excessivamente.

Nesse alinhamento, podemos ler que o discurso que constitui e perpassa a imagem, para além da sua apresentação como postagem rotineira, constitui-se como uma crítica, um movimento político, a afirmação de corpos, de igualdade, a denúncia que põe em relevo à questão do silenciamento do feminino, operado pela lógica de uma política de controle da visibilidade. A interdição, o batimento de gêneros, ao conceber o efeito de privilégio ao masculino frente ao feminino, promove enfoque à cultura patriarcal (FOUCAULT, 2010) institucionalizada, que é dominante, esquadrinhando o que pode e não pode ser exposto e sexualizado.

Ainda no tocante à leitura dos mamilos polêmicos, na materialidade da postagem da página QoT, podemos relacionar os sentidos, compreender as vontades de verdade, desenhar uma investigação descri-

6. <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2023/01/20/facebook-e-instagram-vaorever-proibicao-de-mamilos-femininos.ghtml>. Acesso em 08 de abril de 2023.

tivo-interpretativista do objeto. Esse, por sua vez, é apanhado numa sinuosa trama de fabricação, edição; uma operação de edição que é ordinária no ambiente midiático, que dela se vale para suscitar efeitos no interlocutor e controlar, moldar, seu entendimento. O realce dado ao corpo através do busto feminino, do seio, pescoço e cabelos que tomam quase todo o espaço da figura, se contrapõe à justaposição dos mamilos masculinos que interdita a materialidade e cunha o efeito de cerceamento do signo feminino pelo silenciamento.

O efeito de sentido historicamente construído favorece pensar que na imagem o seio é associado à imoralidade, suscitando efeitos de vergonha e preconceito. Torna-se necessário um olhar perscrutador para mobilizar os sentidos que denunciam que o corpo feminino em tela é objeto cedido ao controle das mídias, subjugado às diretrizes que se vinculam, neste caso, a um olhar masculino que é opressor e conivente com a omissão do feminino.

Frente ao exposto, é notório que o Instagram parte de uma política de controle do visível do corpo feminino, das partes íntimas, intrinsecamente relacionado ao cuidado de si, assim como cunhado nos estudos foucaultianos. No campo de nosso *corpus*, o cuidado de si regulamenta a obediência da mulher aos regimes tradicionais, pulverizados nas mídias e materializados pelos discursos. É nesse sentido que o discurso da preservação do feminino é calcado. Nesta mesma formação discursiva, temos, por exemplo, os discursos de práticas contra o assédio, comércio sexual e cultura do estupro.

O trabalho discursivo sobre o corpo feminino, o cuidado de si envolto na preservação do feminino, a manutenção dos bons costumes e a permissividade do corpo masculino frente ao feminino em rede não passam de vontades de verdade que são materializadas em discursos

que se movimentam no eixo do desejo e poder. Portanto, o *corpus* de análise em questão mobiliza diversas vontades de verdade, as quais representam discursos universais, críveis; discursos que querem se fazer verdade (FOUCAULT, 2014), tais como: a sexualização excessiva do corpo feminino, sua exposição em rede e os sentidos de imoralidade e vigilância social então suscitados.

Concomitantemente, o discurso se constrói como uma crítica à rede social, porém, a imagem comunica muito mais que isso. Não é somente uma publicação que aborda a razão de uma inaceitabilidade fingida dos mamilos femininos, mas é também uma crítica ao corpo padronizado, não real, ao lugar da mulher na sociedade, à sua função na sociedade e para o homem, e, por fim, a sexualização inerente ao corpo feminino.

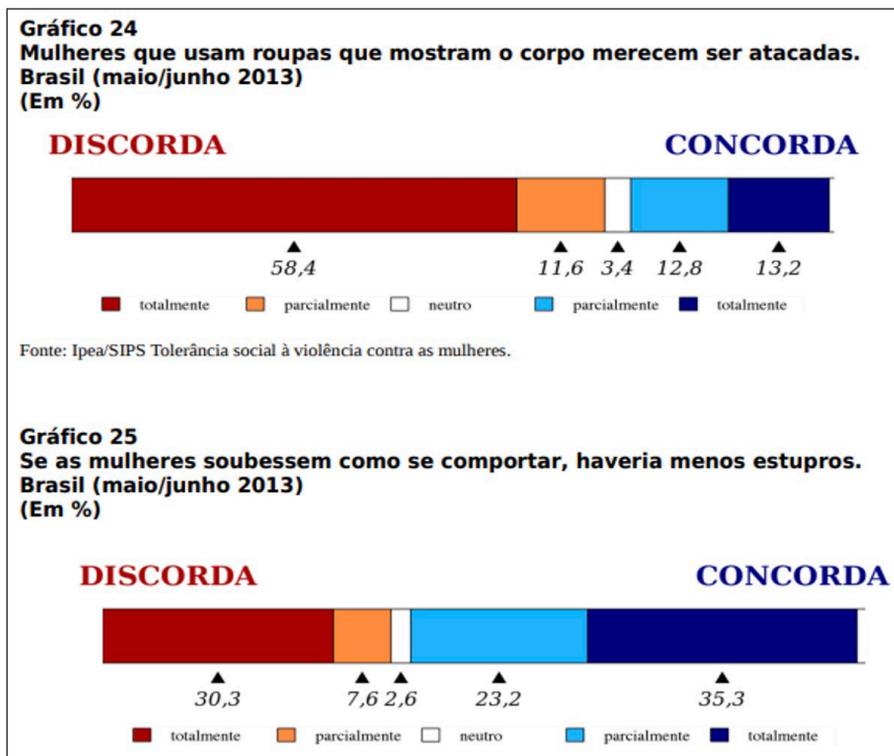
Tais efeitos são possíveis pois atentamos para a disposição de seios reais: não há idealização de um corpo de padrão universal, perfeito, regular. É possível ver estrias, veias por baixo da pele branca. A gravidade atinge-os, na plasticidade da figura podemos observar que não há marca, indício de uso de silicone ou qualquer outro método invasivo da indústria da beleza. Há apenas um par de seios flácidos e reais, acobertados por um mamilo rosado e peludo, enrugado e masculino, desprovido de vergonha e imoralidade, repleto de virilidade.

Pelo trajeto do corpo e discurso construído até então, nota-se que o corpo comunica, que ele é regularizado pelo olhar masculino, pelo desejo e o poder, pela vontade de verdade mantida pelo saber-poder, assim como trata Foucault (2014). Esse saber-poder entre masculino e feminino cria uma relação de serventia, de sobreposição, silenciamento e evidência que é perpetuado por séculos, reforçada nas estruturas sociais. Nesta perspectiva, o corpo feminino serve ao desejo do masculino, ao olhar primitivo que busca a realização de seus prazeres.

A publicação suscita tais questões mediante suas condições de produção, uma vez que o efeito de censura - da exposição do seio feminino por completo - dá-se através da construção da imagem da mulher, que é reprimida por “mostrar demais”, devendo ter sua imagem censurada, coberta, deletada. Essa é uma forma de silenciamento, de controlar o discurso (e o corpo) do outro. Assim, observa-se que a mulher é o alvo de punição, sendo silenciada e censurada nas redes sociais ou atacadas em sua vida privada. Esse efeito de punição é alcançado na proibição da exposição real do seio feminino. A punição é administrada pelo Instagram, mas não é que a imagem se constitua como efeito dessa manobra de visibilidade, ela, a imagem, não só mobiliza, mas, sobretudo, se constitui nesse gesto político-midiático de fazer ver.

O gráfico abaixo traz dados estatísticos que corroboram a leitura de que o corpo feminino é visto pela sociedade em trajeto de intolerância, a questão da afeição à evidência de uma nudez que passa a constituir-se como alvo a ser combatido.

Figura 6: gráficos sobre o nível de tolerância social e violência contra as mulheres



Fonte: Ipea/SIPS (sistema de indicadores de percepção social), 2013

A figura acima retirada do *Indicadores de percepção social* (IPEA, 2013), apresenta dois gráficos sobre condições para ataque à mulher. Nas respostas, tem-se que 26% concordam (totalmente ou parcialmente) no primeiro caso e 58,5% no segundo. É nítido que no segundo caso tem-se mais da metade das respostas que culpabilizam a mulher pela violência contra seu corpo, tendo em vista que a pergunta se refere ao comportamento feminino. Além disso, não há garantia de que as respostas para os questionamentos vieram apenas de homens. Esta lacuna permiti-nos refletir acerca da visão da mulher sobre ela mesma.

Questões como essas endossam as problemáticas de gênero e a violência contra o corpo feminino que está interseccionado nas teias dos saberes e poderes que regulamentam a vida pública. Dessa forma, os discursos polêmicos e sensíveis sobre o gênero afetam igualmente a mulher, moldando seu pensamento segundo a régua social e estrutural da masculinidade.

Muito embora a figura masculina diversas vezes entre na ordem discursiva de viés representativo de opressão, eventualmente há a quebra desse circuito, do mesmo modo que a figura feminina entra na ordem discursiva do masculino. Independentemente da materialização desse discurso, é possível notar, nas vicissitudes dessa construção, as relações de saber-poder que criam a permissividade da exposição de um corpo em detrimento do outro.

Assim sendo, o corpo que é permissivo, que não fere as diretrizes do Instagram, que é instagramável para além do carnaval, não é o mesmo para os gêneros binários - feminino e masculino. Assim como tentamos discutir no decorrer desse trabalho, o feminino torna-se objeto de uma política de coerção alicerçada no silenciamento e na invisibilidade, mas ocupa lugar potencial de positividade que instiga, por sua vez, o batimento de discursos, dizeres, saberes e poderes voltados à construção de um ideário polêmico.

Considerações finais

As redes sociais se lançam como vetor de produção e de alargamento do escopo de visibilidade não só de discursos, mas, também de condutas, comportamentos, valores, verdades e de sentidos atrelados às coisas ditas. Consolidam-se como um facilitador da comunicação, tomando-a na dimensão de imediatez e polissemia que lhe é intrínseca e constitutiva; aglutinam textos sincréticos, na intriga incessante entre verbo e imagem e, dessa forma, podem transformar visualidades em bandeira e suportar a materialidade de militâncias determinadas.

Nessa perspectiva, lançamos um olhar linguístico-discursivo para a dizibilidade, para o discurso produzido e veiculado na/pela mídia para dizer o corpo como objeto histórico, como construção atrelada à exterioridade, à historicidade, como marca de uma subjetividade. Vimos aqui os meandros de um discursivo afirmativo que imputa a revelia de sentidos e que nos levar a enxergar como o sentido, na sua condição de efeito, perpassa, atravessa e constitui as interseccionalidades, as lutas e os engajamentos na vida social.

Tratamos da publicação da página *Quebrando o Tabu* na atenção aos efeitos de um discurso de permissividade em relação ao orbe binário entre masculino e feminino. Incutimos ao objeto um revestimento discursivo a fim de localizar o corpo no espaço de operações e estratégias ao mesmo tempo de evidência e de silenciamento e, para além disso, a fim de discutir a posição que a ele - corpo - é reservada no emaranhado intercalar de práticas e dizibilidades dos sujeitos contemporâneos.

Alcançamos que a publicação em tela é fruto de um recorte social, que mobiliza saberes acerca do corpo feminino e os relaciona aos dis-

cursos que são revozeados na sociedade, consolidando um imaginário social. Lemos que a colocação do corpo em (dis)curso coaduna o espaço de mediação desse objeto com a crítica e o batimento social e, nesse entremeio, emergem pontos de resistência, contrapoderes, no sentido de trazer à visibilidade uma caracterização do Instagram como um operador discursivo, isto é, uma ferramenta de mídia que instiga a relação entre discursos, a partir de uma historicidade que produz efeitos de misoginia, machismo e subserviência do feminino.

Longe de abordar a essência de uma crítica que busca culpabilizar, buscamos com a nossa leitura discorrer sobre o sentido, evidenciando sua natureza de possibilidade, de efeito, apanhado na emergência de contingências históricas determinadas; o sentido oportunizado em operações do dizer e do visível. Não é que a intencionalidade tenha sido a de caracterizar o Instagram como rede punitiva ou como espaço de coerção e cerceamento apenas, mas sim a de pôr em suspenso as práticas e os discursos referenciados e tomados nesta rede social a partir da produtividade e da positividade que ela reclama.

Referências

AMARAL, Tarsila do. *Antropofagia*. 1929. 593x592 pixels. Disponível em: <https://virusdaarte.net/tarsila-antropofagia/> Acesso em: 1 de maio de 2023.

APPTUTS. *Quantos usuários do Instagram existem no Brasil e no mundo em 2022?* Disponível em: <https://www.apptuts.net/tutorial/redes-sociais/quantos-usuarios-instagram-existem-brasil-mundo/>. Acesso em: 13 mar. 2023.

CODECO, T. [et al]. *Mamilos à mostra no carnaval: com política contra assédio, mulheres se sentem mais livres na folia do Rio*. Portal Yahoo Notícias. Disponível em: <https://br.yahoo.com/noticias/mamilos-%C3%A0-mostra-no-carnaval-183115139.html>. Acesso em 20 mar. 2023.

CURTINE, JJ. Discurso e imagens: para uma arqueologia do imaginário. In: SARGENTINI, V. CURCINO, L. PIOVEZANI, C. (Orgs.). *Discurso, semiologia e história*. São Carlos, SP: Claraluz, 2011.

DICIONÁRIO MICHAELIS. *Definição de corpo*. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/corpo/>. Acesso em: 31 de janeiro de 2023.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do Saber*. 7ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária: 2005a.

FOUCAULT, Michel. *O corpo utópico, as heterotopias*. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

FOUCAULT, M. Sobre a arqueologia das ciências. Resposta ao círculo de epistemologia. In: *Ditos e Escritos II*. Rio de Janeiro: Forense Universitária: 2005b.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 24ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. 29ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 24ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade do saber*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.

INSTAGRAM. *Normas da comunidade*. 2023. Disponível em: https://help.instagram.com/477434105621119/?helpref=hc_fnav. Acesso em: 26 de maio de 2023.

IPEA. *Sistema de indicadores de percepção social: tolerância social à violência contra as mulheres*. 2014. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres_novo.pdf. Acesso em: 09 de abril de 2023.

MILANEZ, N. *Audiovisualidades: elaborar com Foucault*. Londrina, PR: Eduel; Guarapuava: Ed. Unicentro, 2019.

OLIVEIRA, M. R. M. de. Weblogs: a exposição de subjetividade adolescentes. In: SARGENTINI, V. NAVARRO-BARBOSA. (Orgs.). *Michel Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder e subjetividade*. São Carlos, SP: Claraluz, 2004.

PAULINO, Rosana. *Assentamento*. 2014. 432x768 pixels. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/12/rosana-paulino-costura-ciencia-mulheres-e-negros-em-mostra-na-pinacoteca.shtml> Acesso em: 1 de maio de 2023.

RESULTADOS DIGITAIS. *Ranking: as redes sociais mais usadas no Brasil e no mundo em 2023, com insights, ferramentas e materiais*. Disponível em: <https://resultadosdigitais.com.br/marketing/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/#:~:text=Instagram,O%20Instagram%20foi&text=De%20acordo%20com%20o%20report,d%C3%B3lares%20pela%20transa%C3%A7%C3%A3o%20na%20C3%A9poca>. Acesso em: 13 mar. 2023.

SILVEIRA, F. de A. FURLAN, R. *Corpo e Alma em Foucault: postulados para uma metodologia da psicologia*. Psicologia USP, 2003.

VENUS DE HOHLE FELS 2.000x1.200 pixels. 1 fotografia. Disponível em: <https://hav120151.wordpress.com/2015/04/06/venus-de-hohle-fels-a-mais-antiga-representacao-da-mulher/> Acesso em: 1 de maio de 2023.

VENUS DE WILLENDORF. 1 fotografia. Disponível em: <https://artrianon.com/2021/04/06/obra-de-arte-da-semana-venus-de-willendorf/> Acesso em: 1 de maio de 2023.

Youtubers negras e a #decadaafro: por uma cartografia dos discursos do feminismo negro no *Youtube*¹

Pâmella Rochelle Rochanne Dias de Oliveira
Francisco Vieira da Silva

Introdução

O feminismo é um movimento que visa a acabar com a opressão e exploração sexista (HOOKS, 2021). O feminismo negro, por sua vez, emerge a partir da necessidade de se colocar em pauta as causas das mulheres negras, as quais possuem uma experiência histórica diferenciada “[...] que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras” (CARNEIRO, 2013, p. 2).

O feminismo negro surge como um campo epistemológico e político a partir da segunda metade do século XX. No caso norte-americano, o movimento é impulsionado por teóricas e militantes afrodescendentes que tecem duras críticas ao fato do feminismo tradicional reduzir as mulheres a uma categoria universal, sem considerar as vivências e especificidades das negras.

1. As discussões do presente artigo são fruto de pesquisa de doutorado. Uma versão condensada desse texto foi publicada na Revista Saridh/UFRN/Felcs [Edição 2023, v.5, n.1].

No Brasil, tanto o movimento feminista quanto o movimento negro ganham força a partir da década de 1970, durante a ditadura militar. Em ambos, as mulheres negras participaram de forma ativa, desenvolvendo um papel fundamental. No que diz respeito às motivações que levam à emergência do feminismo negro em nosso país, estas são semelhantes ao caso norte-americano, pois dentro do movimento de mulheres (predominantemente branco), a questão racial era silenciada e as opressões raciais desconsideradas em nome de um inimigo “maior”: o sexismo. No movimento negro, por sua vez, as questões de gênero eram negadas ou secundarizadas devido ao recorrente machismo que delegava aos homens posições de vantagem em relação às mulheres. A partir dessa conjuntura, as mulheres negras percebem a necessidade de estabelecerem seu próprio espaço de luta, passando a “[...] trilhar uma trajetória própria de autodefinição política” (NEPOMUCENO, 2013, p. 400), o que deságua na criação de diversas organizações feministas negras pelo país.

O pensamento feminista negro se estabelece a partir de então como “[...] um conjunto de experiências e ideias compartilhadas por mulheres afro-americanas que oferecem um ângulo particular de visão do eu, da comunidade e da sociedade, que envolve interpretações teóricas da realidade de mulheres negras” (BAIRROS, 1995, p. 6).

Nas últimas décadas, *sites*, redes sociais, jornais e revistas online, *blogs* e canais do *YouTube* vêm produzindo novas narrativas acerca das mulheres negras, movimento que rompe com a invisibilidade histórica dessa população e, em decorrência disso, acaba por instaurar uma crescente discursivização dos ideais do feminismo negro. Neste cenário, a ONU Mulheres Brasil em articulação com ONGs de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) lançou, em 2017, a ação digital “*You-*

tubers Negras na Década Internacional de Afrodescendentes”, com o objetivo de “[...] destacar o papel positivo de mulheres negras líderes no desenvolvimento de atividades para o enfrentamento ao racismo e à discriminação racial” (ONU BRASIL, 2017). A iniciativa integra-se a estratégia “Mulheres Negras Rumo a um Planeta 50-50 em 2030”, que tem o intuito de empoderar mulheres negras ao passo em que combate à discriminação racial, questões primárias para o cumprimento dos objetivos da Década Internacional de Afrodescendentes (2015-2024) (ONU BRASIL, 2017).

Foram convidadas para integrar a ação cinco *youtubers* que produzem conteúdo voltado para o empoderamento das mulheres negras, quais sejam: Carolina Lima, do canal *Já tinha Carol*; Lorena Monique, do *Negga-ta*, Patrícia Rammos, do *Um abadá para cada dia*; Winnie Bueno, do *Preta Expressa*; e Xan Ravelli, do *Soul Vaidosa*. As jovens produziram e postaram, em seus respectivos canais, vídeos indicando ações que podem levar a mudanças positivas na vida das mulheres negras brasileiras.

Dito isto, o objetivo do presente trabalho é analisar como o discurso do feminismo negro atravessa e constitui os dizeres das *youtubers* negras, bem como a própria performance destas como influenciadoras digitais. O foco incide em observar as relações de saber-poder e as vontades de verdade presentes em um dos enunciados advindos da ação digital “*Youtubers Negras na Década Internacional de Afrodescendentes*”, a qual, tomada aqui enquanto acontecimento, utiliza da visibilidade das influenciadoras para discursivizar dizeres antirracistas de combate ao preconceito racial e de gênero. Para tanto, selecionamos como materialidade de análise um dos vídeos produzidos para a ação: (i) *O que eu espero da Década Internacional de Afrodescendentes?* do canal *Já tinha Carol*.

A análise será realizada a partir de excertos retirados do vídeo, para tanto utilizamos o método arqueogenealógico, fruto dos estudos discursivos foucaultianos, o qual volta-se para “a descrição do discurso com valor de acontecimento no interior dos diferentes jogos de poder-saber-si” (NAVARRO, 2020, p. 31).

Para além desta introdução, o presente texto encontra-se estruturado da seguinte forma: no próximo tópico, discutiremos sobre alguns conceitos foucaultianos que norteiam nosso trabalho, entre eles a questão do discurso, enunciado, formação discursiva, poder e verdade. Posteriormente, detemos em apresentar o *YouTube* como lócus de discursos em torno do feminismo negro, para então darmos início a análise da materialidade selecionada.

I Um breve percurso foucaultiano

Analisar os discursos em uma perspectiva foucaultiana significa pensá-los a partir de sua inscrição histórica, pondo-se a investigar as condições de possibilidade que levam a emergência e circulação de determinados discursos no tempo presente. Não de maneira fortuita, uma das principais inquietações de Foucault (2008), em sua fase arqueológica, foi compreender como os discursos emergem em determinada cadeia discursiva. Para tanto, o teórico toma os discursos enquanto práticas descontínuas que formam sistematicamente os objetos de que falam, por vezes se cruzando, ignorando-se ou se excluindo (FOUCAULT, 2009), sendo sempre produzidos no âmbito das relações de poder. A este respeito assevera que,

[...] gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. [...] não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (FOUCAULT, 2008, p. 54-55).

O discurso não deve ser compreendido como uma mera expressão ou designação de algo, indo além dos signos que o constituem. E esse “mais” a que se refere o autor, diz respeito a necessidade de reconhecermos as articulações que os discursos estabelecem com os poderes no processo de produção de verdades historicamente delineadas (GREGOLIN, 2016), o que se dá por meio de uma densa descrição e análise incrustada na própria materialidade discursiva, nos limites de sua existência.

Ao tratar do discurso, inevitavelmente, Foucault (2008; 2009) refere-se ao enunciado, o qual podemos compreender, inicialmente, enquanto unidade elementar do discurso, que não se reduz a uma estrutura, enunciação ou frase, sendo antes, “[...] uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis” (FOUCAULT, 2008, p. 98), assim, por enunciado se “quis definir as posições e funções que o sujeito podia ocupar na diversidade dos discursos” (FOUCAULT, 2008, p. 225).

As noções de discurso, enunciado e formação discursiva caminham juntas, de modo que para entender uma é necessário conhecer a outra, ou seja, “[...] a análise do enunciado e da formação discursiva são estabelecidas correlativamente” (FOUCAULT, 2008, p. 132). Como elucubra o filósofo francês, um enunciado pertence a uma formação discursiva da mesma forma que uma frase pertence a um texto, no entanto, enquanto a regularidade da frase é definida pelas leis da língua a que pertence, a regularidade do enunciado é definida pela própria formação discursiva. Esta última se caracteriza menos por princípios de construção e mais por uma dispersão, “[...] já que ela é para os enunciados não uma condição de possibilidade, mas uma lei de coexistência, e já que os enunciados, em troca, não são elementos intercambiáveis, mas conjuntos caracterizados por sua modalidade de existência” (FOUCAULT, 2008, p. 132).

Fisher (2001) assevera que as formações discursivas precisam ser vistas dentro de um espaço discursivo, pois sempre estarão em relação com determinados campos do saber. Desse modo, quando nos referimos a um tipo de discurso – racista, antirracista, feminista –, afirmamos que ele compreende um conjunto de enunciados que se apoiam num determinado sistema de formação – formação discursiva do preconceito, do campo jurídico, das ciências sociais, das ciências políticas. No entanto, tais formações não são sistemas fechados em si, pois, se observamos, por exemplo, os discursos antirracistas e do feminismo negro percebemos que estes estão situados em campos de saber relativamente novos, os quais acabam por tangenciar mais de uma formação discursiva, como o campo jurídico, o campo dos estudos étnico-raciais e o campo dos estudos de gênero e sexualidade, entre outros. Assim sendo, a formação discursiva precisa ser concebida inicialmente como

“princípio de dispersão e de repartição” (FOUCAULT, 2008, p. 124) dos enunciados, que norteia o que pode ser dito em um certo espaço de acordo com a posição ocupada pelo sujeito nesse espaço.

Para que uma dada formação discursiva (FD) exista, é necessário que se apoie sobre o que Foucault (2008) denomina como regras de formação, as quais dizem respeito às condições de existência, coexistência, modificação e desaparecimento de uma repartição discursiva. São elas: *a formação dos objetos, a formação das modalidades enunciativas, a formação dos conceitos e formação das estratégias*. É, pois, a partir da descrição dessas unidades que a regularidade do discurso poderá ser rastreada.

A formação dos objetos é estabelecida a partir de um conjunto de relações dadas entre superfícies de emergência, instâncias de delimitação e grades de especificação. Os objetos não preexistem a eles mesmos, porque surgem sob “as condições positivas de um feixe complexo de relações” (FOUCAULT, 2008, p. 50). Todo objeto, seja ele a medicina, a psiquiatria, o racismo ou o feminismo, deve ser “relacionado ao conjunto de regras que permitem formá-los como objetos de um discurso e que constituem, assim, suas condições de aparecimento histórico” (FOUCAULT, 2008, p. 53). Desse modo, a descrição da formação dos objetos do discurso objetiva tentar identificar as relações que caracterizam uma prática discursiva.

Sobre a formação das modalidades enunciativas, Foucault (2008) apresenta-nos três questões: i) quem fala? – diz respeito a quem tem “[...] o direito regulamentar ou tradicional, juridicamente definido ou espontaneamente aceito” (FOUCAULT, 2008, p. 56) de proferir determinado discurso; ii) de quais lugares institucionais fala? – lugares que legitimam os enunciados e os objetos do discurso; iii) que posições

ocupa? – “[...] as posições do sujeito se definem igualmente pela situação que lhe é possível ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos” (FOUCAULT, 2008, p. 58). Estes questionamentos colocam o discurso em um jogo de relações.

A formação dos conceitos, por sua vez, volta-se para as regras que tornam possível o aparecimento e a transformação destes, ou seja, para “a organização do campo discurso em que se encontram os conceitos analisados, em um nível mais elementar do que os próprios conceitos, o que Foucault chama de ‘pré-conceitual” (MACHADO, 2006, p. 164). As formas de coexistência dos enunciados compreendem ainda: i) um campo de presença – o qual refere-se a “[...] todos os enunciados já formulados em alguma outra parte e que são retomados em um discurso a título de verdade admitida, de descrição exata, de raciocínio fundado ou de pressuposto necessário, e também os que são criticados, discutidos e julgados” (FOUCAULT, 2008, p. 63), como também os rejeitados ou excluídos; ii) um campo de concomitância – formado por “[...] enunciados que se referem a domínios de objetos inteiramente diferentes e que pertencem a tipos de discurso totalmente diversos, mas que atuam entre os enunciados estudados, seja porque valem como conformação analógica, seja porque valem como princípio geral” (FOUCAULT, 2008, p. 64), ou ainda como modelos que podem ser transferidos a outros conteúdos; iii) um domínio de memória – este diz respeito aos enunciados que são retomados e estabelecem laços de filiação, transformação, gênese, continuidade e descontinuidade histórica.

A formação das estratégias é o último nível de regularidades da formação discursiva, nesta somos guiados por Foucault para a compreensão de que, embora o discurso seja formado por teorias diversas, devemos mapear sua unidade, ainda que em diferentes estratégias. Para a

análise das estratégias, o teórico elucidada que é preciso “[...] determinar os pontos de decifração possíveis do discurso” (FOUCAULT, 2008, p. 73), que são: pontos de incompatibilidade – em que dois objetos, conceitos ou tipos de enunciação aparecem em uma mesma formação discursiva sem poderem ocupar o mesmo lugar em uma série de enunciados; pontos de equivalência – quando elementos incompatíveis são formados a partir de condições de aparecimento idênticas; e os pontos de ligação de uma sistematização – os quais referem-se a elementos ao mesmo tempo equivalentes e incompatíveis.

O conceito de prática discursiva, por sua vez, pode ser compreendido como “[...] um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2008, p. 133). A esse respeito, Fisher (2001) comenta que os enunciados se inscrevem no interior de formações discursivas de acordo com um certo regime de verdade que os norteiam, o que significa que obedecemos constantemente a conjuntos de regras dadas num tempo e espaço específico, por meio das quais acabamos por afirmar as verdades de um momento histórico. Desse modo, quando uma mídia digital como o *YouTube* apropria-se do discurso do empoderamento negro e da luta antirracista por conquista de mais espaços sociais, como no caso dos vídeos produzidos para a ação “*Youtubers Negras na Década Internacional de Afrodescendentes*”, faz emergir um discurso que segue certas regras, as quais passam a fixar determinados enunciados acerca da condição das sujeitas negras no Brasil de hoje. Isso nos permite afirmar que “as ‘coisas ditas’, portanto, são radicalmente amarradas às dinâmicas de poder e saber de seu tempo” (FISHER, 2001, p. 204).

Para Foucault (1998), o poder compreende “[...] luta, afrontamento, relação de força, situação estratégica. Não é um lugar, que se ocupa, nem um objeto, que se possui. Ele se exerce, se disputa” (FOUCAULT, 1998, p. 175). Funciona como uma espécie de maquinaria social que perpassa todas as estruturas da sociedade, pois está em toda parte, apresentando-se como uma relação entre os sujeitos que ora o exercem, ora sofrem sua ação. Desse modo, mais do que a existência de um poder dominante, o que se tem é uma rede de micropoderes que penetram na vida cotidiana dos sujeitos, funcionando integrados ou não ao Estado e suas instituições (FOUCAULT, 1998).

Assim, para além de uma instância negativa que reprime, o poder percebido a partir de sua positividade enquanto um conjunto difuso de micropoderes espalhados pela sociedade (família, igreja, trabalho, escola, redes sociais, etc.), estabelece-se como uma rede produtiva em que saberes se formam e se organizam, funcionando enquanto elementos que conferem valor de verdade aos jogos de poder. Poder, saber e verdade, são, portanto, questões essencialmente ligadas.

A noção de saber trabalhada por Foucault relaciona-se à prática discursiva e de maneira mais precisa à ciência, na medida em que compreende os saberes como campos organizados que constituem um tipo de discurso que está em vias de se tornar uma ciência (POSSENTI, 2007, p. 12). A esse respeito Foucault (2008) afirma que:

Um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um *status* científico; [...] um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso; [...] um saber é também o campo de coordenação e de subordinação dos

enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam; [...] finalmente, um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso (FOUCAULT, 2008, p. 204).

Revel (2005) assinala a existência de uma dupla articulação entre o poder e o saber, ao explicar que ao mesmo tempo em que o poder procura extrair um saber dos indivíduos, este saber extraído é constituído em meio a relações de poder. O saber, tido como uma construção histórica atravessada por relações de poder, acaba por produzir verdades que ganham forma e se estabelecem, por vezes, através das práticas discursivas (VEIGA-NETO, 2007).

Ao discorrer sobre o tema verdade, Foucault (1998, p. 13) não versa a respeito do conjunto das coisas tidas como verdadeiras, senão sobre “[...] o ‘conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder; entendendo-se também que não se trata de um combate a favor da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha’”. O mais importante para o filósofo é a compreensão de que a verdade não existe sem o poder, fora de suas teias, pois a verdade é deste mundo e, assim sendo, produz-se nele em meio a coerções diversas e também nele produz efeitos regulamentados de poder (FOUCAULT, 1998).

No próximo tópico, iremos nos debruçar sobre a análise da materialidade selecionada, o que se dará por meio de uma descrição/interpretação articulada às noções foucaultianas discutidas até aqui.

2 Mulheres, negras e *youtubers* – cartografando o presente

Desde a última década, observamos cada vez mais a presença das questões raciais nas pautas midiáticas, também se faz visível um crescente protagonismo dos sujeitos negros brasileiros no campo das mídias digitais, com destaque para o *YouTube*, onde vídeos e canais produzidos por negras e negros passam a ganhar notoriedade. Assim, para além dos inúmeros grupos de militância negra que existem no Brasil e se proliferam na atualidade, sobretudo no âmbito da ciberativismo (UGARTE, 2008), partimos da crença de que o *YouTube*, com seu poder de alcance e certa democratização da informação, contribui para que os ideais base da feminismo negro e da negritude sejam cada vez mais propagados e transformados em instrumento positivo de percepção de si das sujeitas negras, especialmente entre as mais jovens que transitam no ambiente digital e não necessariamente levantam a bandeira de militantes, porém, passam a tomar posse do discurso da feminismo negro num movimento de empoderamento e combate ao racismo e ao sexismo.

A nosso ver, o *YouTube*, enquanto instância em que rastreamos enunciações, enunciados e discursos, faz parte dos atuais regimes de visibilidade, por meio do qual pautas, sujeitos e grupos sociais alcançam cada vez mais visibilidade, sendo esta uma marca latente de nosso tempo (GREGOLIN, 2015). À vista disso, devemos destacar que por regime de visibilidade pensamos “[...] não tanto no que é visto, mas no que torna possível o que se vê. Dessas condições de visibilidade (DELEUZE, 1998) participam máquinas, práticas, regras, discursos que estão articulados a formações de saber e jogos de poder (FOUCAULT, 1983)” (BRUNO, 2013, p. 16).

Nessa conjuntura, é válido citar o projeto *YouTube Black*, evento criado para celebrar o mês da consciência negra, na versão brasileira reúne criadores de conteúdo que são destaque em diferentes nichos com o intuito de exaltar suas vozes. A terceira edição do evento, em 2017, teve destaque por propor discussões acerca da importância da representatividade negra, na ocasião foi elaborada uma série de vídeos com o tema “Eu Sou”, divulgados por meio da *hashtag* #*YouTube-BlackBrasil*. Foram convidados para participar dos vídeos, dez jovens *youtubers* negros que já possuíam certa visibilidade na plataforma (considerando os números de visualizações e curtidas), dos quais sete foram mulheres: Luci Gonçalves, Caio Franco, Camila Nunes, Gabi Oliveira, Mari Ribeiro, Ramana Borba, Tia Má, Nátaly Neri, PH Côrtes e Murilo Araújo. Estes criadores de conteúdo, sujeitos negros e negras dispostos a falar sobre si mesmos, foram colocados diante de uma câmera para responder à questão “Quem sou eu?”. Ao observar as audiovisuais², é possível perceber que as respostas são atravessadas pela questão étnico-racial e de gênero, embora englobem também toda a pluralidade que os constitui, pois tratam-se de sujeitos que reconhecendo sua negritude também se reconhecem como portadores de uma subjetividade que é múltipla: são mulheres, homens, heterossexuais, lésbicas, extrovertidos, criativos, vaidosos, fortes, bem-sucedidos, entre tantas outras coisas.

Outro projeto proposto pela plataforma, que incentiva diretamente as *youtubers* negras, é o Fundo Vozes negras, criado em 2020, com o intuito de destinar recursos para incentivar a produção de audiovisuais com foco na experiência negra e na justiça social, ao passo em

2. Podem ser encontradas na plataforma do *YouTube* por meio de busca utilizando a *hashtag* #*YouTubeBlackBrasil*.

que combate o racismo. O fundo destinou em sua primeira edição mais de R\$ 100 milhões em treinamento e auxílio financeiro para 132 produtores de conteúdo espalhados por diversos países, no Brasil foram selecionados 35 canais, dos quais 21 foram de mulheres negras, entre estas ficaram: a feminista Natály Neri; a cibermilitante Gabi Oliveira; a funkeira e feminista MC Carol; a primeira mulher preta a vencer o maior reality show do país (*Big Brother Brasil*), a médica Thelminha; além de outras influenciadoras que embora não tenham como pauta principal questões de gênero e raça representam a diversidade negra brasileira e empoderam outras mulheres a partir de suas vozes.

Estes e outros acontecimentos discursivos e não-discursivos em torno das sujeitas negras no âmbito do *YouTube*, não ao acaso, irrompem ao mesmo tempo em que a Organização das Nações Unidas (ONU) declara o período entre 2015 a 2024 como Década Internacional de Afrodescendentes, com o intuito de fomentar discussões e ações de combate ao racismo e a xenofobia. Evidencia-se, nisso, como todo dizer é produzido em meio às tramas históricas de seu tempo, por assim dizer, à racionalidade e ao regime de verdade vigente em sua época, os quais instauram uma ordem discursiva responsável por determinar enunciações possíveis em um dado momento (FOUCAULT, 2009).

A ação digital “Youtubers Negras na Década Internacional de Afrodescendentes” (figura 1), promovida pela ONU Mulheres Brasil em articulação com ONGs de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), em 2017 - que faz parte das atividades desenvolvidas em prol da década afro -, emerge como um acontecimento que reverbera de diferentes modos, pois além de trazer visibilidade para as *youtubers* ligadas à iniciativa também acaba por incentivar que cada vez mais mulheres negras ocupem o espaço do *YouTube* e nele abordem questões que dizem respeito

as suas vivências, visibilizando suas pautas por um lado e por outro denunciando as diversas formas de racismo e opressão sexista que incide sobre elas. Questões que observamos em nossa materialidade de análise, que como dito anteriormente trata-se de um dos vídeos produzidos por a ação digital: (i) “O que eu espero da Década Internacional de Afrodescendentes?”, do canal Já tinha Carol.

Figura 1: Imagem da ação



Fonte: ONU MULHERES (2017)

Figura 2: Canal Já tinha Carol



Fonte: *YouTube* (2023)

Figura 3: Canal Já tinha Carol 02



Fonte: *YouTube* (2023)

A materialidade de análise constitui o vídeo “*O que eu espero da Década Internacional de Afrodescendentes?*” (figura 2), tomado aqui enquanto enunciado. A audiovisualidade foi produzida pela *youtuber* Carolina Lima, publicitária, brasiliense e feminista, do canal *Já tinha Carol*, criado em 2016 com o intuito de falar sobre tudo que é importante para a influenciadora, conforme explicitado na aba “acerca de”. O canal possui hoje mais de um milhão e duzentos mil inscritos.

O vídeo que traz em sua abertura a logo da Década Internacional de Afrodescendentes, possui apenas um minuto e cinquenta e nove segundos de duração, nele a influenciadora começa se apresentando, em seguida apresenta a ação da ONU MULHERES e a iniciativa da UNO com relação a década afro. O desenrolar do vídeo trata de responder à questão que o intitula. Tomemos o excerto a seguir.

Excerto 1 – Vídeo 1

Espero que aconteça com o mundo exatamente o que aconteceu comigo. A primeira coisa que aconteceu comigo foi o reconhecimento. É muito bom se conhecer, mas é melhor ainda se reconhecer. Reconhecer é tipo se entender, sabe? É você se conhecer de verdade. Bom, eu mesma tive que me reconhecer negra, mesmo que minha pele sempre tenha sido dessa cor. Tive que aprender a me amar sabe? Amar meu cabelo, minha pele. Descobri, que, sabe, ser negro não é palavrão. Bom, tudo começou a mudar com o teste do pescoço. Deixa eu explicar, toda vez que eu vou em algum local – universidade, show – eu sempre estico o pescoço e percebo: quantos negros tem aqui ou melhor porque nunca tem muitos negros ou porque eu sou a única negra. Faz esse teste por uma semana e me conta (EXCERTO RETIRADO DO VÍDEO, 2017 – Grifo nosso).

Por meio de um falar pedagógico em tom confessional, Carolina produz o vídeo com foco em apresentar os três pilares propostos pela ONU na Década Afro, com vistas em erradicar a discriminação racial, que são: (i) reconhecimento; (ii) justiça; e (iii) desenvolvimento. O sujeito que enuncia coincide com o sujeito do enunciado (FOUCAULT, 1988) na medida em que os dizeres da *youtuber*, embora partam de uma temática geral, são construídos em tom de confissão ao apresentar questões da vida particular atreladas ao tema da produção audiovisual, como se observa nos trechos: “Espero que aconteça com o mundo o que aconteceu comigo” ou “Tive que aprender a me amar sabe? Amar meu cabelo, minha pele”.

O enunciado se constitui a partir dos regimes de verdade estabelecidos pelo feminismo negro, especialmente aqueles que versam sobre a importância do reconhecimento étnico-racial, atrelando-o, por vezes, ao reconhecimento e aceitação da própria beleza, o que nos remete às considerações de Berth (2018) acerca do empoderamento estético como modo de ação da mulher negra sobre si mesma. Para a autora, o empoderamento pode ser compreendido enquanto “uma movimentação interna de tomada de consciência ou do despertar de diversas potencialidades que definirão estratégias de enfrentamento das práticas do sistema de dominação machista e racista” (BERTH, 2018, p.17). Sardenberg (2006, p. 54), por sua vez, afiança que este termo “[...] se refere a uma gama de atividades de assertividade individual até a resistência, protesto e mobilização coletiva, que questionam as bases do poder”. Este movimento de empoderamento que passa pela questão da estética também fica visível no enunciado verbo-visual em que a *youtuber* aparece falando de frente ao espelho enquanto se olha e se maquia (figura 3).

No trecho, “Descobri, que, sabe, ser negro não é palavrão”, observamos como o sujeito mulher negra *youtuber* que produz seu enunciado de um lugar específico, mais precisamente da formação discursiva (FD) do feminismo negro, trava lutas com outras FDs, nesse caso com a do racismo, que constrói ideias negativas em torno do que é ser negro. Questão que nos remete a assertiva de Fisher (2013, p. 130-131) quanto ao fato de que “[...] a produção de textos, de falas, de coisas pronunciadas ou escritas, em qualquer momento da história, em qualquer lugar, nada tem de tranquilo: supõe sempre ‘lutas, vitórias, ferimentos, dominações, servidões’”. Esse embate entre as FDs do feminismo negro, do racismo e do antirracismo também se faz visível quando a *youtuber* trata do teste do pescoço e no decorrer de todo o vídeo. Vejamos:

Excerto 2 – Vídeo 1

O próximo passo que aconteceu comigo foi justiça, depois do teste do pescoço a gente começa a entender como as cotas, por exemplo, são importantes para inclusão de pessoas negras. Eu observei que por mais que sejamos mais da metade da população, nunca somos metade nos ambientes. Principalmente em ambientes importantes para a formação do ser humano, como faculdades e cursos. E por fim, o desenvolvimento. O meu desenvolvimento é estar aqui na *internet* falando com vocês. É ocupar espaços, é criar voz e oportunidades seja aqui ou fora da internet (TRECHO RETIRADO DO VÍDEO, 2017 – Grifo nosso).

No excerto 2 observamos como os discursos do feminismo negro e do antirracismo travam batalhas com vias em defender suas pautas – que homens e mulheres negros ocupem cada vez mais espaços na sociedade e que as mulheres negras tenham autonomia sobre seus cor-

pos e suas vidas, entre outras questões. Esses discursos, a nosso ver, apresentam-se enquanto vontades de verdades que contrastam com as vontades de verdades dos discursos racistas e sexistas, o que se dá por meio de relações de saber-poder sempre tensas.

O enunciado, especialmente o trecho “O meu desenvolvimento é estar aqui na internet falando com vocês. É ocupar espaços, é criar voz e oportunidades seja aqui ou fora da internet”, dialoga diretamente com o dizer de Nadine Gasman, representante da ONU Mulheres Brasil, ao explicitar a importância de dar visibilidade para as mulheres negras, pois “[...] o racismo e sexismo apagam as contribuições das mulheres negras para o desenvolvimento do país, ao mesmo tempo em que encobrem as violações de direitos humanos das mulheres negras, impedindo o fim das desigualdades com base na raça, gênero e outras formas de opressão e de discriminação” (ONU BRASIL, 2017).

O enunciado também dialoga e dá condições para a emergência de outros enunciados no âmbito do *YouTube*, que se debruçam sobre as questões do reconhecimento e aceitação étnico-racial, da justiça social, e da representatividade e ocupação de cada vez mais espaços pelas mulheres negras. São exemplos os vídeos: “Negro ou pardo? – Identidade racial” (2017), do canal Sá Ollebar; “Estética é menos importante? | Papo DePretas” (2017), do canal Gabi Oliveira; e “Negros e ascensão - Com Ana Paula Xongani” (2018), do Canal Nátaly Neri.

Do ponto de vista histórico e político, o que leva o sujeito *youtuber* negra a se reconhecer e se aceitar enquanto mulher negra que visibiliza sua existência e suas pautas em um espaço social como o *YouTube*, atrela-se a outros acontecimentos que possibilitaram esse momento. Entre os quais podemos citar, para além do advento da *internet* e dos canais de interação *online*, dois fatos.

O primeiro trata de um dos marcos da luta das mulheres afro-americanas, que é discurso histórico de Sojourner Truth, ex-escravizada e ativista pelos direitos das mulheres, na *Women's Convention* (Convenção das Mulheres) em Ohio-EUA, em 1851, intitulado “Ain't I a woman?” (Eu não sou uma mulher?). Sojourner questionou o ativismo das sufragistas e abolicionistas brancas e abastardas que invisibilizavam as mulheres negras. Por meio de sua fala, desafiou publicamente a ordem discursiva imposta naquele momento, em que a mulher negra se quer era vista enquanto mulher e, muitas vezes, ela própria desconsiderava sua condição feminina devido a realidade brutal do racismo, o qual delegava à raça um rótulo de identificação maior (HOOKS, 2020).

O segundo trata do fato de que recentemente, em 2019, a jornalista Maria Júlia Coutinho tornou-se a primeira mulher negra a compor a bancada de apresentadores do Jornal Nacional, maior telejornal da TV brasileira que possui mais de 50 anos de história. Estes acontecimentos, marcados enquanto importantes conquistas das mulheres negras, são trabalhados pelas diferentes mídias como exemplos que rompem com o silêncio histórico delegado a essas mulheres, desse modo podem ser tomados como acontecimentos que congregam domínio de memória e garantem importância histórica as lutas das mulheres negras.

A produção audiovisual de Carolina Lima, tomada aqui enquanto enunciado, bem como a ação digital “Youtubers negras na Década Internacional de Afrodescendentes”, não pode ser analisada enquanto acontecimento desprendido do resto da história, pois presume a existência de um regime de enunciabilidade que permite seu aparecimento no *YouTube*. Isso se atrela diretamente a produção de saberes advindos do feminismo negro, em que a produção intelectual e militante de mulheres negras vem desafiando as relações de poder impostas pela

sociedade branca e patriarcal (KILOMBA, 2019), que, ao longo do tempo, tentou invisibilizar as vozes, as lutas e as existências dessas mulheres (HOOKS, 2019).

A este respeito, Ribeiro (2016, p. 100) destaca que “[...] o arcabouço teórico-crítico trazido pelo feminismo negro serve como instrumento para se pensar não apenas sobre as próprias mulheres negras, categoria diversa, mas também sobre o modelo de sociedade que queremos”. A emergência do feminista negro, e o despertar de mulheres como Carolina Lima que se filiam a ele - o que ela põe em relevo na descrição do canal, introduzem um movimento de empoderamento e combate as práticas racistas e sexistas, movimento este que leva estas mulheres a erguerem a voz, rompendo com os silêncios históricos (HOOKS, 2019).

Considerações finais

Observamos por meio deste estudo que o *YouTube* constitui uma instância em que irrompem cada vez mais enunciações, enunciados, discursividades e discursos em torno das mulheres negras, as quais passam a tomar posse de suas vozes e existências, visibilizando as pautas que as atravessam, por meio da produção e veiculação de audiovisualidades na rede.

Os enunciados produzidos a partir da ação digital “Youtubers Negras na Década Internacional de Afrodescendentes”, denunciam o racismo e demarcam o empoderamento das mulheres negras que produzem conteúdo no *YouTube*. Acreditamos que os atuais regimes de verdade do feminismo negro perpassam em grande medida estes enunciados, pois o próprio ato de erguer a voz, em si, “[...] tem sido um dos aspectos transformativos centrais do movimento feminista” (HOOKS, 2019, p.

19), que procura sempre desafiar as mulheres a romperem o silêncio que invisibiliza suas dores. Assim, o falar dessas *youtubers*, a nosso ver, aproxima-se aos movimentos de luta do feminismo negro, uma vez que incentiva outras mulheres a se posicionarem contra as diferentes formas de opressão que tentam diminuí-las e apagá-las em diversos aspectos (social, político, estético, afetivo e etc.).

Referências

BENTO, Maria Aparecida Silva. *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. (Tese) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BERTH, Joice. *O que é empoderamento?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BURGESS, Jean; GREEN, Joshua. *YouTube e a revolução digital: como o maior fenômeno da cultura participativa transformou a mídia e a sociedade*. São Paulo: Aleph, 2009.

BRUNO, Fernanda. *Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2013.

CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígena. Universidade Católica de Pernambuco. Recife, 2013. Disponível em: <https://www.patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2021/04/CARNEIRO-2013-Enegrecer-o-feminismo.pdf>. Acesso em: 07 de abril 2023.

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Tradução Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

COLLINS, Patrícia Hill. Entrevista. In: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; BERNARDINO-COSTA, Joaze. O feminismo negro de Patrícia Hill Collins: uma conversa sobre conhecimento, poder e resistência. *Revista Sociedade e Estado*. V. 36, N. 3, 2021a.

- COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019 [1990].
- FISHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. *Cadernos de Pesquisa*, n. 114, p. 197-223, novembro, 2001.
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L. e RABINOW, Paul. Michel Foucault. *Uma trajetória filosófica*. 2ed., rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 231-249.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 19ed. Ed. M. J. Marcionilo. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, 7ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. 13ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. Michel Foucault: uma análise de discursos que remonta à história para retoricar a filosofia. *Anais do III Seminário Internacional de Estudos sobre Discurso e Argumentação (SEDIAR)*. 2016.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. Discursos e imagens do corpo: heterotopias da (in)visibilidade na web. In: FLORES, G.; NECKEL, N.; GALLO, S. *Análise do discurso em rede: cultura e mídia*. Campinas, SP: Pontes, 2015.
- GREGOLIN, Maria do Rosario. Análise do discurso e mídia: a (re) produção de identidades. *Comunicação, Mídia e Consumo*, São Paulo, v. 4, n. 11, p. 11-25, nov. 2007.
- HOOKS, Bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Tradução Bhuvi Libanio. 15ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.
- HOOKS, Bell. *Olhares negros, raça e representação*. Tradução Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.
- HOOKS, Bell. Intelectuais Negras. In: *Revista Estudos Feministas*, n.2, Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação – episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MACHADO, Roberto. *Foucault, a ciência e o saber*. Rio de Janeiro: Zahar, 3ed., 2006.

NAVARRO, Pedro. Estudos Discursivos foucaultianos: questões de método para análise de discurso. *Revista Moara - Estudos Linguísticos*. V. 57, n. 1, ago-dez. 2020.

NEPOMUCENO, Bebel. “Mulheres negras: protagonismo ignorado”. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 382-409.

ONU BRASIL. *ONU Mulheres lança ação digital com youtubers negras para combater o racismo. Brasil, 2017*. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/76056-onu-mulheres-lanca-acao-digital-com-youtubers-negras-para-combater-o-racismo>. Acesso em: 07 de abril 2023.

REVEL, Judith. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. Tradução: Carlos Piovezani Filho e Nilton Milanez. São Carlos, SP: Claraluz, 2005.

RIBEIRO, Djamila. *Feminismo negro para um novo marco civilizatório*. Sur, Rev. int. direitos human, São Paulo, v. 13, nº 24, p. 99-104, 2016.

SARDENBERG, Cecília M. B. Conceituando “empoderamento” na perspectiva feminista. I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO, NEIM/UFBA. *Anais*. Salvador, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/6848>. Acesso em: 15 set. 2019.

UGARTE, David de. *O poder das redes: manual ilustrado para pessoas, organizações e empresas chamadas a praticar o ciberativismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault e a educação*. 2ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

Biopolítica e vida nua: subjetivação e dessubjetivação em Michel Foucault e Giorgio Agamben

Davi da Costa Almeida

Introdução

Giorgio Agamben é um filósofo mundialmente conhecido pelo seu projeto *Homo Sacer* desenvolvido nas últimas duas décadas. Seu pensamento parte de uma indagação filosófica que opõe de um lado a vida qualificada (*bíos* – vida culturalmente, politicamente qualificada) e de outro a vida nua (*zoé* – vida natural, animal, reprodutiva), subjetivação e dessubjetivação. Neste contexto, a vida humana é cindida e esta cisão caracteriza e marca o homem, ora como humano caracterizado por atributos divinos como a linguagem, ora como animal, tendo seus instintos sobrepujando os atributos espirituais. Tal oposição e análise nascem pelas contribuições de Michel Foucault e os estudos sobre o conceito de biopolítica.

O sujeito para Michel Foucault é constituído por operadores disciplinares e biopolíticos. Para Giorgio Agamben, o sujeito é o resultado de operadores de exceção e dispositivos biopolíticos. Mas a biopolítica em Foucault difere da interpretação de Agamben. Para Agamben, o dispositivo biopolítico antropogênico de exceção carrega, alimenta e captura o sujeito dentro de uma relação de subjetivação e dessubjetivação, o linguístico e o não-linguístico, o fora e o dentro, inclusão e exclusão.

Assim, este trabalho tem o objetivo de apresentar as considerações que relacionam vida nua, biopolítica e exceção em Michel Foucault e Giorgio Agamben. Pois percebemos que os discursos de potência e experiências de subjetividade que podem construir uma alternativa contra o dispositivo biopolítico de exceção atravessam a compreensão e o significado dessas interrelações entre o pensamento desses dois filósofos.

I Biopolítica

O que é biopolítica? Tal conceito pode ser compreendido a partir do alinhamento das duas contribuições de Foucault ou os dois polos que o filósofo conecta para compreendermos os acontecimentos da nossa contemporaneidade. A ontologia do presente para Foucault só pode ser concebida através desta análise que alinha o polo das disciplinas, a anátomo-política do corpo humano, que se concentrou no corpo como máquina (no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, etc.), ao polo biopolítico da população, que se concentrou no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos, uma série de intervenções e controles reguladores sobre a população (a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, etc.).

A biopolítica é um conceito central dos estudos arqueogenealógicos de Foucault e o mesmo vai utilizar tal conceito pela primeira vez numa conferência ministrada na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 1974, cujo tema era sobre o nascimento da medicina social. A hipótese de Foucault é que com o capitalismo houve uma passagem da medicina privada para a medicina coletiva, e não o contrário. Para

Foucault, o capitalismo desenvolveu, primeiramente, em fins do século XVIII e início do século XIX, uma preocupação com o corpo enquanto força de produção, força de trabalho, e, como consequência, temos que a emergência da medicina de caráter propriamente social “só se tornou possível com o advento do capitalismo e de toda uma ‘tecnologia do corpo social’ a ele ligada” (GADELHA, 2013, p. 83). Segundo Foucault, o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. “Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade bio-política. A medicina é uma estratégia bio-política” (FOUCAULT, 2004a, p. 80).

O conceito de biopolítica não tem sua origem, propriamente, nos estudos foucaultianos. Foucault não foi o inventor nem o único a se ocupar com tal conceito e, de acordo com Edgardo Castro (2005), sua origem antecede ao filósofo francês e remonta ao sueco Rudolf Kyellen. Segundo Castro, com base em Roberto Esposito, podemos distinguir três etapas de desenvolvimento desse conceito e que a concepção de Foucault seria uma quarta etapa do conceito de biopolítica e não estaria em continuidade com as definições anteriores. Por conseguinte, o que nos interessa nesses pontos de vista e que Foucault vai problematizar é a emergência de um poder que se situa e se exerce ao nível da vida, da espécie, da raça e dos fenômenos maciços de população. O poder sobre a vida é o resultado da conexão entre os dois polos, das disciplinas do corpo e das regulações da população, que se desenvolvem e se organizam para investir a vida, administração dos corpos e gestão calculista da vida.

Aqui temos as conexões, as convergências, os entrecruzamentos das disciplinas diversas – escolas, colégios, casernas, ateliês, fábricas, asi-

los, hospitais, etc. – com o aparecimento das práticas políticas e observações econômicas – dos problemas de natalidade, longevidade, saúde pública, habitação, migração etc. – entrecruzamentos e conexões de técnicas diversas e numerosas para obterem a sujeição dos corpos e o controle das populações. Assim, segundo Foucault, esse poder sobre a vida, esse biopoder que é fruto dessa conexão entre esses dois polos, disciplinas dos corpos e regulações da população, foi o elemento indispensável ao “desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos” (FOUCAULT, 1988, p. 153).

O surgimento do capitalismo, sua expansão e domínio, estão diretamente relacionados com a emergência das técnicas biopolíticas. E aqui encontramos o elemento que estabelece a ligação entre as disciplinas dos corpos e as regulações da população, e esse elemento é a norma. A norma e os processos de normalização, relacionadas ao desenvolvimento das disciplinas, relacionadas com as técnicas médico-normalizadoras, que permitem o poder de normalização funcionar e operacionalizar sobre os corpos, a norma é o que “articula os mecanismos disciplinares (que atuam sobre o corpo) com os mecanismos regulamentadores (que atuam sobre a população)” (VEIGA-NETO, 2014, p. 74). E se foi o desenvolvimento do dispositivo disciplinar que foi estratégico para o adestramento dos corpos, agora é o desenvolvimento do dispositivo de sexualidade que será indispensável para articular e desenvolver as técnicas do biopoder.

Assim, as articulações desenvolvidas pelas normas do dispositivo disciplinar somente serão possíveis, ou na verdade, somente estarão completas, conectadas, desenvolvidas ao máximo de suas potencia-

lidades, através do dispositivo da sexualidade. Para que a norma se aplique tanto ao corpo a ser disciplinado quanto à população que se quer regulamentar, historicamente, emergiram técnicas e tecnologias que se articulam, que se aglutinam e se justapõem, que se entrecruzam oriundas da articulação entre o dispositivo disciplinar e o dispositivo da sexualidade. A norma efetua a relação entre corpo e população, entre dispositivo disciplinar e dispositivo da sexualidade, caracterizando a sociedade normalizadora que “é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida” (FOUCAULT, 1988, p. 153). E isso é possível através da disputa política que o Ocidente construiu historicamente sobre o sexo dos indivíduos e o controle do sexo das populações. Segundo Foucault:

Sobre tal pano de fundo, pode-se compreender a importância assumida pelo sexo como foco de disputa política. É que ele se encontra na articulação entre os dois eixos ao longo dos quais se desenvolveu toda a tecnologia política da vida. De um lado, faz parte das disciplinas do corpo: adestramento, intensificação e distribuição das forças, ajustamento e economia das energias. Do outro, o sexo pertence à regulação das populações, por todos os efeitos globais que induz. Insere-se, simultaneamente, nos dois registros; dá lugar a vigilâncias infinitesimais, a controles constantes, a ordenações espaciais de extrema meticulosidade, a exames médicos ou psicológicos infinitos, a todos um micropoder sobre o corpo; mas, também, dá margem a medidas maciças, a estimativas estatísticas, a intervenções que visam todo o corpo social ou grupos tomados globalmente. O sexo é acesso, ao mesmo tempo, à vida do corpo e à vida da espécie. Servimo-nos dele como matriz das disciplinas e como princípio das regulações (FOUCAULT, 1988, p. 158-159).

Ressaltamos tal perspectiva sobre o dispositivo da sexualidade porque aqui adentramos nas aproximações e convergências possíveis entre o pensamento de Michel Foucault e Giorgio Agamben que se encontram no terreno da biopolítica. O que ocorre com o entrecruzamento dos dispositivos disciplinar e da sexualidade é um investimento sobre a vida, um gigantesco crescimento das potencialidades de produtividades vitais. Como diria Peter Pál Pelbart, parafraseando-o, os poderes do sistema disciplina-normalização sobre a vida, articulação entre os dispositivos disciplinar e da sexualidade, tomaram de assalto toda vitalidade dos indivíduos, todas as suas forças e energias vitais. “Isto é, o poder penetrou todas as esferas da existência, e as mobilizou inteiramente, e as pôs para trabalhar. Desde os genes, o corpo, a afetividade, o psiquismo, até a inteligência, a imaginação, a criatividade” (PELBART, 2007, p. 57). Toda esta violação, invasão e colonização por parte dos biopoderes, que são metamorfoses e engrenagens de novos poderes operacionalizados pelos dispositivos de controle, funcionam em rede, de forma reticular e molecular. O poder, “nessa sua forma mais molecular, incide diretamente sobre as nossas maneiras de perceber, de sentir, de amar, de pensar, até mesmo de criar” (PELBART, 2007, p. 57).

Assim, subjetividades são criadas, produzidas pelos biopoderes, são determinadas formas de subjetivação. Com o desenvolvimento das sociedades biopolíticas de controle na contemporaneidade e a articulação entre os dispositivos disciplinar e da sexualidade, do poder disciplinar e do biopoder, configurações do sistema disciplina-normalização, vemos surgir os dispositivos de controle que alinham e se articulam com todos os demais dispositivos. Segundo Lazzarato, os controles atravessam as modulações dos cérebros, mas também atravessam as modulações dos corpos (prisões, escolas, hospitais) e gestão da vida (mecanismos de

regulação das populações). “A sociedade de controle recupera e reintegra os velhos dispositivos disciplinares” (LAZARRATO, 2006, p. 106). Assim, as técnicas de controle não substituem as técnicas disciplinares, “mas articulam-se com elas” (LAZARRATO, 2006, p. 114).

Todo esse contexto não escapa à problemática dos corpos e das populações abandonadas e banidas, não escapa da produção da vida nua, dos processos de dessubjetivação, mas, na verdade, tal contexto possibilita suas articulações, integrações, configurações com as políticas da morte. Os resultados óbvios são genocídios, holocaustos, que se configuram como defesa social dos perigos biológicos e sociais contra os anormais, os degenerados, os desajustados. Os biopoderes de controle disciplinar são os mecanismos, as tecnologias e o surgimento das justificativas possíveis para a higienização social das populações contra os “perigos” internos das anomalias; os biopoderes são a sobrevivência das populações, através, por exemplo, da medicina social, mas também através da morte e do holocausto daqueles indesejáveis, dos anormais. Porque segundo Deleuze:

Quando o diagrama de poder abandona o modelo de soberania para fornecer um modelo disciplinar, quando se torna ‘bio-poder’, ‘bio-política’ das populações, controlo e gestão da vida, é certamente a vida que surge como novo objeto do poder. Então, o direito renuncia cada vez mais àquilo que constituía o privilégio do soberano, o direito de mandar matar (pena de morte), mas deixa que se produzam mais hecatombes e genocídios: não por um retorno ao velho direito de matar, mas, pelo contrário, em nome da raça, do espaço vital, das condições de vida e de sobrevivência de uma população que se julga melhor, e que trata o seu inimigo já não como o inimigo jurídico do antigo soberano, mas como um agente tóxico ou infeccioso, uma espécie de ‘perigo biológico’. **Deste modo, ‘é pelas mesmas razões’ que a pena de morte tende a ser abolida, e que os holocaustos**

umentam, testemunhando melhor a morte do homem (DELEUZE, 2005, p. 124, grifo nosso).

A biopolítica apresentada a partir de Foucault tem seu ponto máximo de articulação e convergência no campo de concentração como é exposto por Agamben. Os processos e as novas configurações e faces do racismo encontram seus produtos máximos e operacionalizam os limites de eliminação e de extermínio naquelas vidas abandonadas e banidas como o Homo Sacer, a vida nua. O campo é o limiar, o paradigma do Estado-nação moderno. Como Negri e Hardt (1999, p. 69) afirmam: “o campo de concentração, ou na verdade o mecanismo combinado de isolamento e destruição em massa do inimigo, de qualquer identidade contrária, constitui o paradigma do Estado-nação moderno”. Como Negri e Hardt, pensamos que nenhum “Estado-nação” está isento do peso dos campos de concentração, que existe uma história moderna entre “internação” e “genocídio”. Pois, segundo Negri e Hardt (1999, p. 70), “na pós-modernidade, quando os poderes políticos do Estado-nação começam a declinar, podemos ver claramente esta horrível história da complementaridade que existe entre o Estado-nação e o campo”.

O campo de concentração como espaço biopolítico marcará definitivamente a modernidade e é o complexo fantasmagórico que ainda se materializa constantemente na contemporaneidade. O horror dos campos se manifestará sempre no inumano, pois este espaço é o local de sua produção. Ou como Agamben afirma: “o campo é apenas o local onde se realizou a mais absoluta *conditio inhumana* que se tenha dado sobre a terra” (AGAMBEN, 2007, p. 173). E essa condição inumana pode ser descrita pela produção do muçulmano nos campos nazistas. Os relatos dos campos sempre assombam, pois demonstram que o humano carrega consigo tanto as potencializações subjetivantes, cuja

linguagem se transforma em dádiva, quanto às despotencializações dessubjetivantes, cuja personalidade humana se transforma numa simples coisa, em algo que nem mesmo os animais são. Assim, podemos nos questionar: o que era um muçulmano, ou quem era chamado de muçulmano num campo de concentração nazista? Segundo Peter Pál Pelbart, essa vida nua pode ser descrita da seguinte forma:

Era o cadáver ambulante, era uma reunião de funções físicas nos seus últimos sobressaltos. Era um morto vivo, o homem-múmia, o homem-concha. Encurvado sobre si mesmo, este ser bestificado, sem vontade, tinha o olhar opaco, a expressão indiferente, a pele cinza pálida, fina e dura como papel, que já começava a descascar, tinha a respiração lenta, a fala muito baixa e feita a um grande custo. O muçulmano era o detido, que havia desistido de viver. Indiferente a tudo que o rodeava, exausto demais para compreender aquilo que o esperava em breve, a saber, a morte. Essa vida não humana já estava excessivamente esvaziada para que pudesse sequer sofrer. [...] Quando a vida era reduzida ao contorno de mera silhueta, como diziam os nazistas ao se referirem aos prisioneiros, eles os chamavam de *Figuren*. Figuras, manequins. Quando a vida é reduzida a isso, aparece a perversão de um poder que não elimina o corpo. Mas o mantém numa zona intermediária entre a vida e a morte. Entre o humano e o inumano. É o sobrevivente (PELBART, 2007, p. 59).

Assim, chegamos a outro limiar biopolítico que é a criação de sobreviventes entre as tecnologias de poder. Pois, Pelbart afirma consoante com Agamben, que o biopoder contemporâneo, o poder sobre a vida, faz sobreviventes, cria sobreviventes e produz sobrevida. “O biopoder contemporâneo teria essa incumbência, de produzir um espaço de so-

brevida biológica, reduzir o homem a essa dimensão residual, não humana, vida vegetativa [...]” (PELBART, 2007, p. 59). A produção biopolítica do inumano é a sobrevida, é a politização da vida nua, é a “vida humana reduzida ao seu mínimo biológico, é a vida sem forma, reduzida ao mero fato biológico” (PELBART, 2007, p. 59). As implicações de tais conclusões são assombrosas, pois o muçulmano que seria o limiar mais aberrante, mais indescritível, habitante de um campo histórico longínquo, os campos nazistas, agora é o paradigma biopolítico contemporâneo que somos todos nós. Pois, segundo Pelbart:

Bruno Bettleheim, um psicanalista conhecido que trabalhou com autistas, foi sobrevivente do campo de concentração na Alemanha chamado Buchenwald. E quando descreve o comandante do campo de concentração, ele o qualifica como uma espécie de muçulmano. Bem alimentado e bem vestido. Ora, como é possível? O carrasco é ele também um cadáver vivo, habitando essa zona intermediária entre o humano e o inumano. Essa máquina biológica desprovida de sensibilidade e de excitabilidade nervosa. A condição de sobrevivente, de muçulmano, é um efeito generalizado do biopoder contemporâneo. Ele não se restringe aos regimes totalitários, ele inclui plenamente a democracia ocidental, a sociedade de consumo, o hedonismo de massa, a medicalização da existência. Em suma, a abordagem biológica da vida em uma escala ampliada (PELBART, 2007, p. 60).

Assim, as palavras de Pelbart abrem margens para pensarmos a vida nua num contexto mais amplo. A degradação, ou dessubjetivação do indivíduo, ocorre tanto fisicamente quanto psicologicamente. Ocorre psicologicamente independente dos aspectos físicos. O muçulmano, limiar entre *bíos* e *zoé*, parece apontar nessa direção complexa.

2 A vida nua e os dispositivos

Existe uma problemática sobre o conceito de biopolítica que precisa ser esclarecida, pois gera inúmeras confusões entre o pensamento de Michel Foucault e Giorgio Agamben. E no nosso entendimento, tal problemática atravessa justamente o conceito de dispositivo. Porque Foucault deixa claro que a biopolítica é um fenômeno que começa a emergir nos séculos XVIII e XIX. E tal fenômeno está associado ao surgimento da “população” como técnica de poder. Quando tais acontecimentos históricos começam a se desenrolar, a sexualidade, o sexo dos indivíduos, começa a ganhar uma importância que não existia antes. Deixa-se de falar sobre o sexo como algo simplesmente condenável ou tolerável e passa-se a falar do sexo como algo que é preciso gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo. Segundo Foucault, o sexo “não se julga apenas, administra-se. Sobreleva-se ao poder público; exige procedimentos de gestão; deve ser assumido por discursos analíticos” (FOUCAULT, 1988, p. 31). O sexo é investido de prioridades políticas que outrora na Idade Média e na Antiguidade não existiam. O dispositivo da sexualidade vai se caracterizar e se formar justamente neste momento histórico.

A definição de dispositivo em Foucault possui convergência com o termo *dispositio* que Agamben identifica como um termo utilizado pelos teólogos da igreja na Idade Média. A convergência entre os conceitos utilizados por Foucault e os teólogos possui em comum a referência a uma *oikonomia*, isto é, “a um conjunto de práxis, de saberes, de medidas, num sentido que supõe útil, os gestos e os pensamentos dos ho-

mens” (AGAMBEN, 2009, p. 39). Assim, tanto em Foucault quanto em Agamben, o dispositivo carrega em si uma característica de ingerência, de intervenção, de gestão de determinadas práticas e condutas. E nesta perspectiva, Agamben vai além, pois os dispositivos carregariam também a capacidade ou, na verdade, os dispositivos estariam imbricados nos processos de subjetivação e hominização, processos que possibilitaram tornar “humano” os animais que classificamos sobre a rubrica “*homo sapiens*”. Consequentemente, existe uma correlação entre os dispositivos e a vida, ou seja, a transformação da vida animal do homem em vida humana politicamente qualificada. E essa correlação é muito mais antiga do que pensamos.

O dispositivo em Agamben torna o conceito de biopolítica em algo mais complexo. Ou na verdade, o que percebemos nos escritos agambenianos sobre a biopolítica é que o filósofo italiano expande o conceito para outros campos de entendimento, ampliando-o para além das concepções restritas de regulamentações e normas. O dispositivo biopolítico também é isso, pois ele não exclui sua característica de gestão, de *oikonomia*, mas também o dispositivo é algo que está para além ou aquém destas características, produzindo os processos de hominização, participando deles e neles intervindo. Assim, quando Agamben afirma que os dispositivos implicam processos de subjetivação, ou seja, devem produzir o sujeito, então temos a correlação primordial entre o pensamento do filósofo italiano e o do filósofo francês. A biopolítica é a responsável por produzir a vida nua, assim como ela vai produzir o indivíduo, o anormal e o Homo Sacer. E tal produção é possível por causa das cesuras do corpo biológico. É o processo de fabricação social das subjetivações e também das dessubjetivações que implicam diretamente a maneira como os dois filósofos se apropriam do conceito bio-

política. Mas no caso agambeniano, o dispositivo produzira também a própria vida humana.

As cesuras do corpo biológico atravessam a problemática que envolve o conceito de vida. O próprio Agamben (2011) adverte que na nossa cultura, uma das primeiras e mais instrutivas observações é o fato de o conceito de vida nunca aparecer definido enquanto tal. Segundo o filósofo italiano, o que assim permanece indeterminado surge, porém, a cada vez, articulado e dividido através de uma série de oposições e de cesuras que o investem de uma função estratégica decisiva em âmbitos aparentemente tão distantes como a filosofia, a teologia, a política e, apenas mais tarde, a medicina e a biologia. “Tudo se passa, então, como se, na nossa cultura, a vida fosse aquilo que não pode ser definido, mas que, precisamente por isso, deve ser incessantemente articulado e dividido” (AGAMBEN, 2011, p. 25). De acordo com o filósofo italiano, na história da filosofia, esta articulação estratégica do conceito de vida tem um ponto crítico e trata-se de quando, no *De anima*, Aristóteles (2006, p. 74) isola, de entre os vários modos nos quais o termo “viver” se diz, um mais geral e dos demais separável.

O interessante na concepção aristotélica e que será marcante nas análises agambenianas, é que o filósofo grego já atribuía cesuras à vida. Ou seja, a vida já era pensada como algo particionado, dividido. E marcante também na sua concepção é que dos vários modos nos quais o viver se diz, um se separa dos outros e se aprofunda para se tornar o princípio através do qual a vida pode ser atribuída a um certo ser. Aristóteles de forma alguma define o que seja a vida, limita-se a decompô-la a partir do isolamento da função nutritiva. De acordo com Agamben (2011), o que Aristóteles separa e divide é a vida nutritiva, que é precisamente o que permite construir a unidade da vida como articula-

ção hierárquica de uma série de faculdades e oposições funcionais. O isolamento da vida nutritiva constitui um acontecimento fundamental para a ciência ocidental. A vida nutritiva não é nada menos que a vida orgânica que definirá a vida animal como uma sucessão habitual de assimilações e excreções, bem como, traçará o fundo obscuro sobre o qual se destaca a vida dos animais superiores. É nesta perspectiva, de acordo com Agamben, que para Xavier Bichat é como se em cada organismo superior convivessem dois animais:

l'animal existant au-dedans (o animal existente dentro), cuja vida – que Bichat define como “orgânica” - não é senão a repetição de uma série de funções, por assim dizer, cegas e desprovidas de consciência (circulação do sangue, respiração, assimilação, excreção, etc.); e *l'animal vivant au-dehors* (o animal vivo do lado de fora, cuja vida – a única que, para Bichat, merece o nome de ‘animal’ – é definida através da relação com o mundo exterior. No homem, estes dois animais coabitam, mas não coincidem: a vida orgânica do animal-de-dentro começa no feto antes da vida animal e, no envelhecimento e na agonia, sobrevive à morte do animal-de-fora (AGAMBEN, 2011, p. 27).

Aqui encontramos o entrelaçamento do jogo da vida biológica e espiritual do homem, entre seu viver animal e o seu viver humano. Tal perspectiva e identificação estratégica entre funções da vida vegetativa e funções da vida de relação é a chave para o desenvolvimento da medicina moderna. Os sucessos da cirurgia moderna e da anestesia baseiam-se precisamente na possibilidade de dividir e, juntamente, articular os dois animais, o de dentro e o de fora. Nesta perspectiva, as contribuições de Foucault sobre o Estado moderno ganham significado, pois é a partir do século XVII, que este começa a incluir entre as

suas competências essenciais o tratamento da vida das populações e transforma assim a sua política em biopoder. E será, sobretudo, através de uma progressiva generalização e redefinição do conceito de vida vegetativa (que coincide agora com o patrimônio biológico da nação) que o Estado realizará a sua vocação. Para Agamben, ainda hoje, nas discussões sobre a definição *ex lege* (da lei) dos critérios da morte clínica, é uma identificação ulterior desta “vida nua – desprovida de qualquer atividade cerebral e, por assim dizer, de qualquer sujeito – a decidir se um certo corpo pode ser considerado vivo ou deve ser abandonado à extrema peripécia dos transplantes” (AGAMBEN, 2011, p. 28).

Segundo o filósofo italiano, a divisão da vida em vida vegetal e vida de relação, orgânica e animal, animal e humana passa agora, sobretudo, no interior do vivente homem como uma fronteira móvel e, sem esta íntima cesura, não seria provavelmente possível a própria decisão acerca do que é humano e do que o não é. É apenas porque algo como uma vida animal foi separada no interior do homem, apenas porque a distância e a proximidade com o animal foram medidas e reconhecidas, sobretudo no mais íntimo e próximo, que é possível opor o homem aos outros seres vivos e, juntamente, organizar a complexa e nem sempre edificante – economia das relações entre os homens e os animais. E segundo Agamben, se isto é verdade, se a cesura entre o humano e o animal passa, sobretudo, no interior do homem, então é a própria questão do homem – e do “humanismo” – que deve ser posta de um novo modo. Na nossa cultura, o homem foi sempre pensado enquanto articulação e conjunção de um corpo e de uma alma, de um vivente e de um *logos*, de um elemento natural (ou animal) e de um elemento sobrenatural, social ou divino.

Portanto, na perspectiva agambeniana, devemos, pelo contrário, aprender a pensar o homem como aquilo que resulta da desconexão destes dois elementos e investigar não o mistério metafísico da conjunção, mas aquele prático e político da separação. O que é o homem, se este é sempre o lugar – e, simultaneamente, o resultado – de divisões e cesuras incessantes? Assim, segundo Agamben, trabalhar sobre estas divisões, interrogarmo-nos sobre o modo como – no homem – “o homem foi separado do não-homem e o animal do humano, é mais urgente do que tomar posição sobre as grandes questões, sobre os supostos valores e direitos humanos” (AGAMBEN, 2011, p. 29).

As análises sobre as cesuras do corpo biológico permitem compreendermos a temática biopolítica agambeniana. Isso não quer dizer que não existam singularidades e particularidades nos determinados fenômenos associados ao aparecimento do biopoder, como os caracterizou Michel Foucault, como no surgimento de determinados saberes-poderes, como por exemplo, as ciências demográfica e estatística, cuja emergência historicamente somente ocorre a partir dos séculos XVII, XVIII e XIX. Tais singularidades e particularidades na emergência desses saberes-poderes provocam uma metamorfose em torno dos processos bio-reguladores, pois o surgimento das populações vai estar diretamente associado a tais processos. Ou seja, os dispositivos de segurança, que vão dar origem às populações, não existiam prioritariamente na época em que Agamben identifica o conceito de *dispositio* dos teólogos da igreja. O que existia na época dos teólogos é o termo *oikonomia*, uma tecnologia de poder que servia como controle, como ingerência do governo dos homens por parte dos poderes divinos. Assim, os teólogos tinham uma preocupação na tentativa de responder ao problema do governo celestial e do governo dos homens influenciado

por esse governo celestial. Algo que implicava diretamente a vida dos homens, pois era preciso esclarecer exatamente como um Deus em três pessoas ordenava o mundo sendo e continuando a ser um único Deus.

A biopolítica nessa concepção não é a mesma biopolítica foucaultiana. Pois, para Foucault, os dispositivos que permitiram o biopoder emergir ainda não estavam formados completamente, ou seja, os saberes-poderes, que constituíram o termo população, não existiam. Os dispositivos de segurança que permitem o termo população emergir não foram desenvolvidos ao ponto da vida humana se caracterizar como espécie humana. Pois, segundo Foucault, a dimensão pela qual a população se insere entre os outros seres vivos é a que vai aparecer e que será sancionada quando os homens deixarem o termo “gênero humano” e o substituírem pelo termo “espécie humana”. A população é, “de um lado, a espécie humana e, de outro, o que se chama de público” (FOUCAULT, 2008, p. 98). Assim, a população é “tudo o que vai se estender do arraigamento biológico pela espécie à superfície de contato oferecida pelo público” (FOUCAULT, 2008, p. 99). Tais noções somente emergem historicamente a partir do século XVII e XVIII. O termo público, noção capital no século XVIII, é a população:

Considerada do ponto de vista das suas opiniões, das suas maneiras de fazer, dos seus comportamentos, dos seus hábitos, dos seus temores, dos seus preconceitos, das suas exigências, é aquilo sobre o que se age por meio da educação, das campanhas, dos convencimentos. [...] Da espécie ao público: temos aí todo um campo de novas realidades, novas realidades no sentido de que são, para os mecanismos de poder, os elementos pertinentes, o espaço pertinente no interior do qual e a propósito do qual se deve agir (FOUCAULT, 2008, p. 98-99).

Tal realidade não é a realidade do mundo medieval. Uma realidade ainda permeada pela fisiologia do sagrado, no qual o homem era um ser superior entre os demais seres vivos. O homem era o vivo-sagrado. Mas tal realidade também não está completamente distante do ordenamento administrativo da *oikonomia*, porque mesmo sendo um ser superior aos outros seres vivos, o homem não escapava aos controles divinos. Era preciso determinar como funcionavam os controles terrenos e, principalmente, era preciso fazer com que tais controles se efetivassem. Daí é que podemos perceber como Foucault vai encontrar no poder pastoral a origem de um saber-poder que vai se secularizar e vai se transformar num processo de governamentalidade na modernidade e na contemporaneidade. Para o filósofo francês, o conceito de governamentalidade é o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica de poder, muito complexa, que “tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança” (FOUCAULT, 2008, p. 143).

Agamben, quando trata da politização da vida nua, ele encontra, na perspectiva aristotélica de oposição entre *zoé* (o simples fato de viver comum a todos os seres vivos) e *bíos* (forma ou maneira de viver própria de um indivíduo ou de um grupo), o fragmento biopolítico isolado que perpassa toda construção política do Ocidente. A politização da vida nua é uma tarefa metafísica por excelência, “na qual se decide da humanidade do vivente homem” (AGAMBEN, 2007, p. 16), ou seja, a estrutura da vida já fazia parte de um complexo emaranhado de saberes-poderes que permitiam a construção política da *pólis* já na antiguidade grega. A articulação entre o ser vivente e o *logos* é o limiar político dessa estrutura

da vida e desse emaranhado de saberes-poderes. Ou seja, politicamente qualificada para os gregos não era a *zoé*, a vida natural, mas a *bíos*, a vida que permitia a própria fundação da *pólis*. Pois, segundo Agamben, a política existe porque “o homem é o vivente que, na linguagem, separa e opõe a si a própria vida nua e, ao mesmo tempo, se mantém em relação com ela numa exclusão inclusiva” (AGAMBEN, 2007, p. 16).

Assim, é nesta perspectiva, que segundo Agamben, a tese foucaultiana da biopolítica precisa ser ampliada ou integrada à concepção da exceção que se torna em todos os lugares a regra geral. Porque a vida nua, que era originariamente separada da vida qualificada, com a exceção como regra geral, tal vida nua vai progressivamente coincidir com o espaço político, e vida nua e vida qualificada, exclusão e inclusão, externo e interno, direito e fato, ou seja, *zoé* e *bíos* vão entrar em uma zona de irreduzível indistinção.

O ponto central de toda discussão agambeniana é o conceito de “vida nua”, vida *sacra*, a politização da vida natural, a qual atravessará as problemáticas que envolvem as democracias contemporâneas. De acordo com Agamben, vida nua é a força e, ao mesmo tempo, a íntima contradição da democracia moderna: “ela não faz abolir a vida sacra, mas a despedaça e dissemina em cada corpo individual, fazendo dela a aposta em jogo do conflito político” (AGAMBEN, 2007, p. 130). Ou seja, as descobertas das ciências médico-normalizadoras e humanas sobre a vida de todos os seres vivos, não contribuíram para transformar a vida humana num direito imprescritível. Mas tais ciências permitiram que o dispositivo de Exceção (Estado de Exceção) capturasse a vida e, como consequência, podendo sujeitá-la até a morte.

Nesse contexto, a vida biológica transformada em paradigma contemporâneo será absorvida tanto pela política quanto pelo direito

sempre dentro de uma zona de anomia e de indeterminação. O poder soberano se articulará cada vez mais com a vida nua, tudo o que lhe diz respeito será do interesse do Estado Moderno. Agamben apresenta esta perspectiva quando problematiza o conceito jurídico do “Habeas corpus”, que é predominante nas democracias ocidentais. Aqui temos a emergência do conceito biopolítica agambeniano, que não se encontra nas técnicas médico-normalizadoras, mas nas técnicas jurídico-políticas. Segundo Agamben, o “Habeas corpus” é o primeiro registro da vida nua como novo sujeito político. O “*Habeas corpus*” é um artifício jurídico que preserva a integridade física dos indivíduos, garantindo que ninguém seja sentenciado à revelia. A necessidade de um corpo perante o tribunal para ser julgado dava aos indivíduos o direito de terem um julgamento justo e obrigava o estado a conservar a sua vida até a sentença. Este artifício jurídico nasce como luta contra os governos absolutistas. Mas de acordo com Agamben, tal procedimento jurídico na “nascente democracia europeia colocava no centro de sua luta contra o absolutismo não *bíos*, a vida qualificada de cidadão, mas *zoé*, a vida nua em seu anonimato, apanhada, como tal, no *bando soberano*” (AGAMBEN, 2007, p. 130). Tal característica jurídica sobre a vida nua torna-se preponderante para a constituição dos tratados políticos do Estado Moderno.

É nesse ponto, que a teoria foucaultiana e a teoria agambeniana se cruzam, pois se Foucault pensava que a vida somente começou a fazer parte dos cálculos e previsões do poder estatal nos séculos XVIII e XIX como vida útil, *homo laborans* na concepção de Hannah Arendt (2010), ou seja, como vida transformada em espécie humana, na verdade, a própria vida humana enquanto distinta dos outros animais já era algo exclusivo-inclusivo nos processos político-jurídicos antigos através dos

dispositivos, ou seja, exclusivo-inclusivo entre o ser vivente e o *logos*. Quando as técnicas de poder fazem surgir o fenômeno “população”, no século XVIII, como problema econômico e político, população-riqueza, população mão-de-obra ou capacidade de trabalho, população em equilíbrio entre seu crescimento próprio e as fontes de que dispõe, quando isso começa a se *desenvolver*, o que está também ocorrendo de fato, é que a exceção estava se tornando a regra geral, ou seja, zoé e bíos estavam entrando numa zona de indistinção. Os dispositivos estavam transformando toda a lógica dos processos de subjetivação e, conseqüentemente, dos processos de dessubjetivação.

As contribuições agambenianas que envolvem o conceito de vida e a própria definição ou indefinição da espécie “*Homo Sapiens*”, tornam-se interessantíssimas. Pois, como o conceito de vida que parece ser indefinido, o conceito de “*Homo*” que enquadraria a espécie humana também é indefinido. “*Homo sapiens* não é, portanto, nem uma substância nem uma espécie claramente definida: é antes **uma máquina ou um artifício para produzir o reconhecimento do humano**” (AGAMBEN, 2011, p. 44, grifo nosso). Nesta perspectiva, a relação que atravessa o reconhecimento do humano vai implicar o reconhecimento do inumano. De acordo com Agamben, *Homo* é um animal constitutivamente “antropomorfo”, que deve, para ser humano, reconhecer-se num não-homem. As implicações da produção do humano através da oposição homem/animal, humano/inumano atravessam uma zona de indeterminação e a máquina antropológica funciona necessariamente através de uma exclusão (que é já, ainda e sempre, uma captura) e de uma inclusão (que é já, ainda e sempre, uma exclusão). Precisamente porque, de fato, o humano está, à partida, já pressuposto. A máquina “produz, na realidade, **uma espécie de estado de exceção,**

uma zona de indeterminação na qual o fora não é senão a exclusão de um dentro e o dentro, por sua vez, apenas a inclusão de um fora” (AGAMBEN, 2011, p. 57, grifo nosso). Tal exclusão ou inclusão perpassa a caracterização do humano como distinto do animal pelo atributo divino ou não da linguagem. Dentro da máquina antropológica, é a linguagem que caracterizaria e descaracterizaria o humano. Mas tal atributo está imerso dentro da zona de indeterminação, a qual não permite sua definição e determinação.

Segundo o filósofo italiano, nos séculos XVII, XVIII e XIX, a máquina dos modernos funciona excluindo de si como não (ainda) humano um já humano, isto é, animalizando o humano, isolando o não-humano no homem: o homem-macaco. E já no século XX, avançando o nosso campo de investigação algumas décadas e, em vez deste inócuo achado paleontológico, teremos o judeu, ou seja, o não-homem produzido no homem, ou o *néomort* e o ultracomatoso, ou seja, o animal isolado no próprio corpo humano.

E na perspectiva agambeniana, perfeitamente simétrico é o funcionamento da máquina dos antigos. Se, na máquina dos modernos, o fora é produzido através da exclusão de um dentro e o inumano animalizando o humano; na máquina dos antigos, o dentro é obtido através da inclusão de um fora, o não-homem através da humanização de um animal: o macaco-homem, o *enfant sauvage* ou *Homo ferus*, mas também, e sobretudo, o escravo, o bárbaro, o estrangeiro como figuras de um animal em forma humana. “Ambas as máquinas podem apenas funcionar instituindo no seu centro uma zona de indiferença na qual deve acontecer [...] a articulação entre o humano e o animal, o homem e o não-homem, o falante e o vivente” (AGAMBEN, 2011, p. 57-58).

Segundo o filósofo italiano, como qualquer espaço de exceção, esta zona está, na verdade, perfeitamente vazia, e o verdadeiramente humano, que aí deveria acontecer, é tão somente o lugar de uma decisão incessantemente atualizada, em que as cesuras e a sua rearticulação são sempre de novo “des-locadas” e movidas. “Aquilo que deveria assim ser obtido não é, afinal, nem uma vida animal nem uma vida humana, mas apenas uma vida separada e excluída de si mesma – tão somente uma vida nua” (AGAMBEN, 2011, p. 58).

Os elementos para compreensão do biopoder em Agamben são postos de maneira correlacionada entre os polos que dividem a modernidade, de um lado, e a antiguidade e o período medieval de outro. Como já afirmamos, o autor italiano percebe que as problemáticas que envolvem a “vida nua” estão presentes na história ocidental desde os gregos. E se na antiguidade a articulação atravessava o dentro e o fora na tentativa de humanização do animal, do escravo, do bárbaro, do estrangeiro, na modernidade as articulações envolvem o fora e o dentro na tentativa de animalização do humano (do “judeu”, do “negro”, do “homossexual”, do “cigano”, do “anormal”, etc.), mas com o objetivo único da purificação do humano pela completa eliminação do animal.

Na perspectiva moderna, a eugenia não quer civilizar o escravo, o bárbaro ou o estrangeiro, quer purificar o humano com o objetivo único de cumprir através da “técnica” o que a evolução e a história não conseguiram de fato. A purificação da natureza animal pela eugenia atravessa as cesuras que a “técnica” e os dispositivos do biopoder conseguiram capturar. A eliminação do “judeu”, mas também do “negro”, do “homossexual”, do “cigano”, do “anormal”, etc., reduzindo-os à animalidade quer demonstrar que o processo antropomórfico precisa ser aperfeiçoado e que o verdadeiramente humano, caracterizado, por

exemplo, pela perfeição da raça ariana, só poderá surgir quando a animalidade for excluída por completo. A máquina antropológica é a própria consumação histórica desse processo de cisão que opõe o homem ao animal possibilitando a criação das anomalias inumanas, cujo lugar por excelência de suas manifestações é o campo, o ilocalizável que se efetiva quando a exceção torna-se a regra.

A exceção é uma tecnologia de governo, é uma técnica de poder que opera exclusivamente na modernidade e na contemporaneidade em terreno biopolítico e disciplinar. Podemos perceber isso perfeitamente nos exemplos que Foucault nos fornece no seu livro “Vigiar e Punir” sobre o tratamento e as técnicas desenvolvidas na tentativa de resolver os problemas ligados a dois fenômenos: a peste e a lepra. O fenômeno da peste, todo o tratamento desenvolvido e as técnicas de controle criadas para regulamentar as ações contra o mal, a doença que se alastrava e infectava todo o corpo social, colocando em risco todos os indivíduos, a população, tudo isso, segundo Foucault, “constitui um modelo compacto do dispositivo disciplinar” (FOUCAULT, 2004b, p. 163). Controle e ingerência dos indivíduos, essa é uma das funções primordiais dos dispositivos. De acordo com filósofo francês, por causa da peste, era necessário o registro do patológico constante e centralizado. A ingerência da peste era a relação de cada um com sua doença e sua morte que deveria passar “pelas instâncias do poder, pelo registro que delas é feito, pelas decisões que elas tomam” (FOUCAULT, 2004b, p. 163). Mas observe, o modelo da peste é um modelo inclusão-exclusão, os indivíduos são excluídos do corpo social sendo guarnecidos, incluídos na sociedade por meio da quarentena, do toque de recolher, no interior da própria cidade. Ninguém é autorizado a sair de casa, aqueles que não cumprirem as medidas protetivas podem ser julgados e condenados à morte.

Já o fenômeno da lepra vai ter uma resposta social diferente. A ingerência do modelo leproso será a exclusão-inclusão. Exclui-se o indivíduo leproso do meio social incluindo numa massa amorfa: “o leproso é visto dentro de uma prática da rejeição, do exílio-cerca; deixa-se que se perca lá dentro como numa massa que não tem muita importância diferenciar” (FOUCAULT, 2004b, p. 164). Mas os pestilentos, segundo Foucault, são considerados dentro de um policiamento tático metuculoso onde “as diferenciações individuais são os efeitos limitantes de um poder que se multiplica, se articula e se subdivide” (FOUCAULT, 2004b, p. 164). Então, a lepra representa o modelo do grande fechamento e a peste o modelo do bom treinamento. Uma está pautada no fundo no modelo da simples exclusão, a outra no modelo disciplinar, de uma futura sociedade disciplinar. Para Foucault, a peste “é a prova durante a qual se pode definir idealmente o exercício do poder disciplinar” (FOUCAULT, 2004b, p. 164-165). O interessante é que Foucault vai perceber que os dois modelos não são incompatíveis. Lentamente, dentro dos processos históricos, os modelos se aglutinam.

O modelo da peste e o modelo da lepra vão constituir os dois pares de articulação das disciplinas. Mas pensando de uma forma mais complexa, a concepção foucaultiana de inclusão-exclusão e vice-versa, vai demonstrar a própria manifestação da exceção como realidade imbricada dentro dos processos disciplinares. E não é somente uma realidade oculta, mas é ao mesmo tempo uma realidade aparente do mecanismo disciplinar, como se fossem as duas faces de uma mesma moeda. A exceção presente nos modelos da peste e da lepra revela que os dispositivos, que sua ingerência sobre os indivíduos, atuam ora incluindo dentro dos processos de normalização (subjetivações dos corpos dóceis), ora excluindo dentro de processos de anormalização (dessubjetivações que atravessam o

banimento e o abandono do ser) e, como consequência, autorização da eliminação e do extermínio desses indivíduos. Como isso de fato ocorre? E como é possível compreender tal relação dentro de um processo mais complexo que envolve as disciplinas, a biopolítica e o Estado de exceção? E nesse caso, como é possível entender a tese agambeniana como complementação do pensamento foucaultiano sobre a biopolítica cuja caracterização, dentro do processo histórico moderno e contemporâneo, é a exceção como regra geral?

Primeiramente, os modelos da peste e da lepra permitem associar as disciplinas com a exceção. Como isso ocorre? Seguindo Foucault, o filósofo percebe que o século XIX aplica ao espaço de exclusão de que o leproso era o habitante simbólico (e os mendigos, os vagabundos, os loucos, os violentos formavam a população real) “a técnica de poder própria do ‘quadriculamento’ disciplinar” (FOUCAULT, 2004b, p. 165). Os leprosos começaram a ser tratados como pestilentos. O que significa isto, tratar os leprosos como pestilentos? Segundo Foucault:

Tratar os “leprosos” como “pestilentos”, projetar recortes finos da disciplina sobre o espaço confuso do internamento, trabalhá-lo com os métodos de repartição analítica do poder, individualizar os excluídos, mas **utilizar processos de individualização para marcar exclusões** — isso é o que foi regularmente realizado pelo poder disciplinar desde o começo do século XIX: o asilo psiquiátrico, a penitenciária, a casa de correção, o estabelecimento de educação vigiada, e por um lado os hospitais, de um modo geral todas as instâncias de controle individual funcional num duplo modo: o da divisão binária e da marcação (louco-não louco; perigoso-inofensivo; normal-anormal); e o da determinação coercitiva, da repartição diferencial (quem é ele; onde deve estar; como caracterizá-lo, como reconhecê-lo; como exercer sobre ele, de maneira indivi-

dual, uma vigilância constante, etc). De um lado, “pestilentam-se” os leprosos; impõem-se aos excluídos a tática das disciplinas individualizantes; e de outro lado a universalidade dos controles disciplinares permite marcar quem é “leproso” e **fazer funcionar contra ele os mecanismos dualistas da exclusão. A divisão constante do normal e do anormal, a que todo indivíduo é submetido**, leva até nós, e aplicando-os a objetos totalmente diversos, a marcação binária e o exílio dos leprosos; a existência de todo um conjunto de técnicas e de instituições que assumem como tarefa medir, controlar e corrigir os anormais, faz funcionar os dispositivos disciplinares que o medo da peste chamava. Todos os mecanismos de poder que, ainda em nossos dias, são dispostos em torno do anormal, para marcá-lo como para modificá-lo, compõem essas duas formas de que longinquamente derivam (FOUCAULT, 2004b, p. 165, grifo nosso).

O tratamento das articulações “pestilento-leproso” faz emergir as combinações possíveis dos processos de anormalização. Tais processos são combinados com os processos normalizadores na tentativa de normalizar o anormal. Mas como isso ocorre dentro dos processos de individualização? Ocorre porque o indivíduo anormal emerge como singularidade excluída, já banida e abandonada. A exclusão é a característica principal do anormal; seu núcleo, seu DNA, sua realidade somente existe e se efetiva através dos mecanismos dualistas da exclusão. Vimos anteriormente, que um ponto de encruzilhada entre Foucault e Agamben se encontra na característica primordial dos dispositivos que são técnicas de ingerência, de gestão e, conseqüentemente, produção e fabricação de subjetividades. As disciplinas quando articulam o pestilento com o leproso fabricam, portanto, dessubjetivações anormais e a exceção faz o mesmo processo quando ativa o dispositivo do Estado

de Exceção. Nesse contexto, com as cesuras do corpo biológico, com a máquina antropológica, a vida nua emerge como vida politizada, pura *zoé*; vida enquanto forma natural, vida nutritiva ou vegetativa. E isso somente é possível porque as técnicas médico-normalizadoras já estão se operacionalizando. A articulação possível, através das técnicas médico-normalizadoras, é sempre na ingerência dos anormais, no controle dos indesejados, dos inassimiláveis. Quando tais processos chegam ao seu ápice, ou seja, quando os processos normalizadores não podem ser mais aplicados para normalizar o anormal, o destino do anormal é traçado e o único caminho possível é a sua eliminação.

Isso porque na ingerência que atravessa os normais e os anormais, sempre existiram e sempre existirão aqueles que são incompatíveis e inassimiláveis. Ou como diria Agamben, “toda a sociedade fixa este limite, toda sociedade – mesmo a mais moderna – decide quais sejam os seus ‘homens sacros’” (AGAMBEN, 2007, p. 146). Ou seja, toda a sociedade decide quais são seus “Homo Sacer”, até mesmo as nossas sociedades contemporâneas. A frase agambeniana expressa a realidade que atravessa a vida de cada um de nós, pois é possível que esse limite, do qual depende a politização e exceção da vida natural na ordem jurídica estatal, passe hoje – no novo horizonte biopolítico dos estados de soberania nacional – necessariamente ao interior de toda vida humana e de todo cidadão. Porque “a vida nua não está mais confinada a um lugar particular ou em uma categoria definida, mas habita o corpo biológico de cada ser vivente” (AGAMBEN, 2007, p. 146).

O dispositivo disciplinar e o dispositivo da exceção na modernidade e na contemporaneidade estão imbricados dentro desses processos de anomia dos indivíduos. E como fica a biopolítica? Vimos que para Agamben, a biopolítica é antiga, ou seja, a preocupação sobre a vida

através dos poderes político-sociais não é algo exclusivo da modernidade. O poder pastoral é um exemplo disso, é um governo dos homens, uma prática de governamento exclusiva direcionada para a administração das condutas dos homens. Mas é óbvio que na modernidade ocorre uma transformação sem precedentes quando surgem as técnicas médico-normalizadoras. Com o surgimento da população, segundo Foucault, os governos percebem que não têm que lidar simplesmente com sujeitos, nem mesmo com um “povo”, porém com uma “população”, “com fenômenos específicos e suas variáveis próprias: natalidade, morbidade, esperança de vida, fecundidade, estado de saúde, incidência das doenças, forma de alimentação e de habitat” (FOUCAULT, 1988, p. 31). Tais fenômenos somente são passíveis de análise porque são fabricados pelas técnicas médico-normalizadoras.

E como surgem tais técnicas, ou na verdade, como se operacionalizam? Qual é o ponto de inflexão? Qual é o ponto que permite o contato entre as disciplinas, o biopoder e o Estado de Exceção? O ponto é o dispositivo da sexualidade. Este dispositivo vai estabelecer o ponto de encruzilhada, vai operacionalizar a ingerência dos anormais. E a medicina vai ser a ciência da anormalização. É a medicina, a medicalização do mundo humano, que vai permitir o controle absoluto sobre a vida e sobre a morte. O dispositivo da sexualidade vai ser operacionalizado pela medicina. Os saberes advindos desse campo do conhecimento humano vão permitir a ingerência da vida nos seus recantos mais profundos. O limiar último da vida, a zoé, a vida nua, vai ser gestada pela ciência médica. E segundo Foucault, a operacionalização do dispositivo da sexualidade atravessa a psiquiatrização do prazer perverso. A sexualidade do indivíduo, sua psiquiatrização, todas as suas condutas, serão marcadas pelos processos de normalização e patologização. E tudo

isso a partir do dispositivo da sexualidade que funciona de acordo com técnicas móveis, polimorfos e conjunturais de poder. É um dispositivo que engendra uma extensão permanente dos domínios e das formas de controle sobre os corpos e sobre a sexualidade dos indivíduos. As sensações do corpo, a qualidade dos prazeres, a natureza das impressões, por tênues ou imperceptíveis que sejam; tudo isso será operacionalizado e será pertinente ao dispositivo da sexualidade. E é através de tal dispositivo, que tem como razão de ser não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada, que se estabelece o controle das populações de modo cada vez mais global. E segundo Foucault, tudo isso vai fazer emergir a sexualidade anormal. E como consequência:

As guerras já não se travam em nome do soberano a ser defendido; **travam-se em nome da existência de todos; populações inteiras são levadas à destruição mútua em nome da necessidade de viver.** Os massacres se tornaram vitais. Foi como gestores da vida e da sobrevivência dos corpos e da raça que tantos regimes puderam travar tantas guerras, causando a morte de tantos homens. [...] A situação atômica se encontra hoje no ponto de chegada desse processo: o poder de expor uma população à morte geral é o inverso do poder de garantir a outra sua permanência em vida. O princípio: poder matar para poder viver, que sustentava a tática dos combates, tornou-se princípio de estratégia entre Estados; mas a existência em questão já não é aquela – jurídica – da soberania, é outra – biológica – de uma população. Se o genocídio é, de fato, o sonho dos poderes modernos, não é por uma volta, atualmente, ao velho direito de matar; mas é porque o poder se situa e exerce ao nível da vida, da espécie, da raça e dos fenômenos maciços de população. [...] **São mortos legitimamente aqueles que constituem uma espé-**

cie de perigo biológico para os outros (FOUCAULT, 1988, p. 149-150, grifo nosso).

E não somente um perigo biológico. Pois o Homo Sacer, a vida nua, pode se materializar, se metamorfosear, e qualquer sujeito, qualquer um pode ser abandonado, pode ser capturado pelo bando soberano se transformando em vida nua aniquilável em prol da defesa da sociedade e da espécie humana. Não existem leis fixas ou universais. O que prevalece é a exceção como regra e o Estado de exceção como paradigma. x

Considerações finais

O quadro analítico que apresentamos é bastante sombrio quando paramos para associar as catástrofes genocidas e crises humanitárias do século XX e que continuam no século XXI. Foucault e Agamben não são os únicos filósofos que tratam desses aspectos discursivos, linguísticos, políticos, econômicos, culturais, etc., que apresentam a vida sob ameaça constante e, como consequência, desestabilizam todos os processos de construção das subjetividades ameaçando-as constantemente com dessubjetivações, aniquilações e extermínios em massa. Assim, o artigo é uma reflexão que não pode ser omitida, que não foi superada ainda e que nos assombra para pensarmos discursos de potência e experiências de subjetividade que possam superar tal quadro analítico, se isso ainda for possível. Portanto, por enquanto ainda estamos pesquisando alternativas ao quadro atual, ou seja, “nada é impossível ao que crer”, nada é impossível ao sentimento mais imponderável que o humano possui: a esperança.

Referências

- AGAMBEN, G. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Tradução Henrique Burigo. 2a reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- AGAMBEN, G. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Tradutor Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.
- AGAMBEN, G. *O aberto – o homem e o animal*. Tradução André Dias e Ana Bigotte Vieira. Lisboa: Edições 70, 2011.
- DELEUZE, G. *Foucault*. Tradução Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70, 2005.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Volume I. Tradução Maria T. Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Organização e tradução Roberto Machado. 20ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004a.
- FOUCAULT, M. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução Raquel Rammalheite. 29ed. Petrópolis, RJ: 2004b.
- GADELHA, S. *Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- LAZZARATO, M. *As revoluções do capitalismo*. Tradução Leonora Corsini. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- NEGRI, A; HARDT, M. Campo. *Revista Lugar Comum: estudos de mídia, cultura e democracia*, n. 7, jan.-abr. 1999, p. 69-71. Disponível em: <http://uninomade.net/wp-content/files_mf/112811120152%E2%80%9CCampo%E2%80%9D%20-%20Antonio%20Negri%20e%20Michael%20Hardt.pdf>. Acesso em: 14 out. 2016.

PELBART, P. P. Biopolítica. *Sala Preta*, Brasil, v. 7, p. 57-66, nov. 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/salapreta/article/view/57320/60302>>. ISSN 2238-3867. Acesso em: 28 abr. 2023.

VEIGA-NETO, A. *Foucault & a educação*. 3ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

Bem-estar e trabalho em *home office*: estratégias de biopoder em discursos no acontecimento da pandemia de Covid-19¹

Maria Eliza Freitas do Nascimento
Elenilda Dias de Souza Carlos
Liziane Yonara do Nascimento Barboza

Introdução

No final do ano de 2019, a população mundial foi surpreendida pelo surgimento do novo Coronavírus (SARS-CoV-2), que gerou em 2020 o acontecimento da pandemia de Covid-19, desencadeando um cenário singular na sociedade. De acordo com Nascimento; Santos (2020) Foram adotadas medidas de prevenção e controle da doença, tais como a quarentena e o isolamento social, dentre outras, para evitar a transmissão do vírus. Com isso, as rotinas das pessoas foram completamente alteradas e suas casas passaram a ser, ao mesmo tempo, lugar de trabalho, estudo e lazer.

A partir desse acontecimento surgiram inúmeras práticas discursivas que se materializaram nas mais variadas formas de produção e circulação de discursos. As atenções se voltaram não apenas para os

1. Este trabalho apresenta resultados de uma pesquisa desenvolvida no Programa de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq/UERN e dá continuidade a pesquisas anteriores, porém com o redirecionamento do *corpus* para o acontecimento da pandemia de Covid-19.

cuidados em relação ao vírus, mas também para questões que surgem a partir dessa nova rotina, ressignificando atividades em diferentes âmbitos sociais, dentre elas, as estratégias do trabalho em *home office*, que ganhou destaque nesse contexto pandêmico.

Desse modo, a mídia enquanto instância de produção de discursos, possibilita a cobertura do acontecimento da pandemia sob diversos aspectos. Podemos destacar a produção e circulação, no campo midiático, de discursos que mobilizam sentidos de autoajuda pela ênfase na orientação e instrução, através do efeito manual, com dicas para o sujeito ser mais produtivo e viver melhor. Assim, o discurso de autoajuda, de acordo com Brunelli (2011, p.133), pode ser considerado “muito mais como um conjunto de orientações, de direcionamentos do que como um convite à reflexão”. Interessa ainda pensar como os discursos são revestidos por estratégias do biopoder, na esfera individual do poder disciplinar ou no governo da população, pela biopolítica, permeados pelo cuidado de si dos sujeitos.

De acordo com o exposto, este trabalho busca analisar os discursos de autoajuda que circulam em produções midiáticas, voltados aos cuidados dos sujeitos em relação ao trabalho em *home office* e à saúde mental no acontecimento da pandemia de Covid-19, ressaltando estratégias do biopoder no cuidado de si. Nosso esforço é voltado à escavação das estratégias discursivas mobilizadas na constituição do *corpus*, que é formado por três materialidades discursivas do ambiente da mídia digital de portais e sites: a primeira, do portal *G1*, a segunda do site da *Revista Exame*, e a terceira do portal *BBC News Brasil*². As materialidades selecionadas contemplam o recorte temático proposto:

2. As referências completas dessas materialidades discursivas estão no tópico destinado às análises e nas referências do trabalho.

o trabalho em *home office* no acontecimento da pandemia de Covid-19 e sua interface com a saúde física e mental dos sujeitos.

Utilizamos como aporte teórico-metodológico a Análise do Discurso francesa, a partir da contribuição de Michel Pêcheux para discutir efeitos de sentido e interdiscurso, e Michel Foucault, destacando conceitos como: o discurso, a formação discursiva, o sujeito, as relações de poder e saber, o biopoder, o poder disciplinar, a governamentalidade e o cuidado de si, sendo primordial os estudos de Foucault para as análises do *corpus*. Apresentamos ainda discussões sobre o discurso de autoajuda e a Psicologia Positiva, importante para a construção dos efeitos de sentidos nos discursos analisados.

É então a partir da identificação das regularidades discursivas e das relações de poder que se manifestam discursivamente que desenvolvemos a análise, com base no método arqueogenalógico, fundamentado nas ideias de Foucault. Esse tipo de método se dá em uma dimensão interpretativa, buscando compreender não o que aconteceu na origem da história, mas como apareceu o objeto discursivo, a partir de que regras de formação. Assim, iremos analisar os discursos de autoajuda que envolvem os sujeitos em trabalho *home office* durante a pandemia de Covid-19. Antes, porém, discutiremos as concepções teóricas que fundamentam o trabalho.

I Reflexões teóricas: contribuições de Pêcheux e Foucault

Os estudos em Análise do Discurso (doravante AD) têm sua origem nos anos 1960 do Século XX. Entre seus precursores, está o filósofo francês Michel Pêcheux, que se destacou com a obra *Análise Automática do Discurso*. Diferente de outras abordagens linguísticas, a AD não busca estudar a língua enquanto estrutura, pois está interessada em

interpretar os efeitos de sentido e compreender as condições de produção do discurso.

Para Pêcheux, o discurso é marcado pela exterioridade, situado nas relações de forças e só existe a partir de determinadas condições de produção. Para o autor, “é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma [...] é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção” (PÊCHEUX, 1997, p. 79).

Pensar nas condições de produção inclui refletir sobre o interdiscurso. Com isso, os discursos se reformulam e se estabelecem a partir de outros discursos, funcionam envoltos “em uma rede de relações associativas implícitas [...] em uma série heterogênea de enunciados, funcionando sob diferentes registros discursivos, e com uma estabilidade lógica variável” (PÊCHEUX, 2008, p. 23).

Sob a perspectiva de Pêcheux, Orlandi (1999) explica que o objeto da Análise de Discurso não é a língua, mas o próprio discurso. Com isso, deve-se buscar a construção dos efeitos de sentidos em articulação com a língua e a historicidade, ressaltando o gesto de leitura discursiva na construção dos sentidos. De acordo com Fernandes (2005, p. 14) “quando nos referimos à produção de sentidos, dizemos que no discurso os sentidos das palavras não são fixos, não são imanentes, conforme, geralmente, atestam os dicionários. Os sentidos são produzidos face aos lugares ocupados pelos sujeitos em interlocução”.

Desse modo, uma tarefa importante para quem se propõe a estudar a AD é compreender a concepção de discurso por ela proposta e as reconfigurações permitidas pelo diálogo com outros teóricos. Assim, utilizamos as contribuições do filósofo francês Michel Foucault, a partir da obra *A arqueologia do saber* (2013). Destacamos que para o au-

tor “o discurso é constituído por um conjunto de sequências de signos, enquanto enunciados, isto é, enquanto lhes podemos atribuir modalidades particulares de existência” (FOUCAULT, 2013, p. 131) podendo ser definido segundo Foucault (2013, p. 131), como “conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação; é assim que poderei falar do discurso clínico, do discurso econômico, do discurso da história natural, do discurso psiquiátrico”.

A proposta de Foucault irá destacar um conjunto de regras, próprias da prática discursiva, que englobam uma série de elementos exteriores ao discurso. O esforço aqui é para entender as regularidades discursivas e as condições de emergência dos discursos que se referem a uma formação discursiva. Deste modo, Foucault irá defini-la da seguinte maneira:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* (FOUCAULT, 2013, p. 47. Grifo do autor).

O empenho da AD se dá, então, em identificar as formações discursivas e descrever os enunciados, considerando que os discursos são marcados pela história e atravessados por relações de poder e saber. Nesse enfoque, recorreremos à obra *A ordem do discurso*, na qual Foucault reflete sobre procedimentos de controle dos discursos. Sobre isso, o autor irá dizer que “é sempre possível dizer o verdadeiro no espaço de uma exterioridade selvagem, mas não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma ‘polícia’ discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos” (FOUCAULT, 2012, p. 34).

Essa polícia discursiva está ligada à ordem na qual um determinado discurso está inscrito. Os saberes se constituem através dos discursos considerados verdadeiros, por isso, a vontade de verdade age como procedimento de controle do discurso. Os discursos são, como já dissemos, atravessados por poderes, são controlados, como reforça Foucault (2012) ao afirmar que não é qualquer um que pode dizer qualquer coisa, em qualquer lugar, a qualquer momento.

Para entender melhor do que estamos falando, podemos destacar a estratégia discursiva, por exemplo, da mídia quando precisa de embasamento para alguma pauta: ao falar sobre saúde, recorre-se a um sujeito especialista, um médico; se o assunto é o mercado financeiro, recorre-se a um economista. Essa estratégia acontece não só nas produções midiáticas e ilustra bem essa questão do controle do discurso, quando, para ter efeito de verdade, o mesmo precisa ser proferido a partir de um lugar legitimado por um sujeito autorizado.

Entender essa posição discursiva que enuncia, requer a compreensão sobre o sujeito discursivo. Para Foucault, o sujeito é uma posição-sujeito, um lugar a ser ocupado:

[...] é uma função vazia, podendo ser exercida por indivíduos, até certo ponto, diferentes, quando chegam a formular o enunciado; e na medida em que um único e mesmo indivíduo pode ocupar, alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições e assumir o papel de diferentes sujeitos (FOUCAULT, 2013, p. 113).

Destarte, temos, por exemplo, o médico e o economista enquanto posições-sujeito, lugares inscritos em uma ordem discursiva, permeados por vontades de verdade e envoltos em relações de poder-saber que legitimam o que é dito nas práticas discursivas na sociedade. É desse

lugar que os discursos movimentam sentidos a partir de acontecimentos que constroem a história, como no tocante à pandemia de Covid-19.

Foucault ressalta que as práticas discursivas são atravessadas por múltiplos poderes. Dessa forma, é necessário discutir, a seguir, as relações de poder que, segundo Foucault, se exerce e se mantém através da produção de saberes. Dessas relações, destacamos o biopoder que está presente nas relações cotidianas e objetiva o controle do corpo e a regulamentação da população, conceitos relevantes para se analisar os discursos que tematizam o trabalho em *home office* em tempos de pandemia.

2 Governo do corpo e da população: biopoder e governamentalidade

Foucault busca analisar as relações de poder presentes nas microlutas da sociedade, difundidas em micropoderes. Para Foucault (1998), interessa saber de que regras as relações de poder se utilizam para produzir efeitos de verdade, que tipo de poder produz os discursos de verdade. O autor afirma que “em uma sociedade como a nossa, mas no fundo em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social” (FOUCAULT, 1998, p. 179).

Ao analisar as relações de poder, Foucault traça uma trajetória entre as formas de poder que acompanham as sociedades, desde o poder soberano, centralizado, baseado na vontade do rei e com punições exemplares, como os suplícios e a morte; passando pela chegada do biopoder – um poder voltado para a valorização da vida. Sendo este exercido tanto na esfera do poder disciplinar, com o advento das instituições, como escolas, hospitais e prisões, um poder baseado não mais na puni-

ção, mas na vigilância; quanto nas estratégias biopolíticas que têm por base uma tecnologia centrada no corpo-espécie, visando a regulação da população (FOUCAULT, 1999). É sobre as questões relativas ao biopoder que iremos nos debruçar, tendo em vista a sua produtividade para a análise dos discursos objeto do presente estudo.

As técnicas do poder disciplinar incidem sobre o corpo individual, visando a docilização dos sujeitos para atender a diversas finalidades. Esse efeito do poder é característico da sociedade disciplinar, tendo em vista que “interessa, assim, governar através de um exercício positivo de poder que marca a gestão, multiplicação, valorização e docilização do corpo. É preciso mantê-lo vivo, sadio, adestrado para as atividades exigidas na sociedade” (NASCIMENTO; BARACUHY, 2013, p. 81).

É importante ressaltar que a noção de corpo apresentada por Foucault não se limita à essência biológica. Trata-se de uma construção social, “um enunciado discursivo que se insere como um nó em uma rede, imerso em condições históricas e perpassado por relações de poder-saber” (NASCIMENTO; ALBUQUERQUE JUNIOR, 2017, p. 179). Sobre o corpo individual incidem as técnicas do poder disciplinar, tendo em vista que para Foucault (2014), as disciplinas são métodos que permitem o controle das operações do corpo e sujeitam suas forças, impondo uma relação de docilidade-utilidade. Segundo o autor, a disciplina:

[...]define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência) (FOUCAULT, 2014, p. 135).

Contudo, na sociedade disciplinar o poder opera, acima de tudo, sobre o corpo por meio de técnicas diversas, tornando-o produtivo, visando as demandas sociais. Entretanto, emergem outras relações de poder que versam sobre o biopoder para alcançar o governo que tem como foco a população, sendo um poder que age sobre a vida. “[...] O poder se situa e exerce ao nível da vida, da espécie, da raça e dos fenômenos maciços de população” (FOUCAULT, 1999, p.128).

Todavia, as estratégias disciplinares não são abandonadas, tendo em vista que Foucault (1999) ressalta que a disciplina nunca foi tão valorizada como a partir do momento em que se passa a governar a população. E esse governo não se refere somente a uma massa coletiva, mas a um tipo de poder que se exerce em profundidade, nos mínimos detalhes em diversos segmentos da vida e que emerge de diferentes direções (FOUCAULT, 1999). O biopoder em suas dimensões de gerir a vida, marca as estratégias sobre o corpo:

[...]no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma bio-política da população. As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois pólos em tomo dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida (FOUCAULT, 1999, p.131).

Com isso, as relações de poder sobre a vida são ampliadas com vistas a garantir, “o investimento sobre o corpo vivo, sua valorização e a gestão distributiva de suas forças” (FOUCAULT, 1999, p. 133). É o corpo que é

alvo das relações de poder e saber, já que “[...] foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica” (FOUCAULT, 1998, p. 80).

Das questões biopolíticas aparece uma das principais estratégias apontadas por Foucault (1998), a governamentalidade, a qual surge com grande relevância nesse contexto teórico para o governo da população, sendo compreendida como “o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que [...] tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança (FOUCAULT, 1998, p. 291).

Indicando um poder exercido por meio de práticas múltiplas, as estratégias de governamentalidade atuam através de campanhas e outras técnicas para atender a objetivos específicos. Desse modo, “a população aparece, portanto, mais como fim e instrumento do governo que como força do soberano; a população aparece como sujeito de necessidades, de aspirações, mas também como objeto nas mãos do governo” (FOUCAULT, 1998, p. 289). Nesse caso, a população é a referência para promover regulamentação e controle em questões biopolíticas.

As práticas discursivas cotidianas possibilitam perceber essas relações de poder e saber. Assim, os discursos que iremos analisar são permeados pelas diferentes estratégias, as quais articulam modalidades de uma relação pedagógica que orienta por meio de dicas, formas para superar e se adaptar às atividades cotidianas no espaço doméstico das atividades em *home office*.

Essas modalidades incluem práticas de escrita que disciplinam e governam os sujeitos, articulando corpo e cuidado de si. Com isso, o governo de si retoma também os cuidados que o sujeito devota a si

mesmo. Dessa forma, Foucault define o cuidado de si como “uma espécie de agulhão que deve ser implantada na carne dos homens, cravado na sua existência, e constitui um princípio de agitação, um princípio de movimento, um princípio de permanente inquietude no curso da existência” (FOUCAULT, 2010, p. 11).

O biopoder opera então na constituição dos sujeitos conduzindo a modos de ser e estar no mundo para atender a objetivos diversos. Desse modo, o cuidado de si

[...]é um constante exercício de si sobre si, numa atitude que enfoca ações e posturas também sobre os outros e o mundo, as quais levam a uma reflexão das práticas, dos modos de ser, de um olhar exterior, conduzindo a processos de subjetivação e a relação com a verdade do sujeito, uma vez que essa verdade não está no sujeito como retorno de uma espiritualidade, de uma iluminação e transfiguração do ser (NASCIMENTO; ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2017, p. 186).

A partir da mobilização de todos esses conceitos, nossa atenção se volta, então, para analisar a produção de sentidos na articulação com estratégias de biopoder, através das técnicas do poder disciplinar e da biopolítica, por meio da governamentalidade, nos discursos de autoajuda que emergem no acontecimento da pandemia de Covid-19, que são produzidos e circulam no campo midiático. Esses discursos estão voltados para os sujeitos que trabalham em *home office* no estímulo ao cuidado de si, por meio de técnicas que fomentam o bem-estar e a saúde mental, mas também a produtividade do corpo para o trabalho.

Encontrar formas para o cuidado de si, nesse período, é legitimado pela produção de sentidos em discursos que consideramos de autoajuda pelo efeito pedagógico que o perpassa, alicerçado nas relações de

poder e saber. Essa análise permite apontar com Foucault (1998, p. 179) que “estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso”. Desse modo, o exercício do poder exige uma economia dos discursos que constroem vontades de verdade e emergem a partir de regras históricas de formação dos objetos discursivos. Por isso, é importante ressaltar no acontecimento da pandemia o trabalho em *home office* e seus efeitos sobre os sujeitos, conforme destaque seguinte.

3 Corpo e saúde mental no *home office* no acontecimento da pandemia

O acontecimento da pandemia da doença chamada Covid-19, causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, fez aparecer um cenário singular que transformou o cotidiano e “[...] que alavanca medos, suscita dúvidas e incertezas e marca o lugar do sujeito na relação que ele estabelece consigo e com os outros” (NASCIMENTO; SANTOS, 2020, p. 2). A irrupção desse acontecimento forçou milhões de pessoas a mudarem suas rotinas e seus modos de vida, aderindo ao distanciamento social, como estratégia biopolítica de contenção da doença.

Dentre essas alterações, o trabalho foi uma das áreas mais afetadas. Com o objetivo de evitar aglomerações nos ambientes de trabalho e o consequente alastramento da doença, a adoção de medidas sanitárias de contenção de transmissão do vírus promoveu a adesão temporária do trabalho remoto devido à pandemia da Covid-19. Assim, muitas pessoas precisaram se adaptar à nova rotina, a partir da logística dessa modalidade de trabalho, que fez desencadear atividades de *home office*.

Bridi (et al., 2020, p. 1) em um artigo que analisa os impactos da pandemia no mercado de trabalho no Brasil afirma que “segundo o IBGE-PNAD COVID-19 em maio de 2020, eram 8.7 milhões de trabalhadores em atividade remota”, devido à pandemia de Covid-19. Os dados reiteram, via números, como a vida passa a ser condicionada pelas demandas da pandemia. Esse número é expressivo e revela também dados da nova rotina de trabalho dos sujeitos sociais, suscitando outras formas de controle mediante dados.

Nesse contexto, Bridi (et al. 2020), menciona ainda uma pesquisa desenvolvida por estudiosos da área do trabalho da Universidade Federal do Paraná (UFPR), do Grupo de Estudos Trabalho e Sociedade (GETS) com parceria da Rede de Estudos e Monitoramento Interdisciplinar da Reforma Trabalhista (REMIR), sobre as condições de trabalho em diversos segmentos e setores econômicos do Brasil no contexto pandêmico. De acordo com os resultados apontados nessa pesquisa, houve um aumento das horas diárias trabalhadas, com atividades realizadas na faixa de 6 a 7 dias por semana. Além disso, 48,45% dos respondentes consideram que o ritmo de trabalho ficou mais acelerado que no regime presencial e 25,05% dos que indicaram ter metas de produtividade em seu trabalho indicaram aumento da demanda durante o período da pandemia (BRIDI et al., 2020).

Essa rotina também influenciou na saúde mental dos sujeitos. Fazendo o recorte para a situação das pessoas em regime de *home office*, com base na pesquisa sobre Covid-19 e saúde mental no Brasil, Falcão e Santos (2021) alertam que a nova rotina de trabalho trouxe problemas como sensação de exaustão mental, estresse, sobrecarga e ansiedade, que podem contribuir para o surgimento de doenças como estresse ocupacional, transtornos de ansiedade, síndrome de burnout e depressão.

A partir desses dados e acontecimentos emergem diversas práticas discursivas. Nessa perspectiva, muitos discursos são produzidos sobre o trabalho remoto, com fins de orientar os sujeitos. Dentre essas produções discursivas, os discursos midiáticos surgem como mediadores da comunicação entre os discursos médico-científicos e a sociedade em geral, através de inúmeros enunciados propagados das mais diferentes formas, seja pela TV, rádio, propagandas, redes sociais ou meios digitais em geral. De acordo com Gregolin (2007, p. 16. grifo da autora), é possível afirmar que “[...]na sociedade contemporânea, a mídia é o principal dispositivo discursivo por meio do qual é construída uma *história do presente* como um acontecimento que tensiona a memória e o esquecimento”. A partir dessa premissa, a articulação entre os estudos da mídia e os da AD é enriquecedora para se analisar a produção dos efeitos de sentidos nos discursos que circulam no meio social.

Desse modo, a proliferação dos discursos midiáticos, que tem como objeto o trabalho em *home office* e seu atravessamento na saúde mental dos sujeitos, a partir do acontecimento da pandemia de Covid -19, possibilita selecionar desse arquivo os discursos que constroem sentidos de autoajuda e mobilizam técnicas de biopoder voltadas ao cuidado de si e à preservação da saúde e da vida. Realizamos a seguir, a leitura discursiva, a partir do *corpus* selecionado da ordem dos discursos da mídia digital.

4 É possível ser feliz no *home office*?

O discurso de autoajuda na esteira do sentido

Os discursos estão sempre articulados a diferentes condições de emergência, às quais devemos nos atentar não para procurar sua origem, mas para perceber as regularidades, as regras de formação na cons-

trução do objeto discursivo. Por sua vez, “[...]as regras de formação são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva” (FOUCAULT, 2013, p. 47). Sendo assim, vale ressaltar que as práticas discursivas aqui mobilizadas, compreendidas pelo efeito de sentido de autoajuda, mobilizam o governo do outro em articulação com o biopoder, estimulando estratégias diversas como garantia de um cuidado de si que instiga as orientações e dicas para uma vida melhor, diante das limitações impostas pela quarentena, em tempos de pandemia.

Desse modo, em suas condições de emergência na historicidade, esse discurso tem alicerce na literatura de autoajuda, que segundo Rudiger (1995), citado por Santos e Cunha (2015) é composta por obras de teor prescritivo que visam à solução rápida dos problemas humanos, funcionando como manuais para a realização pessoal e profissional.

Seguimos na direção da autora Brunelli (2011), ao mostrar que os discursos de autoajuda não estão interessados em problematizar sobre as causas e motivações dos problemas para os quais oferecem soluções. Seu caráter de orientação, apresenta receitas de soluções que prometem “a metamorfose de um indivíduo fraco e inseguro em alguém todo poderoso, capaz de resolver todos os seus problemas independentemente do contexto em que está inserido” (BRUNELLI, 2011, p. 133).

A promessa de soluções rápidas e receitas fez da literatura de autoajuda um negócio de sucesso. No entanto, não é apenas nas prateleiras das livrarias ou no exercício consciente de buscá-la que os indivíduos se deparam com a autoajuda, pois ao citar Rudiger (1995), Santos e Cunha (2015, p. 690) alertam para a “[...]difusão implícita dos discursos da autoajuda através dos veículos de comunicação”. A propagação de discursos midiáticos voltados para a realização individual, como di-

cas para encontrar a felicidade e o passo a passo para alcançar o sucesso, é uma constante. São sobre esses discursos que circulam no meio midiático digital que iremos mobilizar o gesto de leitura.

A produção de sentidos, nos discursos analisados, também será articulada com os saberes do movimento, surgido no final dos anos 1990, denominado como Psicologia Positiva, um novo tipo de terapia, voltado para a valorização das virtudes humanas (PALUDO; KOLLER, 2007). A partir disso, a Psicologia Positiva atua como área que visa “[...]fortalecer os aspectos saudáveis e positivos dos indivíduos, (re) construir as virtudes e forças pessoais, e ajudar os clientes a encontrarem recursos inexplorados para mudança positiva” (PALUDO; KOLLER, 2007, p. 14).

Com base nos aspectos teóricos apresentados, analisamos três materialidades discursivas, selecionadas a partir das regularidades e singularidades da formação discursiva que as incluem no campo dos discursos de autoajuda, pela produção de efeitos de sentidos de orientação e guia para os sujeitos em tempos de pandemia. A escolha do *corpus* se deu também por serem veiculados em site e portais de notícias de grande visibilidade nacional. A primeira produção discursiva é uma publicação do portal *G1*, que reproduz um conteúdo produzido pela *BBC News*, com o título: *Coronavírus: 8 dicas para se adaptar melhor ao trabalho em casa durante pandemia*, datado de 23 de março de 2020. A segunda foi publicada no site da *Revista Exame*, com o título: *Saúde mental no home office: 5 dicas para cuidar do seu bem-estar*, por Mariana Martucci, em 22 de fevereiro de 2021. Por fim, a terceira produção discursiva que iremos analisar é uma matéria publicada no portal *BBC News Brasil*, intitulada: *Covid-19: como ser mais feliz durante o home office*, por David Brown, em 18 de novembro de 2020.

Iniciando a leitura dessas materialidades discursivas pelos enunciados que as intitulam já é perceptível a construção de sentidos que incide sobre os discursos para podermos, portanto, considerar tais manifestações como discursos de autoajuda. As duas primeiras (a do portal *G1* e do site da *Revista Exame*) oferecem uma certa quantidade de dicas para se alcançar um objetivo – se adaptar ao *home office* e cuidar do bem-estar – e a terceira (A da *BBC News Brasil*) mobiliza efeitos de sentidos que visam a ensinar as pessoas a serem mais felizes durante o exercício dessa atividade laboral. A construção desses sentidos possibilita dialogar com as definições de Rudiger (1995), referenciadas por Santos e Cunha (2015), sobre o caráter prescritivo da literatura de autoajuda, atuando como fórmulas ou manuais para a realização de algum propósito, com caráter injuntivo.

Tal propósito se consolida sobre as orientações e receitas que favorecem a promoção da segurança do sujeito, tentando resolver os problemas do *home office* em meio ao cenário de pandemia. Esses enunciados discursivos dos títulos também mobilizam a produção de sentidos ligadas às estratégias do biopoder e do cuidado de si na rede dos discursos.

Partindo da análise dos enunciados verbais dessas produções discursivas que funcionam como dicas, observamos regularidades presentes entre os discursos analisados. Dentre elas as dicas que se voltam à gestão do espaço e tempo; bem como as que enfatizam a saúde física e mental dos sujeitos.

Iniciando pelos enunciados que produzem efeitos de sentido através das dicas voltadas à gestão do espaço e do tempo dos sujeitos no trabalho em *home office*, observamos que nos enunciados da materialidade discursiva do portal *G1* existe uma série de instruções voltadas à orga-

nização do espaço físico, como na dica: *Organize seu canto*, orientando sobre a melhor forma de aproveitar o espaço de acordo com a preferência de cada pessoa, com a voz de um sujeito especialista que orienta que se encontre o melhor lugar para ficar em sua casa, pensando também no conforto, tanto para a questão da saúde quanto da produtividade.

Com foco na organização do tempo, a materialidade discursiva do portal *G1* apresenta os seguintes enunciados verbais: *estabeleça uma rotina (e alguns limites)* – ressaltando a importância de se manter um expediente, mesmo em atividades remotas, para que o sujeito trabalhador possa ter: *um horário para iniciar e terminar suas funções todos os dias. Isso também ajudará a demarcar as fronteiras entre trabalho e descanso* (Coronavírus... *G1*, 2020); *Organize seu dia*, destacando a fala de um especialista em trabalho remoto, que explica que a autogestão é essencial no *home office* e que *as pessoas precisam parar de ser movidas a chefe. É preciso ter produtividade, saber o que você precisa entregar e em que prazo* (Coronavírus... *G1*, 2020). Segue ainda orientando para que o sujeito *Faça pausas* e, ainda, *Fuja das distrações*, com a mesma orientação ao melhor gerenciamento do tempo e rendimento do trabalhador.

A materialidade da *BBC News Brasil*, publicada por Brown (2020) também atenta para a organização do espaço físico, como na dica: *Deixe a luz entrar*, embasada pela orientação de um psiquiatra e de um arquiteto. A partir de sua posição-sujeito, cada especialista busca explicar os benefícios da luz natural para as atividades no *home office*, sendo sujeitos autorizados a partir do lugar de saber que fundamenta o dizer.

Na sequência, ainda nessa produção discursiva, a dica é para que o sujeito trabalhador: *Organize sua mesa*, acompanhada de um texto no qual uma psicóloga ambiental da Universidade de Surrey alerta que:

o problema da desordem está na quantidade de estímulos que o ambiente acaba gerando (BROWN, 2020).

Esses enunciados, em forma de dicas, relacionam a produção de sentidos na articulação com o poder disciplinar, tendo em vista que “a disciplina procede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço” (FOUCAULT, 2014, p. 139). Desse modo, observa-se o esforço para manter organizado o espaço de trabalho visando o controle das distrações e, com isso, assegurar que o trabalhador possa se concentrar mais em suas atividades laborais, sendo um corpo produtivo, para responder às demandas do trabalho em *home office*.

A materialidade discursiva do site da *Revista Exame*, por Martucci (2021), prioriza as orientações em relação ao tempo e apresenta como singularidade discursos mais voltados para os momentos de descanso, conforme se pode observar nos enunciados: *Crie oportunidades para fugir do trabalho; Programe algo divertido e Equilibre o tempo social e o tempo sozinho*. Nos três casos, a construção de sentidos opera para que o sujeito trabalhador consiga administrar o seu tempo de forma que consiga descansar e *recarregar as energias* antes de voltar ao trabalho, contribuindo para o cuidado de si, na relação do sujeito com o seu bem-estar, conforme já sugere a produção de sentidos no enunciado do título: *Saúde mental no home office: 5 dicas para cuidar do seu bem-estar*.

Esses discursos enfatizam os efeitos de sentidos de autoajuda pelo uso dos verbos no imperativo (crie, programe, equilibre, recarregue), mobilizando a ordem a ser seguida para que o sujeito consiga o objetivo de ser feliz e produtivo no trabalho em *home office* em tempos de pandemia. Essas estratégias discursivas das dicas que oportunizam a organização do tempo e do espaço estão em consonância com o biopoder, no tocante à esfera disciplinar. De acordo com Foucault (2013,

p. 149) “A vida é organizada segundo um emprego do tempo absolutamente rigoroso, sob vigilância constante; cada momento do dia é dedicado a uma atividade específica e tem as suas obrigações e interdições”. Essas obrigações de criar, programar, equilibrar a rotina, entre outras, devem ser realizadas mesmo em tempos de pandemia.

Logo, os enunciados atuam sobre o gerenciamento do tempo de trabalho mediante ter disciplina, e também sobre o tempo de descanso, tencionando evitar desgastes e o cansaço, pois dessa forma será mais produtivo e terá mais felicidade. Assim, a construção desses sentidos mobilizados nesses enunciados pode ser articulada com o interdiscurso como “[...]algo fala, sempre, antes, em outro lugar, independentemente” (PÊCHEUX, 1997, p. 162), por meio dos dizeres oriundos da área da Psicologia Positiva, tendo em vista que atua na produção do saber com efeito pedagógico que legitima o que é dito, reforçando que “todos nós podemos experimentar plenamente o Benefício da Felicidade, se nos empenharmos nele o suficiente” (ACHOR, 2012, p. 60-61). Sobre o sujeito em trabalho *home office*, recai o empenho para o cuidado de si ao seguir as dicas mobilizadas via discursos, empenhando-se em controlar o corpo e gerenciar as tarefas.

Na sequência das análises, ressaltamos outra regularidade observada entre as três materialidades discursivas, que diz respeito às dicas que enfatizam os cuidados com a saúde física e mental, elucidando estratégias de biopoder, no disciplinar e governamentalidade, voltadas ao cuidado de si.

Sobre isso, a produção de sentidos na materialidade do portal *G1* ressalta a importância de se manter uma boa aparência mesmo estando em isolamento social. No enunciado da dica – *Vista-se* – o especialista em trabalho remoto explica que a vestimenta atrapalha na forma

como o indivíduo se vê: *Pijama não dá, vai interferir na sua autoestima, você vai se enxergar como uma pessoa menos profissional* (Coronavírus... G1, 2020). Em outro enunciado do discurso, a recomendação é para as pessoas manterem os mesmos hábitos que tinham antes da pandemia, com as dicas: *tome banho no horário usual, vista-se apropriadamente, faça o café da manhã como sempre*.

Esses enunciados se encaixam tanto no que diz respeito aos cuidados com o corpo, como no que se refere ao gerenciamento do tempo, uma vez que evidencia *no horário usual* e *como sempre*, dando a ideia de que os indivíduos se mantenham disciplinados, pois “[...] a disciplina visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil” (FOUCAULT, 2014, p. 135), tendo em vista a constância de cumprirem sua carga horária e ainda assim seguirem a mesma rotina e afazeres de antes do acontecimento pandêmico, corroborando então um corpo disciplinado.

A materialidade discursiva do G1 orienta ainda que o sujeito trabalhador *Gerencie suas expectativas*, alertando que é preciso que este sujeito entenda seus limites e saiba lidar com eles, mas, ao mesmo tempo, enfatizando que *o colaborador deve ser proativo para conseguir realizar as atividades sem ninguém cobrando do lado* (Coronavírus... G1, 2020). Na sequência, apresenta a dica: *Fique atento às emoções*, aconselhando que o sujeito trabalhador monitore seus sentimentos e evite o isolamento virtual como formas de evitar a ansiedade e o estresse.

Sobre isso, estabelecendo relações interdiscursivas na construção do sentido, destacamos que segundo Achor (2012, p. 26) “incontáveis estudos revelam que os relacionamentos sociais constituem a melhor garantia de maior bem-estar e menos estresse, atuando como antídoto para

a depressão quanto como um impulsionador do alto desempenho”. A produção dos efeitos de sentidos condiciona o governo de si, no tocante à vigilância das emoções e da produtividade, num gesto de governamentalidade que instiga a uma vida melhor, no cuidado de si pela relação com o outro, tornando-se também um corpo produtivo no trabalho.

A materialidade discursiva da *BBC News Brasil* também apresenta efeitos de sentido voltados ao cuidado de si, na análise das dicas voltadas para a saúde física e mental do sujeito. Destacamos os cuidados com a saúde do corpo, por meio da dica que orienta: *levante-se de vez em quando*, ressaltando que: *várias pesquisas descobriram que o exercício é uma forma natural de lidar com a ansiedade, além de aliviar o estresse, aumentar a energia e melhorar o bem-estar através da liberação de endorfinas* (BROWN, 2020). A saúde mental também é alvo desse discurso, como na recomendação – *Cultive plantas* – amparada nas palavras de uma psicóloga ambiental afirmando que: *olhar para plantas pode dar ao seu cérebro uma espécie de pausa, ou uma série de ‘micro-pausas’ na focalização dos deveres. Isso ocupa a sua atenção, mas não de uma forma exigente ou estimulante demais* (BROWN, 2020).

Outro enunciado que vem se inscrever como dica na materialidade discursiva da *BBC News Brasil* é: *mantenha contato com os outros*, e se sustenta nas afirmações de uma psiquiatra salientando que ao se ter o devido respeito pelas normas do distanciamento, *as pessoas que se sentem infelizes trabalhando em casa precisam pensar muito sobre o que sentem falta de ir ao escritório*. Com isso, devem buscar formas de manter contatos casuais e com pessoas próximas, seja através de meios virtuais ou mesmo presencialmente, em lugares abertos.

A produção de sentidos, nesse discurso, retoma o cuidado de si para o sujeito ser mais feliz e mentalmente equilibrado, no trabalho em

home office ainda que na pandemia. Esses sentidos são corroborados na relação com o saber da Psicologia Positiva, que através de pesquisa concluiu que “[...] a felicidade leva ao sucesso em praticamente todos os âmbitos, inclusive no trabalho, na saúde, amizade, sociabilidade, criatividade e energia” (ACHOR, 2012 p. 33).

Essa regularidade na formação discursiva desses discursos midiáticos também revela a estratégia discursiva mobilizada pela materialidade do site da *Revista Exame*. Isso se mostra na análise das dicas que incidem sobre a saúde física e orienta: *Cuide do seu corpo*, enfatizando que a mente não se manterá saudável se o corpo for negligenciado. Destacamos, por conseguinte, o enunciado: *certifique-se de não se sabotar ao trabalhar em casa. Isso pode não ser fácil, especialmente durante a pandemia. Mas criar tempo para movimentar seu corpo e cuidar de suas necessidades básicas é essencial para sua cabeça funcionar da melhor forma possível* (MARTUCCI, 2021). Com essa afirmação, o discurso produz um efeito de verdade que faz com que o sujeito se responsabilize por conseguir ou não cuidar do corpo, mesmo diante dos diversos fatores externos que podem influenciar nesse processo.

O cuidar do corpo reverbera a receita para ativar a saúde mental, sendo neste caso, um efeito do biopoder no cuidado com a vida da população. É enquanto estratégia de governamentalidade, que a população passa a ser governada na medida em que se torna o objetivo final do governo, que irá investir para melhorar a sorte da população, aumentar sua riqueza e sua produtividade a serviço da sociedade (FOUCAULT, 1998).

Na sequência discursiva da matéria do site da *Revista Exame*, a produção de sentidos prossegue nos enunciados instrutivos, comparando o cérebro humano a um músculo do corpo, ressaltando, que da mesma forma que é importante trabalhar a força física, *também é importante*

focar na construção de uma mente forte, e, recomenda que o sujeito *incorpore exercícios de força mental em seu dia*. Essa produção discursiva destaca que esses exercícios incluem praticar a gratidão, meditar e nomear sentimentos. O enunciado continua: *Reserve um tempo para fazê-los e comprometa-se com a prática diária. Seus músculos mentais precisam de exercícios contínuos para ficar em forma, assim como os músculos físicos* (MARTUCCI, 2021). A utilização do verbo “comprometa-se” produz a disciplina exigida dos sujeitos e reativa o cuidado de si ao realizar esses exercícios de estímulo mental, pois, “a felicidade e o otimismo na verdade promovem o desempenho e a realização” (ACHOR, 2012, p. 14).

Desse modo, ao ser envolvido na rede discursiva do cuidado com a saúde mental, o sujeito em trabalho *home office* poderá contribuir para a redução das estatísticas apresentadas nas pesquisas que analisaram a saúde mental em tempos de pandemia, conforme mostrado na seção anterior. Articula-se na relação interdiscursiva com sentidos que vem de outros discursos sobre os benefícios da gratidão, da prática de exercícios físicos, todos no alicerce do biopoder em extensão a um poder que tem a vida como foco.

A análise dos discursos aqui mobilizadas reforça os efeitos do biopoder, pois a ênfase sobre o corpo, estimula o cuidado de si, operando como “uma regra coextensiva à vida. É o ser inteiro do sujeito que ao longo de toda a sua existência, deve cuidar de si e de si enquanto tal” (FOUCAULT, 2010, p. 221). Esses discursos de autoajuda apresentam como regularidades a orientação por meio de dicas e legitimam o que é dito através de um sujeito autorizado para discorrer, nesse caso, acerca do bem-estar e da saúde mental no *home office*, como práticas do cuidado de si, mobilizando as vontades de verdade produzidas discursivamente.

Considerações finais

À guisa de conclusão, mediante as análises e as reflexões fundamentadas nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso, percebemos, pelo gesto de leitura a construção dos efeitos de sentidos. As estratégias dos discursos midiáticos considerados de autoajuda que se revestem de um véu de credibilidade, ao se amparar em falas de sujeitos especialistas, autorizados a enunciar, mediante sua posição discursiva a partir de um lugar de saber. As dicas apresentadas discursivamente são instruções e orientações para garantir maior bem-estar e felicidade no trabalho em *home office*.

Assim, o discurso legitima uma vontade de verdade ao promover efeitos de sentidos que levam os sujeitos em trabalho remoto ao cuidado de si, mediante fórmulas que orientam, mobilizando sobre o corpo efeitos do biopoder, voltadas à docilização do corpo através da disciplina, bem como da biopolítica, por meio de estratégias de governamentalidade. Assim construindo “um efeito de controle e normalização da população, por meio de instrumentos de poder que geram a vida em nome de uma verdade que promete práticas de bem-estar social” (NASCIMENTO; BARACUHY, 2013, p. 82).

Ressaltamos que os discursos mobilizados são considerados de autoajuda, devido ao teor prescritivo, funcionando através de dicas, do uso de verbos no imperativo, se propondo a oferecer formas de adaptação, saúde física e mental, oportunizando a felicidade no *home office*, articulando um certo nível de rendimento no trabalho mesmo no contexto da pandemia.

O sujeito em trabalho *home office* para ser mais proativo deve gerenciar o tempo, organizar os espaços e ter rotinas para manter o corpo e a mente saudáveis. Desse modo, observa-se o efeito manual que é fomentado na rede discursiva que envolve os sujeitos na relação do cuidado de si, pensando nos impactos que sofreram, uma vez que tiveram que readaptar o trabalho sem nenhum preparo anterior, devido à crise sanitária ocasionada pela pandemia de Covid-19. O gesto de leitura discursiva aqui empreendido mobiliza sentidos em torno da história do presente com ênfase no acontecimento que potencializou o redirecionar da vida dos sujeitos sociais.

Referências

ACHOR, S. *O jeito Harvard de ser feliz: o curso mais concorrido de uma das melhores universidades do mundo*. Tradução Cristina Yamagami. São Paulo: Saraiva, 2012.

BRIDI, M. A. et al. O trabalho remoto/home-office no contexto da pandemia COVID-19. *Rede de Estudos e Monitoramento Interdisciplinar da Reforma Trabalhista - REMIR Trabalho*, São Paulo: Unicamp, 2020. Disponível em: https://www.eco.unicamp.br/remir/images/Artigos_2020/ARTIGO_REMIR.pdf Acesso em 29 mai. 2022.

BROWN, D. Covid-19: como ser mais feliz durante o home office. *BBC News*, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-54981768> Acesso em: 12 jul. 2022.

BRUNELLI, A. F. Aforização no discurso de autoajuda. *Revista do GEL*. São Paulo, v.8, n.1, p. 125-137, 2011.

FALCÃO, P. P. H. L.; SANTOS, M. de F. S. O Home office na pandemia do Covid19 e os impactos na saúde mental. *Revista Brasileira de Psicoterapia*; 23(2), p. 63-78, 2021. Disponível em: <https://cdn.publisher.gn1.link/rbp.celg.org.br/pdf/v23n2a08.pdf> Acesso em 29 mai. 2022.

FERNANDES, C. A. *Análise do Discurso: reflexões introdutórias*. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 8ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FOUCAULT, M. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 22ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 13ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. 13ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 42ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

G1. Coronavírus: 8 dicas para se adaptar melhor ao trabalho em casa durante pandemia. *G1*, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2020/03/24/coronavirus-8-dicas-para-se-adaptar-melhor-ao-trabalho-em-casa-durante-pandemia.ghtml> Acesso em: 12 jul. 2022

GREGOLIN, M. do R. V. Análise do Discurso e mídia: a (re)produção de identidades. Dossiê. *Comunicação, Mídia e Consumo*. São Paulo, vol. 4, nº 11, nov. 2007, p. 11-25.

MARTUCCI, M. Saúde mental no nome office: 5 dicas para cuidar do seu bem-estar. *Exame.com*, 2021. Disponível em: <https://exame.com/carreira/saude-mental-no-home-office-5-dicas-para-cuidar-do-seu-bem-estar/> Acesso em: 12 jul. 2022

NASCIMENTO, M. E. F. do; BARACUHY, R. Inclusão e mercado de trabalho: Um corpo produtivo ou um discurso que segrega? *Acta Semiótica e Linguística*, v. 18, n. 1, 2013.

NASCIMENTO, M. E. F. do.; JUNIOR, D. M. A. Amor e sexualidade: modos de subjetivação do sujeito com deficiência no discurso midiático. *Diálogo das Letras*, Pau dos Ferros, v. 06, n. 02, p. 178-193, jul./dez. 2017

NASCIMENTO, M. E. F. do.; SANTOS, A. G. P. dos. Fique em casa: heterotopia, biopoder e construção de sentidos em discursos sobre a pandemia de Covid-19. *Diálogo das Letras*, Pau dos Ferros, v. 9, p. 1-19, 2020.

ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: Princípios & Procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

PALUDO, S. dos S.; KOLLER, S. H. Psicologia Positiva: uma nova abordagem para antigas questões. *Paidéia*, 17 (36), p. 9-20, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/mPnRBjz6RrFFy9LPwSmFppz/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em: 14 jun. 2022.

PÊCHEUX, M. *Análise de Discurso*. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997, p. 61-161.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 5ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

SANTOS, A. G. A.; CUNHA, E. L. O discurso de autoajuda em uma revista semanal de informação. *Psicologia & Sociedade*, 27(3), p. 689-699. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/j3kdwXM59sCVF33gQdbbFhP/?lang=pt>
Acesso em: 18 jun. 2022.

Ações afirmativas na universidade e memória discursiva

Ady Canário de Souza Estevão

Introdução

Considerando o acontecimento das políticas públicas educacionais implementadas no Brasil na relação da linguagem com as práticas sociais e os movimentos de resistência, cujos beneficiários são, potencialmente, estudantes de camadas populares em todas as diversidades étnico-culturais e raciais (OLIVEIRA; ALVES; SILVA, 2008), pretendemos apresentar um breve recorte dos estudos sobre ações afirmativas, mais especialmente acerca de um programa voltado para a inclusão, com foco na universidade e em diálogo com comunidades populares. Nesse sentido, enfatizamos parte do resultado de uma pesquisa empreendendo uma análise discursiva sobre a temática. Para tanto, utilizamos de conceitos dos Estudos Discursivos em diálogo com as Ciências Humanas e Sociais (ESTEVÃO, 2021).

De modo geral, abordamos o tema no intuito de visibilizar sujeitos e discursos na história do presente (FOUCAULT, 2005) acerca do Programa Conexões de Saberes como uma política necessária visando ampliar o acesso e oportunidades para estudantes de camadas populares, especialmente oriundos de escolas públicas (ESTEVÃO, 2022). Pensarmos na potência das ações afirmativas na universidade é uma questão de efeitos de sentidos, de saberes populares e acadêmicos na

historicidade da democratização do acesso e também do debate sobre as políticas de permanência, debate que, geralmente, se centraliza nas cotas sociais, raciais em instituições educacionais e em concursos públicos, por exemplo.

Tendo em vista que a implementação dessas práticas discursivas refere-se a toda a sociedade e que são medidas temporárias visando, principalmente, corrigir as desvantagens ainda impostas aos grupos socialmente e racialmente excluídos, olharmos para as ações afirmativas significa reafirmar a potência de políticas públicas e privadas para a produção de sentidos da igualdade étnico-cultural e da equidade social (GOMES, 2003; MAYORGA; SOUZA, 2010). Nas seções seguintes, abordamos as ações afirmativas e memória discursiva, de modo mais geral e, em seguida, trazemos uma análise de enunciados. Seleccionamos enunciados produzidos por alunos beneficiários do Programa Conexões de Saberes, considerando, para tanto, o acesso e a permanência de tais sujeitos na universidade.

I As ações afirmativas e memória discursiva

Assinalamos que as ações afirmativas são um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego (GOMES, 2003).

Além disso, sendo o ponto central da ação afirmativa a igualdade substantiva, qualificação da política que busca uma maior promoção da

garantia de direitos, e não somente a igualdade universal formal. Quando a universalidade falha, perpetuando as desigualdades sociais, medidas podem ser adotadas. Assim, essa é a caracterização da ação afirmativa, no sentido moral e legal (FERES JÚNIOR; ZONINSEIN, 2008).

Priorizando-se uma abordagem discursiva, congregando memória discursiva e história, intentamos interpretar o discurso de estudantes, manifestado em enunciados únicos, que produz efeitos de sentido acerca do ser-estudante de origem popular no processo de escolarização e suas implicações de permanência na universidade. Tomamos a materialidade histórica da linguagem que o, perpassa, inscrita, em textos, na compreensão de sua relação com a memória discursiva e o modo de produção de sentido. Textos concebidos como unidades de interpretação e análise.

Em seu desenvolvimento, os estudos discursivos, a partir do olhar pecheutiano, articulam a História, a memória discursiva, entrecruzando língua e discurso para compreensão da linguagem como uma mediação necessária entre o homem e a realidade que o circunda. E essa mediação é feita pelo discurso. Nessa perspectiva, entendemos o discurso como um acontecimento histórico e social.

A memória discursiva é um conceito introduzido na década de 1980 por Courtine (1981). Esse estudioso analisou o discurso político comunista endereçado aos cristãos. Para Courtine, a memória discursiva parece estar implícita à análise das formações discursivas. Em estreita relação com o pensamento de foucaultiano, temos:

Introduzimos assim a noção de memória discursiva na problemática da análise do discurso político. Essa noção nos parece subjacente à análise das FD que A arqueologia do saber efetua: qualquer formulação tem em seu “domínio asso-

ciado” outras formulações, que ela repete, refuta, transforma, denega..., isto é, em relação às quais ela produz efeitos de memória específicos [...] (COURTINE, 1981, p. 52).

Estes devem ser pensados nos interstícios discursivos como o lugar de jogo de sentidos, do trabalho da linguagem e de funcionamento das questões discursivas. Assim, ao analisarmos essa materialidade do Programa Conexões de Saberes, como para quem e em que circunstâncias algo é dito, estar-se-á apreendendo o interdiscurso como memória discursiva como esses lugares de encontros, discussões, estabelecimento de relações com a língua, com o sujeito, com a História e com a ideologia para a produção de efeitos de sentido. Nesse trabalho, objetivando descrever e interpretar os sentidos que atravessam o discurso do Programa Conexões de Saberes, também pensamos que:

[...] uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plana, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização. Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos (PÊCHEUX, 1999, p. 56).

Pêcheux (1999) leva a entender que a memória discursiva não é algo atribuído à esfera psicológica. Mas é uma memória produzindo sentido, uma vez que todo discurso traz consigo a memória de outros discursos. Segundo o autor, a memória é então o espaço nos domínios das divisões, do conflito, de deslocamentos e de desdobramentos, isto é, a memória não é algo dado linearmente. A memória discursiva assume

um papel importante para a reflexão e a compreensão dos efeitos de sentido no/do discurso. Para a AD, a memória não é algo individual. Ela deve ser entendida “nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas”, em *O papel da memória*, (PÊCHEUX, 1999, p. 50), o autor afirma que: “[...] memória deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da ‘memória individual’, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas e da memória construída do historiador” (PÊCHEUX, 1999, p. 50).

Para Orlandi (2005, p. 180), a memória é o interdiscurso, o “saber discursivo, a memória do dizer, e sobre a qual não temos controle”. Algo foi dito e depois esquecido e que “fica como um já dito sobre o qual os nossos sentidos se constroem”. Logo, ao tomarmos esses discursos como elementos de significações e lugar da produção de saberes, implica em observar o multiculturalismo, o acontecimento do jogo das diferenças, da subjetividade na cultura contemporânea, “[...] o multiculturalismo desde sua origem aparece como princípio ético que tem orientado a ação de grupos culturalmente dominados, aos quais foi negado o direito de preservarem suas características culturais” (GONÇALVES, SILVA, 2006, p. 17). Assim, tratamos das relações intersubjetivas constitutivas da linguagem e do discurso do Programa Conexões de Saberes e de estudantes bolsistas, tomando para análise a materialidade linguístico-discursiva por eles produzida, que é atravessada por discursos outros. Desse modo, descrevemos os enunciados na: “[...] singularidade de sua situação, a condição de sua existência, sua correlação com outros enunciados, em suma, qual é a natureza de sua singular existência, que vem à tona em um momento histórico e particular (GREGOLIN, 2006, p. 27).

Isto quer dizer do tema linguagem e diversidade inerente à subjetividade de sujeitos na sociedade. Nesse sentido, pressupomos que “a linguagem, as narrativas, os textos, os discursos não apenas descrevem ou falam sobre as coisas, ao fazer isso eles instituem as coisas, inventando sua identidade” (COSTA, 2001, p. 32). Nessa pesquisa, levamos em consideração que as noções apresentadas nos ajudam na análise a ser empreendida e não intentam esgotar-se, dado que estão em constante movimento de reconfigurações.

2 Programa Conexões de Saberes na UFERSA: ações afirmativas em resistência

Trazemos memoriais, trajetórias e percursos dos estudantes e suas histórias de vida. Apresentamos uma análise do discurso dos estudantes materializado nos memoriais que sintetizam tais histórias de vida no acontecimento das ações afirmativas que favorecem a inclusão social desses alunos, sendo resultantes de políticas públicas educacionais afirmativas. Os memoriais como uma materialidade linguística, compreendem processos discursivos quanto à relação dos estudantes com familiares e colegas e com a escola e a universidade; e analisamos os saberes, práticas e impactos do programa, representativos dos estudantes de origem popular na universidade frente à exclusão e inclusão.

Os memoriais dos estudantes, as suas escritas, as histórias de vida escritas por esses sujeitos da pesquisa, a fim de interpretar o discurso dos estudantes universitários oriundos de espaços populares de escolas públicas. O memorial, de natureza acadêmico-biográfico, possui origem etimológica do latim *memoriale*, significando aquilo que se faz lembrar. Datados do século XIV, os primeiros memoriais foram feitos

nos anos 1930. O memorial é uma escrita de si, uma narrativa ao mesmo tempo descritiva e narrativa acerca de trajetória e formação.

Parafraseando Soares (2001), a travessia dos alunos traz sentimentos, pois cada um compôs a mesma história, em lugares sociais diferentes. Escolhemos tais histórias de vida, do tipo memorial, pois estas se legitimam como método, técnica de pesquisa para compreender fenômenos sociais e a produção de sentido individual e coletivo. Os memoriais foram produzidos pelos sujeitos da pesquisa, os estudantes, especificamente, participantes do Programa Conexões de Saberes na UFERSA, na edição de 2010-2011.

Os memoriais foram construídos numa Oficina *Construção do Memorial*, realizada no período de execução do projeto, planejada e preparada objetivando possibilitar o conhecimento sobre o gênero memorial, sua estrutura e propósito comunicativo, bem como proporcionar um momento para produção do memorial, suas histórias de vida enquanto estudantes universitários oriundos de espaços populares de escolas públicas.

A opção pela utilização do gênero memorial foi ocorrendo ao longo da investigação, como reflexo das inquietações no decorrer do Programa Conexões de Saberes sobre os estudantes universitários oriundos de espaços populares, de escolas públicas, suas memórias e trajetórias. Na oficina, cada participante recebeu uma instrução modelo de memorial para leitura e produção, com a estrutura que escolhemos e adaptamos do Guia do Curso de Extensão “TV na Escola e os desafios de hoje”. Trata-se de uma ação extensão na qual atuei como tutora acadêmica, no então Núcleo de Educação a Distância (NEaD) da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

Desse modo o propósito foi elaborar o memorial passo a passo, com as impressões sobre a trajetória de aprendizagem, desde a escola até a universidade. Nesse contexto, solicitamos aos estudantes a produção de um memorial, iniciando com uma apresentação, seguida do desenvolvimento acerca de sua trajetória escolar, da escola à universidade, em relação ao acesso e permanência no sistema educacional, tendo como objetivo central o processo de reflexão sobre sua história de vida e vivências escolares e acadêmicas que possibilitaram mudanças pessoais e em sua prática de estudante.

Tais memoriais tomados como gênero discursivo constituem escritas narrativas, histórias de vida dos estudantes universitários oriundos de espaços populares, de escolas públicas sujeitos da pesquisa, sobre suas trajetórias de vida ao longo dos processos educacionais da escola à universidade. Como resultado da oficina, foram construídos 11 textos, exemplares do gênero memorial produzidos por estudantes da graduação, que constituem o *corpus* da pesquisa.

O memorial é concebido na perspectiva dialógica como gênero discursivo. Tal produção de memorial foi devidamente planejada e preparada com foco nas experiências dos participantes, de forma que proporcionasse a revelação e descrição do discurso dos sujeitos e de suas histórias de vida, contendo suas trajetórias escolares de acesso e permanência na universidade. Procedemos ao exame e fazendo os recortes dos enunciados discursivos e os submetendo à análise, a partir da teoria discursiva que concebe: [...] “o móvel dessa empreitada é finalmente o de realizar as condições de uma prática de leitura, enquanto detecção sistemática dos sintomas representativos dos efeitos de sentido no interior da superfície discursiva” (PÊCHEUX, 1993, p. 148).

Essas materialidades foram analisadas na perspectiva de linguagem compreendida em sua diversidade. Para a interpretação dos dados, recorreremos aos pressupostos teóricos dos estudos discursivos, interpretando que o memorial é essa materialidade linguística que propicia a escrita pessoal sobre a trajetória de vida, os aprendizados, acertos e vitórias. Nesse sentido, o memorial proporciona um espaço discursivo para o sujeito construir sua história, estabelecendo relações entre a memória, discurso e memória, destacando trajetória, vivências, gostos e desgostos ao longo da vida escolar (RAJAGOPALAN, 2002; PASSEGGI, 2012; SOUZA, 2008).

Interpretamos gestos de leituras das narrativas escritas pelos estudantes oriundos de espaços populares, do curso de Graduação em Ciência e Tecnologia da UFERSA, Campus de Angicos. Adotamos a reflexão nos estudos de metodologia científica e da Linguística Aplicada, como sendo o memorial um exercício de reconstituição da identidade.

O conceito de gênero discursivo é crucial nas formulações de Bakhtin (2003, p. 262); em *Estética da criação verbal*, ele reflete que a linguagem está constitutivamente articulada aos mais variados gêneros discursivos e em cada esfera de atividade humana; cada campo que utiliza a língua está a elaborar seus “[...] tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos: gêneros do discurso”. Esses, em sua diversidade, distinguindo-se em primários e secundários, podem configurar-se em três dimensões: assunto, composição e estilo. De acordo com Bakhtin, como muitas são as práticas nas quais o indivíduo está inserido, também são infindáveis os gêneros.

Nos últimos anos, o sentido do termo memorial vem sofrendo modificações e atravessado várias fases, desde a sua institucionalização como requisito de avaliação para o cargo de professor titular nas uni-

versidades, à expansão, como uma ferramenta de seleção de professores em concurso público, à fase da diversificação, usado como trabalho de conclusão de curso na formação de professores e, enfim, à fase de fundação, como objeto de pesquisa e escrita autobiográfica em educação (PASSEGGI; BARBOSA, 2008).

Partindo dessa tradição no Brasil, das contribuições teóricas que situam o memorial como fonte da pesquisa, analiso o papel da memória discursiva inscrita em relatos de vivências estudantis na extensão, refletindo:

A escrita do memorial democratiza as narrativas de fatos memoráveis, substituindo o personagem ilustre, o notável, pelo narrador-autor que se coloca em cena como herói de sua própria história, inserindo sua vida intelectual no conjunto da vida científica da academia. Finalmente, a escrita do memorial populariza a autoria pela inscrição de autores não consagrados no discurso acadêmico canônico (PASSEGGI, 2008, p. 37).

Em gestos de leitura dos enunciados, descrevemos e interpretamos a produção de sentido no discurso dos sujeitos constituídos pela linguagem, nas materialidades linguísticas que os constituem. Analisamos os memoriais nas discursividades que envolvem o verbal e a circulação de sentidos instaurados nos enunciados selecionados para a análise. Compreendendo que “[...] o discurso acontece sempre no interior de uma série de outros discursos, com os quais estabelece correlações, deslocamentos, vizinhanças (GREGOLIN, 2006, p. 16; PÊCHEUX, 1997, p. 56-57) Os enunciados recortados correspondem fielmente às escritas dos estudantes cujas identificações foram feitas por terem autorizado publicá-los com seus nomes reais.

Analisamos discursividades enunciadas pelos estudantes em seus memoriais relacionadas aos familiares, colegas, escola e universidade, reiterando que “[...] todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido” (PÊCHEUX, 1997, p. 53), passamos à análise.

(E 1) ingressei na escola pública, Escola Estadual Joana Honório, foi a partir dessa escola que **eu comecei a visualizar o mundo de outra forma**, alguns **amigos** que estudavam na oitava série estavam passando para ir estudar fora em Natal na UFRN, em Macaíba, na Escola Agrícola de Jundiaí, **e eu sempre tive um sonho que era de me formar em engenharia** (Memorial 4).

As marcas linguísticas *eu sempre tive um sonho de me formar*, articulam efeitos de sentido e estes não são dados, mas produzidos em práticas sociais. Nesse enunciado, o sintagma *sonho* traz a forte carga de sentimentalismo por se tratar do sonho acalentado por um jovem que vive no interior da região semiárida nordestina e que deseja muito se formar. Tem-se uma memória do dizer sobre as condições de jovens oriundos de escolas públicas. No próximo enunciado temos:

(E 2) Residi **toda a minha infância e adolescência na zona rural** de Santana do Matos-RN. Desde cedo, sempre tive uma ideia formada a cerca dos meus **estudos**, pois queria **estudar** para fornecer uma **melhor qualidade de vida para minha família**. Aos seis anos de idade, mais precisamente em 1994, **iniciei minha trajetória estudantil** na Escola Municipal [...], localizada em Riacho do Meio – Zona Rural de Santana do Matos [...] – onde **estudei** apenas a 1º série. No ano seguinte, meus pais muda-

ram-se para outro sitio denominado Forquilha, onde fiz a 2^o série [...], na Escola Municipal [...] (Memorial 10).

No enunciado a E2, a infância e a adolescência no campo mostram a condição de resistência e a busca por melhores dias, que se inicia com a trajetória e vida estudantil, acalentada pela busca e persistência marcada na materialidade ora pelo vocábulo “estudar”, ora por “estudos” e “estudei”. É pelo pressuposto de que o sentido não está no texto, mas na memória discursiva, que se tem no enunciado dos estudantes efeitos em torno das falhas, momentos difíceis, paradas e dúvidas que perpassam suas trajetórias, em específico as sequências referidas. Vejamos o próximo enunciados:

(E 3) chegou a hora de fazer **meu primeiro vestibular**, aí onde **começaram os problemas** falta de recurso para sair da cidade para fazer vestibular. Aí tivemos uma **oportunidade** em Angicos ganhar uma universidade na qual eu me interessei e tive muito incentivo de minha paixão que hoje não se encontra mais entre nós, **mas sempre estava ao meu lado, minha avó** (Memorial 1).

Em E3 interpretamos os efeitos de sentidos produzidos pela oportunidade que a chegada de uma universidade trouxe em fazer o vestibular na própria cidade de Angicos e realizar o sonho de ingressar no ensino superior. O enunciado abaixo revela que há um incentivo dos familiares. Percebemos que, embora realizando um sonho, há dificuldade financeira por parte do enunciador e que revela a necessidade de ações afirmativas para o acesso e permanência. O próximo enunciado revela:

(E 4) Só que **foi difícil no começo**, pois senti muita saudades da **minha família** e também tive que **aprender a viver independente**, a cozinhar e outras coisas. No começo eu chorava muito, pois **sentia a falta dos meus pais**. Foi um **tempo tão bom** do qual jamais esquecerei, **construí grandes amigos**, aprendi muito, essa era uma época da qual eu gostava mais de estudar, **era muito estudiosa** e responsável (Memorial 2).

Emergem no discurso, efeitos de sentido do estudante como aprendiz, sentindo a ausência dos familiares, no cotidiano das tarefas da vida e pelos diversos papéis que tem a desempenhar enquanto sujeito social, em superar as dificuldades e essa ausência dos pais. Vemos que o discurso reveste-se de uma memória discursiva na realidade social concreta dos alunos. Na materialidade discursiva a seguir vemos:

(E 5) Pois bem, quando terminei a oitava série fui estudar em outra escola estadual [...], nesse mesmo momento **meu irmão** passou na escola agrícola [...], aí **as condições da minha família não daria para arcar com as despesas**, foi onde **comecei a trabalhar** para que **nosso irmão** pudesse concluir (Memorial 4).

O estudante traz em seu discurso toda uma carga semântica da luta, da falta de condições da família, e desta como um lugar de apoio na realização de sonhos. Compreendendo que os processos discursivos situam-se entre Língua e História, tomamos o memorial como um gênero discurso inscrito em práticas discursivas e como um lugar social nos quais emergem diferentes formulações de uma mesma posição do sujeito, o estudante, suas origens, lutas e vivências. Assim, na discursividade e no domínio da memória discursiva pode ser resgatada nos

enunciados que remetem para “sonho em se formar” e trazem dizeres inscritos em outras Formações Discursivas daqueles que não tiveram condições de ingressar no ensino superior. Essa memória revela os modos de pensar estudantil que instauram sentidos presentes e futuros que levam os sujeitos a se relacionarem consigo, com o outro e com seus familiares.

Os enunciados discursivos dos estudantes chamam a atenção para a necessidade de oportunidades e a influência da família nesse percurso escolar em busca do acesso à universidade como uma possibilidade de ascensão social. É no gesto de sujeito-leitor que interpretamos os sentidos de superação e dificuldades nos enunciados. As tentativas, *por três vezes*, para conseguir a aprovação no vestibular parecem recorrentes na vida dos estudantes populares, como se pode notar no enunciado a seguir:

(E 6) Engenharia só tinha naquela época em Mossoró e Natal e eu **não tinha condições de manter a família e estudar fora**. Foi onde apareceu a oportunidade da Ufersa Angicos e **agarrei com unhas e dentes** (Memorial 4).

(E 7) Prestei, **por três vezes**, vestibular e destas **tentativas**, consegui ser aprovada em duas, UERN, para o curso de Letras, e UFERSA para o bacharelado em Ciências e Tecnologia. **Por influência familiar**, acabei optando pelo BCT e em 2009.2 ingressei na UFERSA Campus de Angicos (Memorial 6).

Interpretamos nessas discursividades que todo discurso é constitutivo de processos que compreendem a língua e a história; a esse respeito, afirma Pêcheux (1997, p. 179): “isso significa que se pressupõe que todo discurso ‘concreto’ é, de fato, um complexo de processos que

remetem a diferentes condições”, por exemplo, pelo efeito de memória discursiva não ter o curso na cidade e precisar se deslocar, além da falta de recursos financeiros para o custeio dos estudos. Portanto, tais discursos ocorrem no interior de outros discursos e com estes se relacionam em semelhanças e diferenças, produzindo interdiscursividade, redes de memórias no interior da História.

Considerações finais

As questões observadas acerca das ações afirmativas no fio da memória discursiva e na relação entre linguagem e os sujeitos beneficiários de uma política educacional na universidade revelam que estas discussões resultam de uma construção na Linguística Aplicada e que acontece em termos da responsabilidade para com os outros e de questionamento de práticas sociais nas condições de produção das relações sociais e diversidade que se fazem presentes.

Nosso propósito centrou-se na linguagem enquanto prática social, analisamos enunciados produzidos por estudantes populares beneficiários de um programa de extensão numa universidade pública. Trouxemos reflexões a fim de subsidiar as discussões sobre “[..] as manifestações da linguagem na vida em sociedade e que tem o dever de contribuir para o entendimento do modo como construímos nossas identidades e relações sociais na linguagem” (MOTTA-ROTH, 2008, p. 45). Assim, tem sido crescente nosso interesse por esse campo dos estudos da linguagem, tentamos contribuir com algum elemento para a compreensão da língua em funcionamento e no escopo da produção de sentidos.

Referências

- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- COSTA, M. V. Sujeitos e subjetividades nas tramas da linguagem e da cultura. In: CANDAU, V. M. *Cultura, linguagem e subjetividade no ensinar e aprender*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- COURTINE, J.-J. Análise do discurso político: a propósito do discurso comunista dirigido aos cristãos. *Revista Langages* 62. 1981. Tradução de Sírio Pos-senti, circulação restrita.
- ESTEVÃO, A. C. de S. Práticas discursivas inclusivas de estudantes e ações afirmativas: conexões de saberes na UFERSA como exemplo. In: NASCIMENT-TO, H. M. F. do, SOARES, M. C. S., LIMA, H. J. R. de. (Org.). *Educação Popu-lar em Trilhas LEFreireanas*. Mossoró, RN: Edições UERN, 2022, p. 46-47.
- ESTEVÃO, A. C. de S. Relações Étnico-Raciais, Discurso e Escritas Afirmati-vas: abordagens teórico-metodológicas. *Revista Colineares*, v. 8, p. 2, 2021.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Ne-ves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- GONÇALVES, L. A. O.; SILVA, P. B. G. *O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos*. 4ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 112 p. (Coleção Cultura Negra e Identidades).
- GREGOLIN, M. do R. AD: descrever – interpretar acontecimentos cuja mate-rialidade funde linguagem e história. NAVARRO, P. *Estudos do texto e do dis-curso: mapeando conceitos e métodos* (org). São Carlos, SP: Claraluz, 2006, pp. 19-34.
- MAYORGA, C.; SOUZA, L. M. de. Ação afirmativa na universidade: quando ruídos se tornam vozes. In: MAYORGA, C. (Org.). *Universidade cindida, uni-versidade em conexão: ensaio sobre democratização da universidade*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010, p. 204-233.
- OLIVEIRA, M. B. F. de, ALVES, M. da P. C., SILVA, M. P. da (Orgs.). *Lingua-gem e práticas sociais: ensaios e pesquisas*. Natal: EDUFRN, 2008.

ORLANDI, E. P. A. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas, SP: Ed. Pontes, 2005.

PÊCHEUX, M. (1999). Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: GADET, F. e HAK, T. (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

RAJAGOPALAN, K. A confecção do memorial como exercício de reconstituição do self. In: LOPES, L. P. M.; BASTOS, L. C. (Org.). *Identidades - recortes multi e interdisciplinares*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2002.

SILVA, V. A. da; TEIXEIRA, A. M. F. Contestando profecias. Trajetórias de jovens universitários de origem popular. *Revista de Ciências da Educação*. 6, p. 85-96. Disponível em http://sisifo.fpce.ul.pt/pdfs/Sisifo6_D7_silvaeteixeira.pdf

SOARES, M. *Metamemória-memórias: travessia de uma educadora*. São Paulo: Cortez, 2001.

SOUZA, E. C. de. Memoriais autobiográficos, profissionalização docente e identidade: histórias de vida e formação na pós-graduação. In: PASSEGGI, M. da C.; BARBOSA, T. M. N., (Org.). *Memórias, memoriais: pesquisa e formação docente*. Natal, EDUFRN: São Paulo: Paulus, 2008.

Biopolítica e ecogovernamentalidade em discursos na mídia: posição sujeito presidente e sentidos sobre povos originários

Israel Fonseca Araújo

Introdução

Não podemos ter ambientalismo xiita no Brasil. Vamos acabar com a indústria da demarcação de terras indígenas, declarou Bolsonaro no final da campanha [eleitoral de 2018]¹ (GORTÁZAR, EL PAÍS, 2021).

Ao refletir sobre o sentido no discurso produzido por um sujeito candidato em campanha presidencial, conforme ressaltado na epígrafe acima, o gesto de ler o enunciado sinaliza um efeito de sentido autoritário. Desse modo, a relação de governantes com as respectivas populações é, historicamente, marcada por tensões diversificadas. Em relação à vida das populações tradicionais, povos originários e minorias diversas essas tensões ganham notações e intensificações no que concerne à conquista, garantia e/ou manutenção de direitos; dentre estes, os direitos à vida e ao território. Com isso, essas questões narram formas de violências, sejam diretas ou indiretas, visíveis ou invisíveis, incluindo, a expulsão dos povos indígenas de suas terras (BARROSO, 2021).

1. Ao citar posicionamentos discursivos do ex-Presidente Jair Bolsonaro, que estão inseridos nas materialidades que analisamos neste trabalho, recorreremos ao destacado em itálico. Na realização desta pesquisa, foram decisivos os diálogos e *feedbacks* com a professora doutora Maria Eliza Freitas do Nascimento (UERN), a quem agradecemos.

Tal realidade constitui-se em uma gramática de violências discursivas e, historicamente, um regime de autoritarismo que atravessa a história brasileira. Trata-se de um processo estruturante das relações na sociabilidade atual e com laços históricos. Evidencia-se, ainda, demonstração do regime autoritário que atravessou a cena política brasileira, em especial, as posições do líder político e de governo, em específico as enunciações desferidas contra os povos e comunidades tradicionais, conforme sugerem Gomes, Madeira e Brandão (2020), em desfavor dos indígenas e quilombolas que materializam efeitos do projeto de colonialidade que atravessa a história brasileira, há séculos. Desse regime de violências, dá demonstração:

a concepção de violência estrutural não como uma violência em si mesma, mas como expressão do próprio *modus operandi* da sociabilidade atual, revela as *conexões e pluralidade* da violência como produto e produtora das relações sociais, o que pode incidir para a problematização e o questionamento das relações de opressão-exploração determinadas pelo patriarcado, o racismo e o capitalismo (BARROSO, 2021, p. 404. Grifos do autor).

Como se pode entender em vista dessa reflexão teórica, a complexa engrenagem de tensões em torno dos povos originários constitui um quadro histórico nos últimos anos, quando Jair Bolsonaro se candidata e vence a eleição para Presidente do Brasil e governa o país entre 2019 e 2022. Esse e outros grupos ganham destaque nos espaços fluidos da internet por meio do trabalho da imprensa na produção e circulação de discursos.

Ante esses apontamentos, este artigo tem como objetivo analisar em produções discursivas midiáticas digitais os sentidos produzidos em enunciados que marcam a posição de sujeito do ex-presidente brasilei-

ro Jair Bolsonaro mediante questões dos povos originários/indígenas, ressaltando a ecogovernamentalidade como lugar de construção de vontades de verdade. Tais discursos selecionados para o *corpus* reportam-se ao tempo histórico da pré-candidatura e no respectivo governo; compreendem 2017 a 2022 e articulam, portanto, esferas de um biopoder e táticas biopolíticas (FOUCAULT, 2008b; 2008a) dirigidas às citadas populações tradicionais.

As posições discursivas refletem nuances de uma biopolítica dirigida a esses povos e, nesse sentido, se articulam a uma estratégia geral de poder (FOUCAULT, 2008b), expondo táticas de governo dirigidas às populações ditas indígenas do Brasil. Esses discursos produzem sentidos que mobilizam aos indígenas uma vivência no *contra*-espaço, ou seja, em um domínio heterotópico, em “espaços absolutamente outros” (FOUCAULT, 2013, p. 21).

O *corpus* utilizado constitui-se de produções discursivas veiculadas na mídia digital, tendo em vista ser um lugar de circulação que abrange um grande número de sujeitos. Também em virtude de a instância midiática e os discursos por ela veiculados mobilizarem relações de poder em torno de realidades que impactam tais populações e seus territórios; dessa forma, os colocam em posição de minorias e sujeitos a uma condição de vulnerabilidade.

Tratando do contexto cearense, Gomes, Madeira e Brandão (2020, p. 324) destacam essa condição de vulnerabilidade, ao afirmarem: “[...] é inegável que as condições de vida desses povos [tradicionais] são marcadas por vulnerabilidades, sendo um dos maiores desafios a demarcação de seus territórios e os conflitos com os grandes proprietários de terra”, mostrando que os mesmos padecem de históricas discriminações em razão de sua ancestralidade, condição étnica e violação

de seus direitos enquanto povos originários deste país. Sobre o desafio da demarcação de terras, já fica visível que sentidos são construídos na conduta do governo na enunciação usada como epígrafe deste trabalho. Imbricam-se a instância midiática e os discursos que mobilizam relações de poder em torno de realidades que, historicamente, impactam os ditos povos indígenas e os colocam em posição de minorias e sujeitos à vulneração (GOMES; MADEIRA; BRANDÃO, 2020).

Assim exposto, neste artigo são investigados os sentidos de que se revestem os discursos que marcam a posição sujeito presidente de Jair Bolsonaro em atenção aos povos originários/indígenas brasileiros, dos quais ressaltamos o efeito de sentido de autoritarismo mobilizado discursivamente. Para tanto, buscamos responder a algumas indagações no transcurso deste gesto de análise de discursos: (i) de que forma o autoritarismo estrutural constituidor da sociedade brasileira atravessa os discursos do citado ex-Presidente? (ii) Quais sentidos e vontades de verdades são postos a circular nas produções discursivas selecionadas? Ambas dizem sobre uma ecogovernamentalidade (VEIGA-NETO, 2017) que alcança os indígenas.

Como pressupostos teórico-metodológicos, usamos a Análise de Discurso (AD) com ênfase nos estudos discursivos foucaultianos, a partir das relações de poder e saber alinhadas às questões do discurso e enunciado na empreitada de um gesto de ler as séries enunciativas. Trata-se de um fazer arqueogenealógico: da escavação/interpretação dos discursos e dos regimes de forças e de poder implicados nos posicionamentos discursivos que emergem desse arquivo de dizibilidades com intensificação de uma gramática de violências, ou seja, um processo regrado e estrutural, no que diz respeito às ações (bio)políticas que impactam sobre os povos originários brasileiros. Desse modo, na seção

seguinte, iremos em busca dessa ancoragem teórica para subsidiar a leitura discursiva a que se segue.

I Ancoragem teórica: um gesto de ler com Michel Foucault

Em face de materialidades discursivas que tematizam a relação do ex-presidente Jair Bolsonaro e povos originários/indígenas, ou seja, diante de discursos que articulam a dimensão do poder e a prática política, somos instigados a nos perguntar quais sentidos ou vontades de verdade se voltam a tais populações e como eles se reportam a uma vivência histórica autoritária que impacta esses sujeitos. Dessa forma, somos mobilizados a um pensar com, a um refletir em termos teóricos e a apreender essas discursividades selecionadas de um grande arquivo. Escolhemos seguir na trilha dos estudos discursivos com Michel Foucault.

Pensar o gesto político exige considerar o funcionamento do dispositivo de poder em vista de seu singular exercício, no campo das relações; assim fazendo, estamos nos domínios da genealogia, pois esta se reveste de um “demorar-se” ante o objeto, por meio da qual a análise do discurso pode “marcar a singularidade dos acontecimentos” (FOUCAULT, 2019a, p. 55). Seguindo os postulados foucaultianos, entende-se o poder como um arranjo complexo e heterogêneo que “não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação, [...] o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força” (FOUCAULT, 2019a, p. 274).

Portanto, um exercício de poder somente se dá no seio de relações e práticas históricas e políticas de que participam os sujeitos nas arenas de disputas. Assim, trata-se de pensar em termos de um exercício de

poder que se dá em acontecimento e que, dessas disputas e tensões entre sujeitos, participam os próprios discursos, haja vista que o discurso participa de uma luta, que é política (FOUCAULT, 2012).

Dessa forma, torna-se fundamental pensar em termos de um dispositivo de poder, tendo em vista que, em suas reflexões, Foucault se ocupa em descortinar os funcionamentos de um regime de poder soberano para chegar ao biopoder, na medida em que suas preocupações o levam a constatar “como a sociedade, as sociedades ocidentais modernas, a partir do século XVIII, voltaram a levar em conta o fato biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie humana” (FOUCAULT, 2008b, p. 3), em que a vida vai entrar em uma estratégia geral de poder.

Considerando que um biopoder articula preocupações desde um poder disciplinar, que se volta ao corpo individual, até uma biopolítica da espécie humana, que se volta a um corpo populacional, ao corpo-espécie, nos encaminhamos a pensar na relação do governante que discursa e se posiciona acerca das populações originárias e, logo, enuncia efeitos de um governo sobre tais povos. Isto é, perscrutamos um exercício de poder que implica uma vivência de governo e população. Esse complexo conjunto de elementos que se volta ao poder governamental pode levar um pesquisador(a) a problematizar como, historicamente, as sociedades e populações foram governadas, mas não deve levar a uma redução no que concerne a um olhar de simples substituição (tais como, primeiro um regime de soberania, segundo, o disciplinar e, por fim, de governo), pois se trata de articulações e complementaridade, conforme já defendia Foucault.

Nesse viés da biopolítica enquanto foco do poder sobre a população, vamos tratar da esfera do que Foucault (2019c) vem denominar de go-

vernamentalidade. Este neologismo que junta governo mais mentalidade diz respeito ao governo das populações e está atravessado pelas ditas relações de poder. Diz Foucault (2019c) que, com essa palavra, ele quer “dizer três coisas”:

[1] conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta *forma bastante específica e complexa de poder*, que tem por *alvo* a população, por *forma principal de saber* a economia política e por *instrumentos técnicos essenciais* os dispositivos de segurança.

[2] tendência que em todo o Ocidente conduziu incessantemente [...] **à preeminência deste tipo de poder**, que se pode chamar de *governo*, sobre todos os outros – soberania, disciplina, etc.

[3] resultado do processo através do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XV e XVI Estado administrativo, foi pouco a pouco governamentalizado (FOUCAULT, 2019c, p. 429; grifos nossos).

Sobre esses conceitos a relação de poder que incide entre governo e população está no centro das discussões. Em termos mais delimitadores, este estudo apreende a perspectiva de um exercício de poder que pensa as experiências de governo sobre as populações indígenas e abarca a problemática ambiental, pois faz articular: instituições (a presidência da República, por exemplo), análises, reflexões, cálculos e táticas (que a política demanda, haja vista as decisões de governo, as quais são e(a)nunciadas tanto em termos de planos quanto de ações efetivas), cujo alvo é a população (povos originários/indígenas, no caso concreto) e que, dentre outras motivações, pressupõem ou fazem funcionar dispositivos de segurança.

Dado que se trata de lidar com o meio ambiente, pensado enquanto um artefato histórico que é construído no bojo de relações de poder e discursivas, aceitamos que a vida está imersa em múltiplas condições e tensionamentos que se articulam privilegiadamente, com o saber da ecologia. Sendo a ecologia uma disciplina científica (LE PRESTRE, 2000) voltada às questões que articulam ambiente e vida, e em vista da compreensão sobre a governamentalidade proposta por Foucault, seguimos em alinhamento a Veiga-Neto (2017) que vem pensar em termos de uma ecogovernamentalidade.

Sobre esse conceito, partindo do pensamento foucaultiano e articulando o mesmo à problemática ecológica, Veiga-Neto (2017) afirma: “na medida em que a governamentalidade foi um conceito inventado por Michel Foucault para designar, entre outras coisas, um conjunto de ações, análises e cálculos que possibilitam o exercício de determinadas formas de poder”, a ecogovernamentalidade vai ser compreendida “como uma associação entre a governamentalidade acima resumida e a Ecologia, de modo a pensarmos e problematizarmos politicamente não propriamente a vida em si, mas a vida imersa nas múltiplas condições que a cercam e a tornam possível” (VEIGA-NETO, 2017, s/p).

Dessa forma e na delimitação deste trabalho, o conceito de ecogovernamentalidade permite compreender o exercício concreto de poder que implica governo, ecologia/ambiente e, portanto, os povos originários/indígenas e ajuda a ler o arquivo dos discursos que circulam na mídia digital sobre a posição sujeito do então presidente Jair Bolsonaro diante dessas populações, construindo sentidos autoritários nessas práticas discursivas analisadas. O arquivo posto a ler se mostra por meio de enunciados discursivos que selecionamos, em termos de uma organização metodológica, haja vista as séries enunciativas que tratam

do efeito de sentido de autoritarismo nas enunciações desse líder político em face dos indígenas.

Operacionalizamos, assim, um gesto de ler tais discursos em alinhamento a postulados foucaultianos na esteira de um fazer arqueogenealógico. Movimentamo-nos no entremeio que vai da escavação/interpretação dos discursos aos regimes de forças e de poder implicados nos posicionamentos que emergem desse arquivo de dizibilidades relacionadas aos povos originários.

Para tanto, entendemos o discurso como discutido por Foucault (2007) enquanto um conjunto de enunciados que se apoia na mesma formação discursiva e constitui um sistema de dispersão e de repartição, não das formulações das frases ou das proposições, mas dos enunciados, a partir de regularidades e singularidades. Porém, para que o enunciado seja compreendido enquanto tal, deve estar inserido na função enunciativa, sendo esta marcada por regras de formação que têm por viés atender a certas condições.

São condições tais como: estar em uma série, ligando-se a outros enunciados; ter um campo associado com o qual se percebe a historicidade do enunciado e faz dele “algo diferente e mais que um simples agregado de signos” (FOUCAULT, 2007, p. 108). Além dessas, há que se considerar que o enunciado precisa de uma materialidade, ou seja, ter uma instância material que pode ser linguístico ou não. Por fim, o sujeito marca a outra condição da função enunciativa, pois o enunciado não existe sem a relação com o sujeito que o enuncia, sendo marcado por uma posição discursiva. Foucault (2007) enfatiza que o sujeito é uma função determinada que pode mudar de um enunciado a outro, já que “é um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes” (FOUCAULT, 2007, p. 107).

Desse modo, ao se pensar nas práticas discursivas midiáticas enquanto materialidade e suporte dos enunciados que serão usados nesta análise, evidenciamos como elas atendem a essas regras de formação ao se inserirem em uma série de discursos com os quais mantém relações e se encontram na historicidade de um campo associado, sendo marcadas por outros enunciados com os quais dialogam e proferidos pela posição sujeito discursivo que enuncia via lugar de presidente da República, o então presidente Jair Bolsonaro.

Somando-se a isso, efetivamos uma pesquisa qualitativa e interpretativa que se concretiza em análises discursivas efetivadas em um arquivo de dizibilidades do campo da mídia digital, traduzida em um gesto de interpretação nos discursos midiáticos selecionados. Nesse sentido, a pesquisa articula o discurso e a mídia enquanto categorias teóricas, e operacionais, que se relacionam para produzir sentidos, sendo estes histórica e socialmente construídos. Tais sentidos, vontades de verdade e os efeitos de poder implicados permitem nosso gesto analítico, mobilizado nas seções seguintes.

2 Margeando o objeto: posição sujeito na cena discursiva

Ao elencar o acontecimento discursivo em torno das discursividades da posição sujeito presidente em relação aos povos originários/indígenas, faz-se necessário buscar as regras de formação do objeto discursivo, compreendendo a questão do sujeito que ocupa a posição discursiva dos enunciados midiáticos. Isso favorece a discutir a historicidade como condição de marcar as margens do discurso em meio ao tempo em que é produzido e circula no meio social.

O mundo da política e, no que nos interessa centralmente neste estudo, os meandros da governamentalidade no Brasil conhecem os posicionamentos de um até então desconhecido político do Rio de Janeiro. Podemos fazer um corte temporal e ter 2018 como ano central, posto que há disputas eleitorais para presidente do Brasil, e esse então deputado federal de sete mandatos, Jair Messias Bolsonaro, passa a ocupar o centro dos debates e dos espaços enunciativos na imprensa e nas redes sociais do país e do mundo. Seus pontos de vista diversos e, em especial, seus posicionamentos em relação às minorias constituídas neste país (especialmente os povos originários/indígenas) são expostos nos discursos que circularam nos espaços de televisão, jornais, rádios, *blogs*, sites e demais veículos midiáticos.

Esses posicionamentos em face dos povos indígenas produzem sentidos que parecem carregar consigo o signo da separação, da exclusão ou do “nós” contra “eles”. Nessa direção, é que discorre Hochstetler (2021) ao avaliar o governo de Jair Bolsonaro no que tange à gestão da temática ambiental, segundo a autora, Bolsonaro é praticante de uma retórica populista negacionista em termos ambientais e que, por meio de um regime discursivo binário, classifica os que tratam de meio ambiente como quem pertence e quem não pertence à “nação”, caso defendam ou não defendam as posições as mesmas posições sobre o tema, nessa ordem (HOCHSTETLER, 2021).

Ao destacar a historicidade dos discursos, na articulação com o acontecimento que enfatiza questões sobre o meio ambiente, dialogamos ainda com Hochstetler (2021) quando, a título de exemplo, lembra da inação em relação ao Fundo Amazônia – um fundo internacional que capta doações para investimentos em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento em face da Amazônia Le-

gal. Essa estudiosa afirma que “o governo também atacou e suspendeu um dos programas existentes mais antigos e bem-sucedidos, o Fundo Amazônia [...] que exige sucesso contínuo na gestão do desmatamento para efetuar os pagamentos” (HOCHSTETLER, 2021, p. 279).

Essa mesma lógica de pensamento separatista, que fez o Brasil perder os incentivos do citado Fundo internacional por cerca de quatro anos, também se faz sentir nos discursos que produz sentidos com efeitos autoritários direcionados aos ditos povos indígenas, haja vista que estes simbolizam, para o discurso na posição sujeito presidente Jair Bolsonaro, o “eles” nesse regime dicotômico de compreensão; enquanto que, nessa dicotomia, o “nós” vem a ser quem se alinha ideologicamente e discursivamente com as posições do sujeito presidente. Promove-se discursivamente um efeito de sentido de distanciamento entre o “eles” e o “nós” que singularizam os lugares de sujeito pela não relação de pertencimento entre os grupos.

Assim sendo, a história brasileira que, conforme salienta Schwarcz (2019), é atravessada pelo autoritarismo político e econômico, ganha um representante do pensamento extremista de direita para discursar, diariamente, a milhões de telespectadores, leitores e internautas. Dentre seus alvos, os ditos povos indígenas ganham destaque, conforme podemos ressaltar nas produções discursivas midiáticas que serão mobilizadas no *corpus* de análise.

Historicamente expostos a condições de vulnerabilidades diversas, os povos originários têm sua cidadania ainda mais atingida com as falas do então candidato – que, em 01 de janeiro de 2019, se torna Presidente. Acerca dessa condição de precariedade ou vulnerabilidade:

ficam expostas a cidadania precarizada de certos grupos sociais brasileiros e as práticas de segregação a que continuam sujeitos. Sobretudo para os setores vulneráveis da sociedade, a regra democrática permanece muitas vezes suspensa no país, e nosso presente, ainda muito marcado pelo passado escravocrata, autoritário e controlado pelos mandonismos locais (SCHWARCZ, 2019, p. 56).

Vivenciando a experiência de precarização continuada em razão do processo de colonização brasileira e do pensamento colonial que a segue, os indígenas estão secularmente atingidos pelas ações e omissões políticas de governantes e setores da sociedade e, neste contexto mais recente, passam a enfrentar maiores direcionamentos discursivos em desfavor de sua cidadania. As materialidades discursivas selecionadas para a seção seguinte dão mostras dessa gramática de violências direcionadas a esses povos.

Tem-se, assim, a intensificação de um regime social/político que se assenta na prática de silenciamentos sistemáticos aos quais, no decurso dos séculos, esses povos se ligam: o processo de colonialidade, ancorado em práticas tais como o governo da língua, que hegemoniza as europeias em detrimento das indígenas/originárias (NEVES, 2015). Essa rede de sentidos ganha reforço através de manifestações discursivas enunciadas do lugar de posição sujeito de maior liderança do país.

Essa relação conflituosa, que nunca se dá sem as marcas da resistência indígena, é exposta pelo líder indígena, jornalista, escritor e ambientalista Ailton Krenak (2020a) que tem se dedicado a enfrentar e se opor à delicada realidade no auge da pandemia de Covid-19, em um momento de grandes incertezas quanto à sobrevivência dos povos originários/indígenas ante à letalidade do novo coronavírus, e diante de incertezas quanto à política de saúde e enfrentamento da pandemia pelo então go-

verno de Jair Bolsonaro, Desse modo, Krenak (2020a) fala contra a cultura da devastação da natureza e da relação mesma que seu povo mantém com as florestas. Reflete sobre essa imbricação e ressalta que:

viramos adultos, *estamos devastando o planeta*, cavando um *fosso gigantesco de desigualdades* entre povos e sociedades. De modo que há uma subhumanidade que vive numa grande miséria, sem chance de sair dela - e isso também foi naturalizado. O presidente da República disse outro dia que brasileiros mergulham no esgoto e não acontece nada. O que vemos nesse homem é o exercício da necropolítica, uma decisão de morte. É uma mentalidade doente que está dominando o mundo (KRENAK, 2020a, s/p; grifos nossos).

Sua preocupação perpassa pelo confronto à voracidade capitalista neoliberal que não poupa vidas, biodiversidade e florestas (natureza). Por isso, esse regime centralmente voltado ao lucro financeiro, a qualquer custo (inclusive aos custos das perdas de vidas humanas, de biodiversidade e de florestas), não se coaduna com a ideia de que as pessoas parassem por um tempo, durante a pandemia, para se pouparem da agressividade de um vírus. Contra esse autoritarismo, que é estrutural e que ataca em cheio as minorias, se levanta esse autor e líder indígena.

É, portanto, contra o espírito político de ataques às vidas e liberdades de seu povo que o citado escritor luta; é contra a perpetuação da condição de vulneração que seu discurso vem defender os modos de vida de seu povo, pois: “desde muito tempo, a minha comunhão com tudo o que chamam de natureza é uma experiência que não vejo ser valorizada por muita gente que vive na cidade[...] Não sabemos se estaremos vivos amanhã. Temos de parar de vender o amanhã” (KRENAK, 2020a, s/p).

O autoritarismo que atravessa a história política, social e cultural brasileira não aceita essa comunhão e os discursos midiáticos que enfatizam o posicionamento discursivo da posição sujeito presidente Jair Bolsonaro vem falar nessa direção. Assim, para construir o gesto de leitura nessa arqueogenealogia proposta, no que concerne a como compreender e a como operar o objeto de estudo, trazemos, a seguir, a análise dos discursos que enfatizam a posição sujeito presidente sobre questões relativas aos povos originários, ressaltando a biopolítica em alinhamento com postulados de Michel Foucault.

3 Sentindo os sentidos: biopolítica e ecogovernamentalidade em discursos

As preocupações com as vidas de uma forma geral e, em particular, a dos povos originários/indígenas brasileiros mobilizam compreensões em termos da relação governo e população. No caso deste estudo, tais reflexões giram em torno de táticas biopolíticas que mobilizam efeitos de sentidos de um autoritarismo estrutural e constituidor da sociedade brasileira, que atravessa os discursos do sujeito presidente Jair Bolsonaro, e a condição de vulnerabilidade e táticas de resistência à vulneração, que implicam esse segmento populacional brasileiro. Desse modo, a primeira pergunta indicada para este estudo indaga: de que forma esse autoritarismo estrutural atravessa os discursos do citado ex-Presidente? Nas materialidades que selecionamos, é possível ver tais inquietações e vislumbrar um regime de ecogovernamentalidade a atravessar os citados posicionamentos.

O seguinte enunciado discursivo (ED) foi selecionado da publicação do Yahoo Notícias, com o título: *Relembre 7 vezes em que Bolsonaro*

atacou direitos dos indígenas (datada de 13/06/2022). Dentre essas 7 vezes, a produção discursiva retoma uma fala de Jair Messias Bolsonaro – então pré-candidato à Presidência do Brasil – no clube “A Hebraica”, no Rio de Janeiro, em 3 de abril de 2017:

[ED 1]

Jair Bolsonaro apoiou o armamento da população e garantiu que, em um eventual governo, não havia “*um centímetro de terra para indígenas e quilombolas*”. [...] *Se depender de mim, todo cidadão vai ter uma arma de fogo dentro de casa. Não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou para quilombola.*

Onde tem uma terra indígena, tem uma riqueza embaixo dela. Temos que mudar isso daí, afirmou. *Eu fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Eu acho que nem pra procriador ele serve mais* (YAHOO NOTÍCIAS, 2022, s/p).

A produção discursiva em tela produz sentidos pela retomada a outros enunciados produzidos em outros lugares, evidenciando que todo enunciado tem margens povoadas por outros (FOUCAULT, 2007). Desse modo, ao retomar discursivamente os dizeres da posição sujeito do pré-candidato Jair Bolsonaro, esses são revestidos por sentidos de autoritarismo e agressividade a duas minorias devidamente identificadas no enunciado discursivo – os indígenas e aos quilombolas. A produção de sentidos evidencia táticas biopolíticas de como seria “um eventual governo” mediante o enunciado discursivo – não havia “um centímetro de terra para indígena e quilombola” (YAHOO NOTÍCIAS, 2022).

No que se pode perceber que a existência dessas vidas está, irremediavelmente, embreada em estratégias de poder e na linha de frente das

vontades de governo sobre a população brasileira, sobretudo grupos considerados minoritários. O mesmo se dá na percepção da relação entre território indígena e lucratividade, tendo em vista o enunciado discursivo “Onde tem uma terra indígena, tem uma riqueza embaixo dela. Temos que mudar isso daí” (YAHOO NOTÍCIAS, 2022, s/p), retomando a voz do então candidato, evidenciando que o “mudar isso” mobiliza sentidos de como serão tratadas essas questões, dialogando ainda com os sentidos produzidos no enunciado discursivo mobilizado na epígrafe deste trabalho.

No retorno à história, visto como importante para a construção dos sentidos nos discursos, enfatizamos que, os povos originários desta Nação e vivendo por todo o território antes de os portugueses e outros estrangeiros se apossarem das terras (atualmente denominadas) brasileiras, em certa compreensão os indígenas foram os donos de todo o território nacional. Para falar desse pertencimento, Krenak (2020b, p. 28) indaga a profundidade histórica e se posiciona: “como os povos originários do Brasil lidaram com a colonização, que queria acabar com seu mundo? Vi as diferentes manobras que os nossos antepassados fizeram e me alimentei delas, da criatividade e da poesia que inspirou a resistência desses povos”. Assim sendo, vê-se que para esses povos os territórios e as florestas são da conta do comum, simbolizam a vida familiar e comunitária e – em face de ameaças e violências no curso histórico – se portam de forma resistente.

No entanto, conforme discorre Pelbart (2009, p. 29), ao falar da “comunidade dos sem comunidade”, no que tange às nossas sociedades “hoje o comum é o produtivo por excelência”, pois na contemporaneidade vive-se “pela apropriação do comum, pela expropriação do comum, pela privatização do comum, pela vampirização do comum empreendida

pelas diversas empresas, máfias, estados, instituições, com finalidades que o capitalismo não pode dissimular” (PELBART, 2009, p. 29).

Considerando os povos indígenas resistentes às dinâmicas de produtivismo e lucratividade capitalista e em face da posição discursiva enunciada por Jair Bolsonaro: “Onde tem uma terra indígena, tem uma riqueza embaixo dela. Temos que mudar isso daí” (YAHOO NOTÍCIAS, 2022), cria-se um efeito de sentido de que tais povos parecem alçados a uma condição de, mesmo em seus territórios, viver como se destes estivessem diariamente sendo arrancados. Como se vivessem em um lugar outro ou um contra-lugar, em um domínio heterotópico (FOUCAULT, 2013), razão que poderia explicar o enunciado autoritário de que “não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou para quilombola”. “Onde tem uma terra indígena, tem uma riqueza embaixo dela” (YAHOO NOTÍCIAS, 2022), retomando o sentido, conforme ressaltado por Pelbart (2009).

Por fim, ainda desse recorte do enunciado discursivo (ED1) amplamente discursivizado nas publicações da imprensa e das redes sociais nos últimos cinco anos, ressaltamos a construção de sentidos mediante a gramática de violências, produzidas discursivamente: “Eu fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Eu acho que nem pra procriador ele serve mais” (YAHOO NOTÍCIAS, 2022). Ainda que não seja foco desta discussão, mas por estar ligada, no enunciado a questão do indígena, a referência aos povos dos quilombos foi apanhada dessa produção discursiva em razão do reforço que faz acerca da forma como esse autoritarismo estrutural atravessa os discursos que marcam a posição sujeito do enunciado – com ênfase no pronome pessoal *Eu* – em relação às minorias.

Discursando para milhões de pessoas que acompanham tais posicionamentos em lives, pelas replicações da imprensa e via redes sociais, o (então) pré-candidato a Presidente do Brasil massificava uma retórica agressiva, violenta e separatista de apelo nacionalista. Destaca-se “a retórica nacionalista que recorre ao discurso de ódio contra as minorias raciais. O populismo nacionalista de direita em todo o mundo desencadeou de forma franca e aberta discursos e práticas públicas de racismo, xenofobia, misoginia e outras formas de intolerância” (GOMES; MADEIRA; BRANDÃO, 2020, p. 318).

Por meio dessas análises é possível dar conta de uma segunda pergunta de pesquisa, de todo articulada à primeira, a qual busca entender: quais sentidos e vontades de verdades são postos a circular nas produções discursivas selecionadas para análise? Seguimos no gesto de leitura em busca da construção dos sentidos nos discursos midiáticos e tomamos como objeto de estudo o seguinte enunciado discursivo, selecionado da citada produção discursiva do Yahoo Notícias – Relembre 7 vezes em que Bolsonaro atacou direitos dos indígenas – que apresenta dizeres a partir de enunciados que evidenciam essas sete vezes de ataques aos indígenas, mediante a posição discursiva do ex-Presidente. Nesse recorte selecionado do *corpus*, a produção discursiva do Yahoo retoma o acontecimento que marca o evento dos assassinatos do indígenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips, mortos dia 5 de junho de 2022, quando viajavam até Atalaia do Norte (AM); seus corpos foram encontrados dez dias após as mortes, conforme recorte seguinte:

[ED 2]

Junho de 2022

Mesmo após o desaparecimento de Dom Phillips e Bruno Pereira, Bolsonaro seguiu com as críticas ao Marco Tem-

poral. O presidente defendeu o agronegócio e repetiu o argumento da falta de segurança alimentar.

Se um novo marco temporal for aprovado, teremos também uma nova área do tamanho da região Sul, e uma possível região do tamanho do estado de São Paulo. Acabou a economia brasileira do agronegócio! Acabou nossa garantia alimentar, acabou o Brasil!, disse Bolsonaro no dia 7 de junho.

Eu fui do tempo que decisão do Supremo não se discute, se cumpre. Eu fui desse tempo, não sou mais!, declarou (YAHOO NOTÍCIAS, 2022, s/p).

A repercussão nacional e internacional em razão dos desaparecimentos e, depois, descoberta dos cruéis assassinatos de Bruno e Dom foi intensa e duradoura. No retorno da memória coletiva recente tem a dimensão das cobranças advindas em direção ao então governo e liderança política de Jair Bolsonaro; também tem da postura silenciosa e aparentemente distanciada que o mesmo dedicou a esse flagelo humano e político que, em cheio, impactou a defesa das florestas e da Amazônia brasileira. Podemos anotar que se trata de uma realidade que nos “padrões da política brasileira”, na medida em que “poucas áreas foram mais decisivamente afetadas [por Jair Bolsonaro] do que a ambiental” (HOCHSTETLER, 2021, p. 271).

Na produção discursiva a evidência é marcada pelo silenciamento do então presidente sobre o acontecimento dos desaparecimentos e ênfase na crítica do governo frente ao Marco Temporal. Mobilizado a construção de sentidos nesse enunciado discursivo, é necessário compreender a historicidade que perpassa o discurso, sendo preciso salientar que o Marco Temporal é uma tese jurídica que visa delimitar o direito de os indígenas ocuparem os territórios que reivindicam como

seus². O mesmo se faz acontecimento presente em discursivização nos meios midiáticos, faz alerta sobre os efeitos biopolíticos e sugere a intensidade do autoritarismo capazes de impactar sobre os povos originários/indígenas na essência de suas dignidades: o uso de suas terras.

Assim posto, o ED 2 sob análise permite sondar a preocupação central verbalizada no discurso em questão: a possibilidade de aprovação, pela Suprema Corte, de “um novo marco temporal” e consequente garantia de direitos dos povos originários/indígenas em relação a seus territórios. A construção de vontades de verdade que seu discurso carrega adota a tática do efeito de sentido de comparações (“área do tamanho da região Sul [...] possível região do tamanho do estado de São Paulo”; cf. YAHOO NOTÍCIAS, 2022).

Assim sendo, a enunciação em torno da posição sujeito presidente e sua manifestação em termos de uma ecogovernamentalidade dirigida a tais povos pressupõe perdas ao território brasileiro e bem marcado está o discurso divisionista do “nós” (seriam os não indígenas, em cuja posição sugere se colocar o enunciador) contra “eles” (povos indígenas). Portanto, está sugerida uma prática de governo que se pauta nesse regime separatista. O discurso autoritário em questão sugere perdas territoriais: “nova área do tamanho da região Sul”, “do tamanho do estado de São Paulo”; e econômicas, conforme o enunciado: “Acabou a economia brasileira do agronegócio!”. As preocupações biopolíticas que devem se voltar a garantias devidas ao corpo-espécie populacional se mostram, portanto, revestidas de atenção ao capital

2. “O Marco Temporal é uma tese que propõe que sejam reconhecidos aos povos indígenas somente as terras que estavam ocupadas por eles na data de promulgação da Constituição Federal – 5 de outubro de 1988”. Fonte: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/o-que-e-o-marco-temporal-e-como-ele-ameaca-os-direitos-indigenas/> (Acesso em 28.04.2023).

financeiro e com a não definição de mais territórios demarcados em favor dos povos originários/indígenas; ou seja, traduzem-se em táticas biopolíticas que marcam a ecogovernamentalidade pela negação em relação a tais povos.

Por fim, os sentidos que emanam dessa materialidade tratam da relação institucional governo *versus* justiça brasileira, dada a postura de insurgência do líder presidente em face da Supremo Tribunal Federal. Em termos de um exercício de poder, o discurso demonstra que é a própria figura presidencial que se mostra resistente ou agressiva. Nesse sentido, a discursividade está atravessada de um negacionismo de feição autoritária, uma sinonímia de violência simbólica a se misturar à vontade de verdade sugerida, conforme registra o ED 2: “Eu fui do tempo que decisão do Supremo não se discute, se cumpre. Eu fui desse tempo, não sou mais!” (YAHOO NOTÍCIAS, 2022, s/p).

Nessa linha de construção dos sentidos que se revestem de vontades de verdade e resistência, analisemos a seguinte produção discursiva do portal G1 Natureza, com o título: “Nos EUA, indígenas reagem ao discurso de Bolsonaro na ONU: ‘dia de terror’”, de 24.09. 2019, a qual trata da reação de indígenas ao discurso de Jair Bolsonaro, na ONU. Assim, eles resistem a estratégias e posições de governo da população indígena, enunciadas pela posição sujeito presidente. Apresentamos o recorte do discurso veiculado no G1:

[ED 3]

Bolsonaro, em seu discurso na ONU, afirmou que, *muitas vezes*, líderes indígenas como o cacique Raoni, são *usados como peça de manobra* por governos estrangeiros.

“Foi **um dia de terror** para o Brasil, e para todos os povos indígenas do Brasil e do mundo. **Bolsonaro fez**

discurso de intolerância e truculência”, disse Sonia Guajajara, uma das lideranças presentes.

“Bolsonaro nos chamou hoje de animais das cavernas e ainda desrespeitou nosso grande líder, indicado ao Nobel da Paz, o cacique Raoni”, acrescentou.

“Estamos aqui pra dizer que a gente não tem medo do governo Bolsonaro, mesmo com as nossas terras sendo tomadas, nossas florestas sendo queimadas. (...) Bolsonaro mente. Seu governo destrói o meio ambiente, explora nossa biodiversidade e os nossos conhecimentos tradicionais” - Sonia Guajajara (G1 NATUREZA, 2019, s/p; grifos em negrito são nossos).

Considerando que o poder só existe em ato, quando em exercício em que se pode apanhar a singularidade dos acontecimentos (FOUCAULT, 2019a), é possível atentar ao modo como se dá seu funcionamento em termos de um regime de resistência que se articula a esse dispositivo. Assim, o enunciado discursivo permite, por sua materialização nessa produção midiática, a retomada do posicionamento discursivo, na ONU, de Jair Bolsonaro em relação a uma das principais lideranças indígenas do Brasil atual: o cacique Raoni, que é referido não em termos de líder de uma população que necessita de vida e segurança, mas com a premissa da ilação e da desqualificação, conforme o enunciado que retoma por meio de aspas a voz da posição discursiva de presidente: “*muitas vezes*”, líderes indígenas como o cacique Raoni, são “*usados como peça de manobra*” por governos estrangeiros (G1 NATUREZA, 2019). Isso evidencia um efeito de governo das populações indígenas, sendo reflexos das posições que sinalizam a ecogovernamentalidade e das vontades de verdade construídas discursivamente.

Esse enunciado emerge no discurso que o sujeito presidente fez na ONU, sendo replicado no veículo midiático do G1 como forma de mostrar a repercussão do pronunciamento, usando como estratégia discursiva outra posição sujeito a discursivizar como forma de contradiscurso: Sonia Guajajara, uma das lideranças indígenas que também estava presente. Desse modo, a produção discursiva midiática em análise mobiliza sentidos nessa relação de lutas, ressaltando o enunciado da voz do presidente e em seguida a da liderança indígena cujo enunciado discursivo evidencia sentidos que resolutamente resistem ao posicionamento de Jair Bolsonaro.

Nessa rede discursiva, a materialidade midiática destaca o enunciado: “Foi um dia de terror para o Brasil, e para todos os povos indígenas do Brasil e do mundo. Bolsonaro fez discurso de intolerância e truculência” (G1 NATUREZA, 2019), com os dizeres da voz que emana da posição discursiva de liderança dos povos originários, Sonia Guajajara, indígena que se elegeu deputada federal em 2022 e foi nomeada Ministra de Estado dos Povos Indígenas, constrói-se um sentido produzido discursivamente que dá visibilidade às falas da liderança indígena, através dos termos linguísticos adotados, os quais são incisivos ao vincular ao discurso de Jair Bolsonaro termos que produzem sentidos de negatividade: “dia de terror”, “intolerância e truculência”, acrescidos ainda de outros que foram usados pelo sujeito presidente: “animais das cavernas”, e acrescentou o “desrespeito ao nosso grande líder, indicado ao Nobel da Paz, o cacique Raoni” (G1 NATUREZA, 2019).

Sendo o poder atravessado por dinâmicas de resistência, a reação dos povos originários/indígenas aos discursos negacionista e autoritário de Jair Bolsonaro é de enfrentamento, sentido construído no enunciado da líder indígena: “Estamos aqui pra dizer que a gente não tem medo do gover-

no Bolsonaro, mesmo com as nossas terras sendo tomadas, nossas florestas sendo queimadas. (...) Bolsonaro mente” (G1 NATUREZA, 2019, s/p). Nesse foco, evidencia-se a ecogovernamentalidade enquanto conjunto de ações e cálculos voltados ao exercício de poder ao apreender a vida imersa em múltiplas condições que a tornam possível (VEIGA-NETO, 2017); em destaque, a condição de usufruir do ambiente e das terras.

O discurso na posição indígena, veiculado pelo G1, opõe-se a uma forma de governo que permite perdas territoriais e invasões, ao mobilizar sentidos de deslocamento e ruptura com outros discursos sobre os povos indígenas enquanto sujeitos passíveis de ser manobrados. Esse gesto de resistência na posição de sujeito da líder indígena ressalta uma ação biopolítica que atinge, fere em cheio, as condições de vida e dignidade dessa população. Assim, alinham-se nos discursos analisados formas de uma gramática de violências, por meio de enunciados que marcam as regularidades e singularidades nas produções discursivas, enfatizando as relações de poder nas estratégias biopolíticas e na construção das vontades de verdade produzidas via discursos.

Considerações finais

As faces de uma ecogovernamentalidade autoritária dirigida contra povos originários/indígenas foram demonstradas por dizeres que marcaram a posição sujeito do então presidente Jair Bolsonaro diante desse segmento populacional. As análises aqui empreendidas dos discursos midiáticos possibilitam ver a construção dos efeitos de sentidos de que a contemporaneidade testemunha uma gramática de violências no que concerne ao governo e ações (bio)políticas que impactam os povos originários brasileiros.

Diante dos enunciados discursivos que foram selecionados como *corpus*, evidencia-se uma posição sujeito cujos dizeres mobilizam sentidos que caminham na direção de que nossa história política é atravessada por um regime colonizador excludente e articula, a um só tempo, escravidão e racismo, pois a herança e a recriação da escravidão e o racismo estrutural estão fortalecidos em um contexto em que se proliferam discursos e práticas públicas de ódio e outras formas de intolerância (GOMES; MADEIRA; BRANDÃO, 2020).

Nesse sentido, parece placentária a relação entre o citado autoritarismo estrutural que atravessa a sociedade brasileira e os posicionamentos apresentados pelo ex-Presidente em questão. Este, por suas verbalizações, é apresentado nos discursos midiáticos enquanto metonímia de estratégias biopolíticas e ecogovernamentalidade em face das populações indígenas. Em correlação com essa primeira problematização, é possível levantar a premissa de que os sentidos e vontades de verdade postos a circular nas produções discursivas selecionadas materializam uma visão biopolítica que articula a segregação em direção às questões relacionadas aos povos originários e seu território.

Essas anotações parecem se coadunar com a seguinte reflexão de Neves (2015), quando a autora tematiza nosso passado histórico, colonizador e excludente: “do início da colonização europeia até os nossos dias, a história e a produção do conhecimento oficial viveu e vive sob a ditadura da palavra escrita ocidental, europeia, branca e suas poderosas verdades” (NEVES, 2015, p. 29).

Em vista dessa afirmação, é possível anotar que aos povos originários/indígenas a prática histórica de vulneração atinge desde o mais íntimo de suas individualidades (a língua, o uso da linguagem) até as possibilidades de resistir a ações políticas e práticas ecogovernamen-

tais nos espaços de disputa das narrativas, não como simples expectadores, mas na luta por seus direitos e representação política, conforme evidenciado nos enunciados da líder indígena Sonia Guajajara.

Assim compreendendo, fica a premissa de que a ecogovernamentalidade, percebida nos enunciados discursivos apresentados, tem nos defensores das florestas e do meio ambiente sujeitos a combater, para quem se deveria negar direitos (às terras, por exemplo), haja vista que “o racismo estrutural alcança ainda as agendas das políticas públicas e dos direitos humanos, produzindo uma abordagem rasa que não desloca estruturas de forma a promover uma real alteração nas condições de subalternização e exploração na sociedade capitalista” (GOMES; MADEIRA; BRANDÃO, 2020, p. 324).

Desse modo, os discursos em análise constroem vontades de verdade tendo em vista que a história caminha e se constrói e reconstrói em acontecimentos a ler, no gesto de interpretação e ressignificação de sentidos, sem pretensão de uma leitura única, mas sempre atentos às movências dos sentidos e das posições dos sujeitos que enunciam.

Referências

ANDRADE, H. de. *Bolsonaro contraria Constituição e diz que “minorias têm que se adequar”*. 15/07/2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/07/15/bolsonaro-defende-falas-transfobicas-minorias-tem-que-se-adequar.htm>> (Acesso em 06 de janeiro de 2023).

BARROSO, M.F. *Violência estrutural: mediações entre “o matar e o morrer por conta”*. *R. Katál., Florianópolis, v.24, n. 2, p. 397-406, maio/ago. 2021 ISSN 1982-025*. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/NjdC6hTRLjTDqvmPzHsQbYy/abstract/?lang=pt>> (Acesso em: 27 de março de 2023).

FOUCAULT, M. *Nascimento da Biopolítica - Curso dado no Collège de France (1978-1979)*. Tradução: Eduardo Brandão. Revisão da tradução: Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, M. *Segurança, Território, População - Curso dado no Collège de France (1977-1978)*. Tradução: Eduardo Brandão. Revisão da tradução: Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. Tradução de Luiz Felipe Beata Neves. 8ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FOUCAULT, M. *O corpo utópico, as heterotopias*. Posfácio de Daniel Defert. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: N-1 Edições, 2013.

FOUCAULT, M. *Genealogia e Poder. Curso do Collège de France, 7 de janeiro de 1976*. Tradução de Roberto Machado e Angela Loureiro de Souza. In: *Microfísica do Poder*. Organização, introdução, revisão técnica de Roberto Machado. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2019a (p. 262 a 277).

FOUCAULT, M. *Verdade e Poder. Curso do Collège de France, 7 de janeiro de 1976*. Tradução de Roberto Machado e Angela Loureiro de Souza. In: *Microfísica do Poder*. Organização, introdução, revisão técnica de Roberto Machado. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2019b (p. 35 a 54).

FOUCAULT, M. *A Governamentalidade. Curso do Collège de France, 1 de fevereiro de 1978*. Tradução de Roberto Machado e Angela Loureiro de Souza. In: *Microfísica do poder*. Organização, introdução, revisão técnica de Roberto Machado. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2019c (p. 407-431).

GOMES, D. de O.; MADEIRA, M. Z. de A. e BRANDÃO, W. N. M. P. *Justiça racial e direitos humanos dos povos e comunidades tradicionais* [ESPAÇO TEMÁTICO: DIREITOS HUMANOS, DEMOCRACIA E NEOCONSERVADORISMO]. *R. Katál.*, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 317-326, maio/ago. 2020 ISSN 1982-0259. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/ctkpNmdTkHZthBHwMZL9Hkz/?lang=pt&format=pdf>> (Acesso em 02 de janeiro de 2023).

GORTÁZAR, N. G. *Nem um centímetro a mais para os indígenas e para a biodiversidade no Brasil de Bolsonaro*. El País, Brasil. São Paulo, 20 de agosto de 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-08-20/nem-um-centimetro-a-mais-para-os-indigenas-e-para-a-biodiversidade-no-brasil-de-bolsonaro.html>> (Acesso em 04 de janeiro de 2023).

G1 NATUREZA. *Nos EUA, indígenas reagem ao discurso de Bolsonaro na ONU: “dia de terror”*. G1, 24 de setembro de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/09/24/nos-eua-indigenas-reagem-ao-discurso-de-bolsonaro-na-assembleia-geral-da-onu.ghtml>> (Acesso em: 06 de janeiro de 2023).

HOCHSTETLER, K. *O meio ambiente no governo Bolsonaro*. In: AVRITZER, L; KERCHE, F. e MARONA, M. (Orgs.). *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021 (p. 271 a 285).

KRENAK, A. *O amanhã não está à venda*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020a.

_____. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020b.

LE PRESTRE, P. *Ecopolítica internacional*. Tradução: Jacob Gorender. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

NEVES, I. dos S. *EtniCidades: os 400 anos de Belém e a presença indígena*. Revista Moara, Edição 43, jan/jun 2015, Estudos Linguísticos. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/2634>> (Acesso em 12 de novembro de 2022).

PELBART, P. P. *Vida capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2009.

SCHWARCZ, L. M. *Sobre o Autoritarismo Brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

YAHOO NOTÍCIAS. *Relembre 7 vezes em que Bolsonaro atacou direitos dos indígenas*. Yahoo Brasil, 13 de junho de 2022. Disponível em: <<https://br.noticias.yahoo.com/relembre-7-vezes-em-que-bolsonaro-atacou-direitos-dos-indigenas-162258426.html>> (Acesso em 03 de janeiro de 2023).

Resumos e biodatas

A potência da democracia brasileira em discursos afirmativos: Sobre a irrupção do acontecimento de 8 de Janeiro na mídia

Antonio Genário Pinheiro dos Santos
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: Objetivo uma leitura linguístico-discursiva da dizibilidade produzida pela mídia a partir do acontecimento de 8 de janeiro de 2023 no Brasil. Considerando as manchetes de jornais e portais de notícias, tomo esse acontecimento como potência de discursos de afirmação acerca da democracia brasileira para, então, discorrer como a mídia opera a cobertura do visível e do dizível, oportunizando narrativas com efeitos de sentido de ineditismo, marcas de uma história balizada na sombra da continuidade, da generalização e do determinismo histórico.

Biodata: Professor Adjunto IV da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN/FELCS. Pós-Doutor em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Doutor em Letras pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB com estágio-sanduíche na University of Georgia, em colaboração com o Latin American and Caribbean Studies Institute/LACSI – UGA/USA. Mestre em Letras, Especialista em Língua Inglesa e Graduado em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Vice-líder do Grupo de Pesquisa Práticas Linguísticas Diferenciadas da UFRN e membro do Grupo de Pesquisa do Discurso da UERN – GRED. Coordenador local do Instituto Ágora/Inglês/Felcs. Editor-gerente da Revista Saridh – Periódico Eletrônico do Curso de Letras da Felcs/UFRN. Coordenador do Pibid/Felcs/UFRN Subprojeto Interdisciplinar. Atualmente realiza estudos sobre mídia e discurso.

Email: genario.pinheiro@ufrn.br.

<http://lattes.cnpq.br/9756306898141968>.

<https://orcid.org/0000-0002-2261-9221>

O que há de novo no “Novo Ensino Médio”? poder e autoritarismo no discurso educacional brasileiro

Bruna Maria de Sousa Santos
Universidade Federal da Paraíba

Resumo: O capítulo propõe investigar o funcionamento do autoritarismo no discurso educacional brasileiro, mais precisamente naquilo que concerne às propagandas oficiais do chamado “Novo Ensino Médio”. Filiados aos Estudos Discursivos Foucaultianos, buscamos cartografar o poder regulador do autoritarismo no interior de uma ordem do discurso que apaga o cenário desigual do país, visibilizando o funcionamento de uma rede discursiva antidemocrática que se estrutura não pelo reconhecimento e pelo enfrentamento da realidade, mas por sua invenção (SCHWARCZ, 2019).

Biodata: Doutoranda em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, João Pessoa, PB. Mestra em Linguagem e Ensino pela Universidade Federal de Campina Grande. Especialista em Língua Portuguesa e Literatura no Contexto Educacional pela Unicesumar. Graduada em Letras com habilitação em Língua Portuguesa pela Universidade Estadual da Paraíba. Integra o grupo de pesquisa Observatório do Discurso, cadastrado no CNPq. Desenvolve e orienta pesquisas em Análise do Discurso de linha francesa, com interesse nos seguintes temas: Política e educação; Discurso político-educacional brasileiro; Discurso e resistência; O discurso no espaço virtual. Atualmente, é professora efetiva de Língua Portuguesa da Rede Estadual de Ensino.

Email: brunasantoscg@gmail.com.

<http://lattes.cnpq.br/5965066536783339>.

<https://orcid.org/0000-0002-4108-2108>

Uma luz no fim do túnel! – Supremacismo racial, memória e o discurso antirracista em charges

José Domingos
Universidade Estadual da Paraíba
Matheus Marques Silva
Universidade Estadual da Paraíba

Resumo: Este capítulo analisa três charges de *Alberto Benett*. Objetivando a análise da materialidade discursiva pelo fio histórico de um domínio de memória, visamos identificar os descolamentos de sentido de elementos do discurso racista, realizados nos enunciados chargístico como estratégia de contestação antirracista. Fundamentamos na Análise do discurso, nas ideias de Pêcheux, sobretudo na noção da memória discursiva; em Foucault sobre discurso, acontecimento. As análises possibilitam constatar posicionamentos críticos a discursos autoritários, extremistas, segregacionistas que reverberam como acontecimentos da história que se desenrola diante de nós.

Biodatas

José Domingos. Doutor em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba. Professor do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Campina Grande, PB. Membro do grupo Teorias do sentido: discursos e significações (TEOSSENO-CNPq-UEPB). Desenvolve pesquisas em Estudos do discurso, com interesse nas temáticas das subjetividades e relações de poder.

Email: domingosuepb@gmail.com.

<http://lattes.cnpq.br/5983371809380235>.

<https://orcid.org/0000-0003-2765-1009>

Matheus Marques Silva. Graduado em Letras - Língua Portuguesa - pela Universidade Estadual da Paraíba - UFPB, Campina Grande. Atuou como membro do GRUPEO - Grupo de Pesquisa de Estudos da Oralidade, da UEPB. Também tem experiência em Educação à Distância (EAD). Tem pelas áreas da linguística e da Análise do discurso. Atualmente é Professor-Instrutor de Aprendizagem do Centro Nacional de Aprendizagem Profissional- CENAP.

Email: matheusmarquesnas@gmail.com.

<http://lattes.cnpq.br/4354821619732948>.

<https://orcid.org/0009-0007-1574-4060>

Anarqueogenealogia da balbúrdia entre discursos e práticas: reafirmando o papel da Universidade

Rafaela Cláudia dos Santos
Universidade Estadual do Rio Grande do Norte
Francisco Paulo da Silva
Universidade Estadual do Rio Grande do Norte

Resumo: Este trabalho analisa discursos que tratam do acontecimento da balbúrdia universitária, considerando a produtividade do dizer e os movimentos de resistência e contracondutas que se registraram nos espaços virtuais. A pesquisa está ancorada nos estudos discursivos foucaultianos, assim, objetiva analisar discursos que tratam do acontecimento da balbúrdia universitária com foco na regularidade e dispersão dos enunciados. A análise mostrou a disputa em torno dos sentidos da balbúrdia na demarcação de lugares do ser-professor, do ser-aluno no movimento de resistência dos sujeitos.

Biodatas

Rafaela Cláudia dos Santos. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística Proling/ UFPB. Mestre pelo programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem PPCL/UERN. Tem realizado pesquisas na área da Análise de Discurso de vertente francesa, além de realizar pesquisas na área do Patrimônio Cultural.

Email: rafaelaclaudiasan@gmail.com.

<http://lattes.cnpq.br/1810731894320344>.

<https://orcid.org/0000-0002-9597-7265>

Francisco Paulo da Silva. Doutor em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP/Araraquara e pós-doutor pela Universidade de Coimbra. É professor Adjunto da Faculdade de Letra e Artes - FALA, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem - PPCL/UERN.

Email: paulosilva@uern.br.

<http://lattes.cnpq.br/8457474154576641>.

<https://orcid.org/0000-0003-0758-0223>

Corpos que comunicam:
o discurso da permissividade do corpo masculino em rede

Giordan Victor Santos Costa
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Antonio Genário Pinheiro dos Santos
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: Valendo-se da arqueogenealogia foucaultiana, objetivamos uma análise discursiva da publicação da conta Quebrando o Tabu (QoT), na rede social Instagram, de modo a discutir a construção do discurso de permissividade, calcado na herança de supremacia do olhar masculino sobre o corpo. Assim, buscamos dizer da evidência do masculino como signo de uma régua social que condiciona o corpo feminino a efeitos de sentido de imoralidade. Ancoramo-nos à Análise do Discurso na esteira dos pressupostos teóricos e metodológicos de Michel Foucault.

Biodatas

Giordan Victor Santos Costa. Graduando em Letras (Português e Inglês) na UFRN/FELCS, Santa Cruz, RN. Bolsista de Iniciação Científica - PIBIC/IC no projeto *Quem somos nós hoje? Discursividade, sentido e sujeito: os processos de subjetivação na teia midiática*. Membro do grupo de pesquisa Práticas Linguísticas Diferenciadas da UFRN/FELCS. Desenvolve pesquisa em Análise do Discurso na perspectiva foucaultiana. Tem interesse em estudos sobre o corpo, gênero, sexualidade e a comunidade *Queer*. Desenvolve estudos sobre a construção do sujeito social mediante as mídias digitais. Atuou como monitor no projeto Laboratório de Práticas Educativas Inovadoras Acessíveis (LAPEIA). Atuou como bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID).

Email: giordan.victor.703@ufrn.edu.br.

<http://lattes.cnpq.br/4714024567103954>.

<https://orcid.org/0000-0002-4871-7508>

Antonio Genário Pinheiro dos Santos. Professor Adjunto IV da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN/FELCS. Pós-Doutor em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Doutor em Letras pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB com estágio-sanduíche na University of Georgia, em colaboração com o Latin American and Caribbean Studies Institute/LACSI – UGA/USA. Mestre em Letras, Especialista em Língua Inglesa e Graduado em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Vice-líder do Grupo de Pesquisa Práticas Linguísticas Diferenciadas da UFRN e membro do Grupo de Pesquisa do Discurso da UERN – GRED. Coordenador local do Instituto Ágora/Inglês/Felcs. Editor-gerente da Revista Saridh – Periódico Eletrônico do Curso de Letras da Felcs/UFRN. Coordenador do Pibid/Felcs/UFRN Sub-projeto Interdisciplinar. Atualmente realiza estudos sobre mídia e discurso. Email: genario.pinheiro@ufrn.br.
<http://lattes.cnpq.br/9756306898141968>;
<https://orcid.org/0000-0002-2261-9221>

Youtubers negras e a #decadaafro: por uma cartografia dos discursos do feminismo negro no Youtube

Pâmella Rochelle Rochanne Dias de Oliveira
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
Francisco Vieira da Silva
Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Resumo: O presente artigo busca descrever/interpretar a produção discursiva-midiática no âmbito do *YouTube* que apresenta dizeres relativos aos ideais do feminismo negro. Partindo dos estudos discursivos foucaultianos, analisamos as relações de saber-poder e as vontades de verdade presentes em um dos vídeos que faz parte da ação digital “*Youtubers Negras na Década Internacional de Afrodescendentes*”. A materialidade analisada permite entrever as vontades de verdade que circulam no *YouTube* e inserem o sujeito mulher negra na seara de um discurso de empoderamento e denúncia.

Biodatas

Pâmella Rochelle Rochanne Dias de Oliveira. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. Mestre em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH/UERN). Graduada em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Membro do Grupo de Estudos do Discurso da UERN (GEDUERN). Membro do Núcleo de Estudos de Gênero, Relações Etnicorraciais, Aprendizagens e Saberes, da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Colunista na Revista Matracas. Interesse em temas que versem sobre: Estudos discursivos Foucaultianos, Mídia, Mídias Digitais, Modos de Subjetivação, Relações Étnico-Raciais, e Relações de Gênero e Sexualidade.

Email: pamella_rochelle@hotmail.com.

<http://lattes.cnpq.br/1192071667557654>.

<https://orcid.org/0000-0003-3315-659X>

Francisco Vieira da Silva. Doutor em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestre em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Especialista em Ciências da Linguagem aplicadas à Educação a Distância (CLEAD) pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Graduado em Letras pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Realizou Estágio Pós-Doutoral junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Professor efetivo de Linguística e Língua Portuguesa da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Caraúbas, RN. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e do Programa de Pós-Graduação em Ensino (POSENSINO), da associação entre a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) e a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Atua na perspectiva dos estudos discursivos foucaultianos. É líder do Grupo de Pesquisa Discurso com Foucault (Dis.com.fou), vinculado à Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA).

Email: francisco.vieiras@ufersa.edu.br.

<http://lattes.cnpq.br/8730615940772209>.

<https://orcid.org/0000-0003-4922-8826>

Biopolítica e vida nua: subjetivação e dessubjetivação em Michel Foucault e Giorgio Agamben

Davi da Costa Almeida

Universidade Federal Rural de Semi-Árido

Resumo: O sujeito para Foucault é constituído por operadores disciplinares e biopolíticos. Para Agamben, o sujeito é o resultado de operadores biopolíticos e de exceção. Mas a biopolítica em Foucault difere da interpretação de Agamben. Para Agamben, o dispositivo biopolítico captura o sujeito dentro de uma relação de subjetivação e dessubjetivação, o linguístico e o não-linguístico, inclusão e exclusão. Assim, este trabalho tem o objetivo de apresentar as considerações que relacionam vida nua, biopolítica e exceção em Foucault e Agamben.

Biodata: Posuo graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará; bacharelado em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará; e graduação em Ciências Sociais pela UFC. Sou Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará e doutor em Educação pela mesma universidade. Atualmente sou professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Semi Árido (UFERSA), Mossoró, RN. Desenvolvo pesquisas relacionadas às problemáticas do Estado de Exceção, Biopolítica, Governamentalidade, Ética, Direitos Humanos e Violência co-relacionadas com os processos educacionais.

Email: davi.almeida@ufersa.edu.br.

<http://lattes.cnpq.br/0514338751601596>.

<https://orcid.org/0000-0002-1956-3343>

Bem-estar e trabalho em *home office*: estratégias de biopoder em discursos no acontecimento da pandemia de Covid-19

Maria Eliza Freitas do Nascimento
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
Elenilda Dias de Souza Carlos
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
Liziane Yonara do Nascimento Barboza
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Resumo: A Análise do Discurso possibilita interpretar discursos de potência na construção de acontecimentos. Analisamos o funcionamento do discurso de autoajuda em produções midiáticas sobre a pandemia e trabalho em *home office*. O *corpus* é constituído por produções discursivas com efeitos de sentidos de orientações e instruções, através de dicas que estimulam os sujeitos a práticas de bem-estar. O biopoder favorece técnicas do cuidado de si do sujeito, tornando o corpo mais saudável e produtivo em tempos de pandemia.

Biodatas

Maria Eliza Freitas do Nascimento. Professora de Linguística da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN e do Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGL/UERN. É doutora em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística – PROLING da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Desenvolve pesquisa na área da Análise do Discurso com ênfase nos estudos de Michel Foucault, usando como *corpus* materialidades do campo discursivo midiático e literário, visando a construção de sentidos que atravessam os discursos, articulados às relações de poder e saber. É membro do Grupo de Estudos do Discurso da UERN (GEDUERN).

Email: elizamfn@hotmail.com

<http://lattes.cnpq.br/5550767495701076>

<https://orcid.org/0000-0002-7343-5609>

Elenilda Dias de Souza Carlos. Graduanda do Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa e Respectivas Literaturas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Graduada em comunicação social pela UERN (2010). É mestra em Ciências Sociais e Humanas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (2015), Mossoró, RN. Participou como bolsista voluntária do Programa Institucional de Iniciação Científica PIBIC/CNPq. É membro do Grupo de Estudos do Discurso da UERN (GEDUERN).

Email: elenildadias@alu.uern.br

<http://lattes.cnpq.br/3321286600096068>

<https://orcid.org/0009-0009-1194-684X>

Liziane Yonara do Nascimento Barboza. Graduanda do Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa e Respectivas Literaturas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, Mossoró, RN. Participou como bolsista voluntária do Programa Institucional de Iniciação Científica PIBIC/CNPq. É membro do Grupo de Estudos do Discurso da UERN (GEDUERN).

Email: lizianeyonara@alu.uern.br

<http://lattes.cnpq.br/7550937646584870>

<https://orcid.org/0009-0005-5976-4974>

Ações afirmativas na Universidade e memória discursiva

Ady Canário de Souza Estevão
Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Resumo: O texto de Ady Canário traz considerações a respeito das ações afirmativas enquanto uma prática discursiva inclusiva do Programa Conexões de Saberes, com ênfase em discursos de estudantes de espaços populares. Resultado de pesquisa de Doutorado em Linguística Aplicada, faz referência aos estudos discursivos e pensando a universidade no percurso extensionista e de inserção na sociedade. São analisados memoriais de estudantes do curso de Ciência e Tecnologia da UFERSA, considerando como tais materialidades discursivas constituem novos sujeitos na história do presente.

Biodata: Doutora em Linguística Aplicada pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professora da Educação Básica (Seduc-PA, SEMED Igarapé-Miri).
Email: adycanario@ufersa.edu.br. <http://lattes.cnpq.br/2748206314147074>. <https://orcid.org/0000-0001-7851-7841>

Biopolítica e ecogovernamentalidade em discursos na mídia: posição sujeito presidente e sentidos sobre povos originários

Israel Fonseca Araújo
Professor da Educação Básica (Seduc-PA,
SEMED Igarapé-Miri).

Resumo: O artigo analisa produções discursivas midiáticas digitais que materializam posicionamentos da posição sujeito ex-Presidente do Brasil Jair Bolsonaro em face dos povos originários/indígenas, que refletem nuances de uma ecogovernamentalidade (VEIGA-NETO, 2017) dirigida a esses povos. Mobilizamos um gesto de ler os enunciados discursivos em alinhamento aos postulados de Michel Foucault, articulando um fazer arqueogenealógico, que emergem desse arquivo de dizibilidades com intensificação de uma gramática de violências no que diz respeito às ações (bio)políticas sobre os povos originários brasileiros.

Biodata: Doutor em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Mestre em Letras/Linguística (UFPA). No campo da pesquisa, atua prioritariamente nos *Estudos Linguísticos*, na interface dos estudos do discurso com o campo da mídia. No doutorado, pesquisou a produção discursiva midiática que trata da devastação ambiental na Amazônia brasileira, com base na Análise do Discurso em diálogos com postulados de Michel Foucault. É Professor efetivo na educação básica (Seduc-PA, SEMED Igarapé-Miri) e colaborador na Educação Superior. Poeta e blogueiro, integra a Academia Igarapemiriense de Letras (AIL), Cadeira 7 (Patrono: Manoel Luiz Ferreira Fonseca).

Email: poemeiro@hotmail.com

<http://lattes.cnpq.br/5386576922721214>

<https://orcid.org/0000-0003-1115-2221>

A POTÊNCIA DOS DISCURSOS NO PRESENTE

Gestos de leitura do acontecimento



Antonio Genário Pinheiro dos Santos
Ady Canário de Souza Estevão
José Domingos
Maria Eliza Freitas do Nascimento

Organizadores

